

RELATÓRIO DE

GESTÃO

2 0 2 1





RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2021

Relatório de Gestão do exercício de 2021 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição da República Federativa do Brasil, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa do Tribunal de Contas da União nº 84/2020, da Decisão Normativa TCU nº 187/2020 e do Guia para elaboração de Relatório de Gestão na forma de Relato Integrado (TCU, 3ª edição, 2020).

Toda regulamentação interna e materiais mencionados ao longo do relatório podem ser acessados em detalhes no sítio eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, www.tre-rj.jus.br.

Rio de Janeiro, março de 2022

PRESIDENTE

Elton Martinez Carvalho Leme

**VICE-PRESIDENTE E
CORREGEDOR REGIONAL
ELEITORAL**

João Ziraldo Maia

MEMBROS DA CORTE

Luiz Paulo da Silva Araújo Filho
Afonso Henrique Barbosa
Alessandra de Araújo Bilac Moreira Pinto
Vitor Marcelo Aranha Afonso Rodrigues
Kátia Valverde Junqueira

MEMBROS SUBSTITUTOS

Gilberto Clóvis Farias Matos
Márcia Ferreira Alvarenga
Ricardo Perlingeiro
Gerardo Carnevale Ney da Silva
André Cortes Vieira Lopes
Tiago Santos Silva

DIRETORA-GERAL

Eline Iris Rabello Garcia da Silva

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Mariana Figueiredo Correa

SECRETARIAS

Alexander Moraes Rocha
Secretário de Administração
Ana Luiza Claro da Silva
Secretária Judiciária
Carlos Eduardo de Queiroz Pereira
Secretário de Auditoria Interna
Fabio Galerani Rodrigues Alves
Secretário de Manutenção
e Serviços Gerais
Lisia Alves Baganha
Secretária da Vice-Presidência
e Corregedoria Regional Eleitoral
Marcio Bispo de Oliveira
Secretário de Orçamento e Finanças
Michel Marchetti Kovacs
Secretário de Tecnologia da Informação
Renata Motta Geronimi
Secretária de Gestão de Pessoas

OUVIDORIA ELEITORAL

Alessandra de Araújo Bilac Moreira Pinto

ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL

Kátia Valverde Junqueira

COORDENAÇÃO

Assessoria de Gerenciamento de
Riscos e Controle Interno da
Diretoria-Geral

**PROJETO GRÁFICO E
DIAGRAMAÇÃO**

Coordenadoria de Comunicação
Social

APRESENTAÇÃO

BEM-VINDOS!

De acordo com as disposições da IN TCU nº 84/2020, da Decisão Normativa TCU nº 187/2020 e do Ato GP TRE-RJ nº 340/2021, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro apresenta o Relatório de Gestão do exercício de 2021 em formato de relato integrado, com o objetivo de permitir aos cidadãos brasileiros e aos órgãos de controle interno e externo avaliarem como esta Corte investe os recursos dos contribuintes para entregar Eleições organizadas, íntegras e seguras e uma prestação jurisdicional cada vez mais efetiva à sociedade brasileira.

O relato integrado do TRE-RJ está assim estruturado:

- 1. VISÃO GERAL E ORGANIZACIONAL DO TRE-RJ**, onde será tratada a identificação do Tribunal como unidade prestadora de contas e sua estrutura, seu ambiente de atuação e a forma como se relaciona com a sociedade e demais partes interessadas;
- 2. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS**, em que são relatadas as ações desenvolvidas pelo Tribunal para o tratamento dos riscos de suas atividades;
- 3. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO**, que demonstram a maneira como o TRE-RJ se organiza e se planeja para enfrentar seus desafios e seu desempenho no alcance das metas definidas em relação à missão institucional e aos objetivos estratégicos traçados;
- 4. RESULTADOS DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE GESTÃO**, no qual se apresentam as informações específicas das áreas especiais da gestão e os principais resultados alcançados;
- 5. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS**, com a situação e a gestão financeira, orçamentária e patrimonial em 2021.

Para consultar os Relatórios de Gestão de exercícios anteriores ou apresentar sugestões de melhoria ou comentários sobre este e outros itens da prestação de contas do TRE-RJ, visite o menu **Transparência e Prestação de Contas Gestão / Relatório de Gestão** em nossa página na internet: www.tre-rj.jus.br

BOA LEITURA!



SUMÁRIO

MENSAGEM DO PRESIDENTE.....	6	4. RESULTADOS DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE GESTÃO.....	86
1. VISÃO GERAL E ORGANIZACIONAL DO TRE-RJ.....	9	4.1 DESTAQUES DA GESTÃO DO TRE-RJ EM 2021.....	87
1.1 JUSTIÇA ELEITORAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E SEU AMBIENTE DE ATUAÇÃO.....	10	4.2 GESTÃO DE PESSOAS.....	90
1.2 COMPOSIÇÃO DA ALTA ADMINISTRAÇÃO.....	13	4.3 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	118
1.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	14	4.4 GESTÃO DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO.....	129
1.4 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA.....	15	4.5 GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS.....	131
1.5 CADEIA DE VALOR.....	16	4.6 GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA.....	135
1.6 TRE-RJ EM NÚMEROS.....	17	4.7 LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL.....	137
1.7 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE E DE MAIS PARTES INTERESSADAS.....	18	5. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS.....	140
1.8 MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES.....	30	5.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	141
2. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS.....	31	5.2 GESTÃO DE CUSTOS.....	150
2.1 GESTÃO DE RISCOS.....	32	5.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS.....	154
2.2 AVALIAÇÃO DE CONTROLES INTERNOS E AUDITORIAS BASEADAS EM RISCOS.....	33	5.4 CONCLUSÕES DE AUDITORIAS.....	164
3. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO.....	34	6. ANEXOS, APÊNDICES E LINKS.....	166
3.1 SISTEMA DE GOVERNANÇA E GESTÃO DO TRE-RJ.....	35	6.1 DADOS DE PARTIDOS POLÍTICOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.....	167
3.2 AÇÕES DE SUPERVISÃO, CONTROLE E CORREIÇÃO.....	37	6.2 LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES.....	169
3.3 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NO TRE-RJ.....	42	6.3 LISTA DE FIGURAS E INFOGRÁFICOS.....	174
3.4 GESTÃO DE PROCESSOS.....	51		
3.5 RESULTADOS DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO TRE-RJ EM 2021.....	53		
3.6 RESULTADOS ALCANÇADOS FRENTE ÀS METAS ANUAIS ESTABELECIDAS PARA O PODER JUDICIÁRIO.....	80		



MENSAGEM DO PRESIDENTE

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2021 foi marcado pelo aperfeiçoamento dos processos de trabalho desenvolvidos em caráter emergencial no ano anterior. Se a crise sanitária causada pelo novo coronavírus deu indícios de arrefecimento, a Ciência, que desde o início orientou a tomada de decisões por este TRE-RJ, apontava para a necessidade de manutenção dos cuidados sanitários.

Assim, ainda com as restrições decorrentes da pandemia da Covid-19 ocorreram as Eleições Suplementares dos Municípios de Santa Maria Madalena, Silva Jardim e Carapebus, ocasião em que foram realizados os procedimentos de auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas. Destaco, neste ponto, a iniciativa pioneira de transmissão em tempo real

da Auditoria de Votação Eletrônica, promovendo maior transparência do processo eleitoral junto à sociedade.

Com o avanço da vacinação no Estado do Rio de Janeiro, em setembro de 2021 foram retomadas as atividades presenciais, de forma gradativa e sempre primando pela proteção da saúde de servidores, magistrados e colaboradores. Também com foco na promoção da saúde, foram instituídos os Encontros mensais sobre Saúde Mental, além da realização da II Jornada de Saúde do TRE-RJ.

No âmbito da gestão de pessoas, foi concluído o Projeto Piloto do Regime de Teletrabalho, para análise dos normativos, processos, ferramentas e metodologias a serem utilizados pelos

servidores no exercício de atividades, fora das dependências deste Tribunal, em regime de teletrabalho.

No tocante às ações com foco na prestação jurisdicional, foram desenvolvidas novas soluções para possibilitar o exercício das atividades de forma remota, especialmente no âmbito da tecnologia da informação, além do aprimoramento das soluções já existentes.

Dentro desse contexto, em abril de 2021, a Resolução TRE-RJ nº 1.169/2021 instituiu canal de atendimento telepresencial, com funcionamento durante o horário de expediente, mediante plataforma de videoconferência denominada “Balcão Virtual”, como passo inicial rumo à implementação do “Juízo 100% Digital”.

Em novembro, foi concluída a digitalização dos processos físicos e a migração para o Sistema Processo Judicial Eletrônico, em observância à Resolução TRE-RJ nº 1.166/2021 e ao Ato Conjunto PR/VPCRE nº 9/2021.

Também foi desenvolvido painel de Business Intelligence (BI) com vistas ao monitoramento do julgamento dos processos de registro de candidatura das eleições suplementares dos municípios de Itatiaia, Santa Maria Madalena e Silva Jardim.

Além da atuação visando impulsionar o melhor desempenho da atividade jurisdicional, na área da Tecnologia da Informação, foi instituído o Plano Diretor de TIC deste TRE-RJ para o triênio 2021-2023, que terá seu

desempenho medido e acompanhado a partir do Plano Estratégico Institucional (2021-2026).

Tendo em conta o cenário de ataques a sistemas de informação de órgãos do Poder Judiciário e considerando a realização de eleições gerais em 2022, este Tribunal dedicou-se à implementação e aprimoramento de medidas de segurança da informação e proteção de dados pessoais, tendo formalizado processo de gerenciamento de backup, instituído Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais e realizado campanha de conscientização sobre segurança cibernética.

No levantamento de Governança e Gestão Públicas realizado pelo TCU em 2021, este Tribunal Regional obteve resultado de 46% no iGovTI (Índice de Governança e Gestão de TI), bastante superior ao alcançado em 2018, ocasião da última medição, quando alcançou índice de 31%.

Merecem destaque, igualmente, as ações adotadas com foco na governança institucional, em especial a aprovação do Plano Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro para o período de 2021 a 2026.

Ainda, foi instituído o Comitê de Governança de Contratações - CGo-vCon, por meio do Ato nº 150/2021, que atuará com o objetivo de auxiliar a alta administração no estabelecimento de princípios e diretrizes e na implementação e manutenção de processos, estruturas, instrumentos e mecanismos para a governança e gestão das contratações, em conformidade com as normas do Conselho Nacional de Justiça e os regimentos internos do TRE-RJ.

Concluiu-se a implantação do AudiTSE, sistema cedido à Justiça Eleitoral pelo Banco Central do Brasil para elaboração de plano, execução e monitoramento de audi-

tórias, que deve ser alimentado com informações oriundas das auditorias programadas para 2022, passando a ser utilizado no próximo exercício.

Desta feita, as várias iniciativas adotadas, bem assim os resultados obtidos e que serão apresentados com maiores detalhes ao longo do presente Relatório Integrado, revelam os esforços empreendidos por este TRE-RJ para cumprir sua missão institucional de garantia da legitimidade do processo eleitoral, fortalecendo a democracia.

Por fim, como representante máximo da governança deste Tribunal Regional Eleitoral, declaro, perante a sociedade e os órgãos de controle interno e externo, que reconheço a responsabilidade a mim atribuída por assegurar a integridade deste relatório, zelando pela fidedignidade, precisão e completude das informações prestadas, e afirmo a aplicação do pensamento coletivo na sua preparação e apresentação.



Desembargador Elton Martinez Carvalho Leme

Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro



VISÃO GERAL E ORGANIZACIONAL DO TRE-RJ

1.1 JUSTIÇA ELEITORAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E SEU AMBIENTE DE ATUAÇÃO

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro é órgão integrante da Justiça Eleitoral, ramo especializado do Poder Judiciário, com previsão no artigo 118, inciso II, da Constituição Federal. Notadamente, possui funções jurisdicional, administrativa e consultiva, previstas no texto constitucional e no Código Eleitoral (Lei nº 4.737/65, art. 29 e seguintes).

Função Jurisdicional

Aplicação do Direito aos casos concretos submetidos ao órgão, em busca da solução dos conflitos.

Função Consultiva

Peculiar aos Tribunais Eleitorais, decorre da preocupação de prevenir litígios que possam afetar a regularidade do pleito, orientando a ação dos participantes do processo eleitoral a partir da apreciação de situações abstratas.

Função Administrativa

Destaca-se pela preparação, organização e administração de todo o processo eleitoral fluminense. Insere-se, nessa função, o exercício do poder de polícia que visa inibir práticas ilegais que possam ameaçar a legitimidade do pleito (propaganda irregular, captação ilícita de votos e abuso de poder econômico e político).

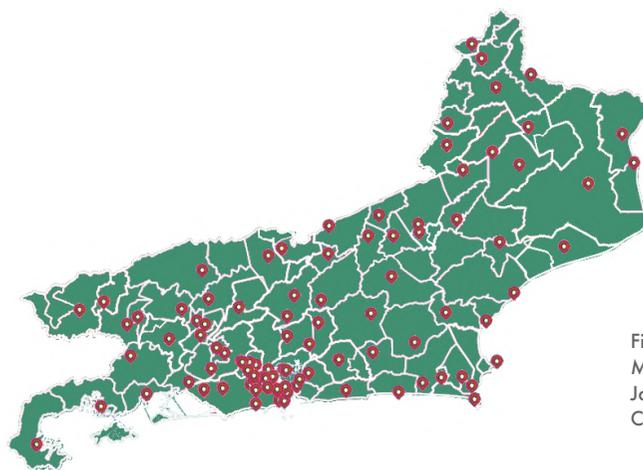


Figura 1.1.1.1:
Mapa do Estado do Rio de Janeiro com localização dos Cartórios Eleitorais

1.1.1 ÓRGÃOS INTEGRANTES E ESTRUTURA DE ATUAÇÃO

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro

Órgão de segunda instância da Justiça Eleitoral no estado, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro é composto por 7 DESEMBARGADORES MEMBROS: dois desembargadores do Tribunal de Justiça, dois juízes de direito estaduais, um juiz do Tribunal Regional Federal e dois advogados.

Além de sua competência originária, tem a atribuição de reexaminar as decisões proferidas na primeira instância, quando submetidas a sua apreciação.



O TRE-RJ tem sua sede no município do Rio de Janeiro, capital do estado.

Juízes Eleitorais

Os JUÍZES ELEITORAIS, designados pelo TRE dentre os juízes de direito estaduais para serem titulares de zonas eleitorais, são órgãos singulares na primeira instância.

A sede da Zona Eleitoral é o CARTÓRIO ELEITORAL, onde são atendidos os eleitores domiciliados em sua circunscrição. É lá que o cidadão tem seu primeiro contato com a Justiça Eleitoral, quando se inscreve como eleitor e passa a participar mais diretamente do processo eleitoral, podendo contribuir para sua ordem e lisura,



colaborando, assim, com a Justiça Eleitoral na garantia dos fundamentos constitucionais da soberania popular e da cidadania.

O estado do Rio de Janeiro tem 92 MUNICÍPIOS e é composto por 165 ZONAS ELEITORAIS, sendo 49 na capital e 116 nos demais municípios.

1.1.2 MISSÃO, VISÃO E VALORES DO TRE-RJ

A identidade institucional do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro forma-se sob três pilares, que servem como direcionadores para a estratégia do órgão: Missão, Visão e Valores.

MISSÃO DO TRE-RJ

Garantir a legitimidade do processo eleitoral

A Missão de um órgão traduz o seu propósito, sua razão de existir. Portanto, considerando as competências previstas para a Justiça Eleitoral na legislação, o TRE-RJ entende que o propósito fundamental de sua atuação, perante a sociedade e demais partes interessadas, é assegurar a normalidade, a segurança e a liberdade democrática em todas as etapas do processo eleitoral.

Por outro lado, é por meio da Visão que o órgão estabelece, a cada ciclo estratégico, como deseja ser visto no futuro, ou seja, no que pretende se transformar com o apoio da nova estratégia, de forma a melhor desempenhar sua missão. Considerando a missão de garantir a legitimidade do processo eleitoral, o TRE-RJ definiu três pontos principais a serem trabalhados no ciclo estratégico 2016-2021:

VISÃO DE FUTURO DO TRE-RJ

Tornar-se, até 2021, Tribunal de destaque na eficácia do julgamento das ações eleitorais, na prevenção e coerção de práticas eleitorais ilícitas e na promoção do exercício consciente da cidadania

Os Valores que o TRE-RJ adota traduzem os princípios da instituição que são incorporados à sua maneira de agir, sendo conjuntos de padrões éticos que devem nortear sua vida cotidiana e de seus integrantes:

VALORES DO TRE-RJ

COMPROMETIMENTO Exercemos nossas atividades com dedicação, empenho, responsabilidade e profissionalismo, priorizando o atendimento das necessidades e expectativas da sociedade e honrando a nossa missão.

COOPERAÇÃO Atuamos com espírito de equipe, compartilhando conhecimentos, habilidades, objetivos, responsabilidades e resultados, gerando sinergia e eficiência.

CRIATIVIDADE Superamos obstáculos e desafios com soluções inovadoras, para o cumprimento da nossa missão.

ÉTICA Atuamos, incondicionalmente, em todas as nossas ações e relações, nos ambientes interno e externo, com retidão, honestidade, integridade, imparcialidade, respeito e moralidade.

ORGULHO INSTITUCIONAL Sentimos orgulho de fazer parte de uma instituição reconhecida pela relevância dos serviços prestados à ordem democrática.

PESSOAS Reconhecemos que os servidores são o nosso grande diferencial e, portanto, devem ser permanentemente estimulados em seu crescimento profissional e pessoal, indistintamente, com condições de trabalho adequadas, competências desenvolvidas e relações fundamentadas no respeito e na transparência.

As ações empreendidas com vistas ao alcance da visão estabelecida para 2021 e os resultados obtidos neste percurso serão relatados no Capítulo 3 deste Relatório de Gestão, no qual também são apresentadas informações a respeito do novo ciclo estratégico 2021-2026.

1.1.3 AMBIENTE DE ATUAÇÃO

O sistema eletrônico de votação brasileiro é reconhecido como um dos mais avançados dentre os utilizados no planeta, envolvendo a captação, o armazenamento e a apuração de votos por meio da urna eletrônica, mecanismo que garante segurança, agilidade e transparência aos resultados das eleições.

Totalmente concebido e desenvolvido pela Justiça Eleitoral brasileira, o sistema distingue o país como

um dos poucos que anunciam os resultados das eleições em apenas algumas horas após o encerramento da votação. A garantia da legitimidade do processo eleitoral e a consequente manutenção do reconhecimento alcançado exigem aprimoramento constante e esforços cada vez maiores por parte dos órgãos da Justiça Eleitoral.

Em busca deste aprimoramento, no ano de 2021, o Tribunal Regional

Eleitoral do Rio de Janeiro reformulou sua estratégia e estabeleceu uma nova visão de futuro institucional, inaugurando-se o ciclo estratégico 2021-2026. No curso deste processo ficaram demonstrados como balizadores para a atuação do órgão temas como o avanço da inclusão digital, o surgimento de novas tecnologias, a necessidade de aprimoramento dos canais de diálogo e de ampliação da responsabilidade ambiental, das práticas de sustentabilidade e do controle social, além da gestão eficiente de recursos utilizados no desempenho de suas funções.

Se por um lado esse cenário expressa os grandes desafios a serem enfrentados pelo Tribunal, no cumprimento de sua missão institucional, por outro manifesta a relevância da maior participação e do controle da população sobre as questões públicas e governamentais. Sendo o cidadão peça fundamental no processo eleitoral, seu engajamento crescente contribui, na mesma medida, para o ambiente de atuação da Justiça Eleitoral. Afinal, a garantia de um processo legítimo vai ao

encontro da expectativa atual da sociedade, podendo alçá-la à condição de colaborador efetivo para o alcance dos resultados pretendidos, seja na fiscalização da propaganda eleitoral, denunciando irregularidades e abusos, ou na atuação como mesário. Com isso, a sociedade deixa de ser destinatária de um serviço para ser, também, responsável pelo seu sucesso.

Os aspectos relativos ao ambiente de atuação do TRE-RJ, aqui apresentados, nortearam as diretrizes estratégicas consignadas no [Plano Estratégico 2021-2026](#) do Tribunal.

inclusão digital

canais de diálogo

sustentabilidade

novas tecnologias

controle social

gestão eficiente

1.2 COMPOSIÇÃO DA ALTA ADMINISTRAÇÃO

Apresentam-se abaixo os representantes da Alta Administração do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro responsáveis pelo período que abarca o relatório de gestão integrado e o atualmente vigente.



**DESEMBARGADOR
CLÁUDIO BRANDÃO DE
OLIVEIRA**

Presidente
De 09/12/2019 a
11/03/2021



**DESEMBARGADOR
CLÁUDIO LUÍS BRAGA
DELL'ORTO**

Presidente
De 15/03/2021 a
09/12/2021

**Vice-Presidente e
Corregedor Eleitoral**
De 09/12/2019 a
14/03/2021



**DESEMBARGADOR
ELTON MARTINEZ
CARVALHO LEME**

Presidente
Desde 10/12/2021

**Vice-Presidente e
Corregedor Eleitoral**
De 15/03/2021 a
09/12/2021



**ADRIANA FREITAS
BRANDÃO CORREIA**

Diretora-Geral
De 09/12/2019 a
13/12/2021



**ELINE IRIS RABELLO
GARCIA DA SILVA**

Diretora-Geral
Desde 13/12/2021

1.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional do TRE-RJ guarda simetria de competências com a do Tribunal Superior Eleitoral, conforme estabelecido na Resolução TSE nº 22.138/05.

A **Resolução nº 1.147/2020**, que estabelece a **estrutura orgânica** do TRE-RJ, e a **Resolução nº 1.107/2019**, com suas alterações posteriores, que estabelece o **Regulamento Administrativo do Tribunal** dispendo sobre a organização dos serviços administrativos, competências e atribuições de todas as unidades, estão disponíveis em www.tre-rj.jus.br, menu Legislação.

As unidades que compõem os níveis estratégico e tático estão representadas no organograma ao lado.

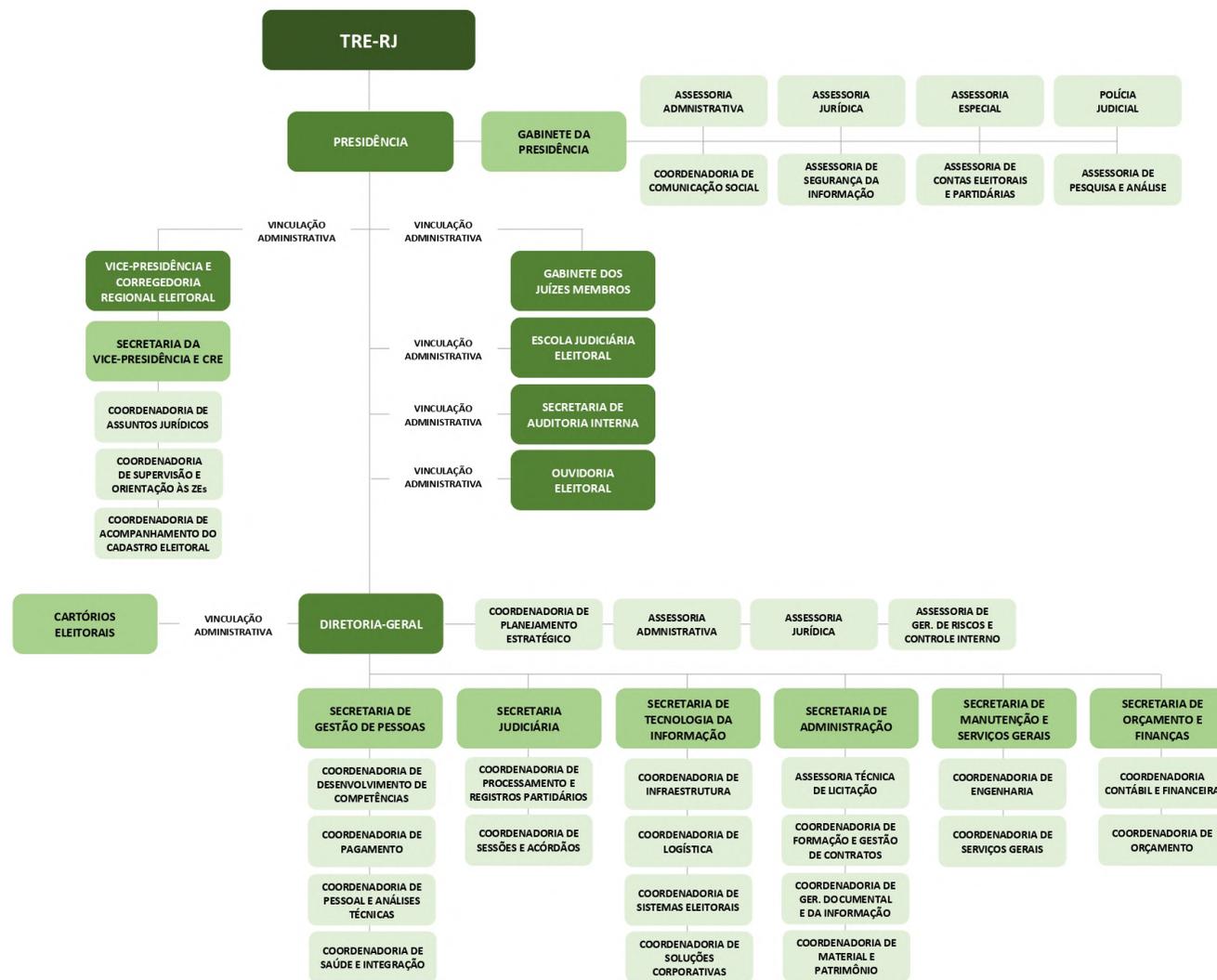


Figura 1.3.1: Organograma do TRE-RJ (níveis estratégico e tático)

1.4 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

O Sistema de Governança e Gestão do Tribunal foi estabelecido no ano de 2019, com a publicação da **Resolução TRE-RJ nº 1.119/2019**, em consonância à base normativa que disciplina a matéria no âmbito do Poder Judiciário e às melhores práticas de governança e gestão preconizadas.

Governança representa um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle, colocados em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, a fim de atender às necessidades e expectativas dos clientes do órgão. Por se tratar de um sistema em constante evolução, no ano de 2021 foi iniciado o processo de revisão da Política de Governança e Gestão do TRE-RJ e respectiva estrutura.

A estrutura de governança do Tribunal está visualmente descrita no modelo reproduzido ao lado (conforme Anexo da Resolução TRE-RJ nº 1119/2019).

Outras informações sobre o tema podem ser conferidas no Capítulo 3 deste Relatório de Gestão (Governança, Estratégia e Desempenho) e no [sítio eletrônico do TRE-RJ](#).

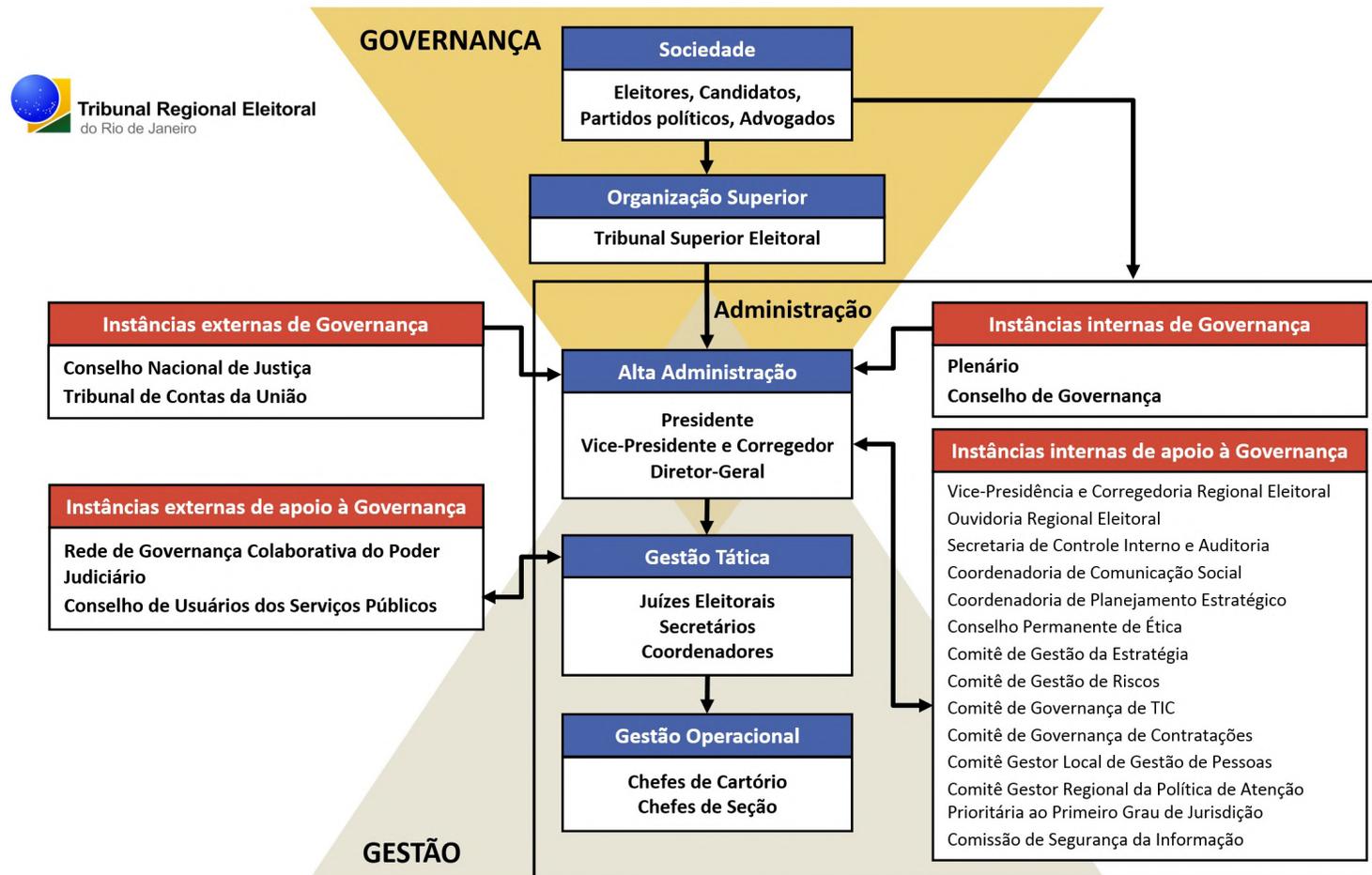


Figura 1.4.1: Sistema de Governança e Gestão do TRE-RJ - Resolução TRE-RJ nº 1.119/2019

1.5 CADEIA DE VALOR

A Cadeia de Valor do TRE-RJ foi instituída por intermédio do [Ato nº 636/2014](#), da Presidência deste Tribunal.

Nela encontram-se identificados os Macroprocessos Finalísticos do Tribunal, as grandes entregas, os clientes, além dos Macroprocessos de Gestão e os de Suporte.

Em conjunto com a Cadeia de Valor, foi produzida também a Arquitetura de Processos do TRE-RJ, desdobrando-se os processos que a compõem, seus objetivos e produtos.

Durante o ano de 2021 a Cadeia de Valor e a Arquitetura de Processos do TRE-RJ foram revisadas e há previsão de vigência a partir de 2022.

Detalhes sobre a metodologia de gestão de processos do TRE-RJ são apresentados no tópico 3.4 deste Relatório de Gestão (Gestão de processos) e no [sítio eletrônico do TRE-RJ](#).

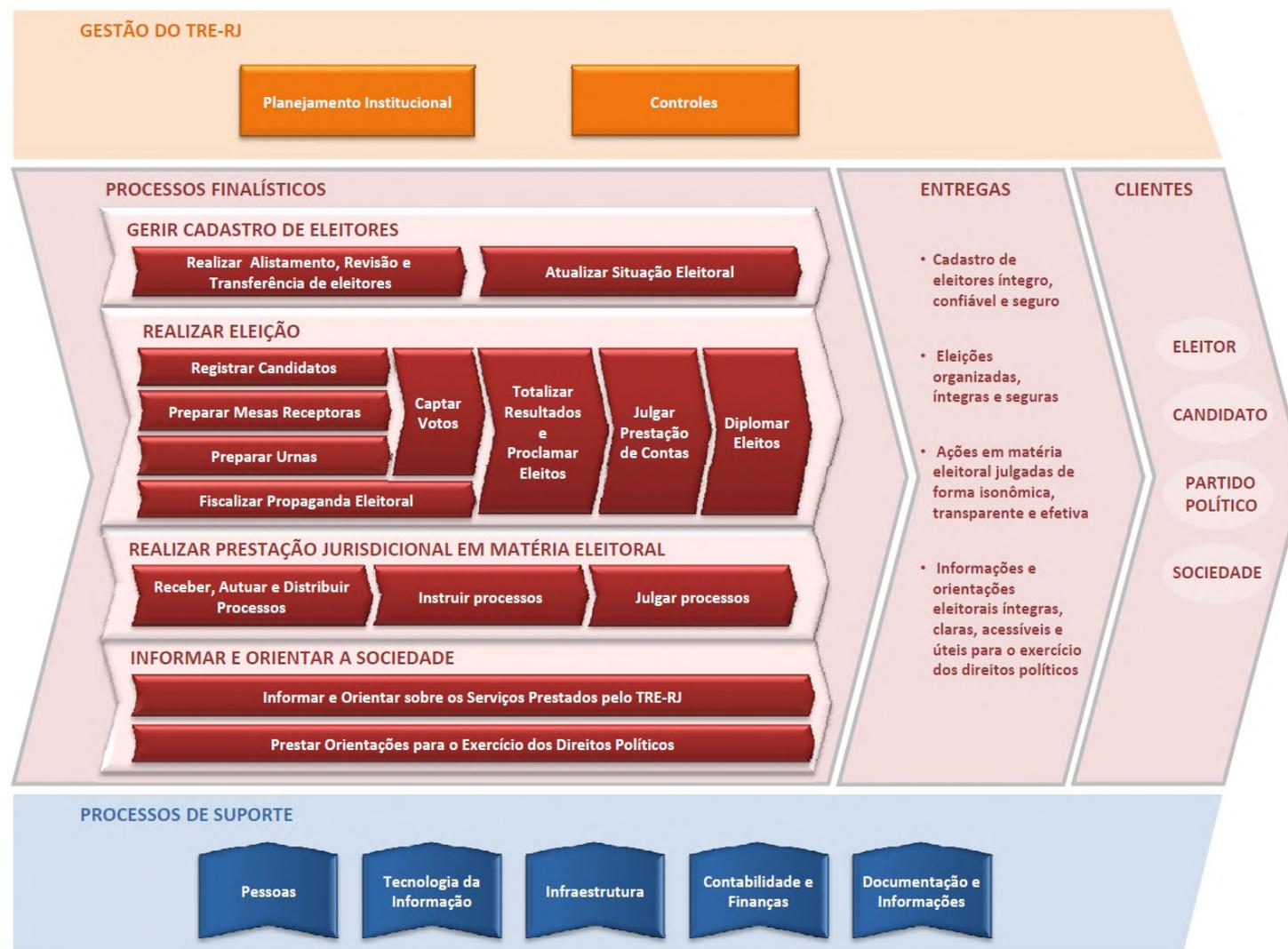
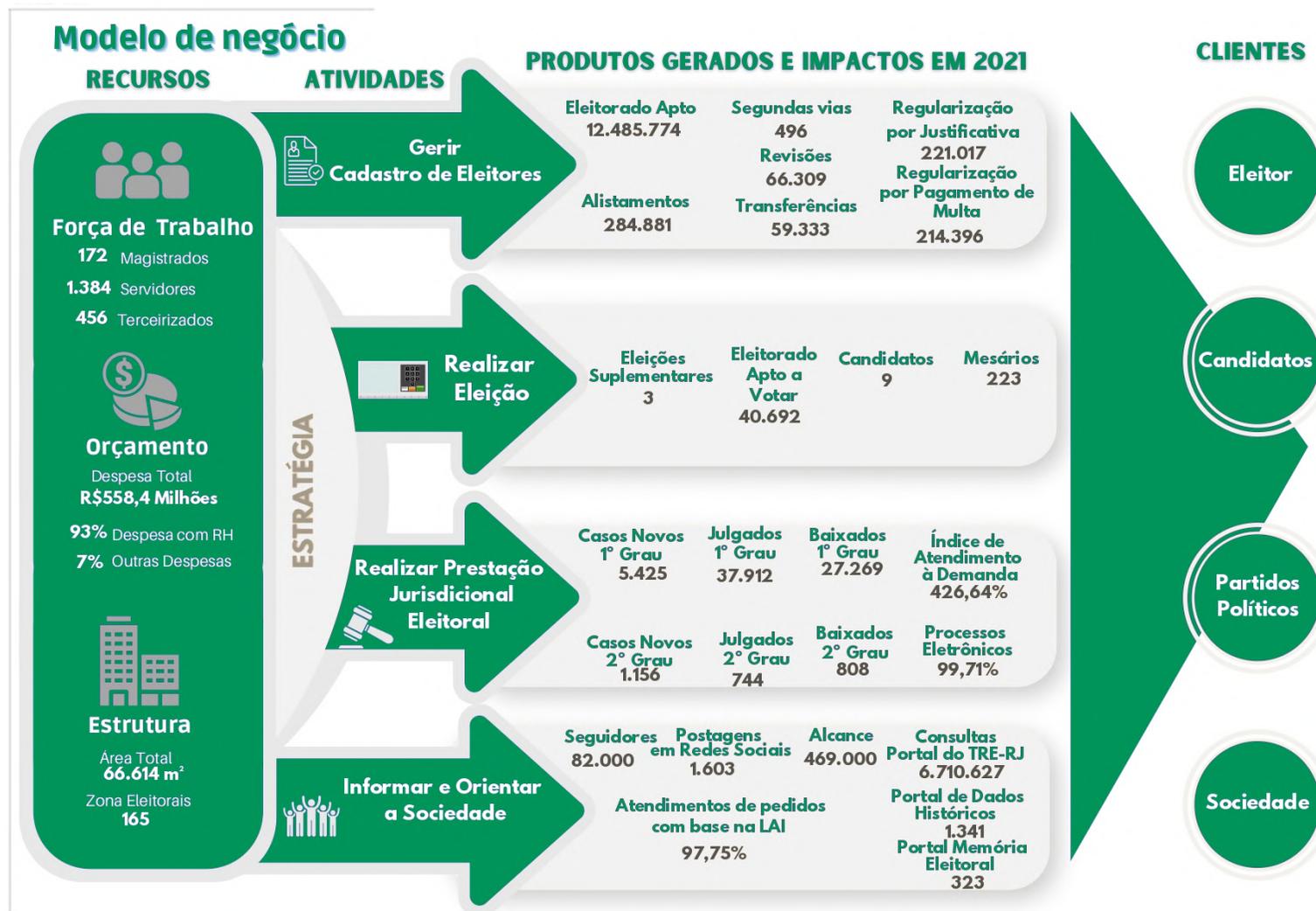


Figura 1.5.1: Cadeia de Valor do TRE-RJ

1.6 TRE-RJ EM NÚMEROS



Infográfico 1.6.1: TRE-RJ em números

1.7 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE E DEMAIS PARTES INTERESSADAS

1.7.1 IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES INTERESSADAS E DE SUAS NECESSIDADES

São reconhecidos como principais partes interessadas do TRE-RJ os destinatários finais dos serviços prestados. Estão identificados na **Cadeia de Valor** do TRE-RJ, sendo eles: o eleitor, o candidato, o partido político e a sociedade.

Além destes, todos aqueles que estabelecem relações com o Tribunal na execução da sua missão institucional são partes interessadas, reconhecidas e tratadas no decorrer da execução das atividades com as quais se relacionam.

Para o desenvolvimento das funções precípua desta justiça especializada, que envolvem, além da prestação jurisdicional, a realização das eleições, é fundamental estabelecer canais de diálogo que facilitem a identificação dos anseios dos clientes do Tribunal, propiciando o alinhamento de suas expectativas às entregas de valor propostas pelo

Tribunal em sua Cadeia de Valor, conforme demonstrado no item 1.5 deste Relatório de Gestão.

Os instrumentos que buscam manter de forma contínua este diálogo, são os canais de comunicação deste TRE-RJ – relacionados no próximo item deste Relatório. Dentre eles, destaca-se como principal instrumento de identificação das necessidades de clientes e demais partes interessadas a Ouvidoria. É por intermédio da Ouvidoria que sugestões, elogios, dúvidas e reclamações são registradas e encaminhadas às unidades responsáveis para tratamento. Relatórios anuais também são elaborados, subsidiando a Administração na priorização das ações destinadas ao atendimento das necessidades apresentadas pelos cidadãos.

Por ocasião das revisões do planejamento estratégico também são

captadas as percepções de todas as partes interessadas, através da realização de pesquisas diagnósticas, que subsidiam a definição das diretrizes traçadas para o respectivo ciclo estratégico. No ano de 2021 foi realizada a construção do Planejamento Estratégico para o ciclo 2021-2026, cujas informações podem ser obtidas no **sítio eletrônico do Tribunal** e também no item 3.3.4 deste Relatório.

Além das ações citadas, anualmente, todos os órgãos do Poder Judiciário realizam consulta à sociedade para a definição conjunta, por segmento de justiça, das Metas Nacionais relacionadas aos macrodesafios estabelecidos na Estratégia Nacional.

As Metas Nacionais fazem parte da Estratégia Nacional do Poder Judiciário e representam o compromisso firmado anualmente pelos órgãos do Poder Judiciário para

melhoria da prestação jurisdicional. A Estratégia Nacional do Poder Judiciário, instituída pela **Resolução CNJ nº 325/2020**, estabelece os Macrodesafios do Poder Judiciário para o período 2021-2026, sendo aplicável a todos os conselhos de Justiça e tribunais do país, com exceção do Supremo Tribunal Federal. Com o advento da **Resolução CNJ nº 221/2016** e **Portaria CNJ nº 114/2016**, foi incluída a etapa da Consulta Pública no processo de formulação de metas, visando obter a participação da sociedade nesse processo. Assim, o processo de formulação das metas constitui um esforço colaborativo construído ao longo de todo o ano, sob a coordenação do Conselho Nacional de Justiça e o apoio da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário, que culmina com a aprovação das metas nacionais pelos presidentes dos tribunais durante o Encontro Nacional do Poder Judiciário.

1.7.2. CANAIS DE COMUNICAÇÃO

O TRE-RJ oferece ao cliente externo diversos canais de comunicação, através dos quais se podem requerer informações com base na Lei de Acesso à Informação, registrar reclamações, críticas, elogios, sugestões e denúncias, bem como tirar dúvidas sobre os serviços prestados pela Justiça Eleitoral.



PORTAL (WWW.TRE-RJ.JUS.BR)

Acesso ao serviço de requerimento de título de eleitor (Título Net), emissão de certidões eleitorais e de guia de pagamento de multa eleitoral, consultas sobre situação do título, local de votação, endereço de cartórios, andamento processual, entre outros.



SOLICITAÇÃO DE AGENDAMENTO DE ATENDIMENTO PRESENCIAL

(WWW.TRE-RJ.JUS.BR E CAT (21 3436-9000))

O TRE-RJ recebeu, por meio do seu sistema eletrônico de agendamento disponibilizado ao público externo, **32.437 solicitações de agendamento para atendimento presencial** em cartório eleitoral do estado do Rio de Janeiro, em 2021.



ATENDIMENTO ONLINE (WWW.TRE-RJ.JUS.BR)

No ano de 2021, em razão da pandemia, o serviço Título Net para formalização de requerimentos de título eleitoral de forma virtual permaneceu sendo oferecido pelo TRE-RJ às pessoas interessadas, tendo sido recebidos **480.936 requerimentos online de título eleitoral**.



FALE CONOSCO TRE-RJ (WWW.TRE-RJ.JUS.BR)

Em 2021, a equipe do Fale Conosco do TRE-RJ respondeu a **mais de 9.000 e-mails recebidos** de cidadãos brasileiros, estrangeiros, candidatos, partidos políticos sobre diversos assuntos, tais como: título eleitoral, regularização da situação eleitoral, certidões eleitorais, multa eleitoral e outros.



CENTRAL DE ATENDIMENTO TELEFÔNICO - CAT (21 3436-9000)

A CAT realizou **118.280 atendimentos** em 2021.



OUVIDORIA

Atende demandas relativas a reclamações, críticas, elogios e sugestões. Em 2021, realizou **2.308 atendimentos**.



SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO - SIC

Atende a pedidos de informação feitos com base na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). Em 2021 foram registrados **190 pedidos de informação**.



INSTAGRAM/TRE.RJ

Criado em abril de 2019, o perfil do TRE-RJ no Instagram possui **8,8 mil seguidores**. Em 2021 foram **510 publicações**, com **15,5 mil de alcance**.



TWITTER/TRERJ

A página do TRE-RJ no Twitter possui **15,9 mil seguidores**. Em 2021 foram **445 publicações**, com **177 mil de alcance**.



FACEBOOK.COM/TRERJ

O TRE-RJ possui **53 mil seguidores** em sua página oficial. Em 2021, foram **510 publicações**, com **228,5 mil de alcance** e **3.162 atendimentos** iniciados pela atendente virtual.



YOUTUBE/TRE-RJ

O canal do TRE-RJ no Youtube possui **4,3 mil inscritos**. Em 2021 foram publicados **138 vídeos**, com **48 mil de alcance**.

1.7.3 OUVIDORIA

A Ouvidoria atua como canal de comunicação do TRE-RJ com a sociedade e possui como missão colaborar para que o Tribunal preste o melhor serviço à população, a partir da entrega de elementos advindos diretamente das manifestações dos cidadãos e cidadãs.

No ano de 2021, com a continuidade da pandemia do coronavírus e da suspensão do atendimento presencial, a Ouvidoria permaneceu sendo um dos principais canais de contato do público externo com o Tribunal.

Meios de acesso à Ouvidoria

CENTRAL DE ATENDIMENTO TELEFÔNICO - CAT:

Canal de comunicação com o público externo, que presta informações gerais sobre os serviços eleitorais. Eventualmente, a CAT pode transferir as ligações para a Ouvidoria, quando a demanda ultrapassar o escopo da central.

A CAT também registra as reclamações dos eleitores no sistema da Ouvidoria, sendo de sua incumbência a orientação à CAT. Em 2021, a CAT atendeu 118.280 ligações.

Contato: (21) 3436-9000
Horário de atendimento das 11 às 19 horas

POR FORMULÁRIO-WEB:

www.tre-rj.jus.br/o-tre/ouvidoria/reclamacao-critica-sugestao-e-elogio

PESSOALMENTE:

Endereço: Avenida Presidente Wilson, 194 - 1º andar - Castelo - Rio de Janeiro. Em razão da pandemia do coronavírus, o atendimento presencial ficou suspenso durante o ano de 2021.

Atendimentos da Ouvidoria em 2021

A Ouvidoria do TRE-RJ registrou, no período de 01/01/2021 a 31/12/2021, um total de 2.308 ocorrências. Das ocorrências recebidas, 124 foram inadmitidas e 1 não foi atendida.

No ano de 2021 permaneceu uma significativa utilização do Messenger do Facebook e do Direct do Instagram. O atendimento pelas redes sociais foi procurado não só pelos eleitores, mas também pelos candidatos, mesários, partidos, advogados, terceirizados e fornecedores. Verifica-se que os eleitores procuram o atendimento pelas redes sociais para as mais diversas solicitações, seja para tirar dúvidas, buscar informações, fazer denúncias ou reclamações acerca dos serviços prestados pela Justiça Eleitoral. Pelo Messenger do Facebook foram realizados 3.162 atendimentos.

Tipos e tempos médios de atendimento das ocorrências

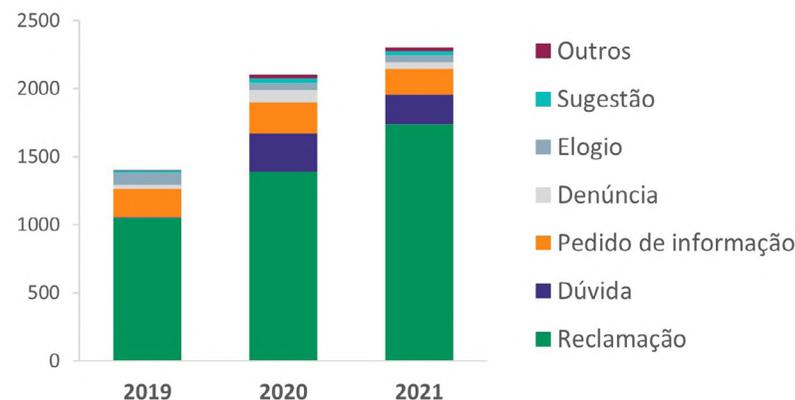


Gráfico 1.7.3.1: Tipos de ocorrências

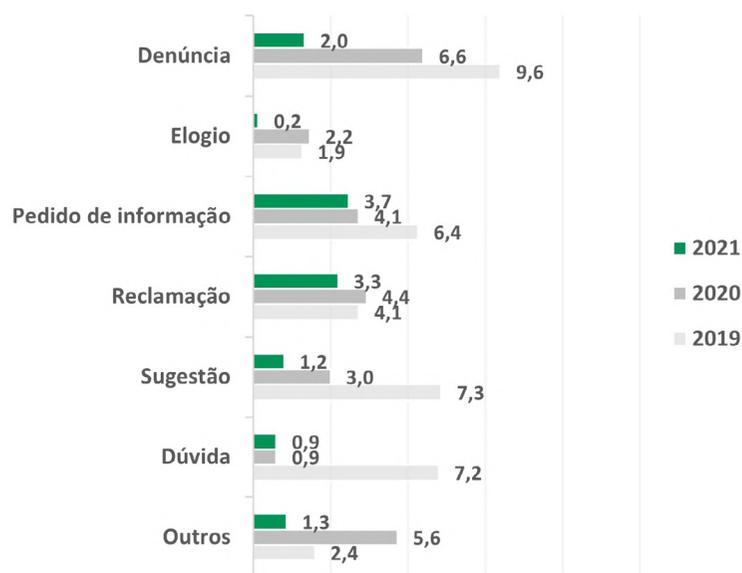


Gráfico 1.7.3.2: Tempos médios de atendimento das ocorrências (em dias)

Com relação às reclamações mais recorrentes, os três assuntos de destaque foram:

ASSUNTO DA OCORRÊNCIA	QUANTIDADE RECEBIDA
Título Net - prazo	521
Multa Eleitoral	115
Dados Divergentes	106

Tabela 1.7.3.1: Principais assuntos das ocorrências

Meios utilizados para registro das ocorrências

Verifica-se que os meios disponíveis eletronicamente são os mais procurados pelos eleitores na comunicação com o Tribunal. No entanto, importa esclarecer que a CAT - Central de Atendimento Telefônico recebe as ligações destinadas à

Ouvidoria e registra as ocorrências através do formulário-web. Assim, acredita-se que o atendimento telefônico e o formulário-web sejam os meios de comunicação mais procurados pelo público externo na interação com a Ouvidoria.

FORMA DE RECEBIMENTO	2019	2020	2021
Formulário Eletrônico (Web)	78,15%	62,08%	89,60%
Mensagem Eletrônica (e-mail)	11,03%	29,28%	10,27%
Reclame Aqui	9,82%	6,07%	0,04%
Atendimento Telefônico	0,57%	1,76%	0,04%
Atendimento Pessoal	0,43%	0,81%	0,04%

Tabela 1.7.3.2: Forma de recebimento das ocorrências

Ocorrências relativas a pedidos de informação com base na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação)

No ano de 2021 foram registrados 190 pedidos de informação com base na Lei de Acesso à Informação, não tendo havido, no período, negativa de acesso à informação em razão de sigilo.

Pesquisa de satisfação

O sistema da Ouvidoria possui funcionalidade de pesquisa de satisfação, através da qual o cliente avalia a cortesia no atendimento, a resposta obtida, o prazo total do atendimento e a relevância de sua participação na melhoria da Justiça Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro por meio de sua manifestação. No exercício de 2021, foram aferidas as seguintes médias de satisfação por tipo de ocorrência, em uma escala de 1 a 5 estrelas:

TIPO DE OCORRÊNCIA	MÉDIA DE SATISFAÇÃO
Denúncia	3.8
Elogio	4.7

TIPO DE OCORRÊNCIA	MÉDIA DE SATISFAÇÃO
Pedido de informação	4.3
Reclamação	4.0
Sugestão	4.8
Dúvida	4.2
Outros	3.9

Tabela 1.7.3.3: Tipos de ocorrência e média de satisfação

1.7.4 CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

A **Carta de Serviços ao Cidadão do TRE-RJ**, disponível no sítio eletrônico do Tribunal, foi desenvolvida com o objetivo de divulgar os serviços eleitorais prestados ao cidadão por esta instituição e os compromissos assumidos com o padrão de qualidade no atendimento.

Contendo os serviços prestados no âmbito dos cartórios eleitorais e das unidades da Sede deste Tribunal, a edição atual da Carta de Serviços consiste em uma versão atualizada e ampliada em julho de 2021, para prever os novos serviços disponibilizados online.

A nova edição da Carta de Serviços ao Cidadão reafirma o compromisso do Órgão de facilitar e ampliar o acesso dos cidadãos e das cidadãs aos serviços, visando, ainda, estimular a participação da sociedade no processo de melhoria contínua da qualidade no atendimento, por intermédio de canais competentes disponíveis para a manifestação e sugestões.

Por meio de uma gestão participativa e transparente, o TRE-RJ busca fortalecer a confiança e a credibilidade da sociedade, garantir o direito de todos receberem serviços em conformidade com as demandas apresentadas e contribuir para a consolidação de uma administração pública acessível e efetiva.

Compromisso com o Atendimento ao Público



Esclarecer os cidadãos e as cidadãs acerca dos serviços prestados pela Justiça Eleitoral no Estado do Rio de Janeiro e como proceder para ter acesso ao serviço adequado a sua necessidade.



Garantir o atendimento prioritário aos maiores de 60 anos (e, dentre esses, preferencialmente aos maiores de 80 anos), gestantes, lactantes, pessoas com crianças de colo, pessoas com deficiência e obesos.



Zelar para que o atendimento seja efetuado com respeito e urbanidade, por uma equipe de servidores e servidoras qualificados e em constante aperfeiçoamento.



Cuidar para que as informações constantes no Cadastro Nacional de Eleitores sejam fidedignas.



Divulgar, com antecedência, as orientações que se fizerem necessárias aos eleitores e às eleitoras, em especial no período eleitoral.



Estimular a participação do público, mediante a criação de canais de comunicação, a fim de avaliar o grau de satisfação dos usuários e das usuárias e a adequação dos serviços oferecidos.



Proporcionar o autoatendimento no sítio do TRE-RJ.



Agir de forma transparente, dentro da legalidade e da ética.

1.7.5 PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO ELEITORAL E DA CIDADANIA

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro possui como um de seus principais processos a prestação de orientações à sociedade para o exercício consciente dos direitos políticos.

Por outro lado, as diretrizes traçadas pelos Planos Estratégicos do Poder Judiciário e do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro colocam como um de seus objetivos a promoção da cidadania. Este objetivo pode ser entendido também como a promoção do desenvolvimento e inclusão social através de ações que contribuam para o fortalecimento da educação e da consciência dos direitos, deveres e valores do cidadão.

Para a consecução de tais objetivos, o TRE-RJ, por intermédio da Escola Judiciária Eleitoral, desenvolve ações socioeducativas, a exemplo dos programas “Eleitor do Futuro” e “TRE vai à Escola”, além de promover eventos abertos ao público externo e produzir publicações sobre a matéria.

Ações socioeducativas: Programas Eleitor do Futuro e TRE vai à Escola

As ações socioeducativas constituem um grande facilitador, não apenas para a construção de uma cidadania ativa, mas também para a desconstrução de muitas noções equivocadas acerca do papel desempenhado pela Justiça Eleitoral.

Os programas “Eleitor do Futuro” e “TRE vai à Escola” envolvem a realização de palestras nos ambientes escolares, com o auxílio de servidores e magistrados voluntários, com foco na compreensão da condição de eleitor e do papel desempenhado pelos políticos eleitos.



Em 2021, o cenário da pandemia de Covid-19 – com o fechamento das escolas públicas e privadas e a imposição de regras de distanciamento social – continuou a afetar o desenvolvimento das ações socioeducativas, tendo em vista que tais atividades sempre foram desenvolvidas através de oficinas presenciais e que a utilização do sistema EAD esbarra, muitas vezes, na falta de estrutura das Escolas, público-alvo dos programas.

Ainda assim, no curto espaço de tempo em que a pandemia apresentou uma melhora, foi realizada, no mês de novembro, uma ação do “Eleitor do Futuro”, em Volta Redonda, da qual participaram 130 crianças, dos 4º e 5º anos do Ensino Fundamental.

Eventos abertos ao público externo

Em 2021 foram promovidos 5 eventos acadêmicos abertos ao público externo, de diversos formatos, entre palestras presenciais e online, live, webinar, que permitiram ampliar os debates com a comunidade jurídica, partidos políticos, organizações sociais e a população em geral.



O projeto “Café com Política” ofereceu 9 lives, conduzidas pela diretora da Escola Judiciária Eleitoral, a desembargadora eleitoral Kátia Valverde Junqueira, nas quais foram entrevistados convidados que contribuíram para a construção de um diálogo sobre a representatividade das minorias, a importância da participação política, a segurança do sistema eletrônico de votação, a conquista do espaço político pelas mulheres, entre outros temas de atual relevância.

Produção e publicação de periódicos científicos e cartilhas educativas/instrutivas

Foram produzidas e publicadas em 2021 três edições da revista científica “Justiça Eleitoral em Debate”, com as temáticas “Eleições do século XXI: hipermodernidade e arcaísmos”, “Reforma Eleitoral Brasileira - expectativas e avanços” e “Reforma Política e Eleitoral - temas relevantes para as eleições 2022”.



Todas as edições da revista podem ser acessadas clicando-se [aqui](#).



Foi produzida, ainda, a atualização da “Lei das Eleições Comentada”, publicada em abril de 2021 e disponível na página da [Escola Judiciária Eleitoral](#).

Perspectivas para o futuro

As experiências virtuais trouxeram grandes aprendizados no ano de 2021. Embora as ações socioeducativas tenham sido significativamente impactadas pela

imposição do distanciamento social, a expectativa de melhoria na situação sanitária do país nos leva a acreditar que o ano de 2022 permitirá a retomada das atividades.

Desse modo, planeja-se avançar nos resultados das ações socioeducativas, com a adoção de um modelo de execução híbrido, que contará com atividades presenciais e virtuais, de modo a atender a demanda e a realidade de cada instituição e a conciliar a preservação da saúde dos envolvidos com o regular desempenho das atividades.

E, mesmo com o arrefecimento do distanciamento social, é notório que o ambiente EaD e outras formas de interações virtuais, como Webinários e lives, são ferramentas que deverão ser utilizadas na realização de debates importantes sobre temas eleitorais ao longo do ano de 2022.

1.7.6 MEMÓRIA ELEITORAL

Com o objetivo de fomentar as atividades de preservação, pesquisa e divulgação da história do Poder Judiciário e dos conteúdos de caráter sócio-histórico referentes aos acervos, o Tribunal instituiu em 2021, por meio da Resolução TRE-RJ nº 1.189, sua **Política de Gestão da Memória**, importante marco normativo que dispõe sobre as diretrizes para a implantação do Programa de Gestão da Memória (PGM) no âmbito da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro, que compreenderá ações em três eixos: Documental, Pesquisa e Eventos.

A Política prevê, entre outras diretrizes, a implementação de estratégias de produção da narrativa histórica para preservação e conservação da Memória Institucional e da Memória Eleitoral em ambiente físico e digital seguro e a promoção da cidadania por meio do pleno acesso ao patrimônio documental de valor histórico gerido e custodiado pelo órgão, realizada a partir de ações culturais, educativas e/ou informativas.

Atualmente, o Tribunal dispõe de dois espaços em seu sítio eletrônico para divulgação de dados históricos e acervo virtual: **Memória Institucional** e **Memória das Eleições do RJ** – cujo conteúdo passou por atualizações em 2021.

O Tribunal dispõe, ainda, do Espaço de Memória Eleitoral José Joaquim da Fonseca Passos, localizado no 2º andar do edifício-sede, onde parte do acervo físico encontra-se em exposição permanente, franqueada à visitação do público externo.

Em 2021, por conta do isolamento social e da impossibilidade de visitação ao espaço de memória, deu-se foco ao desenvolvimento de ações virtuais, como a publicação de vídeos de figuras femininas históricas importantes para a conquista do espaço político.

Para a comemoração do Dia da Memória, 10 de Maio, a Escola Judiciária Eleitoral, em parceria com a Comissão de Memória Eleitoral, elaborou um vídeo em homenagem a Antonieta de Barros, uma das três primeiras mulheres eleitas no Brasil. Negra e de origem humilde, foi deputada federal por Santa Catarina, era professora de português e literatura e grande defensora da educação para todos.

Para o Dia do Museu, 18 de Maio, outra vídeo-homenagem foi dedicada a Romy Medeiros, advogada carioca que dedicou a sua vida à causa feminista e aos direitos das mulheres. Dentre suas conquistas está a coautoria da Lei 4.121 de 1962 - o Estatuto da Mulher casada.

Os vídeos podem ser assistidos no [canal do TRE-RJ no Youtube](#).



Figura 1.7.6.1: Foto do Espaço de Memória Eleitoral José Joaquim da Fonseca Passos

1.7.7 TRANSPARÊNCIA INSTITUCIONAL

O TRE-RJ, considerando a Resolução CNJ nº 215/2015, a qual dispõe, no âmbito do Poder Judiciário, sobre o acesso à informação e a aplicação da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), nos termos no artigo 6º, inciso VII, do referido normativo, e ainda do que dispõe a Instrução Normativa TCU nº 84/2020, disponibiliza em seu sítio eletrônico, no menu “Transparência e Prestação de Contas”, informações e dados para acesso da sociedade.

No que tange ao Portal da Transparência do TRE-RJ, a missão é manter a qualidade do serviço de disponibilização das informações para o público externo, mantendo a periodicidade de atualização do conteúdo dos dados, o seu monitoramento por gestores previamente definidos, a vinculação das informações disponíveis para acesso aos dispositivos legais, entre outras atividades.

Ranking da Transparência - CNJ

Com o objetivo de valorizar os tribunais e conselhos que mais se destacam no fornecimento de informação de forma clara e organizada, o Conselho Nacional de Justiça, instituiu, por meio da Resolução CNJ nº 260/2018, o Ranking da Transparência do Poder Judiciário, contribuindo para o aprimoramento do monitoramento interno desta atividade pelos órgãos. Com isso, ganha a sociedade, que tem assegurado o seu direito de acesso às informações públicas, de modo a promover e facilitar o exercício de direitos.

No ano de 2021, o TRE-RJ alcançou 92,27% de cumprimento dos itens avaliados, desempenho que o posicionou em 42º lugar no ranking de todos os tribunais e em 21º lugar dentre os Tribunais Regionais Eleitorais, empatado com o TRE-PA.

A despeito de leve queda no comparativo com o desempenho de 2020, quando aferiu 94,74% de cumprimento dos itens avaliados, o índice se manteve bastante superior se comparado com os 77,05% de 2019 e 58,85% de 2018.

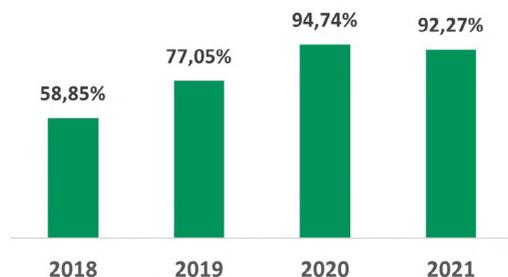


Gráfico 1.7.7.1: Desempenho do TRE-RJ no Ranking da Transparência do Poder Judiciário

Por fim, é relevante destacar que o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro encontra-se desenvolvendo e aprimorando ferramentas que serão utilizadas para garantir a autenticidade e a integridade das informações.

1.7.8 ACESSIBILIDADE, INCLUSÃO E DIVERSIDADE



Para garantia dos direitos da pessoa com deficiência (acessibilidade e inclusão) em suas dependências e serviços e atendimento às diretrizes estabelecidas pela Resolução CNJ nº 401/2021, o TRE-RJ vem implementando, ao longo dos anos, diversas medidas, a exemplo da adoção de procedimentos específicos para divulgação de conteúdos em seus portais eletrônicos, promoção de capacitações e ações de sensibilização para servidores e magistrados no tema, disponibilização de materiais e equipamentos adaptados para utilização por servidores e magistrados e realização de adaptações arquitetônicas nos imóveis que utiliza.

Com o objetivo de identificar e promover gradualmente medidas que visem à eliminação de barreiras urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações e na informação, atitudinais ou tecnológicas, foi constituída, por meio da Resolução TRE-RJ nº 1.084/2019, a Comissão Multidisciplinar de Acessibilidade e Inclusão - CPAI.

Com o objetivo de identificar e promover gradualmente medidas que visem à eliminação de barreiras urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações e na informação, atitudinais ou tecnológicas, foi constituída, por meio da Resolução TRE-RJ nº 1.084/2019, a Comissão Multidisciplinar de Acessibilidade e Inclusão - CPAI.

Acessibilidade nos imóveis do TRE-RJ

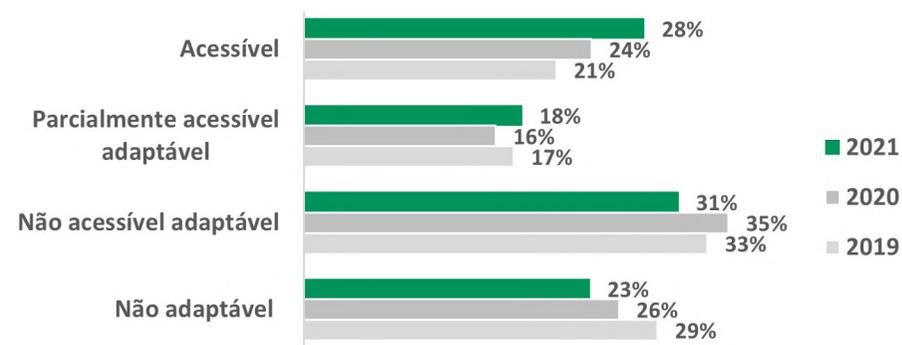


Gráfico 1.7.8.1: Percentual de imóveis por situação

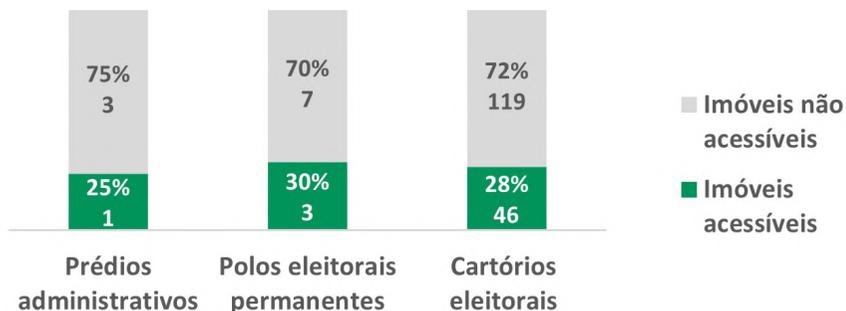


Gráfico 1.7.8.2: Quantitativo de imóveis com instalações acessíveis - 2021

Ações em acessibilidade arquitetônica ou física

Para melhoria da acessibilidade física, foram realizadas no exercício as seguintes ações:

- reposicionamento de máquinas de registro de frequência, para possibilitar que os servidores usuários de cadeiras de rodas registrem os seus pontos com autonomia;
- aquisição de aparelhos telefônicos para servidores com deficiência auditiva.

Ações em acessibilidade de comunicação

Visando aperfeiçoar as habilidades de comunicação dos servidores do TRE-RJ, foram realizados, ao longo de 2021, três cursos relacionados a acessibilidade de comunicação:

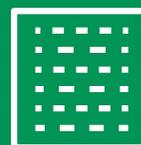
AÇÃO DE CAPACITAÇÃO	Nº DE SERVIDORES CAPACITADOS	VALOR INVESTIDO
iConversação em Libras para Atendimento ao Eleitor	232	*
Curso de Acessibilidade - Noções Básicas	272	**
Os Direitos das Pessoas com Deficiência com Enfoque na Legislação Brasileira	14	R\$ 20.000,00

Tabela 1.7.8.1: Ações de capacitação para acessibilidade de comunicação - 2021

* Conteúdo desenvolvido pelo TRE-TO e disponibilizado no ambiente EaD do TSE

** Conteúdo desenvolvido pela CPAI / RJ e disponibilizado no ambiente EaD do TSE

Além do oferecimento de capacitações, outras ações foram impulsionadas para melhoria da acessibilidade de comunicação no Tribunal:



Aquisição de placas com sinalização escrita no Sistema Braille para serem afixadas nas dependências do edifício-sede

Constituição de grupo de trabalho para instituir o serviço de tradução simultânea das Sessões Plenárias e outros eventos em Libras



Produção de vídeo, com audiodescrição e tradução em Libras, para divulgação do recurso de áudio das urnas eletrônicas que oferecem acessibilidade para os eleitores com deficiência visual



A Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral do Rio de Janeiro foi agraciada em 2021 com o Selo de Boa Prática pelo trabalho "Sinalização Acessível das Alterações de Documentos", organizado pela Corregedoria-Geral Eleitoral - TSE.

A prática consiste na utilização de método de marcação perceptível por softwares leitores de tela para sinalizar aos servidores com deficiência visual, com maior agilidade, as alterações produzidas nos documentos.

Ações em acessibilidade a sistemas

Para assegurar a acessibilidade aos Portais da Internet e da Intranet, este Tribunal adota o eMAG - Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico no desenvolvimento de seus sites e portais e disponibiliza a ferramenta Rybená no site da Internet do TRE-RJ, que oferece aos surdos, deficientes visuais, pessoas com deficiências intelectuais, disléxicos, e outras pessoas com dificuldade de leitura e de compreensão de textos, a possibilidade do entendimento das páginas Web.

Além disso, para validar as recomendações das diretrizes de acessibilidade de conteúdos web produzidas pelo W3C (WCAG 1.0 e 2.0), é utilizada a ferramenta avaliadora AccessMonitor (<https://accessmonitor.acessibilidade.gov.pt/>), em conjunto com a ferramenta ASES, possibilitando a exclusão de erros identificados nas páginas.

Atualmente, está em desenvolvimento uma nova intranet, mais acessível e com maior número de atalhos, visando à diminuição da quantidade de clicks necessários para abrir uma determinada página.

Promoção da igualdade, diversidade e não discriminação



A Comissão de Promoção da Igualdade, Diversidade e Não Discriminação do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro - IGUAIS foi instituída pelo **Ato GP nº 214/2020** para atuar no planejamento e acompanhamento de ações relacionadas à promoção da inclusão, da igualdade de oportunidades e tratamento e da não discriminação em

função de cor, raça, etnia, origem, gênero, deficiências, idade, crenças, orientação sexual e outros e incentivo à participação feminina na política.

Dentre as medidas adotadas para a promoção da igualdade, diversidade e não-discriminação em 2021, destacam-se:

- criação de canal de comunicação interno para recepção de manifestações gerais de servidoras e servidores do TRE-RJ acerca dos temas relativos a cor, raça, gênero, idade, crenças e orientações sexuais, e denúncias sobre comportamentos discriminatórios;
- divulgação de conteúdo informativo na internet e na intranet sobre cor, raça, etnia, origem e gênero, com objetivo de promover conhecimento sobre os temas;
- realização de campanhas institucionais de conscientização para enfrentamento do machismo e da violência de gênero, no Dia Internacional de Luta Contra a Violência à Mulher e no Dia Internacional da Mulher;
- adesão ao decreto de constituição do Comitê Marielle Franco de Prevenção e Enfrentamento à Violência Política Contra as Mulheres, o qual reúne doze instituições dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e da sociedade civil, cujos objetivos principais são a garantia de memória para as mulheres vítimas da violência política e o monitoramento de casos e ações de comunicação para prevenção da violência política contra as pessoas de sexo feminino;
- realização da Semana da Diversidade, em comemoração ao Dia de Combate à LGBTfobia, com objetivo de promover o combate ao preconceito e à discriminação sobre a perspectiva da equidade, da diversidade e da tolerância;
- atualização do material de orientação aos cartórios, visando à prestação de atendimento adequado à população LGBTQIA+.

Como perspectiva para o futuro, merece destaque o trabalho a ser realizado no âmbito do Comitê Marielle Franco, com foco nas Eleições de 2022, através da criação de canal de acolhimento de casos de violência política contra a mulher.

1.7.9. AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS

Desde 2012, o Tribunal avalia o grau de satisfação com o atendimento dispensado aos usuários externos que procuram nossos serviços por intermédio de pesquisa de Satisfação do Cliente Externo do TRE-RJ, abordando quesitos de qualidade de atendimento (cordialidade, clareza de informações, solução do problema), instalações físicas do imóvel, tempo de espera, horário de atendimento, sinalização e limpeza, no caso dos atendimentos em pessoa, e efetividade e facilidade na obtenção de informações, no caso do atendimento via Internet.

Contudo, no decorrer do exercício de 2021 a aplicação semestral da pesquisa nos Cartórios Eleitorais e Centrais de Atendimento ao Eleitor - CAE restou prejudicada em razão da suspensão do expediente presencial, decorrente da

necessidade de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus.

Em 2020 o Tribunal procedeu à revisão da normatização da Pesquisa de Satisfação do Cliente Externo, com o intuito de redefinir o fluxo do processo, adequar os papéis e responsabilidades relativos à consulta, assim como assegurar maior agilidade e simplificação de procedimentos referentes à sua operacionalização. O regramento atualizado sobre a pesquisa foi aprovado por meio do Ato GP nº 192/2020 e a nova metodologia a ser aplicada após a retomada do atendimento ao público externo foi apresentada à apreciação superior.

De acordo com a última pesquisa realizada em 2019, o Tribunal atingiu índice geral de satisfação do cliente externo de 96,01%, melhor resultado de toda a série histórica, percentual este correspondente aos quesitos avaliados como "ótimo" ou "bom".

Os resultados completos das Pesquisas de Satisfação do Cliente Externo estão **disponíveis no sítio eletrônico do TRE-RJ**.

1.8 MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

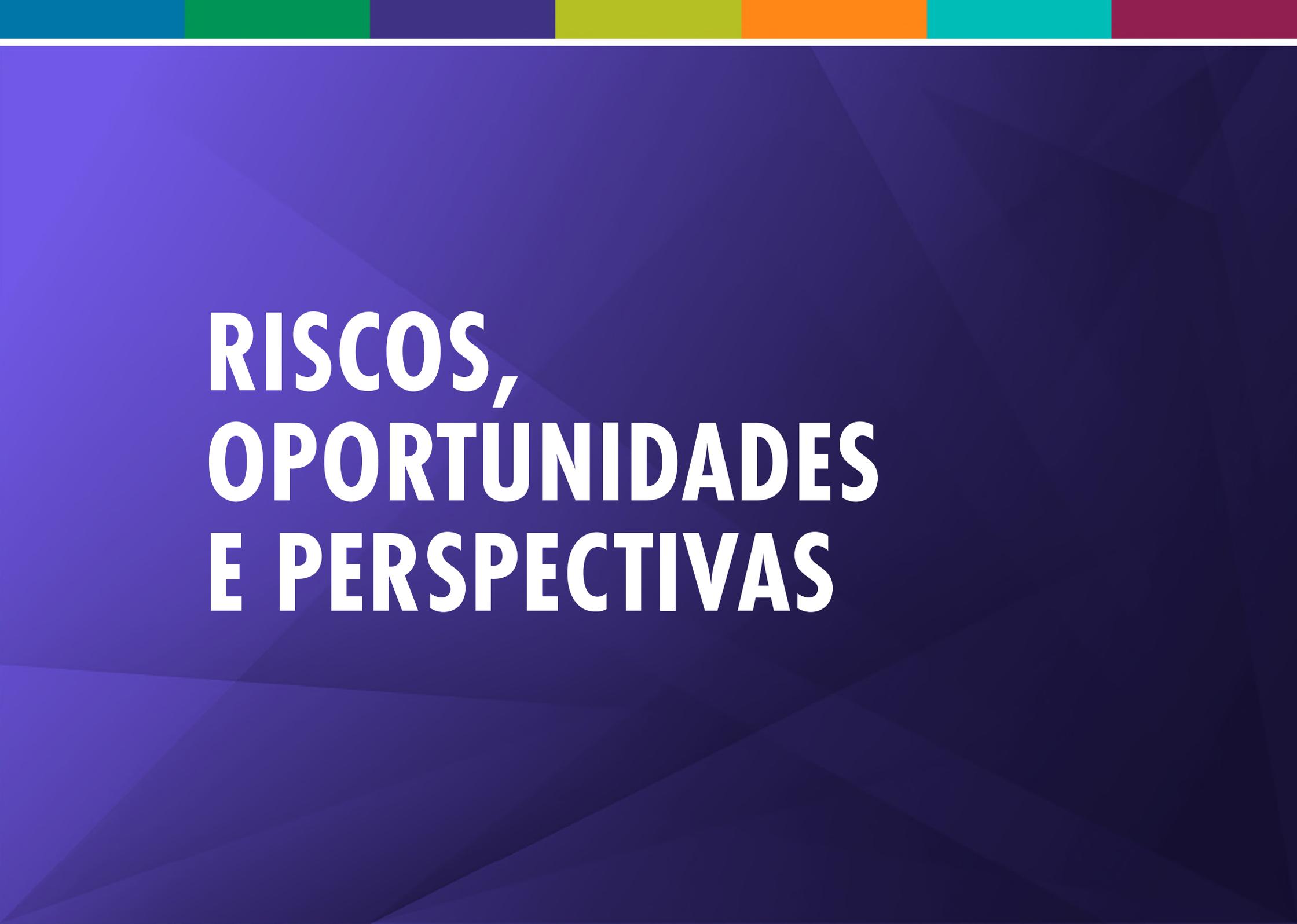
A materialidade das informações, enquanto um dos princípios que sustentam a preparação do Relatório de Gestão na forma de relato integrado, requer que sejam divulgadas, no relatório, informações sobre assuntos que afetam de maneira significativa a capacidade do órgão alcançar seus objetivos de geração de valor público no curto, médio e longo prazos e com conteúdo relevante para a sociedade, em especial para os cidadãos e usuários de bens e serviços públicos, provedores de recursos, e seus representantes.

Para o exercício em análise, propôs-se a abordagem na elaboração do Relatório de Gestão de, principalmente, três temas considerados de maior relevância e impacto na consecução da missão do TRE-RJ, os quais constituem tópicos especiais no documento: as Eleições Suplementares realizadas em 2021, as ações promovidas para adesão ao Programa Justiça 4.0, coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça, e a segurança da informação.

Conforme diretrizes e orientações emanadas pelo Tribunal de Contas da União, buscou-se, no desenvolvimento dos conteúdos deste relatório, a adoção de visão sistêmica, com foco na percepção do cidadão comum sobre a demonstração de resultados do Tribunal e no valor entregue à sociedade.



Infográfico 1.8.1: Materialidade das informações do Relatório de Gestão



RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

2.1 GESTÃO DE RISCOS

Foi instituída em 29/07/2019 a **Política de Gerenciamento de Riscos do TRE-RJ**, por intermédio da Resolução TRE-RJ nº 1.101/2019. Nesse documento encontram-se definidos os objetivos, princípios, diretrizes, processos e responsabilidades a serem observados no gerenciamento de riscos do Tribunal.

No mesmo ano também foi aprovado, por intermédio do Ato GP nº 462/2019, o **Manual de Gerenciamento de Riscos do TRE-RJ**.

Em 2021 foi iniciada a revisão da Política, para atualização da estrutura de governança em gestão de riscos, de acordo com o modelo das Três Linhas do Instituto de Auditores Internos (IIA). Ao final do ano, a revisão encontrava-se em fase final de aprovação.

2.1.1 CRITÉRIOS NORTEADORES DA GESTÃO DE RISCOS DO TRE-RJ

O gerenciamento de riscos do Tribunal foi estruturado considerando-se os seguintes critérios:

- 1) estrutura de Governança de Riscos;
- 2) dimensões de impactos dos riscos;
- 3) níveis e apetites a risco definidos;
- 4) procedimentos de gerenciamento estabelecidos para atividades, processos e projetos institucionais.

2.1.2 IMPLEMENTAÇÃO DA GESTÃO DE RISCOS NO TRE-RJ



Infográfico 2.1.2.1: Linha do tempo da implementação da gestão de riscos no TRE-RJ

2.1.3 PERSPECTIVAS FUTURAS

Em 2021 o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro passou pela revisão do seu planejamento estratégico, a partir do qual foram traçadas novas diretrizes para o ciclo 2021 a 2026.

Na construção deste novo plano, cenários e contextos que permeiam a atuação do Tribunal foram identificados e avaliados, indicando a necessidade de transformações profundas e cada vez mais ágeis na atuação do TRE-RJ, como a eficiência nos processos, a qualidade nas entregas e o incremento de soluções digitais

– desafios que foram traduzidos em objetivos estratégicos para o ciclo.

É com base nesses cenários, contextos e diretrizes que o TRE-RJ atuará, a partir de 2022, na gestão dos riscos associados à prestação dos serviços oferecidos à sociedade e à execução de seus processos internos.

De forma mais imediata, prevê-se a adoção das seguintes medidas relacionadas ao gerenciamento de riscos no Tribunal:

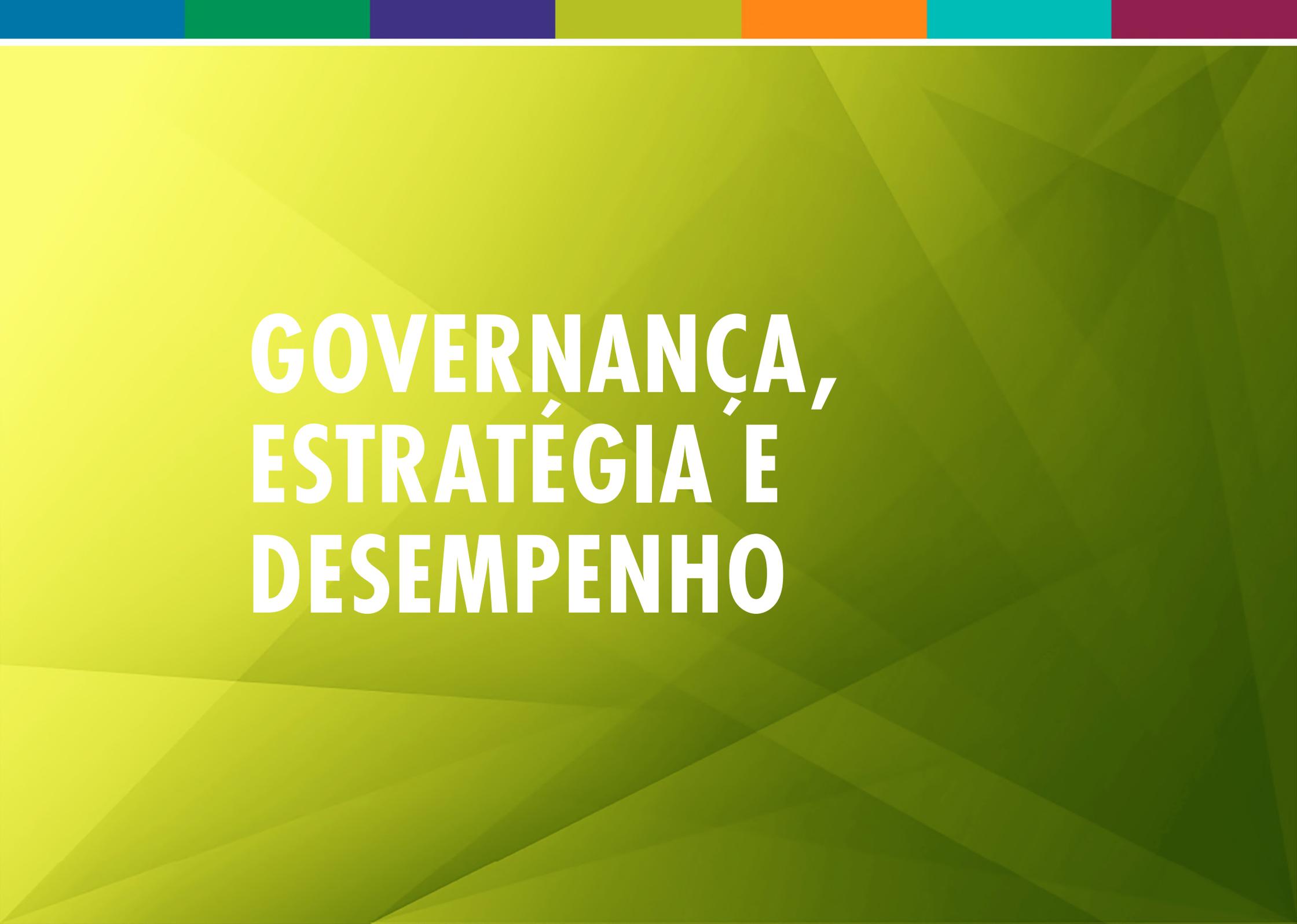
- identificação e avaliação dos riscos críticos para a estratégia;
- início da implantação do gerenciamento de riscos em segurança da informação;
- início da elaboração do plano de continuidade de negócios;
- monitoramento dos riscos do macroprocesso de contratações;
- treinamento de gestores e fiscais de contratos para identificação, avaliação e monitoramento mais efetivos dos riscos das contratações.

2.2 AVALIAÇÃO DE CONTROLES INTERNOS E AUDITORIAS BASEADAS EM RISCOS

No exercício de 2021, a Secretaria de Auditoria Interna do TRE-RJ realizou seis auditorias, das quais quatro tiveram por objeto a avaliação de controles internos, com metodologia baseada em riscos: Auditorias em Contas Anuais, conforme regulamentação do TCU (exercícios 2020 e 2021), Auditoria Integrada com o TSE (Processo de Gestão de Ativos de Infraestrutura e de Telecomunicações Corporativas) e Auditoria Operacional de Suprimento de Fundos, em fase de conclusão.

Nos últimos anos, o aumento de demandas de auditorias por órgãos externos – TCU (IN TCU nº 84/2020), CNJ (Resolução CNJ nº 309/2020) e TSE (Resolução TSE nº 23.500/2016) –, somado à estrutura reduzida do quadro de pessoal da unidade, vêm impondo o direcionamento do planejamento e da execução das auditorias, na maior parte, para atendimento dessas ações obrigatórias, como se pode extrair dos Planos Anuais de Auditoria.

A despeito desses fatores limitantes, as auditorias realizadas, em sua maioria, são executadas com base em riscos, o que demonstra a consolidação, mesmo que gradativa, das práticas relacionadas às normas internacionais de auditoria, conforme exigências normativas do TCU e do CNJ.



GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

3.1 SISTEMA DE GOVERNANÇA E GESTÃO DO TRE-RJ

Em perfeita harmonia ao que é aplicado para os demais órgãos e entidades da Administração Pública, a Governança no TRE-RJ diz respeito a um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle, colocados em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, a fim de atender às necessidades e expectativas dos seus clientes.

Instituída ao final de 2019 pela Resolução TRE-RJ nº 1119/2019, a **Política de Governança e Gestão do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro**, evidencia os princípios, diretrizes, funções e mecanismos para a organização e estruturação do sistema de governança e gestão institucional, alicerçada em outros referenciais conceituais, a exemplo do Referencial Básico de Governança Organizacional publicado pelo Tribunal de Contas da União.

O sistema de governança e gestão do TRE-RJ está visualmente descrito no modelo anexo à Resolução, reproduzido no item 1.4 deste relatório.

Objetivando o monitoramento do progresso da estruturação do sistema de governança, no âmbito do novo Plano Estratégico 2021-2026, o Tribunal dispõe de indicadores baseados em itens de controle previstos nos levantamentos de governança organizacional do TCU, bem como nos de governança e gestão do CNJ.

Em 2021, além da elaboração de novo planejamento estratégico institucional, foram desenvolvidas ações objetivando implementação de questões pendentes

de efetivação da política institucional de governança (como a formalização e instaurações de comitês ainda não instituídos), definição dos fluxos de comunicação entre instâncias internas de governança e instâncias internas de apoio à governança. Com o devido amadurecimento de tais questões, será possível, a médio prazo, a realização de avaliação sobre a adequação da estrutura interna de governança em relação ao tamanho e perfil de risco da instituição.

Quanto à atuação das instâncias internas de apoio à governança discriminadas na política, informações detalhadas podem ser localizadas no sítio eletrônico do Tribunal, por meio do menu “**Comitês e Comissões**”, onde estão disponibilizadas as pautas, resultados e atas das reuniões das principais comissões e comitês de apoio à governança e gestão do TRE-RJ.

3.1.1 RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DA GOVERNANÇA DO TRE-RJ PELO TCU

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro participou como respondente do Levantamento de Governança e Gestão Públicas do Tribunal de Contas da União - Ciclo 2021, que consistiu em autoavaliação realizada por 378 órgãos e entidades, por meio de preenchimento de questionário, com o objetivo de medir a capacidade de governança e gestão das organizações públicas federais. Os trabalhos do TCU desenvolvidos nessa área, além de mapear os pontos que precisam de maior estruturação e medir a evolução dos índices, visam a estimular a adoção de boas práticas de governança e gestão, a fim de que os órgãos e entidades aprimorem sua capacidade de entregar resultados.

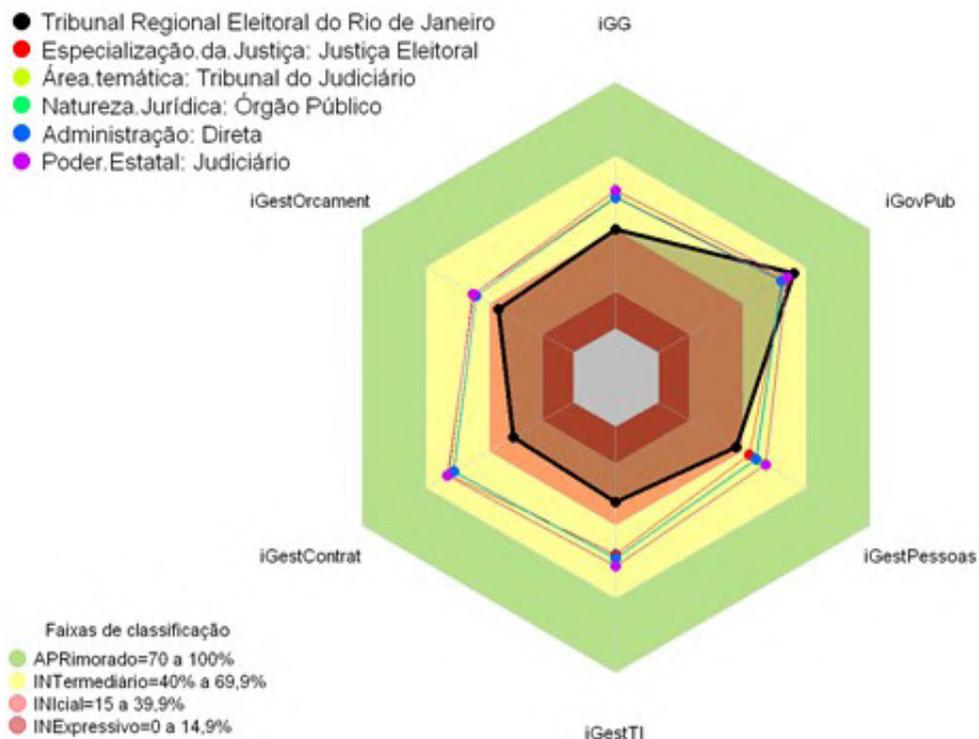


Gráfico 3.1.1.1: Resultado do TRE-RJ no Levantamento de Governança Organizacional TCU 2021

No quadro comparativo abaixo são apresentados os resultados da autoavaliação deste órgão nos ciclos de 2017, 2018 e 2021:

INDICADOR		2017	2018	2021
iGG	Índice integrado de governança e gestão públicas	28%	29%	40%
iGovPub	Índice de governança pública	37%	35%	64%
iGovPessoas	Índice de governança e gestão de pessoas	26%	25%	53%

INDICADOR		2017	2018	2021
iGestPessoas	Índice de capacidade em gestão de pessoas	16%	15%	37%
iGovTI	Índice de governança e gestão de TI	30%	31%	46%
iGestTI	Índice de capacidade em gestão de TI	26%	26%	31%
iGovContrat	Índice de governança e gestão de contratações	34%	42%	53%
iGestContrat	Índice de capacidade em gestão de contratações	32%	40%	28%
iGovOrcament	Índice de governança e gestão orçamentárias	-	-	62%
iGestOrcament	Índice de capacidade em gestão orçamentária	-	-	35%

Tabela 3.1.1.1: Resultados do TRE-RJ nos Levantamentos de Governança Organizacional TCU 2017, 2018 e 2021

Os indicadores variam entre os estágios de capacidade inicial e intermediário, o que demonstra a necessidade de aprimoramento de controles nas diversas frentes de gestão avaliadas. Deve-se considerar, todavia, que o Tribunal já vem auferindo melhorias em diversos itens avaliados no âmbito de cada tema, conforme se observa do relatório individual do levantamento de 2021 do TRE-RJ. Destaque-se que no Ciclo 2021 do Levantamento de Governança e Gestão Públicas passaram a ser aferidos dois novos índices, iGovOrcament e iGestOrcament, que serão capazes de auxiliar o desenvolvimento das práticas de governança e gestão orçamentária deste Tribunal.

3.2 AÇÕES DE SUPERVISÃO, CONTROLE E CORREIÇÃO

3.2.1 PRINCIPAIS AÇÕES DE SUPERVISÃO

A estrutura de governança e gestão institucional implementada pela **Resolução TRE-RJ nº 1.119/2019** e descrita nos tópicos 1.4 e 3.1 deste relatório estabelece os cargos de responsabilidade gerencial nos níveis estratégico, tático e operacional e indica as instâncias internas de apoio à governança, cujas atuações contribuem para a supervisão, controle e correção dos atos de gestão praticados no Tribunal, visando à garantia da legalidade, legitimidade, economicidade e transparência na aplicação dos recursos públicos.

Dentre as ações de fortalecimento da governança institucional implementadas em 2021, destacam-se:

- Estudos para atualização de normatização dos seguintes temas:
 - Sistema de Governança e Gestão Institucional;
 - Política de Gestão de Riscos;
 - Política de Gestão de Pessoas.
- Instauração dos trabalhos do Conselho de Governança e do Comitê de Governança de Contratações, previstos no Sistema de Governança e Gestão do Tribunal, Resolução TRE-RJ 1.119/2019;
- Criação de unidade institucional voltada ao gerenciamento de riscos e controles internos;
- Identificação dos principais papéis e responsabilidades por atividades e decisões críticas no Sistema de Governança e Gestão do TRE-RJ.

3.2.2 PRINCIPAIS AÇÕES DE CONTROLE

Auditorias

Conforme o Plano Anual de Auditoria 2021 da Secretaria de Auditoria Interna (SAU) do TRE-RJ, aprovado pela Presidência do Tribunal, foram

executadas seis auditorias:

- Auditoria nas Contas Anuais do exercício 2020 (Conclusão/Certificado de Auditoria);
- Auditoria nas Contas Anuais do exercício 2021, (Fase pré-fechamento do balanço);
- Auditoria no Processo de Gestão de Ativos de Infraestrutura e de Telecomunicações Corporativas (Integrada com o TSE);
- Auditoria em Acessibilidade Digital (Ação Coordenada de Auditoria do CNJ);
- Auditoria Operacional em Suprimento de Fundos (em conclusão);
- Auditoria sobre o Cumprimento da Obrigação de Prestar Contas, referentes ao exercício de 2020 (art. 12, I, da Instrução Normativa TCU nº 84/2020).

Monitoramento de recomendações expedidas em auditorias anteriores

A SAU verificou e avaliou as ações adotadas pela gestão do tribunal para atendimento de recomendações expedidas em sete auditorias realizadas em exercícios anteriores.

As recomendações objetivavam melhorias nos seguintes temas: Manutenção Predial dos Cartórios Eleitorais; Compras e Contratações (Controles Internos); Postos de Trabalho - Limpeza; Gestão da Frota de Veículos; Planejamento das Contratações de Serviços com Dedicção Exclusiva de Mão-de-Obra; Restos a Pagar - Contratações; Ação Coordenada de Auditoria do CNJ - Governança Orçamentária e Financeira, Planejamento, Gerenciamento, Execução e Gestão Contábil.

No total, os trabalhos abrangeram um universo de 67 recomendações, e resultaram na expedição de relatórios para reportar à Alta Administração o nível de

implementação apurado, em que 67% das recomendações monitoradas foram implementadas.

Monitoramento de recomendações do Órgão de Controle Externo

Acórdão TCU 1.330/2016 - 2ª Câmara

Em atendimento à determinação constante do item 1.8 do Acórdão TCU 1.330/2016 - 2ª Câmara (TC 032.977/2014), a Secretaria de Auditoria Interna, por meio do processo SEI 2019.0.000000843-5, instou as unidades envolvidas quanto ao atendimento das recomendações do Controle Externo ainda pendentes, quais sejam:

- Providenciar desenvolvimento de sistema informatizado ou utilização dos sistemas disponibilizados pelo TSE, bem assim elaborar normativos, manuais e orientações para estabelecer e aprimorar os seguintes controles:
 1. Contratações e prorrogações realizadas pelo Tribunal; e
 2. Gastos com manutenção dos imóveis próprios, da União e de terceiros, bem assim dos gastos com locações, com vistas a avaliar os custos e os investimentos realizados em cada imóvel gerido pelo Tribunal.
- Atualizar o normativo sobre o controle patrimonial de ingressos e saídas de materiais de consumo e permanentes, monitorando o andamento das ações realizadas pela administração durante o exercício de 2020.

Quanto ao **sistema de gestão de contratos**, a Secretaria de Administração (SAD) e a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) informaram que o sistema ComprasNet - Contratos, que tem sua infraestrutura centralizada no Tribunal Superior Eleitoral, se encontra em implantação.

O monitoramento da implantação do sistema ComprasNet está sendo realizado através de Plano de Ação que se encontra no processo SEI 2020.0.000034089-6.

A SAD informou, ainda, ter sido realizada capacitação de servidores de seu Gabinete e de suas seções SECOMP, da SECCON e da unidade de fiscalização de contratos de posto de trabalho de arquivistas (Contrato nº 04/2021), para atuarem como multiplicadores para operação inicial do referido sistema no modo Produção, e que essas unidades iniciaram os registros dos contratos vigentes no TRE-RJ no sistema, assim como a utilização dos módulos pertinentes à Fiscalização de Contratos, que permitem, por exemplo, o registro de faturas, ocorrências e de informações referentes aos terceirizados do contrato.

Nesse sentido, tendo em vista ter sido definido o sistema a ser utilizado e diante do fato de que este se encontra em fase de testes com a inserção de registro de contratos vigentes, estando em progresso seu aperfeiçoamento, com previsão de capacitação para março de 2022 e utilização obrigatória a partir de abril de 2022, considera-se em implementação a recomendação ora monitorada.

Quanto ao **sistema relativo aos gastos com manutenção dos imóveis** utilizados pelo Tribunal, para fins de avaliar os custos e os investimentos realizados, permanece a situação relatada pela Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) nos anos anteriores, no sentido de não ser possível utilizar o Sistema SIGEC para fins gerenciais.

A informação já havia sido ratificada pela Coordenadoria de Engenharia (COENG), que realiza controle próprio em planilhas, de forma a avaliar os custos dos imóveis, encontrando-se em avaliação a viabilidade de elaboração de relatórios gerenciais pela ferramenta Business Intelligence - BI para atender a tal fim.

Encontra-se, também, em tramitação Requisição de Desenvolvimento de Sistema - REDESTI para criação de módulo no Sistema de Controle de Pedidos de Serviços Gerais - CONSEG, para fins de controle das ordens de serviço relativas à manutenção de imóveis objetivando maior controle dos gastos e custos, porém ainda sem data definida para seu desenvolvimento.

No momento, informou a COENG, as planilhas que foram desenvolvidas para se criar um banco de dados com um mínimo de informações/dados, até que se possa desenvolver o Segundo Módulo do Sistema CONSEG, estão prontas e em fase de testes, para ser possível elaborar os Painéis de BI a partir dos dados por elas fornecidos o que permitirá a criação de Relatórios de Gerenciamento e Gestão, além dos respectivos custos de manutenção de cada unidade do Tribunal.

A coordenadoria registrou, ainda, que a despeito da criação dos painéis BI entende como necessário o desenvolvimento do módulo no Sistema CONSEG em razão da maior confiabilidade dos dados.

Quanto à **publicação de normativo de controle de material de consumo**, considera-se atendida a recomendação em razão da publicação da Instrução Normativa GP nº 04, de 22/11/2021, publicada no Diário de Justiça Eletrônico de 23/11/2021, que dispõe sobre rotinas e procedimentos para o planejamento de aquisição, recebimento, registro, armazenamento, fornecimento, responsabilidades, controles e desfazimento de bens de consumo no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.

Por fim, conforme determinado pelo TCU, permanecerão em monitoramento as recomendações pendentes de atendimento.

Acórdão TCU 15.262/2021 - 2ª Câmara

Em atendimento ao constante do item 9.3.3 do Acórdão TCU 15262/2021 - 2ª Câmara (TC 023.087/2021-8), que considerou ilegal o ato inicial de aposentadoria em favor de Ana Cláudia Abreu Freire de Luca, negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida incorporação da vantagem como “quintos” de função, determinando que seja promovida a efetiva implementação das futuras absorções da parcela inerente à incorporação de “quintos ou décimos de função” em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então,

à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019, e a manifestação anual e conclusiva sobre o cumprimento, ou não, do referido item do acórdão em item específico no Relatório de Gestão em cada exercício financeiro, verifica-se do processo SEI nº 2021.0.000043949-0, que foram adotadas as seguintes providências:

- para o cumprimento da determinação de ajuste da proporção da rubrica paga a título de quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 de acordo com a modulação estabelecida pelo STF no âmbito do RE 638.115/CE, foi desmembrada a parcela da VPNI da servidora, mantendo-se 3/10 como VPNI e transformando-se 7/10 em parcela compensatória, para absorção nos reajustes futuros;
- em razão das alterações promovidas, foi elaborado um novo ato e-Pessoal de concessão de aposentadoria, sob nº 139787/2021, encaminhado ao TCU em 21/01/2022, por via do sistema e-Pessoal, com parecer pela legalidade emitido pela Secretaria de Auditoria Interna;
- a interessada foi notificada do teor da decisão e das providências adotadas por este Tribunal por meio do Ofício SGP nº 83/2021, de 11/10/2021, recebido em 14/10/2021;
- o TCU foi informado das medidas adotadas pelo Tribunal por meio do Ofício DG nº 198/2021, de 14/10/2021, encaminhado via sistema Conecta-TCU na mesma data.

Diante das providências adotadas, conclui-se pelo cumprimento do Acórdão TCU 15.262/2021 - 2ª Câmara.

Controle de conformidade de atos de gestão

Além das atividades típicas de auditoria e monitoramento, a SAU examinou e emitiu pareceres sobre a legalidade dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadorias e pensões, com fundamento no art. 11 da IN TCU 78/2018 c/c os artigos 29, III, e 33, VI, do Regulamento Administrativo do Tribunal.

Ao todo, foram emitidos, no exercício de 2021, 89 pareceres sobre a legalidade de atos de pessoal no exercício em referência.

Ademais, em relação à avaliação sobre a conformidade da execução de despesas mediante a adoção do regime de suprimento de fundos, com fundamento no art. 28 do Ato GP nº 53/2018 ou no art. 36 do Ato GP nº 140/2020, conforme o caso, foram emitidos 21 pareceres no ano de 2021, até abril de 2021.

Cumprir registrar que a Secretaria de Auditoria Interna, no bojo do processo SEI 2020.0.000017301-9, com fundamento no art. 76 da Resolução CNJ nº 309/2020, que veda à Auditoria Interna a prática de atos de gestão, propôs a transferência para outra unidade do Tribunal da atividade de análise e emissão de pareceres em processos de prestação de contas de suprimento de fundos, previamente à aprovação das contas pelo Ordenador de Despesas.

A propósito, entendeu-se pela atuação da unidade por meio da realização de auditorias periódicas, por amostragem, que tivessem como foco a formulação de recomendações voltadas à melhoria no respectivo processo de trabalho, e não em cada caso concreto. Além disso, foi proposta a criação de grupo de trabalho específico multidisciplinar sobre a temática, para aprofundamento dos estudos com vista à melhoria do processo de prestação de contas de suprimento de fundos, cujos trabalhos encontram-se em andamento.

Realizou-se, ademais, a análise de conformidade das informações inseridas nos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) quadrimestrais, que se constitui em um instrumento de transparência da gestão fiscal e deve ser assinado pelo presidente do Tribunal, além dos responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, conforme estabelecido no parágrafo único do art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000.

Cabe ainda relatar que tramita, no processo SEI 2021.0.000051706-7, minuta de normativo que visa a disciplinar a elaboração do RGF no âmbito do TRE-RJ.

Acompanhamento do Módulo Índícios do sistema e-Pessoal do TCU

A Secretaria de Auditoria Interna (SAU) deu continuidade, em 2021, à sistemática para acompanhamento do Módulo Índícios do sistema e-Pessoal do TCU, implementada em 2020.

O trabalho contempla a manutenção de planilha atualizada sobre os indícios inseridos no sistema e sobre os esclarecimentos apresentados pela administração do Tribunal, além de verificações periódicas acerca das providências adotadas para encaminhar os esclarecimentos ainda pendentes.

As verificações foram realizadas nos meses de fevereiro, junho e novembro de 2021, tendo sido os resultados reportados no processo SEI 2021.0.000010334-3.

3.2.3 PRINCIPAIS AÇÕES DE CORREIÇÃO

No âmbito do TRE-RJ, a atividade correicional é realizada sob duas vertentes. A primeira delas, chamada de Controle Disciplinar, é regida pela Resolução TRE-RJ nº 715/2009, que instituiu a Comissão Permanente de Processo Disciplinar - CPDIS, e pela Resolução TRE-RJ nº 779/2011, que aperfeiçoa a regulamentação do exercício do poder disciplinar e de procedimentos atinentes a infrações disciplinares relacionadas aos servidores do TRE-RJ. Aplicam-se, ainda, o Provimento VPCRE nº 01/2019 – o qual disponibiliza a revisão do Manual de Processo Disciplinar do TRE-RJ e fornece diretrizes gerais para o processamento dos feitos disciplinares no âmbito desta Corte – e os Provimentos CRE nº 04/2013 e nº 03/2015, que regulamentam os institutos da Correção e da Investigação Preliminar, respectivamente.

A Instrução Normativa GP nº 07/2019, por sua vez, dispõe sobre a lavratura de Termo Circunstanciado Administrativo (TCA), instrumento simplificado de apuração, conduzido pela Seção de Material Permanente e Patrimônio (SEPATR), mediante a análise prévia dos fatos, para o caso de extravio ou dano de bens com valor igual ou inferior ao limite estabelecido no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

Com relação ao procedimento administrativo disciplinar aplicável aos Magistrados Eleitorais, foi aprovada a Resolução TRE-RJ nº 1.098/2019. No ano de 2021, foram processados 7 procedimentos disciplinares neste tribunal.

Sobre a segunda vertente, que versa sobre função correcional da Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral (VPCRE), consiste na fiscalização das serventias eleitorais e de seus serviços auxiliares, exercida, em todo o Estado, pelo Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral, ou por pessoa por ele indicada e, nos limites de suas atribuições, pelos Juízes Eleitorais.

No ano de 2021, a referida função correcional, no âmbito deste regional, foi impactada pela suspensão da realização das correições ordinárias anuais (auto inspeções) pelos Juízos Eleitorais ocorrida no ano anterior, 2020, em razão da pandemia de Covid-19. Em virtude desse acúmulo, foi autorizada, excepcionalmente, a realização de procedimento, referente aos anos de 2020 e 2021, de forma conjunta. Desta forma, em 2021, foram realizadas, pelos Juízos Eleitorais do estado do Rio de Janeiro, 315 correições ordinárias anuais.

Além disso, nesse período, a Seção de Inspeções e Correições (SEINCO) executou o projeto piloto de inspeção virtual, realizando 5 inspeções na modalidade virtual e 1 inspeção na modalidade semipresencial. Como resultado, o projeto foi implementado com a atualização da Rotina Administrativa VPCRE nº 2 que prevê as novas modalidades dos procedimentos e contém as atualizações advindas dos novos normativos: Resolução TSE nº 23.657/2021 e Provimento CGE nº 07/2021.

Para o monitoramento do desempenho e conformidades das unidades do primeiro grau de jurisdição, tanto em relação às atividades judiciais como administrativas, foi desenvolvido em 2021, no âmbito da Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral, o projeto de construção do Painel de Business Intelligence “Monitora Zona Eleitoral”, o qual poderá ser utilizado como ferramenta de acompanhamento pelas unidades da VPCRE e como ferramenta de gestão pelos Chefes de Cartório Eleitoral.

Ao longo do ano de 2021, a Seção de Inspeções e Correições finalizou o tratamento e análise de 12 relatórios de saneamento de inspeções/correições, 256 relatórios anuais de atividades e 25 relatórios circunstanciados elaborados em razão da alteração da titularidade do juízo eleitoral ou chefia de cartório.

3.3 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NO TRE-RJ

3.3.1 HISTÓRICO DOS PLANOS ESTRATÉGICOS DO TRE-RJ

Plano Estratégico é o principal produto do processo de planejamento; é a materialização do planejamento em um documento que explicita o rumo maior a ser seguido pelo Tribunal, com as ações estratégicas prioritizadas para um determinado período.

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro realizou seu primeiro processo de planejamento estratégico em 2009, dando origem ao Plano Estratégico 2010-2014, cuja vigência foi prorrogada, por meio da Resolução TRE-RJ nº 918/2015, até dezembro daquele ano. O segundo ciclo estratégico abrangeu

o período de seis anos (2016 a 2021), e encerrou-se em 2021. Nesse mesmo ano, ocorreu o processo de construção do Plano Estratégico TRE-RJ 2021-2026, que terá início de medição no ano de 2022. Seguem abaixo as principais informações sobre cada um dos ciclos estratégicos do TRE-RJ.

	2010 2015	2016 2021	2021 2026
	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo
Plano Estratégico	PE TRE-RJ 2010-2014 (prorrogado até 2015)	PE TRE-RJ 2016-2021	PE TRE-RJ 2021-2026 (Obs.: Início da medição em 2022)
Processo de Construção do Plano	2009	2015	Março a junho de 2021
Normativo Interno	Resolução TRE-RJ nº 720/2009	Resolução TRE-RJ nº 938/2015	Resolução TRE-RJ nº 1.184/2021
Diretrizes observadas no processo de construção	Resolução CNJ nº 70/2009 e orientações do TSE	Resolução CNJ nº 198/2014	Resolução CNJ nº 325/2021

Observou-se, nesse período, a introdução do pensamento estratégico e a realização de iniciativas para alicerçar a cultura de gestão orientada a resultados, dentre as quais, a instituição das Metodologias de Gestão de Projetos e de Gestão de Processos, da Agenda Ambiental, da Pesquisa de Satisfação do Cliente Externo, do Plano Integrado das Eleições, da Pesquisa de Clima Organizacional, do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho e da Cadeia de Valor.

Verificou-se, nesse período, o fomento à gestão participativa, a estruturação de um modelo de governança no âmbito do TRE-RJ, a promoção da transparência, a estruturação de canais de comunicação, introdução da estruturação da gestão de riscos e controles internos, estruturação de padrões éticos, o amadurecimento da gestão estratégica, com a regularidade de realização das Reuniões de Análise da Estratégia (RAE) e a implantação das Reuniões de Análise Crítica (RAC) nas unidades.

O contexto de formulação deste plano estratégico indica a necessidade de transformações profundas e cada vez mais ágeis: eficiência nos processos, qualidade nas entregas, incremento de soluções digitais, valorização de colaboradoras e colaboradores e, principalmente, satisfação plena dos clientes externos com os serviços do Tribunal – fatores que traduzem o caminho escolhido para o início de uma nova década e seus grandes desafios.

3.3.2 CICLO DA GESTÃO DA ESTRATÉGIA NO TRE-RJ

Desde a elaboração do primeiro planejamento estratégico, em 2009, o TRE-RJ adota como base metodológica o Balanced Scorecard - BSC, modelo que permite, a partir de uma visão sistêmica e balanceada da instituição, descrever a estratégia de forma clara, através de objetivos estratégicos distribuídos em perspectivas. A cada objetivo são vinculados indicadores de desempenho, metas e iniciativas, possibilitando o direcionamento de esforços e a execução da estratégia de forma integrada e orientada.



Infográfico 3.3.2.1: Ciclo da Gestão da Estratégia do TRE-RJ

3.3.3 MAPA ESTRATÉGICO TRE-RJ 2016-2021

O mapa estratégico do TRE-RJ está estruturado em três perspectivas: resultados, processos internos e recursos, que representam um encadeamento lógico da estratégia de atuação do Tribunal. Cada uma engloba um conjunto de objetivos estratégicos que retratam os principais desafios a serem enfrentados pela instituição para atingir sua visão e cumprir sua missão.

Com a perspectiva de resultados, o Tribunal define instrumentos para maximizar o cumprimento de sua missão e fortalecer sua imagem.

A perspectiva de processos internos identifica os processos críticos nos quais devem ser concentrados esforços a fim de melhorar os serviços entregues à sociedade.

A perspectiva de recursos descreve como infraestrutura, conhecimento, informações, sistemas e pessoas devem se conjugar para dar suporte à estratégia.

A visão integrada da estratégia do TRE-RJ está representada em seu mapa estratégico, na figura ao lado:

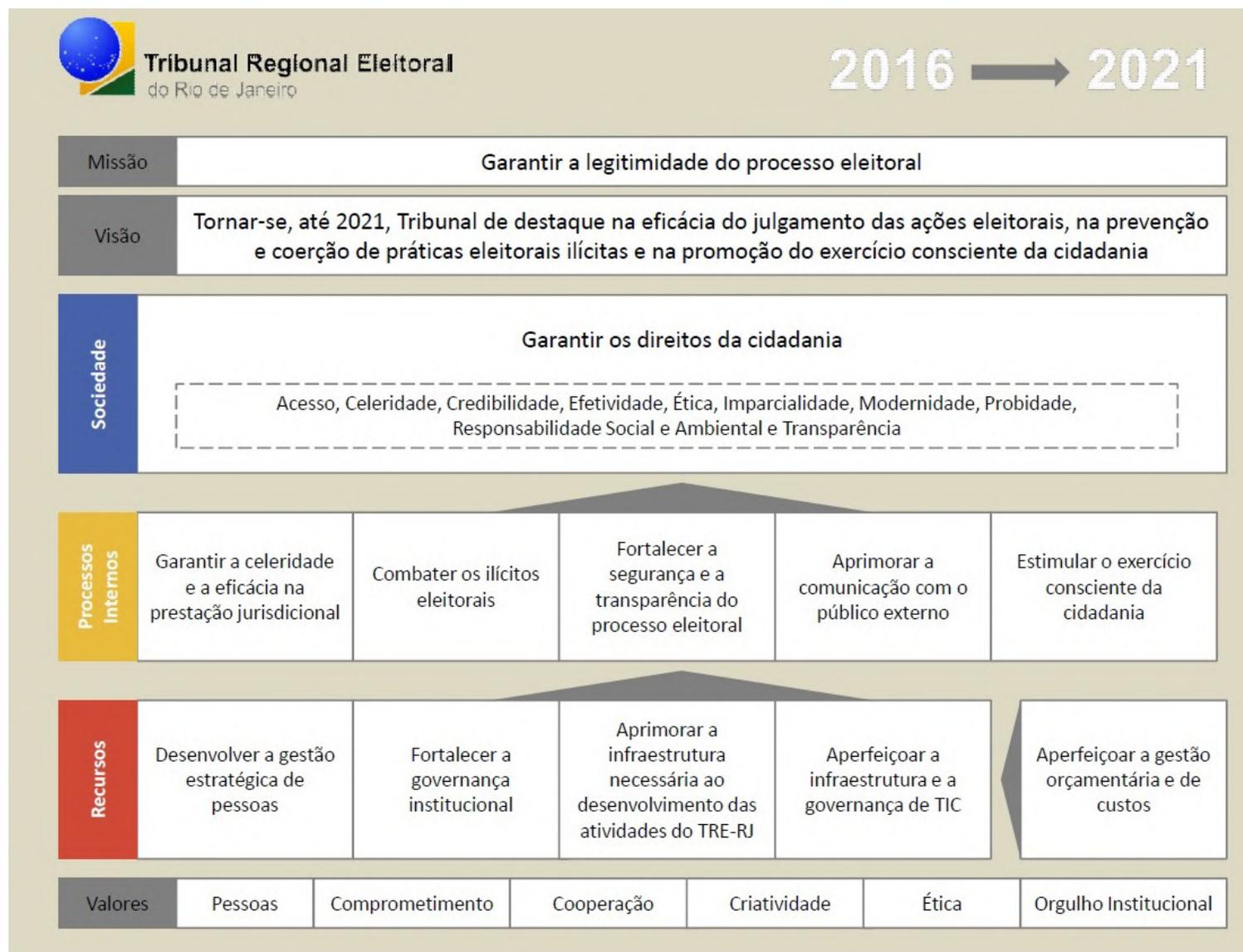


Figura 3.3.3.1: Mapa Estratégico TRE-RJ 2016-2021

3.3.4 FORMULAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO 2021-2026

No período de 23 de março a 2 de julho de 2021, foram realizados por videoconferência dez workshops para a construção do Plano Estratégico 2021-2026 do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.



O PE TRE-RJ 2021 a 2026 foi formulado de forma colaborativa, envolvendo todos os níveis de gestão e decisão das diversas áreas do TRE-RJ, com ampla participação do corpo funcional e da alta administração. Ao todo, colaboraram no processo mais de **165** servidoras e servidores, magistradas e magis-

trados, distribuídos em grupos temáticos, sendo livre - e estimulada - a participação voluntária de qualquer integrante do corpo funcional que desejasse contribuir na elaboração do novo plano estratégico.

Consolidando a natureza participativa e inclusiva do processo de planejamento, houve ainda participação da sociedade por meio de duas consultas públicas: na fase de diagnóstico preliminar, em janeiro de 2021, que contou com **336** respondentes, sendo 101 do público externo; e na etapa de avaliação da probabilidade de eventos futuros, para a elaboração de cenários prospectivos, com **98** respondentes.

O novo plano estratégico é, portanto, resultado do somatório de esforços de muitas pessoas, que dedicadamente se lançaram ao desafio de pensar e construir juntas o futuro da Justiça Eleitoral fluminense.

METODOLOGIA

A seleção da metodologia para a elaboração do terceiro Plano Estratégico do TRE-RJ pautou-se pela avaliação técnica das características que seriam desejáveis para o processo neste ciclo, as quais decorrem tanto dos aprendizados obtidos dos processos de formulação anteriores quanto do estágio de maturidade institucional alcançado com a execução da estratégia que se encerra.

Diante de tais premissas, optou-se pelo MÉTODO GRUMBACH como referencial para a elaboração da nova estratégia. A metodologia, que é fundamentada em estudos realizados na Espanha entre 1989 e 1990 e foi aplicada com êxito em outras instituições públicas, busca alinhar as ferramentas do planejamento estratégico tradicional com a metodologia de cenários prospectivos para visualização de futuros alternativos, de médio e longo prazos.

Etapas da Metodologia

DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO

Levantamento da estrutura organizacional e de macroprocessos, com base na Cadeia de Valor. Identificação de pontos fortes e fracos, causas e consequências, bem como das necessidades de recursos financeiros, humanos, materiais e tecnológicos. Análise de ameaças.

VISÃO DE PRESENTE

Análise de hipóteses de relações de causa e consequência e elaboração de medidas reativas com base no diagnóstico estratégico.

CENÁRIOS PROSPECTIVOS

Geração de cenários prospectivos a partir de questões estratégicas analisadas quanto à probabilidade de ocorrência com base em modelos matemáticos. Aplicação de Teoria dos Jogos para escolha do cenário alvo, análise de parcerias estratégicas e elaboração de medidas pré-ativas e proativas.

TRADUÇÃO DA ESTRATÉGIA

Construção da identidade institucional (Missão e Visão) e dos objetivos estratégicos de cada perspectiva. Elaboração do Mapa Estratégico com base no modelo de gestão estratégica Balance Scorecard - BSC.

INDICADORES ESTRATÉGICOS

Construção dos indicadores estratégicos de desempenho e de resultado, por meio dos quais o alcance dos objetivos será monitorado.

EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA

Priorização e ordenamento das iniciativas para composição da primeira onda de projetos estratégicos e preparação para a gestão estratégica no ciclo a ser iniciado.

Tabela 3.3.4.1: Etapas de Elaboração do Plano Estratégico TRE-RJ 2021-2026

PE TRE-RJ 2021-2026 EM NÚMEROS



165+ Participantes



13 Objetivos Estratégicos



44 Estratégias



57 Indicadores Estratégicos

Documentação e Normativo

O mapa estratégico e o Plano Estratégico TRE-RJ 2021-2026, além do Glossário dos Indicadores de Desempenho e do normativo de aprovação do Plano, estão disponíveis no sítio eletrônico do TRE-RJ (O TRE > Governança e Gestão Estratégica > Plano Estratégico) e podem ser acessados através dos links abaixo.

	Mapa Estratégico 2021-2026	acesse aqui
	Plano Estratégico 2021-2026	acesse aqui
	Resolução TRE-RJ nº 1.184/2021	acesse aqui
	Glossário de Indicadores de desempenho	acesse aqui

3.3.5 CONSIDERAÇÃO DAS NECESSIDADES DAS PARTES INTERESSADAS NA ESTRATÉGIA

No ano de 2021, durante o processo de elaboração do Plano Estratégico 2021-2026, que começará a ser medido em 2022, foi realizada uma pesquisa de diagnóstico estratégico.

	PESQUISA DE DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO
Período de aplicação da pesquisa	De 13 a 31 de janeiro de 2021
Forma de Aplicação	Questionários disponibilizados através da ferramenta Google Forms
Público-alvo	Público interno: Magistrado, Servidor, Colaborador (estagiário, terceirizado, outros)
	Público externo: Eleitor, Candidato, Representante de Partido Político, Advogado atuante na Justiça Eleitoral e outros
Total de Participantes	Participaram da pesquisa 336 respondentes, sendo 235 do público interno e 101 do público externo.
Divulgação	Público interno: na Intranet do TRE-RJ e grupos de WhatsApp
	Público externo: no site eletrônico do TRE-RJ (www.tre-rj.jus.br)

Tabela 3.3.5.1: Pesquisa de diagnóstico estratégico realizado em 2021

Seguem abaixo algumas considerações sobre o resultado da pesquisa:

- 86% do público pesquisado concordou com a Missão do TRE-RJ “**Garantir a legitimidade do processo eleitoral**” prevista no PE 2016-2021 e mantida no PE 2021-2026.
- A opção que concentrou o maior número de resposta do público pesquisado (44%) sobre qual deveria ser a visão de futuro foi a seguinte: “**Tribunal**

de destaque na prevenção e coerção de práticas eleitorais ilícitas.” No PE 2016-2021, o tema fazia parte da visão. No PE 2016-2021 e no PE 2021-2026, há um objetivo estratégico denominado “Combater os ilícitos eleitorais”.

- O público externo foi convidado a avaliar entre doze itens quais seriam benefícios/valores, ou seja, atributos de valor que deveriam ser agregados aos serviços prestados pelo TRE-RJ. Os seis valores com os maiores percentuais alcançados: **Transparência (12%)**, **Credibilidade (11%)**, **Eficiência (10%)**, **Ética (10%)**, **Agilidade (9%)** e **Imparcialidade (9%)**. Transparência, Credibilidade, Ética e Imparcialidade estão como atributos de valor no PE 2016-2021, além dos seguintes: Acesso, Celeridade, Efetividade, Modernidade, Probidade, Responsabilidade Social e Ambiental.
- Para o público interno foi solicitado avaliar entre os seis valores definidos no atual Plano Estratégico do TRE-RJ, quais deveriam permanecer. Os quatro valores mais votados foram: **Ética (22%)**, **Comprometimento (20%)**, **Cooperação (18%)** e **Pessoas (15%)**. Esses quatro valores estão no PE 2016-2021, além dos seguintes: criatividade e orgulho institucional.

Obs.: No PE 2021-2026, estão consignados 9 valores, a saber: Ética, Comprometimento, Cooperação, Valorização das Pessoas, Orgulho Institucional, Transparência, Eficiência, Imparcialidade, Integridade.

Avaliação da satisfação das partes interessadas

Conforme estabelece o Referencial do TCU, esta prática implica monitorar e avaliar a imagem da organização perante as partes interessadas, bem como a satisfação destas com bens, serviços e políticas sob responsabilidade da organização, cuidando que ações de melhoria sejam implementadas, sempre que necessário. Dentro dessa perspectiva, o Plano Estratégico do TRE 2016-2021 contempla quatro indicadores de apoio relacionados com a aferição da satisfação das partes interessadas, conforme quadro abaixo:

PARTE INTERESSADA	INDICADORES DE APOIO (IA) DO PE TRE-RJ 2016-2021	INDICADOR ESTRATÉGICO E OBJETIVOS RELACIONADOS AO IA
Sociedade	IA 38 - Índice de satisfação do cliente externo com a comunicação	IE 13 - Índice de adequação da comunicação com o público externo / OE 05 - Aprimorar a comunicação com o público externo
Servidores	IA 55 - Índice de satisfação dos servidores com o Clima Organizacional	IE 20 - Índice de gestão para a favorabilidade do Clima Organizacional / OE 07 - Desenvolver a gestão estratégica de pessoas
	IA 87 - Índice de satisfação com a quantidade de recursos tecnológicos	IE 30 - Índice de adequação dos equipamentos / OE 10 - Aperfeiçoar a infraestrutura e a governança de TIC
	IA 91 - Índice de satisfação dos usuários internos de TIC	IE 31 - Índice de disponibilidade da infraestrutura e do suporte de TIC / OE 10 - Aperfeiçoar a infraestrutura e a governança de TIC

Tabela 3.3.5.2: Indicadores de avaliação da satisfação das partes interessadas

3.3.6 MECANISMOS PARA A MENSURAÇÃO DO DESEMPENHO ESTRATÉGICO

O desempenho da estratégia do TRE-RJ é mensurado por um indicador agregador, o “Índice de Desempenho da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro (IDJE)”, resultante da média dos desempenhos dos objetivos estratégicos. Cada objetivo

tem seu desempenho calculado por meio de média ponderada dos desempenhos (resultado/meta) dos indicadores estratégicos que o compõem, que por sua vez, resultam da composição dos desempenhos dos indicadores de apoio, estabelecidos a partir da identificação dos fatores críticos.

Dessa forma, considerando que o modelo ora adotado é estruturado sobre um conjunto de questões críticas, as lacunas de desempenho tornam-se mais evidentes e o processo decisório mais preciso. Outro benefício desse modelo é o desdobramento dos indicadores estratégicos para os diversos níveis hierárquicos, por meio dos indicadores de apoio, favorecendo o processo de gestão, a comunicação da estratégia e a compreensão do impacto dos processos de trabalho para o desempenho institucional, vinculando os servidores aos resultados do Tribunal.

As fichas com os detalhamentos dos indicadores estratégicos e de apoio, como metas, fórmulas de cálculo, unidades de medida, fonte de coleta de dados, temporalidade de medição, dentre outros, compõem o **Glossário de Indicadores de Desempenho da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro**, que foi revisado em setembro de 2021 e está disponível no sítio eletrônico do Tribunal, por meio do menu “**O TRE / Governança e Gestão Estratégica**”.

3.3.7 FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E RESULTADOS DOS PLANOS



Comitê Gestor da Estratégia (CGE):

O CGE reúne-se trimestralmente, conforme prevê o [Ato GP nº 69/2020](#), nas Reuniões de Análise da Estratégia - RAE, ou extraordinariamente, visando assegurar a tempestividade necessária para a realização de eventuais ajustes no curso da trajetória estratégica e a obtenção dos resultados almejados pelo Tribunal.

Reunião de Análise da Estratégia (RAE):

A RAE tem por objetivo garantir a gestão da estratégia, por meio da avaliação do desempenho dos objetivos, indicadores e iniciativas constantes do Plano Estratégico.

A RAE favorece a análise sistêmica do desempenho institucional, oportuniza discussões sobre os cenários interno e externo e seu impacto sobre a estratégia, promove o alinhamento de entendimentos acerca da estratégia e orienta o processo decisório.

As Reuniões são subsidiadas por dados e informações relativos aos objetivos estratégicos, indicadores estratégicos e de apoio, os quais são registrados pelas respectivas unidades responsáveis no Sistema GERIR, ferramenta informatizada desenvolvida pela equipe do TRE-RJ com a finalidade de aperfeiçoar o processo de gestão da estratégia.

Reuniões de Análise Crítica (RAC):

Com o objetivo de disseminar a estratégia no âmbito das diversas unidades e níveis hierárquicos da instituição, além de promover a gestão participativa e o alinhamento das atividades com foco no desempenho organizacional, deu-se continuidade no exercício à implementação das Reuniões de Análise Crítica

- RACs. As RACs são encontros dos gestores das unidades com a finalidade de estabelecer as ações e os resultados a serem alcançados no prazo de três meses para alavancar o desempenho dos Indicadores de Apoio (IAs) críticos.

Plano Diretor da Estratégia - PDE:

O PDE constitui-se em outro instrumento de apoio à estratégia. Com periodicidade bianual, e revisão anual, o documento define e prioriza as iniciativas a serem implementadas para impulsionar o desempenho estratégico, contribuindo para o alinhamento dos planejamentos orçamentário e estratégico ao subsidiar a elaboração da proposta orçamentária do Tribunal. O PDE 2020-2021 foi aprovado pelo [Ato GP nº 169/2020](#).

Metodologia de Gestão de Processos do TRE-RJ:

No que tange ao nível operacional, a Metodologia de Gestão de Processos do TRE-RJ, aprovada em 2015, incorporou indicadores de processos. De acordo com a referida metodologia, periodicamente devem ser realizadas as Reuniões de Monitoramento do Processo, com a participação das unidades executoras do processo, para avaliação dos indicadores e eventuais desvios ocorridos, análise das ações já em implantação e de novas propostas de melhoria contínua.

Em atenção ao primado da transparência institucional, a documentação referente à gestão e ao desempenho estratégicos encontra-se disponível no sítio eletrônico do Tribunal, nos seguintes locais:

- [O TRE / Governança e Gestão Estratégica / Gestão Estratégica](#)
- [Transparência e Prestação de Contas / Comitês e Comissões / Comitês e Comissões de Apoio à Governança / CGE - Comitê de Gestão da Estratégia](#)

3.3.8 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PRIORIZADOS EM 2021

Os resultados apurados em 2020, avaliados em conjunto com séries históricas, portfólio de iniciativas estratégicas e aspectos atinentes aos ambientes interno e externo, orientaram a decisão do TRE-RJ no sentido de priorizar os seguintes objetivos para o exercício de 2021:

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PRIORIZADOS EM 2021

OE 03 - Combater os ilícitos eleitorais

OE 07 - Desenvolver a Gestão Estratégica de Pessoas

Tabela 3.3.8.1: Objetivos Estratégicos priorizados em 2021

3.4 GESTÃO DE PROCESSOS

A fim de possibilitar o alcance dos objetivos estratégicos do Tribunal, foi instituída a Metodologia de Gestão de Processos do TRE-RJ (**Ato GP nº 189/2015**), que representa um orientador da gestão de processos de trabalho. A metodologia prevê três contextos de atuação que, em síntese, indicam: como desdobrar a estratégia para processos; como desenvolver projetos de melhoria de processos; e como realizar o monitoramento de processos através da gestão do dia a dia.



Infográfico 3.4.1: Etapas da gestão de processos

Considerando o previsto no primeiro bloco da Metodologia de Gestão de Processos – “Desdobrar a estratégia para processos”, foi realizada em 2017 a identificação dos processos críticos para a estratégia, ou seja, daqueles que demandam maior transformação ou acompanhamento para o alcance dos

objetivos estratégicos e que, portanto, deverão ser objeto, ou de um projeto de melhoria, ou da ativação da gestão do dia a dia - segundo e terceiro blocos da Metodologia, respectivamente. Estes foram os processos identificados:

1) Informar e orientar a sociedade sobre serviços prestados pelo TRE-RJ
2) Fiscalizar propaganda eleitoral
3) Julgar prestação de contas
4) Planejar e avaliar as eleições
5) Registrar candidatos
6) Gerir a estratégia
7) Contabilizar e controlar a execução orçamentária
8) Contabilizar e controlar a execução financeira

Tabela 3.4.1: Processos críticos para a estratégia

Em 2021, ainda sob um ambiente desafiador, a gestão de processos críticos para a estratégia focou sua atuação no suporte e implantação de melhorias em processos críticos já monitorados em gestão do dia a dia, buscando minimizar perdas de performance. Cabe destacar, ainda, que foi iniciada no exercício a reavaliação da criticidade dos processos da Arquitetura de Processos do TRE-RJ.

Atualmente, sete objetivos estratégicos do Tribunal possuem processos associados “em monitoramento” ou com projeto de melhoria de processo “em andamento”, conforme quadro a seguir:

OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROCESSOS ASSOCIADOS EM 2020	PROCESSOS ASSOCIADOS EM 2021
OE 03 - Combater os ilícitos eleitorais	Processo monitorado "Fiscalizar Propaganda Eleitoral"	Processo monitorado "Fiscalizar Propaganda Eleitoral"
	Projeto de Melhoria do Processo "Julgar Prestação de Contas Eleitorais"	Projeto de Melhoria do Processo "Julgar Prestação de Contas Eleitorais"
OE 04 - Fortalecer a segurança e a transparência do processo eleitoral	Processo monitorado "Planejar a Eleição"	Processo monitorado "Planejar a Eleição"
	Processo monitorado "Realizar Avaliação das Eleições"	Processo monitorado "Realizar Avaliação das Eleições" Projeto de Melhoria do Processo "Registrar Candidatos"
OE 05 - Aprimorar a comunicação com o público externo	Processo monitorado "Tratar Reclamações do Cliente Externo"	Processo monitorado "Tratar Reclamações do Cliente Externo"
OE 07 - Desenvolver a gestão estratégica de pessoas	Processo monitorado "Desenvolver o Plano Anual de Capacitação"	Processo com monitoramento interrompido até dezembro de 2021
OE 08 - Fortalecer a governança institucional	Processo monitorado "Monitorar a Estratégia"	Processo monitorado "Monitorar a Estratégia"
OE 09 - Aprimorar a infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades do TRE-RJ	Processo monitorado "Realizar Manutenção nos Cartórios Eleitorais"	Processo monitorado "Realizar Manutenção nos Cartórios Eleitorais"

OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROCESSOS ASSOCIADOS EM 2020	PROCESSOS ASSOCIADOS EM 2021
OE 11 - Aperfeiçoar a gestão orçamentária e de custos	Processo monitorado "Monitorar a Execução Orçamentária"	Processo monitorado "Monitorar a Execução Orçamentária e Financeira"
	Processo monitorado "Realizar Aquisição de Materiais"	Processo monitorado "Realizar Aquisição de Materiais"
	Processo monitorado "Realizar Contratação de Serviços"	Processo monitorado "Realizar Contratação de Serviços"

Tabela 3.4.2: Objetivos Estratégicos e processos associados

3.5 RESULTADOS DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO TRE-RJ EM 2021

A estrutura desta seção objetiva expor de forma sistêmica a avaliação dos resultados alcançados frente aos objetivos estratégicos e às prioridades definidas pela gestão.

Cada objetivo terá seu desempenho calculado pela média ponderada dos desempenhos (resultado ÷ meta) dos indicadores estratégicos que o compõem que, por sua vez, resultam da composição dos desempenhos dos indicadores de apoio. Dessa forma, os objetivos estratégicos foram desdobrados até o nível tático, visando não apenas melhor identificar os aspectos que impactam sobre o desempenho, mas também otimizar o processo decisório, a comunicação da estratégia e o entendimento da relação entre os processos de trabalho e o desempenho do Tribunal, aproximando a estratégia e operação, servidores e resultados.

O Plano Estratégico do TRE-RJ para o período de 2016-2021 contemplou 11 objetivos estratégicos (sendo um deles resultante da média dos desempenhos dos demais objetivos), 29 indicadores estratégicos e 67 indicadores de apoio.

Na página do TRE-RJ na Internet (www.tre-rj.jus.br, menu “O TRE / Governança e Gestão Estratégica”), é possível consultar mais informações sobre os indicadores, através dos seguintes links:

	Glossário de Indicadores de desempenho e metas 2016-2021 v7.0	acesse aqui
	Documento contendo a ficha técnica de todos os indicadores do PE 2016-2021	
	Resultados Estratégicos 2016-2021	acesse aqui
	Série histórica com os resultados de todos os Indicadores utilizados na mensuração do desempenho estratégico do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.	

A seguir, apresentam-se a análise individualizada de cada objetivo estratégico, o seu resultado e o de seus respectivos indicadores estratégicos e as iniciativas estratégicas a eles diretamente relacionadas.

Observe-se que as medições referentes ao novo ciclo estratégico terão início a partir do exercício 2022, conforme estabelece o art. 6º, § 2º, da Resolução TRE-RJ nº 1.184/2021, que aprovou o Plano Estratégico da Justiça Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro para o período 2021-2026.

OE 01 - GARANTIR OS DIREITOS DA CIDADANIA

Assegurar aos usuários da Justiça Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro uma atuação institucional transparente e eficiente, focada na prestação jurisdicional ágil, na prevenção e combate a ilícitos eleitorais e no incentivo à participação social nas questões de interesse público, a fim de garantir a integridade do processo eleitoral, fortalecer a confiança na instituição e contribuir para a construção da plena cidadania.

Unidade Gestora: CGE

O desempenho estratégico do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro é mensurado pelo “Índice de Desempenho da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro - IDJERJ”, que é a resultante da média dos desempenhos dos objetivos estratégicos.

O IDJERJ no exercício representa o que o Tribunal alcançou de resultado buscando o cumprimento de sua missão institucional, com vistas a atender às expectativas e fortalecer a sua imagem perante a sociedade.

Ao final da apresentação dos resultados dos demais objetivos estratégicos neste capítulo, é apresentado o resultado e a análise da evolução do Índice de Desempenho da Estratégia da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro.

OE 02 - GARANTIR A CELERIDADE E A EFICÁCIA NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Realizar a prestação jurisdicional de forma ágil e transparente, por meio do estabelecimento de medidas que viabilizem a maior produtividade de magistrados e servidores, preservando-se a segurança jurídica na tramitação e no julgamento dos processos, a fim de assegurar o caráter preventivo e sancionador da legislação eleitoral.

Unidade Gestora: GABPRE

Principais Ações Realizadas em 2021

1. Migração dos processos físicos para o PJe: conclusão da digitalização dos cerca de 2.350 processos físicos em trâmite nas Zonas Eleitorais e na segunda instância.
2. Acompanhamento sistemático dos processos em tramitação no âmbito do 2º grau.
3. Acompanhamento sistemático dos processos em tramitação no âmbito do 1º grau, através do monitoramento das Zonas Eleitorais

Linhas de Atuação

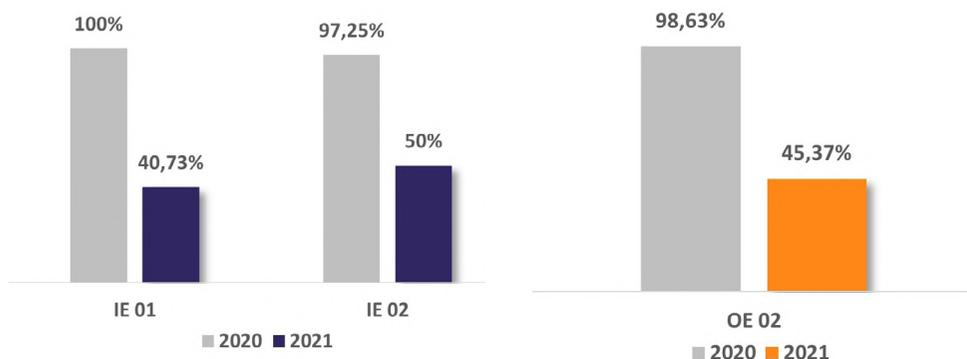
- Atualização permanente de servidores e magistrados em matéria eleitoral
- Automação dos procedimentos processuais (PJE)
- Capacitação de servidores em processamento de feitos
- Controle sobre o lançamento dos feitos
- Disponibilização estruturada das informações
- Gestão dos processos de trabalho
- Integração de esforços entre o TRE-RJ e o Ministério Público Eleitoral
- Redimensionamento da estrutura funcional

Indicadores Estratégicos que compõem o OE 02

INDICADORES ESTRATÉGICOS	PESO	GESTOR
IE 01 - Índice de agilidade - 1º grau	50,00%	SVPCRE
IE 02 - Índice de agilidade - 2º grau	50,00%	GABSJD

Tabela 3.5.1: Indicadores Estratégicos vinculados ao OE 02

Desempenho dos Indicadores Estratégicos Desempenho do Objetivo Estratégico



Desafios Futuros

- No ciclo estratégico 2021-2026, o objetivo correspondente ao OE 02 - Garantir a Celeridade e a Eficácia na Prestação Jurisdicional será o OE 04 - Garantir Agilidade e Efetividade na Prestação Jurisdicional. Destacam-se as seguintes alterações:
 - adoção da taxa de congestionamento líquida no lugar da taxa de congestionamento bruta; e
 - adoção da taxa de atendimento à demanda, em substituição aos

IA 03 e IA 09, que medem o índice de celeridade processual.

- Um grande desafio é adquirir uma ferramenta capaz de extrair dados fidedignos, de modo que os resultados obtidos sejam condizentes com a realidade, a fim de subsidiar os processos de análise e decisão para aumentar a celeridade na prestação jurisdicional

Principais Ações Previstas para Melhoria de Desempenho

- Criar painel de BI com o objetivo de viabilizar o monitoramento mais eficiente das Zonas Eleitorais.
- Providenciar a migração do sistema PortalBR, que se encontra sem suporte e com diversas desatualizações, para outra ferramenta que consiga extrair dados estatísticos de forma fidedigna. Obs.: A tendência é a migração para o sistema ATENA, já utilizado por outros Tribunais Eleitorais.
- Regulamentar as audiências por videoconferência e telepresenciais no âmbito da Justiça Eleitoral Fluminense, o que irá impactar nos processos que necessitam de instrução probatória com a oitiva de testemunhas.
- Promover o saneamento das inconsistências geradas nos movimentos de baixa processual decorrentes das modificações de parâmetros pelo CNJ.
- Desenvolver os relatórios necessários para coleta dos dados relativos ao tempo médio de julgamento dos processos em 1º grau, dado que o indicador continuará sendo monitorado no ciclo estratégico 2021-2026.

Iniciativas Estratégicas Relacionadas ao Objetivo

Não há iniciativas no PDE 2020/2021 vinculadas a este Objetivo Estratégico.

OE 03 - COMBATER OS ILÍCITOS ELEITORAIS

Contribuir para a integridade das eleições, fortalecendo os instrumentos e ampliando a efetividade do sistema de prevenção e de repressão a ilícitos eleitorais.

Unidade Gestora: GABPRE

Principais Ações Realizadas em 2021

1. Migração dos processos físicos para o PJe: conclusão da digitalização dos cerca de 2.350 processos físicos em trâmite nas Zonas Eleitorais e na segunda instância.
2. Início das tratativas para a construção de plano que visa a implementação da especialização permanente dos Juízos Eleitorais com competência para processar e julgar as ações prioritárias e as prestações de contas, nos municípios com mais de uma Zona Eleitoral.
3. Início das tratativas para estabelecer mecanismos que contribuam para fomentar a integração e a realização de iniciativas, internamente ou em parceria com outros órgãos, visando ao intercâmbio de conhecimentos e à colaboração recíproca para o aprimoramento da prestação jurisdicional em relação aos processos prioritários, às ações penais eleitorais e às prestações de contas (ex.: reuniões de trabalho programadas, seminários, congressos, listas de discussão, convênio etc.).
4. Início das tratativas para estabelecer mecanismos para integrar as informações obtidas pela fiscalização de propaganda eleitoral com a análise das prestações de contas.
5. Elaboração de rotinas administrativas para os processos de prestação de contas partidárias e eleitorais na Sede do TRE-RJ e atualização e publicação no Portal da ASCEPA das rotinas para análise das prestações de contas (em estágio avançado).

Linhas de Atuação

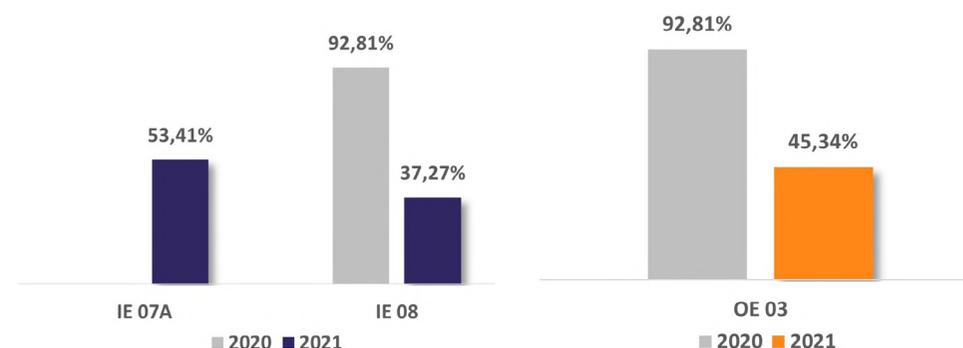
- Capacitação contínua em processamento de feitos e análise de prestação de contas
- Elaboração, atualização e divulgação de materiais com informações sobre ilícitos eleitorais
- Implementação de mecanismos para inibir pressões políticas sobre magistrados e servidores
- Integração de esforços entre o TRE-RJ e o Ministério Público Eleitoral
- Planejamento e gestão das atividades relacionadas à fiscalização da propaganda
- Especialização e estruturação dos Juízos Eleitorais com competência para processar e julgar as ações de combate a ilícitos

Indicadores Estratégicos que compõem o OE 03

INDICADORES ESTRATÉGICOS	PESO	GESTOR
IE 07A - Índice de estruturação do sistema de prevenção e combate a ilícitos eleitorais	50,00%	CPEFJU
IE 08 - Índice de celeridade de processos prioritários	50,00%	CPEFJU

Tabela 3.5.2: Indicadores Estratégicos vinculados ao OE 03

Desempenho dos Indicadores Estratégicos Desempenho do Objetivo Estratégico



Desafios Futuros

- No ciclo estratégico 2021-2026, o objetivo correspondente ao OE 03 - Combater os Ilícitos Eleitorais será o OE 05 - Combater os Ilícitos Eleitorais. O objetivo que trata do combate dos ilícitos eleitorais será composto por dois indicadores: o IE 17 - Taxa de julgamento no tempo médio razoável - 1º Grau e o IE 18 - Taxa de julgamento no tempo médio razoável - 2º Grau. Assim, em razão do deliberado no novo Plano Estratégico 2021-2026, o IE 07A, deixará de existir como um indicador, passando a ser contemplado como um programa, arrimado a outros indicadores.
- Um grande desafio é adquirir uma ferramenta capaz de extrair informações rápidas e confiáveis, de modo que os resultados obtidos sejam condizentes com a realidade, a fim de subsidiar os processos de análise e decisão.

Principais Ações Previstas para Melhoria de Desempenho

1. Criar painel de BI com o objetivo de viabilizar o monitoramento mais eficiente das Zonas Eleitorais.
2. Regulamentar as audiências por videoconferência e telepresenciais no âmbito da Justiça Eleitoral Fluminense, para os feitos em que é necessária a instrução probatória, o que possibilitará o impulsionamento dos processos.
3. Implementar solução para viabilizar o monitoramento efetivo dos feitos criminais e o impulsionamento da disponibilização de sistemas de informação rápidos e confiáveis, notadamente quando o atual sistema que monitora os processos eleitorais encontra-se sem o devido suporte (PortalBr).

4. Fixar as competências mínimas exigidas dos servidores com atuação nos Juízos Eleitorais especializados com competência para processar e julgar ações penais e prestação de contas.
5. Realizar reuniões periódicas com representantes da CPEFJU, com foco na construção conjunta de soluções para implementar as ações destinadas à estruturação do sistema de prevenção e combate a ilícitos eleitorais.
6. Implementar mecanismos que contribuam para fomentar a integração e a realização de iniciativas, internamente ou em parceria com outros órgãos, visando ao intercâmbio de conhecimentos e a colaboração recíproca para o aprimoramento da prestação jurisdicional em relação às ações penais.
7. Elaborar e formalizar as rotinas administrativas necessárias para estabelecer e padronizar a forma de operacionalização dos processos de trabalho relacionados aos recursos criminais e prestações de contas.
8. Integrar as informações obtidas pela fiscalização de propaganda eleitoral com a análise das prestações de contas.

Obs.: A ideia é redesenhar os indicadores e os mecanismos indispensáveis à sua mensuração com vistas à materialização dos novos programas que serão desenvolvidos para a consecução do objetivo estratégico de combate aos ilícitos eleitorais.

Iniciativas Estratégicas Relacionadas ao Objetivo

Não há iniciativas no PDE 2020/2021 vinculadas a este Objetivo Estratégico.

OE 04 - FORTALECER A SEGURANÇA E A TRANSPARÊNCIA DO PROCESSO ELEITORAL

Assegurar o estímulo à participação dos públicos interno e externo em todas as etapas do processo eleitoral, bem como a otimização dos recursos humanos, materiais e tecnológicos, para garantir a integridade e favorecer a confiabilidade do processo.

Unidade Gestora: GABPRE

Principais Ações Realizadas em 2021

1. Realização do evento “Democracia digital e a Modernização do Sistema de Votação”, que teve por objetivo ampliar o debate sobre o exercício da cidadania, a organização da democracia em contexto digital e a desconstrução de informações inverídicas presentes no discurso popular quanto ao sistema eletrônico de votação e a urna eletrônica.
2. Continuidade de realização da campanha “Eleitor pergunta”, destinada a divulgar informações sobre os serviços prestados pela Justiça Eleitoral a partir de perguntas feitas pelos próprios eleitores.
3. Execução tempestiva de 13 atividades previstas nos Planos Integrados das Eleições (PIE) 2020 e 2022.

Linhas de Atuação

- Adequação da infraestrutura física e material para realização das eleições
- Ampliação da disseminação de informações sobre as etapas do processo eleitoral
- Ampliação do diálogo com partidos e candidatos
- Aprimoramento dos canais de comunicação interna sobre informações relativas ao processo eleitoral

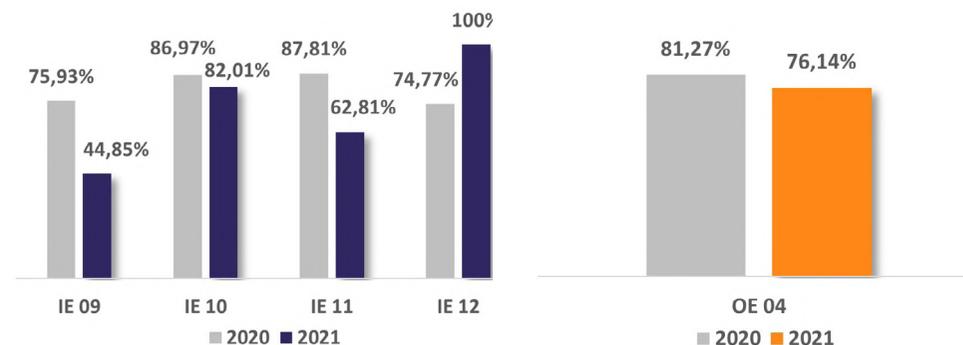
- Atualização contínua do corpo funcional e dos magistrados nos temas atinentes ao processo eleitoral
- Celebração de parcerias voltadas para melhoria do processo eleitoral
- Otimização da gestão de pessoal para atendimento às demandas eleitorais
- Otimização do acesso aos dados estatísticos relativos às eleições e informações sobre campanhas eleitorais
- Planejamento participativo das eleições

Indicadores Estratégicos que compõem o OE 04

INDICADORES ESTRATÉGICOS	PESO	GESTOR
IE 09 - Índice de aprimoramento da gestão da eleição	20%	CPLAN
IE 10 - Índice de segurança da votação	30%	DG
IE 11 - Índice de aprimoramento do processo eleitoral	20%	SVPCRE
IE 12 - Índice de promoção da transparência	30%	GABPRE

Tabela 3.5.3: Indicadores Estratégicos vinculados ao OE 04

Desempenho dos Indicadores Estratégicos Desempenho do Objetivo Estratégico



Desafios Futuros

- No ciclo estratégico 2021-2026, o objetivo correspondente ao OE 04 - Fortalecer a segurança e a transparência do processo eleitoral será o OE 05 - Aprimorar a gestão do processo eleitoral. Destaca-se o novo indicador que mede a avaliação média do público interno em relação às atividades desenvolvidas no processo eleitoral (IE 09 - Taxa de aperfeiçoamento dos Processos Eleitorais). Além disso, o indicador que mede o quantitativo de Zonas Eleitorais que atingiram o padrão mínimo de eficiência esperado saiu do escopo do objetivo que trata de governança para integrar o de processo eleitoral (IE 07 - Taxa de Zonas Eleitorais com padrão mínimo de eficiência).
- O maior desafio é melhorar o percentual de implementação dos planos de ação e projetos resultantes das Avaliações das Eleições e aumentar a aderência ao Plano Integrado das Eleições - PIE.

Principais Ações Previstas para Melhoria de Desempenho

- Realizar ações para captação de mesários voluntários.
- Acompanhar sistematicamente a execução das atividades pendentes no PIE 2020 e das previstas no PIE 2022.
- Implementar as 15 melhorias abaixo, priorizadas na Avaliação das Eleições 2020:
 - Aprimoramento do Sistema de Convocação por Meio Eletrônico;
 - Aprimoramento da forma de concessão de Auxílio Alimentação aos Mesários;
 - Estruturação da campanha "Mesário Voluntário" para as Eleições 2022;
 - Melhoria do processo de trabalho "Registrar Candidatos";
 - Estruturação dos canais internos de comunicação do TRE-RJ;
 - Estruturação do Portal das Eleições na intranet;
 - Estruturação dos formatos e dos canais institucionais de treinamentos

para as Eleições de 2022;

- Estruturação do planejamento de aquisição e distribuição de materiais para as Eleições 2022;
- Otimização do processo de tratamento de Notícias de Propaganda Irregular;
- Apresentação de solução alternativa para ampliação de acesso a redes sociais, com foco na fiscalização de propaganda;
- Ampliação da capacidade do correio eletrônico;
- Contratação de serviço de telefonia móvel;
- Contratação de serviço de tecnologia 3G/4G;
- Implementação de solução de melhoria da sistemática de transporte das urnas eletrônicas;
- Estruturação do treinamento em Prestação de Contas de Campanha.

Iniciativas Estratégicas Relacionadas ao Objetivo

INICIATIVA ESTRATÉGICA	PREVISÃO DE CONCLUSÃO	RESULTADOS E IMPACTOS OBSERVADOS OU ESPERADOS
Cadastramento Biométrico dos Eleitores no Estado do Rio de Janeiro - Ciclo 2020-2022	Suspenso em 2021 (2ª Reunião CGE)	O CGE deliberou pela suspensão do projeto uma vez que, por conta da pandemia, a biometria foi suspensa pelo TSE. Portanto, entendeu-se que seria necessário aguardar novas diretrizes do órgão superior.
Limites - Delimitação geográfica das zonas eleitorais	Encerrado sem conclusão em 2021 (2ª Reunião CGE)	O CGE deliberou pelo encerramento do projeto por entender-se que o produto principal não teria efeitos concretos sobre a definição da jurisdição das Zonas Eleitorais, porém sem prejuízo de posterior avaliação quanto a outros possíveis instrumentos e critérios a serem utilizados.

Tabela 3.5.4: Iniciativas Estratégicas vinculadas ao OE 04

OE 05 - APRIMORAR A COMUNICAÇÃO COM O PÚBLICO EXTERNO

Facilitar ao público externo a interlocução com o TRE-RJ, atuando de forma transparente para disseminar e estimular o acesso a informações sobre a Instituição e suas ações, a fim de promover maior participação da população nas questões de interesse público e melhoria contínua dos serviços ofertados à sociedade.

Unidade Gestora: GABPRE

Principais Ações Realizadas em 2021

1. Finalização dos estudos sobre os canais de comunicação pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria DG nº 114/2019, pendente de análise pela Administração.
2. Criação da Solicitação de Agendamento pela SVPCRE, em conjunto com a STI, facilitando a comunicação do público externo com os cartórios eleitorais.
3. Divulgações previstas no Plano de Comunicação Integrada 2021, tais como dos serviços da Ouvidoria do TRE-RJ e da pesquisa pública de Metas Nacionais e Específicas 2022 do TSE.
4. Produção de 357 releases no ano de 2021, dentre os quais notas sobre decisões judiciais proferidas pelo Plenário do TRE-RJ, que normalmente são de interesse da imprensa.
5. Número de demandas da imprensa respondidas pela Seção de Jornalismo: 354.
6. Realização de 13 encontros com a Imprensa no ano de 2021, que passaram a ocorrer de forma sistematizada e planejada, configurando novo mecanismo de relacionamento.
7. Realização da ação “Encontro com a Imprensa”, no qual um representante do TRE-RJ trata, com representante(s) da Imprensa, da divulgação de projetos institucionais e pautas socialmente relevantes, da antecipação de

esclarecimentos em relação a temas que envolvam a imagem institucional e demais assuntos de interesse da instituição.

Linhas de Atuação

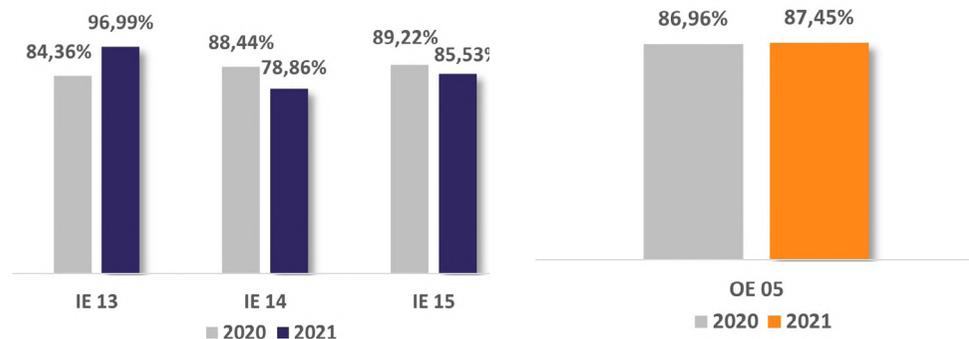
- Ampliação da troca de experiências entre o TRE-RJ e outras instituições sobre assuntos relacionados à comunicação, por meio da participação em eventos afins
- Ampliação do acesso do público externo aos julgamentos e decisões do TRE-RJ
- Ampliação do uso das redes sociais
- Aprimoramento e ampliação do uso dos recursos fotográficos, audiovisuais e de design
- Aprimoramento da gestão das notícias veiculadas sobre o TRE-RJ na mídia
- Aprimoramento do relacionamento com a imprensa
- Divulgação do funcionamento do processo eleitoral, das atribuições dos agentes políticos e do papel da Justiça Eleitoral
- Estabelecimento de parcerias com outros órgãos com foco na melhoria dos serviços prestados à sociedade
- Estruturação do planejamento e da gestão da comunicação externa e interna
- Estruturação dos canais de comunicação com os públicos externo e interno
- Identificação e formação de porta-vozes
- Otimização do acesso interno a dados estatísticos sobre o TRE-RJ

Indicadores Estratégicos que compõem o OE 05

INDICADORES ESTRATÉGICOS	PESO	GESTOR
IE 13 - Índice de adequação da comunicação com o público externo	40%	GABPRE
IE 14 - Índice de gestão da comunicação	40%	COSOC
IE 15 - Índice de relacionamento institucional com a mídia	20%	COSOC

Tabela 3.5.5: Indicadores Estratégicos vinculados ao OE 05

Desempenho dos Indicadores Estratégicos Desempenho do Objetivo Estratégico



Desafios Futuros

- No ciclo estratégico 2021-2026, os temas do OE 05 - Aprimorar a comunicação com o público externo estão inseridos no âmbito de dois novos objetivos: o OE 02 - Fortalecer a relação institucional com a sociedade e o OE 07 - Aprimorar a gestão da comunicação e do relacionamento institucional.
- No caso do OE 02, o grande desafio é melhorar a satisfação do público externo com a Ouvidoria, que será monitorada no âmbito do novo indicador estratégico IE 03 - Taxa de satisfação do público externo com os canais de comunicação.
- Quanto ao OE 07, destacam-se dois novos indicadores estratégicos: o IE 22 - Taxa de repercussão positiva de pautas e campanhas de iniciativa do

Tribunal, que tem como objetivo verificar a repercussão das pautas propostas pelo do TRE-RJ na imprensa e mídias sociais, e o IE 23 - Taxa de resposta à imprensa no prazo, que tem como objetivo monitorar a agilidade do TRE-RJ em responder às solicitações da imprensa.

Principais Ações Previstas para Melhoria de Desempenho

1. Editar normativo que regulamente a estruturação dos canais de comunicação, a partir da análise do relatório elaborado pelo Grupo de Trabalho constituído pela Portaria DG nº 114/2019.
2. Elaborar proposta conjunta da Ouvidoria com a SVPCRE com vistas ao aprimoramento da forma de divulgação das informações no site do TRE-RJ, tais como: prazo para análise de requerimentos do Título Net, procedimentos a serem adotados no caso de demandas urgentes, esclarecimentos sobre o que configura "informação com base na Lei de Acesso à Informação".
3. Ampliar a divulgação da ferramenta de "Solicitação de Agendamento".
4. Realizar campanha de divulgação direcionada ao público externo informando sobre prazos e canais de atendimento.
5. Divulgar as "Perguntas Frequentes" na página inicial do site.
6. Sensibilizar as unidades administrativas para execução das ações de comunicação com o público externo previstas no plano de comunicação do Tribunal.

Iniciativas Estratégicas Relacionadas ao Objetivo

Não há iniciativas no PDE 2020/2021 vinculadas a este Objetivo Estratégico.

OE 06 - ESTIMULAR O EXERCÍCIO CONSCIENTE DA CIDADANIA

Incentivar a reflexão crítica do cidadão sobre o voto consciente e sua participação como protagonista no processo democrático, por meio de ações socioeducativas e da ampla disseminação de informações sobre o processo e a memória eleitorais.

Unidade Gestora: EJE

Principais Ações Realizadas em 2021

1. Produção da série “Café com política”: nove vídeos, com duração aproximada de uma hora, que foram veiculados em 2021 no canal TV TRE-RJ na plataforma Youtube. O formato dessa série de lives foi promovido pela Escola Judiciária Eleitoral do TRE-RJ, com a finalidade de contribuir para a construção de um diálogo sobre a representatividade das minorias, a importância da participação política, a segurança do sistema eletrônico de votação, a conquista do espaço político pelas mulheres, entre outros temas de atual relevância.
2. Retomada do Programa Eleitor do Futuro em uma única atividade: a ação ocorreu, de forma presencial, no dia 17/11/2021, no Centro Educacional Jardim Amália, em Volta Redonda - RJ, sendo dirigida a estudantes de 10 e 11 anos de idade, no total de 130 crianças dos 4º e 5º anos do Ensino Fundamental.

Linhas de Atuação

- Aperfeiçoamento da comunicação com os públicos de relacionamento (instituições de ensino, entidades acadêmicas, magistrados e servidores)
- Aperfeiçoamento e capacitação contínuos de servidores e magistrados voluntários para atuação em ações de cidadania

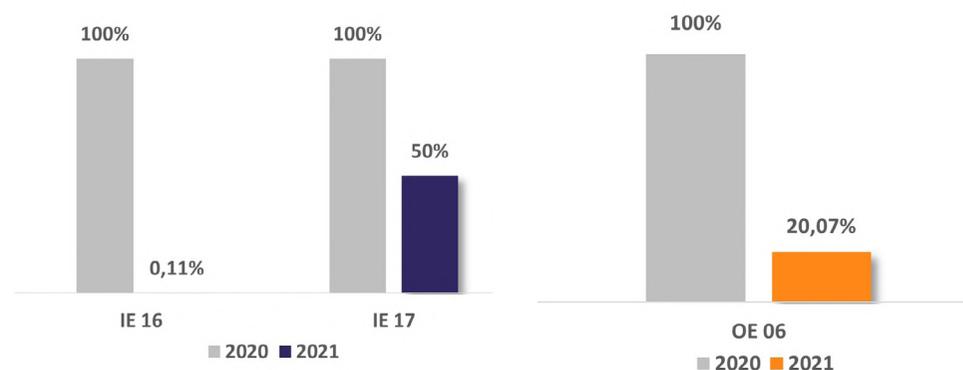
- Aprimoramento dos recursos de design, web design e audiovisual
- Direcionamento das ações em consonância com o público e a faixa etária
- Divulgação da memória eleitoral
- Divulgação das atribuições administrativa e jurisdicional da Justiça Eleitoral
- Divulgação de práticas qualificadas como ilícitos eleitorais
- Sensibilização quanto à importância da participação política e controle social

Indicadores Estratégicos que compõem o OE 06

INDICADORES ESTRATÉGICOS	PESO	GESTOR
IE 16 - Número de pessoas alcançadas por ações de cidadania	60%	EJE
IE 17 - Índice de aderência ao planejamento de ações de cidadania	40%	EJE

Tabela 3.5.6: Indicadores Estratégicos vinculados ao OE 06

Desempenho dos Indicadores Estratégicos Desempenho do Objetivo Estratégico



Desafios Futuros

- No ciclo estratégico 2021-2026, o objetivo correspondente ao OE 06 - Estimular o Exercício Consciente da Cidadania será o OE 06 - Promover a Educação Eleitoral e a Participação Cidadã.
- Após quase dois anos do início da pandemia de Covid-19, há uma tendência para o ano de 2022 de maior flexibilidade de locomoção e retorno de atividades presenciais, regulada principalmente pela vacinação amplamente distribuída e aplicada. Assim, é necessário dar prosseguimento em 2022 ao Programa Eleitor do Futuro, que foi retomado de forma presencial em novembro de 2021. Contudo, mesmo diante desse cenário, a produção e a divulgação de conteúdo no formato digital devem ser incorporadas definitivamente às atividades e aos projetos da EJE, sobretudo devido ao potencial de alcance de ações socioeducativas veiculadas no meio digital. Logo, o exercício de 2022 aponta para um movimento integrado de ações socioeducativas presenciais e não-presenciais.

Principais Ações Previstas para Melhoria de Desempenho

- Divulgar ostensivamente, de forma a popularizar, o acesso e o uso das plataformas de mídias sociais e institucionais por parte dos servidores do TRE-RJ, incorporando-as definitivamente à rotina deste Regional.
- Ampliar o número de inscritos nas plataformas de mídia social do Tribunal, o que permitirá a utilização de mais funcionalidades e recursos próprios do meio, a exemplo das lives, que podem se tornar essenciais para o trabalho desenvolvido pela EJE.
- Captar multiplicadores com conhecimento para produção de conteúdo virtual de qualidade para servidores interessados.
- Integrar as seções de produção de conteúdo para compartilhamento de informações úteis sobre procedimentos que envolvam edição de vídeo, suporte virtual, publicidade em mídias sociais etc.

- Disponibilizar vídeos de curta duração, tanto para divulgação como para discussão das temáticas abordadas em sala de aula, uma vez que a resposta exponencial por parte das visualizações possibilita uma exploração maior desse tipo de ferramenta, combinada com as ações presenciais que serão realizadas ao longo do exercício de 2022.

Iniciativas Estratégicas Relacionadas ao Objetivo

INICIATIVA ESTRATÉGICA	PREVISÃO DE CONCLUSÃO	RESULTADOS E IMPACTOS OBSERVADOS OU ESPERADOS
Reestruturação dos projetos socioeducativos	Novembro de 2022	<ul style="list-style-type: none"> Elevação no percentual de adesão de jovens da municipalidade ao cadastramento eleitoral facultativo, com aferição do indicador antes e depois da realização da ação (cálculo do indicador: razão entre o número de eleitores alistados e o número de habitantes projetados pelo IBGE – entre 15 e 19 anos –, por município). Fortalecimento da consciência crítica e da participação política, estimulando o exercício consciente da cidadania. Fortalecimento do senso de responsabilidade social por parte do quadro de servidores. Fortalecimento do engajamento social institucional. Fortalecimento da imagem institucional.

Tabela 3.5.7: Iniciativas Estratégicas vinculados ao OE 06

OE 07 - DESENVOLVER A GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS

Desenvolver o potencial humano do TRE-RJ, buscando garantir a motivação, a capacitação e valorização do corpo funcional, bem como contribuir para o alcance dos objetivos estratégicos, com ênfase na gestão por competências, no desenvolvimento da liderança e na melhoria do clima organizacional.

Unidade Gestora: SGP

Principais Ações Realizadas em 2021

1. Realização de 5 dos 6 cursos previstos no eixo estratégico do PAC 2021 (capacitação de “Gestão Estratégica pelo Método Grumbach”; “Teletrabalho no setor público com foco no resultado”; “Matriz Básica de Conhecimento Eleitoral”; “Plano de Logística Sustentável - Conhecendo o Guia de Compras”; “Diagnóstico de Cultura Organizacional” e “Gestão da Mudança” para a SGP).
2. Capacitação de 327 servidores na Matriz Básica de Conhecimento Eleitoral.
3. Capacitação de 141 chefes de cartórios na Matriz de Competências Gerenciais.
4. Conclusão do estudo para implantação de processo de seleção interna para ocupação de função comissionada.

Linhas de Atuação

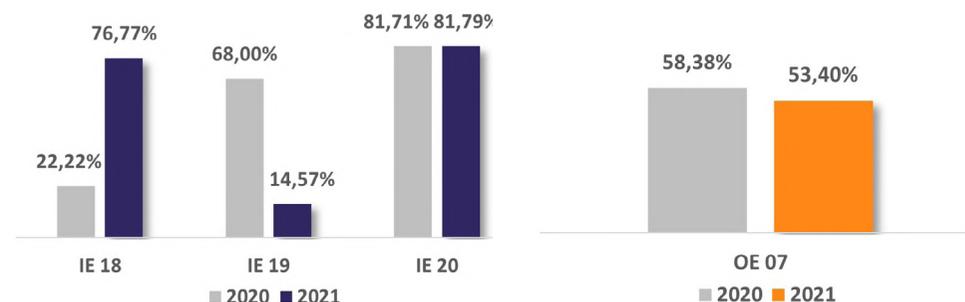
- Alinhamento do Plano de Capacitação Anual à estratégia institucional
- Aprimoramento da comunicação interna
- Desenvolvimento das competências
- Desenvolvimento das lideranças
- Desenvolvimento de Política de Gestão de Pessoas
- Gestão do Clima Organizacional
- Redimensionamento da estrutura funcional

Indicadores Estratégicos que compõem o OE 07

INDICADORES ESTRATÉGICOS	PESO	GESTOR
IE 18 - Índice de desenvolvimento das competências	30%	CDESC
IE 19 - Índice de desenvolvimento da liderança	40%	CDESC
IE 20 - Índice de gestão para a favorabilidade do Clima Organizacional	30%	CSINT

Tabela 3.5.8: Indicadores Estratégicos vinculados ao OE 07

Desempenho dos Indicadores Estratégicos Desempenho do Objetivo Estratégico



Desafios Futuros

- No próximo ciclo estratégico, o objetivo correspondente ao OE 07 - Desenvolver a Gestão Estratégica de Pessoas será o OE 10 - Aprimorar a Gestão de Pessoas na Era da Transformação. Destacam-se a inclusão de dois novos indicadores que passarão a ser acompanhados de forma sistemática no ciclo estratégico: o IE 41 - Taxa de realização de Exames Periódicos de

Saúde EPS e o IE 39 - Índice de satisfação com as ações de qualidade de vida no trabalho.

- Dos temas do ciclo 2016-2021 que continuarão a ser monitorados pela Estratégia no ciclo 2021-2026, um dos grandes desafios é avançar na implementação da gestão por competências e de ocupações críticas.

Principais Ações Previstas para Melhoria de Desempenho

1. Concluir a gestão por competência e ocupações críticas na STI e avançar na implantação em outras unidades do TRE-RJ.
2. Realizar a Pesquisa de Clima Organizacional.
3. Realizar exames periódicos de saúde
4. Implementar o Teletrabalho.
5. Alterar o escopo do Projeto Estratégico “Melhoria e Automatização do Processo de Elaboração da Folha de Pagamento”, com introdução de proposta de contratação direcionada à automatização do processo como um todo.
6. Firmar Parceria com a Universidade de Brasília para a implementação de um sistema integrado de gestão de pessoas, onde os subsistemas estejam alinhados sob a perspectiva do desempenho e produtividade.

Iniciativas Estratégicas Relacionadas ao Objetivo

INICIATIVA ESTRATÉGICA	PREVISÃO DE CONCLUSÃO	RESULTADOS E IMPACTOS OBSERVADOS OU ESPERADOS
Projeto de Melhoria e Automatização do Processo de Elaboração da Folha de Pagamento	Agosto de 2022	<ul style="list-style-type: none"> · Processo de elaboração da Folha de Pagamento aprimorado, com subprocessos melhorados, automatizados e céleres, com a mitigação dos riscos envolvidos por meio do envolvimento de todas as unidades responsáveis pelas entregas que subsidiam a elaboração da folha de pagamento. · SGP ágil, eficiente, inovadora e valorizada. · Servidores motivados e um bom clima organizacional. · Diminuição da média da antiguidade e do tempo de tramitação dos processos/seção. · Aumento da motivação e da percepção de valorização dos servidores da SGP. · Aumento da percepção da eficiência e agilidade da SGP pelos servidores do TRE-RJ.

INICIATIVA ESTRATÉGICA	PREVISÃO DE CONCLUSÃO	RESULTADOS E IMPACTOS OBSERVADOS OU ESPERADOS	INICIATIVA ESTRATÉGICA	PREVISÃO DE CONCLUSÃO	RESULTADOS E IMPACTOS OBSERVADOS OU ESPERADOS
Dimensionamento da Força de Trabalho das unidades do TRE-RJ	Concluído em 2021 (2ª Reunião do CGE)	<ul style="list-style-type: none"> · Apropriação adequada da metodologia desenvolvida por grupo de pesquisadores da Universidade de Brasília, através do projeto-piloto realizado nas unidades da Secretaria de Gestão de Pessoas do TRE-RJ, para posterior aplicação nas demais unidades da Justiça Eleitoral Fluminense. · Melhoria da gestão da força de trabalho, e, conseqüentemente, da produção e qualidade dos serviços prestados, a partir dos dados obtidos com o dimensionamento, além do constante monitoramento da força através do sistema informatizado a ser disponibilizado pela UnB. Ademais, a utilização do referido sistema e a manutenção da metodologia possibilitarão a criação de cultura orientada por dados. · Demonstração do cenário global da condição da mão de obra na Justiça Eleitoral, o mais próximo da realidade possível, com credibilidade e amparado por metodologia desenvolvida com base acadêmica, possibilitado pela unificação em nível nacional do dimensionamento da força de trabalho desse segmento do Poder Judiciário, capitaneada pelo Tribunal Superior Eleitoral, propiciando, ainda, calcular o custo do trabalho da Justiça Eleitoral entregue à sociedade, a partir do quantitativo da força de trabalho alocada no desenvolvimento de cada entrega realizada. 	Dimensionamento da Força de Trabalho das unidades do TRE-RJ – Fase 2	Fevereiro de 2022	<ul style="list-style-type: none"> · Os resultados esperados com o projeto são os mesmos previstos na versão inicial da Fase 1, quando ainda se contemplariam todas as unidades da Justiça Eleitoral Fluminense. Portanto, darmos continuidade ao 2º ciclo do DFT no TRE-RJ, podendo usufruir de metodologia consagrada pela comunidade científica e pelos órgãos públicos federais, é um grande benefício à Gestão de Pessoas deste Tribunal.

Tabela 3.5.9: Iniciativas Estratégicas vinculadas ao OE 07

OE 08 - FORTALECER A GOVERNANÇA INSTITUCIONAL

Aperfeiçoar os mecanismos de liderança, estratégia e controle, demonstrando, de forma transparente, a integridade de todas as ações institucionais e reforçando o compromisso com os valores éticos, com o cumprimento das normas externas e diretrizes internas, com o alinhamento às necessidades e expectativas das partes interessadas, por meio de uma gestão participativa e com a prevenção e correção de quaisquer desvios ou inconformidades, a fim de assegurar a devida gestão dos interesses e dos bens públicos.

Unidade Gestora: GABPRE

Principais Ações Realizadas em 2021

1. Realização da reunião inaugural do Conselho de Governança em 22/03/2021, que teve como pauta a apresentação do cronograma e da metodologia de elaboração do Plano Estratégico TRE-RJ 2021-2026.
2. Instituição do Comitê de Governança de Contratações, através do Ato GP nº 150/2021.
3. Realização das quatro Reuniões de Análise da Estratégia (RAE) previstas, por videoconferência, cujas atas estão disponíveis no site do TRE-RJ ([www.tre-rj.jus.br/Transparência e Prestação de Contas / Comitês e Comissões / Comitês e Comissões de Apoio à Governança / CGE](http://www.tre-rj.jus.br/Transparência_e_Prestação_de_Contas/Comitês_e_Comissões/Comitês_e_Comissões_de_Apoio_à_Governança/CGE)).
4. Realização de 27 das 31 reuniões planejadas dos Conselhos, Comitês e Comissões constantes no rol dos índices de realização e de participação em reuniões de gestão participativa.
5. Estruturação das páginas dos Comitês e Comissões de apoio à governança no sítio eletrônico do Tribunal na internet, como forma de conferir transparência e estimular o planejamento antecipado e o registro formal das atividades dos Comitês e Comissões.
6. Aprovação e publicação do Plano de Trabalho Anual do Conselho Per-

manente de Ética, (CPETI), que prevê as ações de divulgação e promoção do conhecimento do código de ética e de conduta, as quais estão sendo gradualmente implementadas.

7. Criação da Assessoria de Gerenciamento de Riscos e Controle Interno - AS-GERI, vinculada à Diretoria-Geral (Resolução TRE-RJ nº 1.173/2021).
8. Avanço na identificação dos principais papéis e responsabilidades por atividades e decisões críticas no Sistema de Governança e Gestão do TRE-RJ: conclusão dos documentos relativos à Gestão de Riscos, Gestão de Contratações, Gestão de Pessoas e Gestão de TIC.
9. Divulgação para os públicos internos e externos do TRE-RJ de pesquisa disponibilizada pelo TSE para discussão das Metas Nacionais e Específicas a serem adotadas pela Justiça Eleitoral em 2022, no período de 16 a 28/07/2021, tendo alcançado a participação de 205 respondentes do público interno do TRE-RJ, sendo 31 magistrados de 1º e 2º grau, 159 servidores e 15 colaboradores.
10. Execução do primeiro Plano Anual de Capacitação da Auditoria Interna (PAC-Aud), em cumprimento ao disposto nos arts. 69 a 73 da Resolução CNJ nº 309/2020, com o objetivo de desenvolver as competências técnicas e gerenciais necessárias à formação do quadro de auditores internos.

Linhas de Atuação

- Aprimoramento da função de auditoria interna
- Definição e divulgação dos padrões de conduta ética a serem observados pelos agentes
- Estabelecimento de mecanismos de controle para assegurar a atuação dos agentes em consonância com os padrões de conduta ética
- Estabelecimento e divulgação do sistema de governança da instituição
- Estruturação do modelo de avaliação de desempenho das instâncias internas de governança
- Identificação e desenvolvimento das competências das instâncias internas de governança

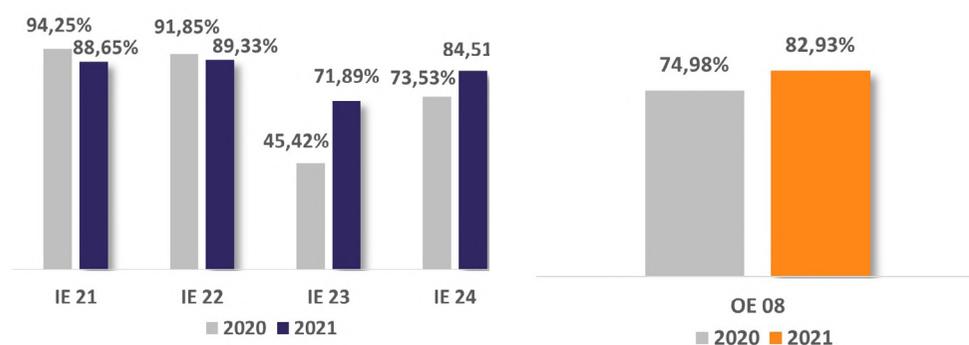
- Implantação do modelo de gestão de riscos e controles internos
- Institucionalização de modelo de gestão da estratégia
- Transparência da gestão
- Estímulo à gestão participativa

Indicadores Estratégicos que compõem o OE 08

INDICADORES ESTRATÉGICOS	PESO	GESTOR
IE 21 - Índice de gestão participativa	30%	DG
IE 22 - Índice de estruturação do mecanismo de liderança	20%	GABPRE
IE 23 - Índice de execução e monitoramento da estratégia	30%	CPLAN
IE 24 - Índice de adequação do mecanismo de controle	20%	SAU

Tabela 3.5.10: Indicadores Estratégicos vinculados ao OE 08

Desempenho dos Indicadores Estratégicos Desempenho do Objetivo Estratégico



Desafios Futuros

- No próximo ciclo estratégico, o objetivo correspondente ao OE 08 - Fortalecer a Governança Institucional será o OE 08 - Aprimorar a Gestão Administrativa e a Governança Institucional. Destacam-se a inclusão de novos indicadores que passarão a ser acompanhados de forma sistemática no ciclo estratégico: o Índice de gestão e governança das contratações (IE 33) e a Taxa de aderência das contratações ao Plano de Contratações Anual - PCA (IE 34).
- Dos temas do ciclo 2016-2021 que continuarão a ser monitorados pela Estratégia no ciclo 2021-2026, alguns dos desafios são aumentar a maturidade da execução da estratégia e aprimorar a governança institucional e a gestão de riscos e controles internos.

Principais Ações Previstas para Melhoria de Desempenho

1. Estabelecer rotina que garanta que as composições das Comissões e Comitês se mantenham permanentemente atualizadas, assim como processo de transição entre as mudanças de integrantes, a fim de garantir a transferência de conhecimento.
2. Implementar medida que vise à avaliação dos ganhos que esses colegiados agregam à instituição (produtos gerados, reports para a Alta Administração, reflexos sobre o desempenho do Tribunal etc.), a fim de mensurar a eficiência do sistema de governança.
3. Identificar estratégias que estimulem a maior adesão de servidores e magistrados na construção/avaliação da Estratégia Nacional do Poder Judiciário.
4. Priorizar a identificação das medidas necessárias e implantação dos mecanismos para garantir a recepção, o tratamento e o acompanhamento de denúncias pelas partes interessadas, especialmente com relação ao público interno, considerando a atuação da Ouvidoria desta Corte quanto às denúncias realizadas pelos usuários externos.

5. Difundir, entre magistrados e servidores, o Código de Ética e Conduta.
6. Estruturar adequadamente a Assessoria de Gerenciamento de Riscos e Controle Interno, bem como sinalizar a priorização pela gestão da efetiva implementação do processo de gerenciamento de riscos no Tribunal.
7. Adotar medidas no sentido de aprimorar os processos internos da Secretaria de Auditoria Interna (SAU), a fim de conferir maior efetividade e tempestividade, sem prejuízo da qualidade dos trabalhos.
8. Articular, em conjunto com o Gabinete da Presidência e a Diretoria-Geral, a busca de soluções para adequação do quadro funcional da SAU às atribuições previstas no Plano Anual de Auditoria, além de outras próprias da função de Auditoria Interna, que possibilitem ampliar a agregação de valor à instituição.
9. Ampliar a interlocução entre a Secretaria de Auditoria Interna e a Diretoria-Geral e suas unidades, no sentido de identificar eventuais dificuldades e restrições ao cumprimento das recomendações, bem como prestar esclarecimentos para facilitação, na medida cabível, do alcance de soluções.

Iniciativas Estratégicas Relacionadas ao Objetivo

Não há iniciativas no PDE 2020/2021 vinculadas a este Objetivo Estratégico.

OE 09 - APRIMORAR A INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA AO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO TRE-RJ

Adequar a infraestrutura do TRE-RJ às condições necessárias para o desenvolvimento das atividades eleitorais, observando-se critérios de acessibilidade, sustentabilidade, saúde e segurança, bem como a adoção de práticas para maior eficiência no controle e na gestão dos recursos.

Unidade Gestora: SSG

Principais Ações Realizadas em 2021

1. Intensificação das ações de manutenção preventiva e de coleta de dados para avanço do projeto de diagnóstico da estrutura de imóveis.
2. Mudança de quatro zonas eleitorais de São João do Meriti (88ª, 89ª, 186ª e 187ª) e do Cartório Eleitoral de Paraty (57ª ZE) para locais com instalações acessíveis, padronizadas, sustentáveis e compatíveis com o trabalho e serviços prestados.
3. Formalização de contratos de locação para novas instalações para as Zonas Eleitorais da região de Bangu, do município de São Gonçalo e do município de Cabo Frio, onde serão instalados 6 polos permanentes e 14 Zonas Eleitorais.

Linhas de Atuação

- Acessibilidade das instalações
- Adequação das instalações aos trabalhos e serviços prestados
- Definição de política de uso de imóveis
- Eficiência na gestão orçamentária de infraestrutura
- Estruturação da gestão imobiliária

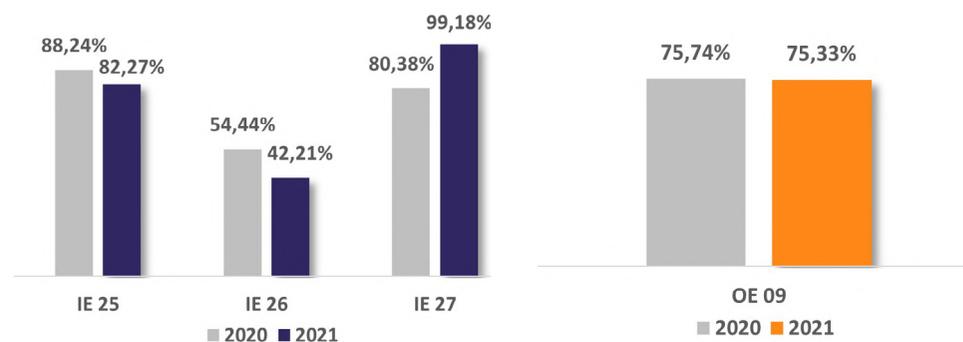
- Otimização da gestão dos serviços relacionados à infraestrutura
- Padronização mobiliária e imobiliária
- Segurança das instalações

Indicadores Estratégicos que compõem o OE 09

INDICADORES ESTRATÉGICOS	PESO	GESTOR
IE 25 - Índice de padronização da infraestrutura	40%	COENG
IE 26 - Índice de eficiência da gestão da infraestrutura imobiliária	30%	SSG
IE 27 - Índice de atendimento às demandas de serviços	30%	SSG

Tabela 3.5.11: Indicadores Estratégicos vinculados ao OE 09

Desempenho dos Indicadores Estratégicos Desempenho do Objetivo Estratégico



Desafios Futuros

- No próximo ciclo estratégico, o objetivo correspondente ao OE 09 - Aprimorar a infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades do TRE-RJ será o OE 13 - Aperfeiçoar a Infraestrutura.

- Com foco em aumentar o quantitativo de unidades com infraestrutura e segurança adequadas, o principal desafio no ano de 2022 é conciliar ações estruturantes importantes com as demandas relativas às Eleições 2022.

Principais Ações Previstas para Melhoria de Desempenho

- Aperfeiçoar a infraestrutura imobiliária do TRE-RJ, considerando ações como o agrupamento de vários cartórios de uma mesma região e/ou municípios em um único imóvel, a instalação de Centrais de Atendimento ao Eleitor e a transformação de polos provisórios em polos permanentes. Obs.: Para 2022 já estão previstas mudanças das 5 Zonas Eleitorais de Bangu (24ª, 230ª, 233ª, 234ª e 238ª ZE's), das 2 Zonas Eleitorais de Cabo Frio (96ª e 256ª) e das 7 Zonas Eleitorais de São Gonçalo (36ª, 68ª, 69ª, 87ª, 132ª, 133ª e 135ª ZE's).
- Licitatar os projetos e obras de engenharia de médios e grandes portes, deixando apenas os pequenos projetos e intervenções para serem desenvolvidos pelas seções técnicas da COENG.
- Implementar dois contratos-pilotos de transporte de passageiros e pequenos volumes por aplicativo e transporte de carga com caminhões para as unidades do interior do Rio de Janeiro, já em fase final de licitação.

Iniciativas Estratégicas Relacionadas ao Objetivo

INICIATIVA ESTRATÉGICA	PREVISÃO DE CONCLUSÃO	RESULTADOS E IMPACTOS OBSERVADOS OU ESPERADOS
Modernização das instalações elétricas do Núcleo Administrativo do TRE-RJ	Agosto de 2021 (em atraso)	<ul style="list-style-type: none"> · Incremento da segurança nas instalações. · Maior disponibilidade do sistema elétrico, redução das falhas. · Correto enquadramento tarifário e possível economia de recursos. · Geração de energia limpa no campus e redução da conta de energia.
Sistema de Prevenção e combate a incêndio na sede do TRE-RJ	Encerrado sem conclusão em 2021 (2ª Reunião do CGE)	<ul style="list-style-type: none"> · O CGE deliberou pelo encerramento do projeto uma vez que foi constatada a necessidade de ampliação de escopo, para abranger outras intervenções de engenharia, prevendo-se a apresentação de nova proposta posteriormente.
Implantação de CFTV	Encerrado sem conclusão em 2021 (2ª Reunião do CGE)	<ul style="list-style-type: none"> · O CGE deliberou pela retirada do projeto do PDE por existir processo em curso com proposta semelhante e por se ter compreendido que a questão tratada no projeto, em seu estado atual, deixou de ser estratégica.
Diagnóstico das instalações prediais nos imóveis ocupados pelo TRE-RJ	Março de 2022	<ul style="list-style-type: none"> · Formação de base de dados que possibilite aprimorar a tomada de decisões referentes à intervenção preventiva e corretiva nas inconformidades identificadas e eventual transferência para imóveis que possuam condições mais adequadas para o desenvolvimento das atividades eleitorais.

Tabela 3.5.12: Iniciativas Estratégicas vinculados ao OE 09

OE 10 - APERFEIÇOAR A INFRAESTRUTURA E A GOVERNANÇA DE TIC

Integrar, incrementar e modernizar soluções e estruturar a governança de Tecnologia da Informação e Comunicação, tendo como premissas a otimização dos recursos, o uso de tecnologia limpa e o aproveitamento das boas práticas institucionais, garantindo confiabilidade, integridade, disponibilidade e acesso às informações, aos serviços e aos sistemas essenciais do TRE-RJ.

Unidade Gestora: STI

Principais Ações Realizadas em 2021

1. Divulgação do Plano Diretor de TI e do acompanhamento das ações e dos projetos de TI no sítio eletrônico do TRE-RJ.
2. Instituição formal de Política de cópias de segurança (backup) – IN DG nº 01/2021.
3. Instituição da Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes de Segurança em Redes Computacionais - ETIR - e a utilização de certificação digital para garantia da autenticidade das informações.
4. Criação de duas minutas de norma, uma voltada à gestão de ativos; e, outra, de acessos.
5. Implantação de solução de Wi-fi.
6. Contratação do serviço de modernização do Data Center.
7. Quantitativo de novos sistemas ou novas versões de sistemas atendidos: 38
8. Quantitativo de ferramentas de extração/manipulação de dados atendidas: 22
9. Quantitativo de demandas de Web Sites atendidas: 11
10. Atualização de estações de trabalho (equipamentos e sistemas) de todas as Zonas Eleitorais da capital (ao longo de 2022 será realizada a atualização dos micros da Sede do Tribunal e das Zonas Eleitorais localizadas no interior do Estado).

Linhas de Atuação

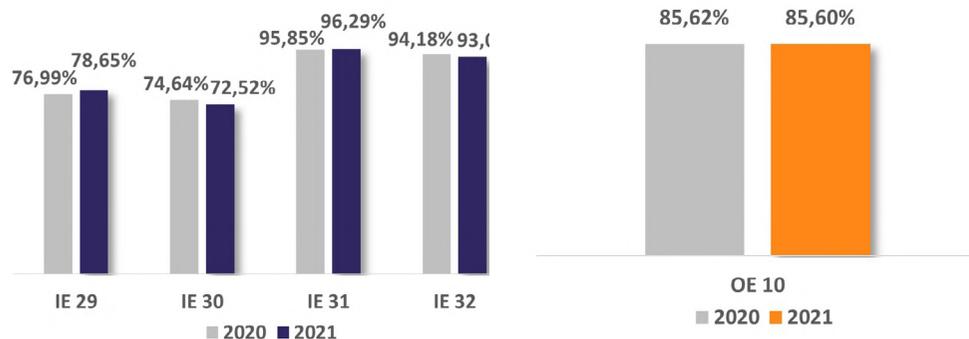
- Ampliação da adoção de critérios sustentáveis na aquisição de bens e serviços de TIC
- Ampliação do descarte ecologicamente correto dos resíduos de cartuchos, toners e fotocondutores
- Aprimoramento do processo de gestão orçamentária de TIC
- Estabelecimento de critérios para priorização das solicitações de desenvolvimento de sistemas e automação de rotinas
- Estabelecimento de Acordos de Nível de Serviço junto aos usuários de TI
- Estabelecimento do processo de configuração e gerenciamento de ativos
- Integração, padronização e usabilidade das soluções de TIC
- Melhoria da infraestrutura física de suporte aos serviços
- Nivelamento da infraestrutura para padronização de sistemas e equipamentos
- Promoção da disseminação de informações relativas às ações e iniciativas de TIC
- Promoção da Governança de TIC
- Promoção do desenvolvimento das competências em Governança de TIC
- Utilização de boas práticas no desenvolvimento, implantação e uso de soluções de TIC

Indicadores Estratégicos que compõem o OE 10

INDICADORES ESTRATÉGICOS	PESO	GESTOR
IE 29 - Índice de governança em TIC	30%	STI
IE 30 - Índice de adequação dos equipamentos	20%	COLOG
IE 31 - Índice de disponibilidade da infraestrutura e do suporte de TIC	30%	COINF
IE 32 - Índice de modernização das soluções	20%	CSCOR

Tabela 3.5.13: Indicadores Estratégicos vinculados ao OE 10

Desempenho dos Indicadores Estratégicos Desempenho do Objetivo Estratégico



Desafios Futuros

- No próximo ciclo estratégico, o objetivo correspondente ao OE 10 - Aperfeiçoar a Infraestrutura e a Governança de TIC será o OE 12 - Promover a Transformação Digital. Assim como o próprio nome já evidencia, o foco será a intensificação da transformação digital nos serviços e produtos oferecidos e a implantação de inovações e soluções tecnológicas nos processos e nas ferramentas de trabalho.
- Destaca-se que o aprimoramento da governança de TIC será acompanhado através de indicador estratégico específico (IE 51 - Índice de governança de TIC), cuja medição levará em consideração o resultado obtido pelo TRE-RJ no índice iGovTIC-JUD do CNJ.

Principais Ações Previstas para Melhoria de Desempenho

- Projeto Data Center: dar andamento às obras dentro do cronograma previsto.
- Promover a aquisição de uma Biblioteca de Fitas (Tape Library), software de backup e cartuchos de fitas regraváveis, com o objetivo de ampliar a capacidade de backup do Tribunal, aumentar a eficiência nos processos

de backup e restauração de dados, além de substituir a biblioteca de fitas atualmente em uso, servindo como importante dispositivo de backup com capacidade de retenção em médio e longo prazos.

- Contratar solução de colaboração e comunicação, provida por meio de serviço de computação em nuvem, na modalidade de software como serviço (SaaS), incluindo suporte técnico.
- Normalizar a Política de Acesso à Rede sem Fio.

Iniciativas Estratégicas Relacionadas ao Objetivo

INICIATIVA ESTRATÉGICA	PREVISÃO DE CONCLUSÃO	RESULTADOS E IMPACTOS OBSERVADOS OU ESPERADOS
Modernização do Data Center	2020 (em atraso)	<ul style="list-style-type: none"> Elevação do nível de proteção das informações, sistemas e serviços armazenados e do investimento em tecnologia da informação contra acessos indevidos às áreas do Data Center, inundação, incêndio, superaquecimento e interrupção no fornecimento de energia elétrica, adequando a infraestrutura computacional do TRE-RJ às melhores práticas e recomendações da indústria de TI. Redução do tempo de retorno à operação em caso de ocorrência de sinistro. Monitoramento mais eficiente e ininterrupto da infraestrutura de TI e da rede corporativa de comunicação de dados, viabilizando uma atuação mais proativa e preventiva na identificação, diagnóstico e resolução de falhas e indisponibilidades.

INICIATIVA ESTRATÉGICA	PREVISÃO DE CONCLUSÃO	RESULTADOS E IMPACTOS OBSERVADOS OU ESPERADOS
Rede Privada Virtual - VPN	Janeiro de 2021 (em atraso)	<ul style="list-style-type: none"> Garantia de links de comunicação entre as unidades remotas e o TRE-RJ para suportar o tráfego de dados e garantir a disponibilidade exigida pelos sistemas de informação, com o máximo de comprometimento de banda de 80%.

Tabela 3.5.14: Iniciativas Estratégicas vinculados ao OE 10

OE 11 - APERFEIÇOAR A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E DE CUSTOS

Planejar e gerir o orçamento de forma integrada, transparente e alinhada à estratégia, primando pela otimização de custos, a fim de assegurar recursos tempestivos e suficientes para o aprimoramento contínuo das atividades desempenhadas pelo TRE-RJ.

Unidade Gestora: SOF

Principais Ações Realizadas em 2021

1. Acompanhamento mensal da execução de iniciativas estratégicas na gestão de processos do dia a dia.
2. Abertura de processo específico, a fim de aprimorar o acompanhamento orçamentário e financeiro do TRE-RJ, bem como cumprir os ditames da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2021, que estabelece a execução obrigatória das despesas primárias discricionárias.
3. Normatização dos procedimentos para elaboração da proposta orçamentária anual e para o monitoramento de sua execução, relativas às despesas discricionárias - IN GP nº 01/2021.

Linhas de Atuação

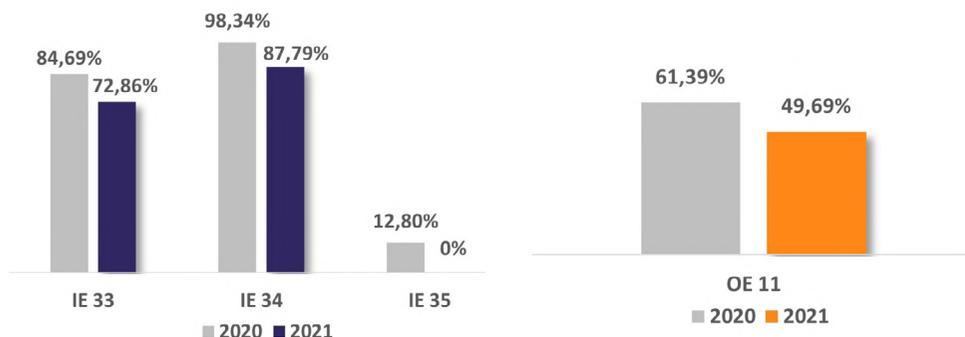
- Disseminação de conhecimentos sobre orçamento público
- Processo orçamentário participativo
- Racionalização dos custos
- Transparência do processo orçamentário

Indicadores Estratégicos que compõem o OE 11

INDICADORES ESTRATÉGICOS	PESO	GESTOR
IE 33 - Índice de eficiência da gestão orçamentária	20%	CORÇA
IE 34 - Custo de manutenção da estrutura	40%	COFIN
IE 35 - Índice de alinhamento do orçamento com a estratégia	40%	CPLAN

Tabela 3.5.15: Indicadores Estratégicos vinculados ao OE 11

Desempenho dos Indicadores Estratégicos Desempenho do Objetivo Estratégico



Desafios Futuros

- No próximo ciclo estratégico, o objetivo correspondente ao OE 11 - Aperfeiçoar a Gestão Orçamentária e de Custos será o OE 11 - Aprimorar a Gestão Orçamentária e Financeira.
- Promover o aprimoramento da execução orçamentária mediante ações alternativas em conjunto com as unidades gestoras, considerando a continuidade dos efeitos gerados pela pandemia de Covid-19 para o exercício 2022.
- Aumentar a aderência do orçamento de iniciativas estratégicas, que passará a ser monitorado pelo IE 48 - Taxa de execução planejada do orçamento de iniciativas estratégicas.

Principais Ações Previstas para Melhoria de Desempenho

- Intensificar junto às unidades gestoras responsáveis o monitoramento dos contratos, a fim de que as sobras orçamentárias sejam identificadas de forma ágil, com o objetivo de aproveitar tais recursos para aquisição de bens ou serviços, ou devolução ao TSE, em tempo hábil.
- Reforçar o monitoramento de restos a pagar, por meio de processo próprio, otimizando a ferramenta para execução desta atividade, reunindo informações e facilitando seu acesso e visualização dos resultados.
- Otimizar a estrutura imobiliária, permitindo, conseqüentemente, a redução de diversos custos indiretos para provimento de serviços em geral e manutenção.
- Concluir os processos para terceirização de parte da frota, que já se encontram em fase final de planejamento para contratação, ação que tem o potencial de reduzir parte dos gastos com manutenção da frota própria do TRE-RJ.
- Capacitar os gerentes de projetos não exclusivos e os Assistentes de Grandes Projetos, sob coordenação integrada da SEDINE, visando sedimentar cultura de gestão de projetos em que o planejamento orçamentário tenha o seu merecido destaque.

Iniciativas Estratégicas Relacionadas ao Objetivo

INICIATIVA ESTRATÉGICA	PREVISÃO DE CONCLUSÃO	RESULTADOS E IMPACTOS OBSERVADOS OU ESPERADOS
Implantação do Sistema Eletrônico SEI! - Fase 2	Concluído em 2021 (2ª Reunião do CGE)	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento das competências de servidores relacionadas à produção digital de processos e documentos administrativos eficazes. Ampliação dos tipos de processo e de documentos administrativos no SEI. Melhoria nos relatórios de consulta relacionados aos processos e documentos produzidos no SEI.

INICIATIVA ESTRATÉGICA	PREVISÃO DE CONCLUSÃO	RESULTADOS E IMPACTOS OBSERVADOS OU ESPERADOS
Implantação do Sistema Eletrônico SEI - Fase 3	Junho de 2022	<ul style="list-style-type: none"> Disponibilização de versão mais segura e com novas funcionalidades e módulos implantados. Disponibilização do SEI para usuários internos e externos na internet e intranet, com novas funcionalidades. Maior segurança para produção de documentos e processos administrativos.
Implantação do Sistema VoIP - Fase 1 - Caju	Encerrado sem conclusão em 2021 (2ª Reunião do CGE)	<ul style="list-style-type: none"> O CGE deliberou pelo encerramento do projeto uma vez que foi constatada a necessidade de alteração de escopo, prevendo-se a apresentação de nova proposta posteriormente.
Implantação de Solução VoIP no TRE-RJ	Junho de 2022	<ul style="list-style-type: none"> A modernização da infraestrutura de TIC e integração dos sistemas de comunicação de dados, voz e imagem objetiva a redução de custos, aumento da disponibilidade, segurança, mobilidade e integração dos serviços, permitindo maior inclusão entre todas as unidades do Tribunal, além de maior produtividade e celeridade na resolução de problemas técnicos e administrativos e economia de recursos financeiros e ambientais.

Tabela 3.5.16: Iniciativas Estratégicas vinculados ao OE 11

Outras Iniciativas Estratégicas

INICIATIVA ESTRATÉGICA	PREVISÃO DE CONCLUSÃO	RESULTADOS E IMPACTOS OBSERVADOS OU ESPERADOS
Implantação da Gestão de Resíduos Sólidos	Agosto de 2022	<ul style="list-style-type: none"> Aprimoramento da gestão de resíduos interna, atendendo, primeiramente, os Edifícios-Sede. Adequação à legislação vigente. Eliminação de passivos geradores de riscos ambientais, melhoria na qualidade de limpeza e descarte, gerando, conseqüentemente, um melhor ambiente de trabalho para servidores e usuários do TRE-RJ.
Reestruturação do projeto eSocial	Agosto de 2022	<ul style="list-style-type: none"> Adequação à legislação vigente. Saneamento cadastral do TRE-RJ. Melhoria dos sistemas de informação e dos processos de trabalho. Eliminação de redundâncias na prestação das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas. Implementação de normas de Saúde e Segurança no Trabalho - SST, no que aplicável aos órgãos públicos.
Implementação da Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)	Dezembro de 2023	<ul style="list-style-type: none"> Adequação à Lei nº 13.709/2018, quanto ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

Tabela 3.5.17: Outras Iniciativas Estratégicas

Recursos Alocados aos Objetivos Estratégicos

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INICIATIVA ESTRATÉGICA	CONTRATAÇÃO PREVISTA NA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2021	VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO	VALOR EXECUTADO
OE 06 - Estimular o exercício consciente da cidadania	Reestruturação dos projetos socioeducativos	Reestruturação do processo socioeducativo	R\$ 146.000,00	R\$ 0,00
OE 09 - Aprimorar a infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades do TRE-RJ	Modernização das instalações elétricas do Núcleo Administrativo do TRE-RJ	Reforma das instalações elétricas	R\$ 800.000,00	R\$ 0,00
OE 09 - Aprimorar a infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades do TRE-RJ	Sistema de Prevenção e combate a incêndio na sede do TRE-RJ	Instalação de sistema de combate a incêndio	R\$ 957.367,00	R\$ 0,00
OE 10 - Aperfeiçoar a infraestrutura e a governança de TIC	Rede Privada Virtual - VPN	Contratação de acesso à internet - VPN	R\$ 372.404,64	R\$ 0,00
TOTAL			R\$ 2.275.771,64	R\$ 0,00

Tabela 3.5.18: Recursos alocados aos Objetivos Estratégicos

Plano Anual de Contratações de 2021

- Em [planilha](#) disponibilizada no sítio eletrônico do TRE-RJ é possível consultar a relação de todas as contratações previstas para 2021, seu vínculo com cada objetivo, a informação se é considerada estratégica e o valor estimado.
- Para saber o andamento de cada contratação, basta acessar [aqui](#) a planilha de monitoramento do Plano de Contratações de 2021.

As contratações vinculadas diretamente a iniciativas estratégicas que estavam previstas na proposta orçamentária de 2021 restaram prejudicadas devido ao impacto do cenário de pandemia sobre a execução de parte dos projetos e, em outros casos, pela decisão do Comitê de Gestão da Estratégia pela suspensão ou encerramento da iniciativa, em face da identificação da necessidade de revisão de escopo e apresentação posterior de nova proposta.

ANÁLISE DO OE 01 - GARANTIR OS DIREITOS DA CIDADANIA (ÍNDICE DE DESEMPENHO DA JUSTIÇA ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO - IDJERJ)

Evolução de desempenho do Índice de Desempenho da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro - IDJERJ

O Índice de Desempenho da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro - IDJERJ, que representa o desempenho do principal objetivo do Plano Estratégico da Justiça Eleitoral fluminense – OE 01 - Garantir os direitos da cidadania, alcançou o patamar de 61,23% ao final de 2021.

Ao final do ciclo estratégico 2016-2021, o IDJERJ obteve o pior desempenho de toda série histórica, conforme demonstrativo abaixo:

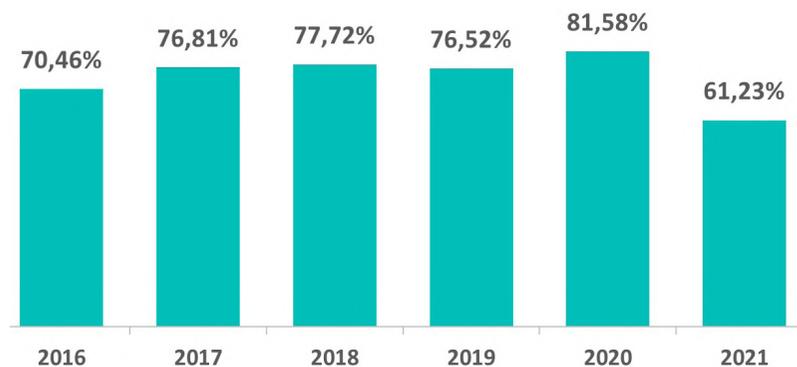


Gráfico 3.5.1: Evolução de desempenho do IDJERJ – Ciclo estratégico 2016-2021

Evolução de desempenho dos Objetivos Estratégicos

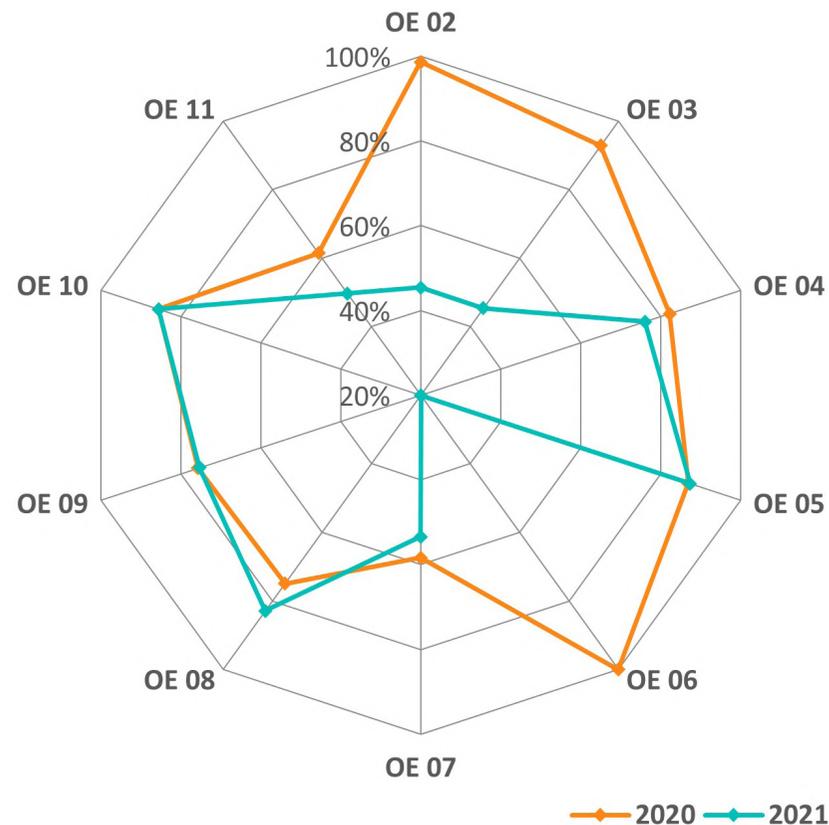


Gráfico 3.5.2: Evolução de desempenho dos Objetivos Estratégicos - Anos 2020 e 2021

Preliminarmente, no gráfico acima é possível perceber que a queda do índice do IDJERJ em relação ao ano de 2020 foi provocada pela drástica redução de desempenho de três objetivos estratégicos: o **OE 02** (Garantir a celeridade e a eficácia na prestação jurisdicional), o **OE 03** (Combater os ilícitos eleitorais) e o **OE 06** (Estimular o exercício consciente da cidadania). No caso dos dois primeiros, conforme abordado na análise individualizada de cada objetivo, foram identificadas graves inconsistências nos dados de alguns identificadores, o que compromete uma avaliação mais apurada dos resultados do **OE 02** e do **OE 03** ao final do ciclo estratégico 2016-2021.

Ao comparar a evolução dos demais objetivos estratégicos em relação ao ano anterior, constata-se que:

- Dois objetivos apresentaram praticamente o mesmo resultado: **OE 09** (Aprimorar a infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades do TRE-RJ) e **OE 10** (Aperfeiçoar a infraestrutura e a governança de TIC).
- Dois objetivos tiveram resultados semelhantes com variação negativa em torno de 5 pontos percentuais: **OE 04** (Fortalecer a segurança e a transparência do processo eleitoral) e **OE 07** (Desenvolver a Gestão Estratégica de Pessoas).
- Um objetivo teve resultado semelhante com variação positiva: **OE 05** (Aprimorar a comunicação com o público externo);
- Um objetivo destacou-se positivamente apresentando uma melhora de desempenho: **OE 08** (Fortalecer a governança institucional).

Especificamente em relação aos dois objetivos priorizados em 2021 – **OE 03** e

OE 07 – verificou-se um pior desempenho em 2021 em relação ao ano anterior. Cabe considerar que o **OE 03** foi reestruturado no último ano do ciclo estratégico, além de ter tido problemas na extração de dados fidedignos (conforme mencionado). Quanto ao **OE 07**, os avanços apresentados por alguns indicadores não foram suficientes ao alcance da meta estabelecida para 2021. Diante desse cenário, conclui-se que é necessário aprimorar os esforços no processo de monitoramento dos objetivos priorizados.

Objetivos Estratégicos Priorizados para 2022

Tendo como base a avaliação dos resultados referentes ao 3º trimestre do ano, na 4ª Reunião de Análise da Estratégia (RAE) de 2021, realizada em 26/11, o Comitê Gestor da Estratégia aprovou a priorização prévia para o exercício seguinte dos objetivos relacionados à gestão de pessoas e à gestão orçamentária. Assim, foram priorizados previamente para 2022 os seguintes objetivos do Plano Estratégico TRE-RJ 2021-2026:

OBJETIVO ESTRATÉGICO	RESPONSÁVEL
OE 10 - Aprimorar a Gestão de Pessoas na Era da Transformação	SGP
OE 11 - Aprimorar a Gestão Orçamentária e Financeira	SOF

Tabela 3.5.19: Objetivos Estratégicos priorizados para 2022

Na 1ª RAE de 2022, o CGE reavaliará a priorização, levando em consideração os resultados dos objetivos no 4º trimestre de 2021.

3.6 RESULTADOS ALCANÇADOS FRENTE ÀS METAS ANUAIS ESTABELECIDAS PARA O PODER JUDICIÁRIO

3.6.1 METAS NACIONAIS DA JUSTIÇA ELEITORAL PARA 2021

As Metas anuais do Poder Judiciário representam o compromisso firmado anualmente pelos presidentes dos tribunais brasileiros em prol da melhoria da prestação jurisdicional. Para o exercício de 2021, os tribunais aprovaram 12 Metas Nacionais, com o intuito de dar mais celeridade e eficiência ao andamento das ações judiciais. O CNJ disponibiliza um [Painel de resultados dos tribunais nas Metas Nacionais](#). Segue abaixo o percentual de cumprimento do TRE-RJ em 2021, extraído do referido Painel, em cada uma das metas nacionais aplicadas ao segmento da Justiça Eleitoral:

O alcance da meta considera o cômputo geral de processos distribuídos e julgados nas duas instâncias. Em 2021, foram julgados 24.832 processos, dos 32.429 distribuídos. Logo, o TRE-RJ, alcançou 76,58% de cumprimento da meta.



24.832 processos
julgados

META NACIONAL 1 - JULGAR MAIS PROCESSOS QUE OS DISTRIBUÍDOS		
Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.		
Critério de cumprimento: A meta estará cumprida se, ao final do ano, o percentual de cumprimento for igual ou maior que 100%, ou seja, se os julgamentos corresponderem à quantidade de processos distribuídos até 31/12/2021 e, no mínimo, mais 1 para os tribunais que tenham estoque processual.		
DESEMPENHO DO TRE-RJ EM 2021		
1º grau	76,91%	<p>76,58%</p>
2º grau	67,39%	
Total (1º grau + 2º grau)	76,58%	

Tabela 3.6.1.1: Desempenho do TRE-RJ na Meta Nacional 1

META NACIONAL 2 - JULGAR PROCESSOS MAIS ANTIGOS		
Identificar e julgar, até 31/12/2021, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2019.		
Critério de cumprimento: A meta estará cumprida quando o grau de cumprimento for igual ou superior a 100% no tribunal.		
DESEMPENHO DO TRE-RJ EM 2021		
1º grau	80,31%	<p>76,99%</p>
2º grau	64,53%	
Total (1º grau + 2º grau)	76,99%	

Tabela 3.6.1.2: Desempenho do TRE-RJ na Meta Nacional 2

Em 2021, foram julgados 720 dos 1.169 processos distribuídos até 31/12/2019. Logo, o TRE-RJ alcançou 76,99% da meta estipulada de 80%.

Total de
processos:
1.169



720 processos julgados

Processos referentes às Eleições 2018: o TRE-RJ julgou 2 dos 6 processos distribuídos na Meta 4, alcançando 37,04% da meta estipulada de 90%.

Processos referentes às Eleições 2020: o TRE-RJ julgou 194 dos 359 processos distribuídos na Meta 4, alcançando 108,08% da meta estipulada de 50%.

META NACIONAL 4 - PRIORIZAR O JULGAMENTO DOS PROCESSOS RELATIVOS A CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AOS ILÍCITOS ELEITORAIS

Identificar e julgar, até 31/12/2021, 90% dos processos referentes às eleições de 2018, e 50% dos processos referentes às eleições de 2020, distribuídos até 31/12/2020, que possam importar na perda de mandato eletivo ou inelegibilidade.

Critério de cumprimento: A meta estará cumprida quando o percentual de cumprimento for igual ou maior do que 100% no tribunal.
Observação: caso o tribunal não possua processos que se enquadrem na meta, esta será considerada como cumprida (*).

DESEMPENHO DO TRE-RJ EM 2021

Eleições 2018		Eleições 2020	
1º grau	100,00% (*)	1º grau	103,85%
2º grau	37,04%	2º grau	136,17%
Total (1º grau + 2º grau)	37,04%	Total (1º grau + 2º grau)	108,08%



**Eleições
2018**

Total de
processos:
6



2 processos
julgados

**Eleições
2020**

Total de
processos:
359



194 processos
julgados

Tabela 3.6.1.3: Desempenho do TRE-RJ na Meta Nacional 4

META NACIONAL 9 - INTEGRAR A AGENDA 2030 AO PODER JUDICIÁRIO

Realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030.

Critério de cumprimento: A meta estará cumprida se, até o final do ano, o tribunal elaborar e encaminhar o plano de ação com o ODS escolhido (50% da meta) e executá-lo (50% da meta). Para fins dessa meta, o tribunal deverá escolher um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS.

DESEMPENHO DO TRE-RJ



Tabela 3.6.1.4: Desempenho do TRE-RJ na Meta Nacional 9



A Justiça Eleitoral escolheu, no âmbito da Meta 9, dar continuidade ao tema que foi desenvolvido em 2020 na Meta Específica nº 2, "Fomentar a participação feminina no processo eleitoral". Essa temática encontra correspondência no ODS 5 - Igualdade de Gênero (Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas) da Agenda 2030.

Nesta meta, foi identificada a necessidade de definir um plano de ação específico para os TREs, mais direcionado para o aspecto da prevenção do que da desjudicialização, tendo em vista a natureza dos processos judiciais do segmento. Das dez ações previstas no Plano do TRE-RJ, oito foram cumpridas integralmente, tais como, a promoção do webinar "MULHERES ELEITORALISTAS 3 - O papel da mulher na sociedade e na política" e a divulgação de vídeos sobre mulheres históricas que defenderam a Participação Política Feminina.

Para mais informações, acesse o [Relatório completo do TRE-RJ sobre a Meta 9](#) (incluindo o Plano de Ação), que se encontra disponível no sítio eletrônico do Tribunal ([Transparência e Prestação de Contas](#) / [Estatística](#) / [Metas Nacionais e Específicas](#)).

META NACIONAL 10 - SAÚDE DE MAGISTRADOS E SERVIDORES

Realizar exames periódicos de saúde em 25% dos servidores e promover pelo menos uma ação com vistas a reduzir a incidência de casos de uma das cinco doenças mais frequentes constatadas nos exames periódicos de saúde ou de uma das cinco maiores causas de absenteísmos do ano anterior.

Critério de cumprimento: De acordo com a versão 5 do Glossário de Metas, a realização dos EPS tornou-se suspensa para fins da Meta 10. Dessa forma, a meta estará cumprida se, ao final do ano, o tribunal tiver desenvolvido pelo menos uma ação destinada a reduzir a incidência de casos de uma das cinco doenças mais frequentes constatadas nos exames periódicos de saúde ou de uma das cinco maiores causas de absenteísmo do ano anterior.

DESEMPENHO DO TRE-RJ



Tabela 3.6.1.5: Desempenho do TRE-RJ na Meta Nacional 10

Análise Geral do Desempenho do TRE-RJ nas metas nacionais 2021 e desafios futuros

Das cinco metas nacionais aplicáveis em 2021 ao segmento da Justiça Eleitoral, o TRE-RJ apresentou desempenho mais crítico nas **Metas Nacionais 1** (Julgar mais processos que os distribuídos) e 2 (Julgar processos mais antigos).

Pela análise da série histórica, de 2018 a 2020, o TRE-RJ atingiu percentual de cumprimento acima de 90% nessas duas metas. Logo, é de suma importância a implementação de ações que tenham como foco o aumento da produtividade e a prevenção à formação de estoque de processos, para que o TRE-RJ volte a alcançar resultados mais satisfatórios nas Metas Nacionais 1 e 2.

Outros desafios

Para o segmento da Justiça Eleitoral, foram aprovadas para 2022 a Meta 9 - Estimular a inovação no Poder Judiciário e a Meta 10 - Promover a Transformação Digital - Justiça 4.0. Com isso, será necessário avançar na difusão da cultura de inovação e no desenvolvimento de tecnologias e automação na gestão administrativa e de dados processuais.

Um passo importante para o acompanhamento das metas nacionais foi dado com a aprovação do Plano Estratégico do TRE-RJ 2021-2026 (ver tópico 3.3.4). Isso porque a criação do Indicador Estratégico “Taxa de cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário”, que está vinculado ao objetivo “Garantir os Direitos da Cidadania”, permitirá um acompanhamento sistemático do desempenho do TRE-RJ nas metas nacionais ao longo do ano.

Metas Nacionais aprovadas para o ano 2022

Os presidentes ou representantes dos tribunais do país, durante o 15º Encontro Nacional do Poder Judiciário, que ocorreu em dezembro de 2021, aprovaram as Metas Nacionais a serem alcançadas pelo Judiciário Brasileiro em 2022.

De acordo com o artigo 13 da Resolução CNJ nº 325/2020, a Meta Nacional 1 compõe obrigatoriamente o monitoramento da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, não ocorrendo assim sua votação. Em relação à Meta Nacional 2, houve votação somente do percentual e do período de referência da meta.

ONDE ENCONTRAR? A relação completa das 12 metas nacionais aprovadas para 2022 pode ser consultada no site eletrônico do [Conselho Nacional de Justiça](#).

3.6.2 META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA ELEITORAL PARA 2021

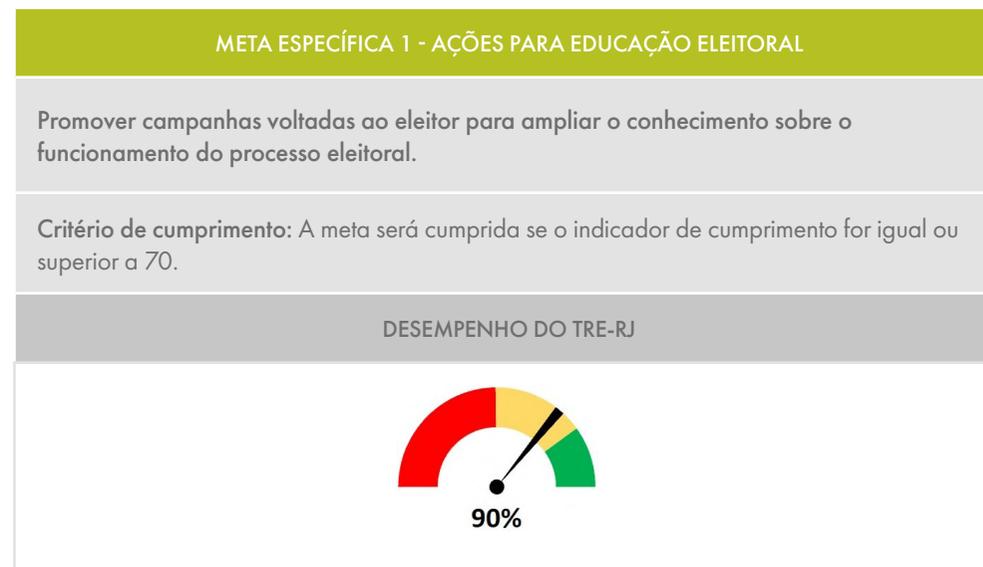


Tabela 3.6.2.1: Desempenho do TRE-RJ na Meta Específica

As ações incluídas para cálculo desta meta foram aquelas ofertadas com o intuito de fomentar a participação do eleitor, ou futuro eleitor, em aspectos relativos ao exercício da cidadania, além de esclarecer e informar sobre leis, normas e procedimentos afetos às eleições e a procedimentos relacionados. Embora o TRE-RJ não tenha conseguido executar todas as ações relacionadas aos temas da Meta Específica 1 planejadas para 2021, merece destaque que as iniciativas realizadas atingiram, pelo menos, 0,5% do eleitorado do estado do Rio de Janeiro.

3.6.3 INDICADORES ESPECÍFICOS DE DESEMPENHO DOS TRIBUNAIS

Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário

O Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário (SIESPJ) é coordenado pelo CNJ e integrado pelos tribunais indicados nos incisos II a VII do art. 92 da Constituição Federal, nos termos do que dispõe a Resolução CNJ nº 76/2009. Os dados estatísticos fornecidos pelos tribunais são consolidados pelo CNJ e alimentam o relatório estatístico anual “Justiça em Números”.

O TRE-RJ fornece ao Conselho os dados correspondentes ao conjunto de variáveis integrantes do SIESPJ aplicáveis à Justiça Eleitoral, em consonância com as orientações e periodicidades estabelecidas na mencionada Resolução. Em 2021 todos os dados requeridos nos anexos da Resolução CNJ nº 76/2009 foram encaminhados pelo TRE-RJ ao CNJ tempestivamente.

Importante ação desenvolvida em 2021 diz respeito ao prosseguimento dos trabalhos de saneamento das bases dos Tribunais que compõem o DataJud - Base Nacional de Dados do Poder Judiciário, instituído pela Resolução CNJ nº 331/2020 como fonte primária de dados do SIESPJ. O cronograma de saneamento e o acesso público aos dados do DataJud foram regulamentados pela Portaria CNJ nº 160/2020, com as alterações da Portaria CNJ nº 91/2021.

A expectativa é que futuramente todas as variáveis e indicadores de litigiosidade do Sistema Justiça em Números e do Módulo de Produtividade Mensal, instituídos pela Resolução CNJ nº 76/2009 e seus anexos, passem a ser calculados pelo DataJud.

Prêmio CNJ de Qualidade



O Prêmio CNJ de Qualidade foi criado em 2019, em substituição ao antigo Selo Justiça em Números, implementado desde 2013. Os critérios foram

aperfeiçoados e vários itens foram incluídos, especialmente os relacionados à produtividade e melhoria da qualidade de prestação jurisdicional.

Prêmio CNJ de Qualidade 2021: regulamentado pela [Portaria CNJ nº 135/2021](#), teve por objetivo incentivar a produção de dados e o aprimoramento do Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário; promover a transparência e a melhoria na prestação de informações; estimular o desenvolvimento de mecanismos de gestão e governança, buscando o fortalecimento do sistema de justiça; fomentar o desenvolvimento de subsídios que auxiliem o planejamento estratégico e a formulação das metas nacionais; e contribuir para o aprimoramento da prestação jurisdicional.

O desempenho dos tribunais foi avaliado com base em critérios distribuídos nos seguintes eixos temáticos:

GOVERNANÇA	PRODUTIVIDADE	TRANSPARÊNCIA	DADOS E TECNOLOGIA
O Eixo da Governança engloba aspectos da gestão judiciária relacionados às práticas administrativas de controle e planejamento dos tribunais.	O Eixo da Produtividade engloba aspectos da gestão judiciária relacionados ao cumprimento das Metas Nacionais, à celeridade processual, à redução de acervo e ao incentivo à conciliação.	O Eixo da Transparência engloba aspectos da gestão judiciária relacionados ao atendimento ao cidadão e à disponibilização de informações públicas como mecanismos de transparência ativa.	O Eixo dos Dados e Tecnologia engloba aspectos relacionados à capacidade do tribunal na gestão de dados e na implementação de soluções tecnológicas para a adequada prestação jurisdicional.

Tabela 3.6.3.1: Eixos Temáticos do Prêmio CNJ de Qualidade 2021
Fonte: Portaria CNJ nº 135 de 06/05/2021

Comparativo da pontuação obtida pelo TRE-RJ nos Prêmios CNJ de Qualidade 2020 e 2021: o Tribunal alcançou as pontuações em cada um dos eixos temáticos e os resultados finais abaixo discriminados:



Gráfico 3.6.3.1: Resultados do TRE-RJ no Prêmio CNJ de Qualidade - 2020 a 2021

Em 2020, o resultado final garantiu a premiação do TRE-RJ na Categoria Ouro; e, em 2021, o Tribunal não obteve pontuação suficiente para a classificação em nenhuma categoria do Prêmio. Com intuito de aprimorar os resultados obtidos nas próximas premiações, sobretudo, em relação aos eixos produtividade e dados e tecnologia, uma série de ações que vinculam-se à padronização, monitoramento e gestão de dados, além da implementação de novas ferramentas informatizadas, serão implementadas ao longo de 2022.

Selo de Boas Práticas da Justiça Eleitoral



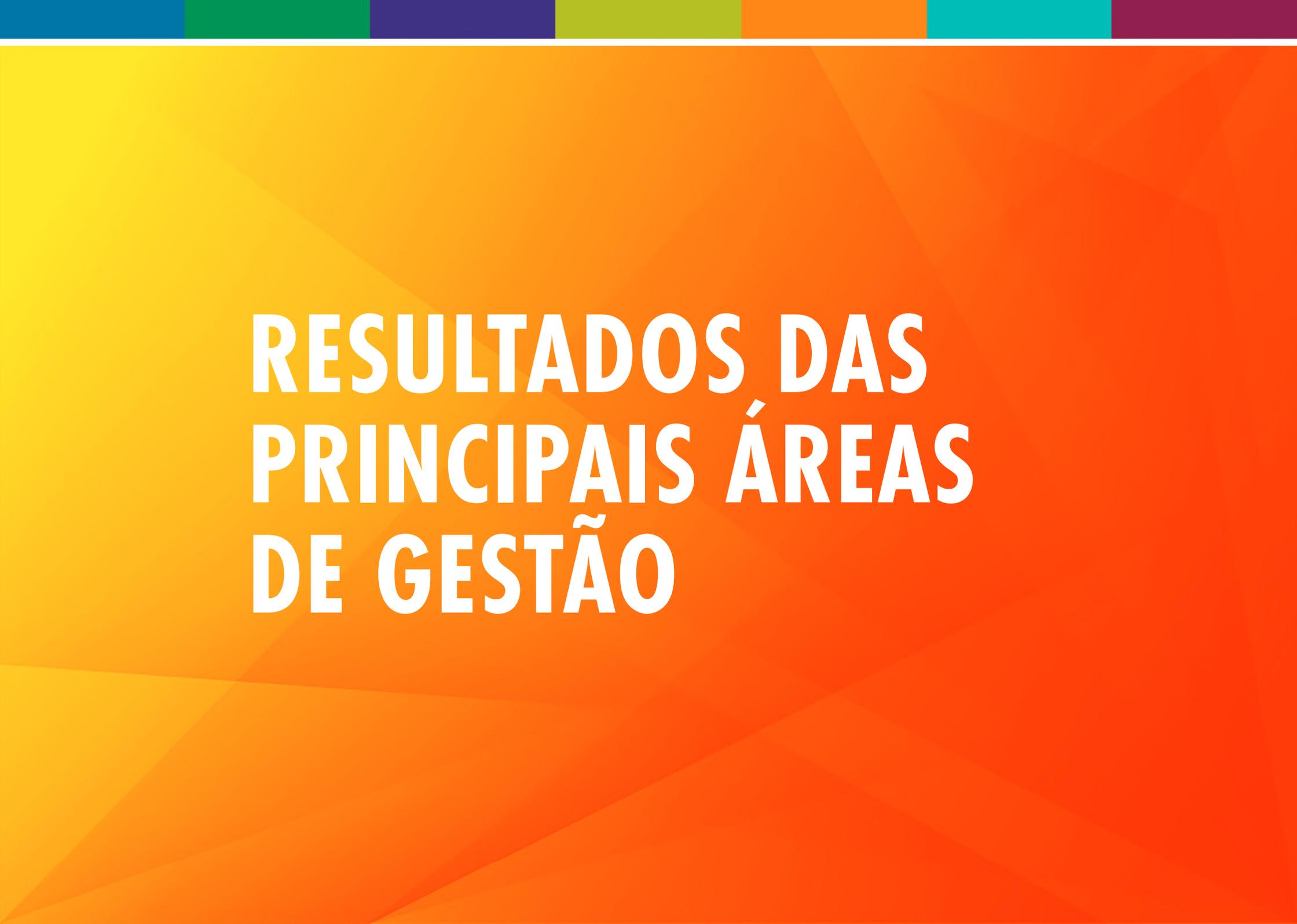
O Portal de Boas Práticas da Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral, instituído pelo **Provimento CGE nº 3/2021**, tem por objetivo ampliar a difusão do conhecimento no âmbito das Corregedorias Regionais Eleitorais e disseminar

iniciativas e projetos inovadores, em busca da melhoria da gestão e da prestação jurisdicional.

O normativo estabelece que o **Selo de Boa Prática CGE/TSE** será conferido anualmente às práticas selecionadas, as quais serão publicadas no Portal e mantidas disponíveis para consulta de interessados.

Nesta primeira edição do Selo de Boa Prática, das seis iniciativas que foram premiadas, duas são da Corregedoria Regional Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ): a apostila “Entendendo Direitos Políticos” e a iniciativa “Sinalização Acessível das Alterações de Documentos”.

Para saber mais informações, acesse [aqui o link da matéria](#) do TSE sobre a dupla premiação do TRE-RJ.

The image features a decorative header at the top with a series of colored rectangular bars in blue, green, purple, light green, orange, teal, and dark purple. Below this, the background is a gradient of yellow and orange with faint, overlapping geometric shapes. The main text is centered and reads:

RESULTADOS DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE GESTÃO

4.1 DESTAQUES DA GESTÃO DO TRE-RJ EM 2021

4.1.1 ELEIÇÕES SUPLEMENTARES 2021

Em 2021 foram realizadas três Eleições suplementares no Estado do Rio de Janeiro para escolha de novos prefeito e vice-prefeito: em 12/09, nos municípios de Silva Jardim e Santa Maria Madalena, e em 07/11, no município de Carapebus.

De acordo com o Código Eleitoral, podem ser convocadas novas eleições quando decisão da Justiça Eleitoral importar no indeferimento do registro, na cassação do diploma ou na perda do mandato de candidato eleito em pleito majoritário, independentemente do número de votos anulados.

O calendário das eleições suplementares seguiu o estabelecido anualmente pelo Tribunal Superior Eleitoral, com edição de resoluções específicas no âmbito do TRE-RJ para cada um dos pleitos.

DADOS DAS ELEIÇÕES SUPLEMENTARES	CARAPEBUS	SILVA JARDIM	SANTA MARIA MADALENA
Horário da Totalização	18:10	18:15	18:45

Tabela 4.1.1.1: Dados das eleições suplementares 2021



Segurança e transparência do processo eletrônico de votação nas Eleições Suplementares

Com o intuito de assegurar ainda mais transparência e segurança ao processo de votação, foi instituída, em todos os Tribunais Regionais Eleitorais, a partir das Eleições de 2002, a Auditoria de Verificação do Funcionamento das Urnas Eletrônicas por meio de Votação Paralela, uma auditoria simples e de fácil compreensão, com a utilização de sistemas informatizados, que consiste em testar e demonstrar para todas as pessoas, mesmo aquelas sem conhecimentos específicos na área de tecnologia da informação, a correta captação e contabilização dos votos pela urna eletrônica.

Atualmente, a Justiça Eleitoral realiza diversos procedimentos de fiscalização e auditoria de todo o sistema eletrônico de votação. Dentre eles, o Teste de Integridade, composto pela Auditoria para Verificação do Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob Condições Normais de Uso, também chamada "Votação

DADOS DAS ELEIÇÕES SUPLEMENTARES	CARAPEBUS	SILVA JARDIM	SANTA MARIA MADALENA
Nº de Seções Eleitorais	35	52	26
Eleitorado apto a votar	12.620	19.273	8.799
Número de Candidatos	3	3	3
Nº de Urnas Eletrônicas	41	63	32
Nº Total de Mesários que trabalharam (excluídos os faltosos)	51	126	46
Nº de Mesários Voluntários	37	108	28
Abstenção	2.356 (18,67%)	4.791 (24,86%)	1.655 (18,81%)

Paralela”, e a Auditoria para Verificação da Autenticidade e Integridade dos Sistemas, introduzida a partir das Eleições de 2018.

Em 2021, sob recomendação do Tribunal Superior Eleitoral, as eleições suplementares também passaram por esses Testes de Integridade.

Essa verificação aconteceu no mesmo dia e horário das eleições suplementares, nas urnas eletrônicas escolhidas mediante sorteio realizado no dia anterior ao pleito, em cerimônia solene, no Plenário da Sede do TRE-RJ.

Tanto a cerimônia do sorteio das urnas eletrônicas como a realização dos Testes de Integridade são eventos públicos que contam com a presença de representantes dos Partidos Políticos, do Ministério Público, da Ordem dos Advogados do Brasil, de Órgãos de Observação Internacional, de candidatos, da imprensa, além de ser franqueada a participação da sociedade de forma geral.

Auditoria para Verificação da Autenticidade e Integridade dos Sistemas

Duas urnas eletrônicas de cada município onde ocorreram Eleições Suplementares, já preparadas para a votação oficial, foram sorteadas, sendo a primeira para ser submetida à verificação de funcionamento sob condições normais de uso, em ambiente controlado, cuja auditoria foi realizada por uma Comissão composta por servidores da Justiça Eleitoral, previamente designados pelo Presidente do TRE-RJ, presidida por um Juiz de Direito, e por equipe de apoio composta também por servidores.

Os procedimentos inerentes a esta auditoria das Eleições Suplementares foram realizados no 2º andar do prédio da Sede do TRE-RJ, localizado na Av. Presidente Wilson, 198, Centro, Rio de Janeiro.

A segunda urna eletrônica de cada município foi submetida à Verificação da Autenticidade e Integridade dos Sistemas, realizada no próprio local de votação, pelo respectivo Juiz Eleitoral do município em que ocorreu o pleito suplementar.

Auditoria para Verificação do Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob Condições Normais de Uso

Para a realização da Auditoria de Verificação do Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob Condições Normais de Uso, cédulas de papel foram previamente preenchidas com números de candidatos concorrentes ao pleito e depositadas em uma urna. No dia e hora da votação oficial, os servidores que integram a equipe de apoio à Comissão de Auditoria de Votação Eletrônica digitaram esses votos, tanto na Urna Eletrônica sorteada, quanto em um sistema de informática específico, o qual computou os votos consignados em paralelo.

O objetivo desse teste é comprovar a coincidência entre os resultados obtidos nos boletins de urna, emitidos pelas urnas eletrônicas, e os obtidos nos relatórios gerados pelo sistema informatizado de apoio à auditoria de votação eletrônica, conforme as cédulas e o registro digital dos votos apurados. Todas as etapas da Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas em Condições Normais de Uso, nas Eleições Suplementares, foram filmadas por empresa contratada pelo TRE-RJ, para registro e transmissão, em tempo real, por monitores disponíveis na Sede do Tribunal e também pelas redes sociais do TRE-RJ. Os vídeos das Auditorias da Votação Eletrônica realizadas nos municípios de Silva Jardim, Santa Maria Madalena e Carapebus, estão disponibilizados no [sítio eletrônico do TRE-RJ](#).



Figura 4.1.1.1: Auditoria de Verificação do Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob Condições Normais de Uso

4.1.2 JUSTIÇA 4.0

O Programa Justiça 4.0, parceria entre o Conselho Nacional de Justiça e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, tem por objetivo a promoção do acesso à justiça, utilizando-se de ações e projetos desenvolvidos para o uso colaborativo de produtos que empregam novas tecnologias e inteligência artificial.

No âmbito deste Regional, em 19 de abril de 2021, foi publicada a Resolução TRE-RJ nº 1.169/2021, que implementou o Balcão Virtual, canal de atendimento telepresencial, disponível durante o horário de expediente, mediante plataforma de videoconferência.

A ferramenta atende exclusivamente matérias atinentes à atividade judiciária-forense e, até o final do exercício de 2021, estava habilitada para solicitação de atendimento junto à Secretaria Judiciária, à Coordenadoria de Contas Eleitorais e Partidárias e aos Cartórios Eleitorais.

Em novembro de 2021 foi concluída a digitalização dos processos físicos e a migração para o Sistema Processo Judicial Eletrônico, em observância à Resolução TRE-RJ nº 1.166/2021 e ao Ato Conjunto PR/VPCRE 9/2021.

Ainda dentro do Programa Justiça 4.0, foi concluído estudo de viabilidade com vistas à implantação do “Juízo 100% Digital” no âmbito do TRE-RJ. Aprovado o referido estudo, foi desenvolvido Plano de Ação para sua implementação, ora em fase inicial de execução.

Releva destacar que todas essas ações foram realizadas sem dispêndio de verba, na medida em que não houve necessidade de aquisição de material ou contratação de pessoal.

Principais desafios e ações futuras

Para os próximos exercícios, está em fase final a contratação de solução corporativa de correio eletrônico, chat, armazenamento e compartilhamento de arquivos e videoconferência, viabilizando o início da implantação do “Juízo 100% Digital”.

Também está em estudo a especialização dos juízos eleitorais para processamento e julgamento das prestações de contas, fase embrionária da implantação do programa “Núcleos de Justiça 4.0” de que trata a Resolução CNJ nº 385/2021, que permitirá o processamento e o julgamento das ações judiciais em matérias específicas de forma remota, totalmente digital, com maior agilidade e efetividade.

4.2. GESTÃO DE PESSOAS

Conformidade legal

A Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP é a unidade que instrumentaliza e operacionaliza os subsistemas de gestão de pessoas para alcance dos objetivos estratégicos do TRE-RJ.



Para assegurar a conformidade com a **Lei nº 8.112/1990** e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, a SGP deste Tribunal, além de normativos próprios e recomendações da Secretaria de Auditoria Interna, segue orientações e determinações do Tribunal Superior Eleitoral, bem como dos órgãos de direcionamento e controle do Judiciário, principalmente aquelas emanadas pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ e Tribunal de Contas da União - TCU.

Direcionamento do CNJ

NORMATIVOS DO CNJ	REGULAMENTAÇÃO E/OU AÇÃO DO TRE-RJ REFERENTE A NORMATIVOS DO CNJ
<p>Resolução CNJ nº 207/2015</p> <p>Institui a Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário.</p>	<p>O Comitê Gestor Local de Atenção à Saúde do Servidor - CGLAIS, instituído pela Resolução TRE-RJ nº 1.102/2019, além de outras atribuições, tem a incumbência de formular, com periodicidade bianual, o Plano de Atenção Integral à Saúde dos Servidores e coordenar a sua execução.</p> <p>Dentre as ações já implementadas, destacam-se o incentivo à utilização do app Pausa Laboral (software livre Workrave), a capacitação dos Membros do Comitê em "Segurança e Saúde do Trabalhador", a I Jornada de Saúde Virtual, as Rodas de Conversa sobre "Saúde Mental e trabalho durante o isolamento", as campanhas de saúde (Setembro Amarelo, Outubro Rosa e Novembro Azul) e ações com vistas ao manejo de casos de Covid-19.</p>

NORMATIVOS DO CNJ	REGULAMENTAÇÃO E/OU AÇÃO DO TRE-RJ REFERENTE A NORMATIVOS DO CNJ
<p>Resolução CNJ nº 227/2016</p> <p>Regulamenta o teletrabalho no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências</p>	<p>Aprovada a metodologia para mensuração de produtividade do trabalho e elaboração de metas e instituído o projeto-piloto para análise dos normativos, processos, ferramentas e metodologias a serem utilizados pelos servidores no exercício de atividades, fora das dependências deste Tribunal, em regime de teletrabalho, conforme Ato GP nº 176/2021.</p>
<p>Resolução CNJ nº 240/2016</p> <p>Dispõe sobre a Política Nacional de Gestão de Pessoas no âmbito do Poder Judiciário.</p>	<p>O Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas - CGLGP, instituído pela Resolução TRE-RJ nº 1.083/2019, além de outras atribuições, tem a incumbência de deliberar sobre propostas e medidas relacionadas ao aprimoramento da gestão de pessoas do Tribunal.</p> <p>Em 2021, entre outras ações, foi aprovado, no âmbito do CGLGP, o novo plano de Gestão de Pessoas, com periodicidade bianual (2022-2023).</p>
<p>Resolução CNJ nº 292/2019</p> <p>Dispõe sobre a prestação de serviço voluntário nos órgãos do Poder Judiciário.</p>	<p>Minuta de regulamentação de serviço voluntário, no âmbito do TRE-RJ, em apreciação.</p>
<p>Resolução CNJ nº 294/2019</p> <p>Regulamenta o programa de assistência à saúde suplementar para magistrados e servidores do Poder Judiciário.</p>	<p>Revisão do programa de assistência à saúde suplementar para servidores do TRE-RJ.</p>

NORMATIVOS DO CNJ	REGULAMENTAÇÃO E/OU AÇÃO DO TRE-RJ REFERENTE A NORMATIVOS DO CNJ	NORMATIVOS DO CNJ	REGULAMENTAÇÃO E/OU AÇÃO DO TRE-RJ REFERENTE A NORMATIVOS DO CNJ
<p>Resolução CNJ nº 315/2020</p> <p>Dispõe sobre a padronização do conjunto de identificação de magistrado do Poder Judiciário.</p>	<p>O TRE-RJ manifestou interesse em aderir à contratação, em andamento, conduzida pelo CNJ para o fornecimento do conjunto de identificação de magistrados.</p> <p>O prazo para implementar o novo padrão de identificação de magistrados foi prorrogado por mais 12 (doze) meses, a contar de 30/04/2021.</p>	<p>Resolução CNJ nº 336/2020</p> <p>Dispõe sobre a promoção de cotas raciais nos programas de estágio dos órgãos do Poder Judiciário nacional.</p>	<p>O programa de estágio curricular do TRE-RJ é disciplinado pela Resolução TRE-RJ nº 505/99, tendo sofrido alterações posteriores através das Resoluções TRE-RJ nº 524/00, 549/02, 560/02, 682/08 e 707/08, as quais não se encontram compiladas em um único normativo. Tratam, ainda, da regulamentação do referido tema os Atos GP nº 389/09, 607/13 e 396/14.</p> <p>Com o advento da Resolução CNJ nº 336/2020, os normativos internos deste Regional encontram-se em revisão, para que, com fundamento nos princípios constitucionais da igualdade e da isonomia, passem a reservar aos negros, nos processos seletivos para estágio neste Regional, o percentual mínimo de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas.</p>
<p>Resolução CNJ nº 321/2020</p> <p>Dispõe sobre a concessão de licença-paternidade, licença à gestante e de licença à adotante para magistrados e servidores do Poder Judiciário brasileiro.</p>	<p>Instituída a Resolução TRE-RJ nº 1.163/2021, que dispõe sobre a concessão de licença-paternidade, licença-gestante e licença-adotante no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.</p>	<p>Resolução CNJ nº 343/2020</p> <p>Institui condições especiais de trabalho para magistrados(as) e servidores(as) com deficiência, necessidades especiais ou doença grave ou que sejam pais ou responsáveis por dependentes nessa mesma condição e dá outras providências.</p>	<p>A Resolução TRE-RJ nº 1.155/2020 instituiu condições especiais de trabalho para magistrados(as) e servidores(as) com deficiência, necessidades especiais ou doença grave ou que sejam pais ou responsáveis por dependentes nessa mesma condição, na forma da Resolução CNJ nº 343/2020.</p>

NORMATIVOS DO CNJ	REGULAMENTAÇÃO E/OU AÇÃO DO TRE-RJ REFERENTE A NORMATIVOS DO CNJ	NORMATIVOS DO CNJ	REGULAMENTAÇÃO E/OU AÇÃO DO TRE-RJ REFERENTE A NORMATIVOS DO CNJ
<p>Resolução CNJ nº 347/2020</p> <p>Dispõe sobre a Política de Governança das Contratações Públicas no Poder Judiciário.</p>	<p>Inclusão, no plano de implementação de gestão por competências, das unidades organizacionais responsáveis pela governança e pela gestão das contratações.</p>	<p>Resolução CNJ nº 403/2021</p> <p>Dispõe sobre a participação, no âmbito da Justiça Eleitoral, de magistrados nas composições dos comitês e comissões instituídos por força de Resoluções deste Conselho, bem como sobre a suspensão do decurso dos prazos impostos em atos normativos deste Conselho entre a data de encerramento do prazo para registro de candidatos e a data de diplomação dos eleitos, além de alterar as Resoluções CNJ 71/2009, 207/2015, 240/2016, 291/2019, 308/2020, 324/2020, 372/2021, 400/2021 e 401/2021 (redação dada pela Resolução CNJ nº 424/2021)</p>	<p>Análise sobre a repercussão da Resolução CNJ nº 403/2021 na composição do Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas do TRE-RJ, especificamente, buscando-se sua adequação à estrutura de governança deste Regional e ao Comitê Gestor da Estratégia.</p>
<p>Resolução CNJ nº 376/2021</p> <p>Dispõe sobre o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou demais designações na comunicação social e institucional do Poder Judiciário nacional.</p>	<p>Revisão e adequação de processos de trabalho quanto ao emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou demais designações na comunicação social e institucional.</p>		
<p>Resolução CNJ nº 380/2021</p> <p>Dispõe sobre a padronização do conjunto de identificação dos(as) Inspectores(as) e Agentes da Polícia Judicial do Poder Judiciário e do documento de autorização do porte de arma de fogo institucional e estabelece os elementos que constarão do referido conjunto.</p>	<p>Plano de ação em andamento para implementação do conjunto de identificação dos Agentes de Segurança deste Tribunal e do documento de autorização do porte de arma de fogo institucional, nos moldes propostos pela Resolução CNJ nº 380/2021.</p>		

NORMATIVOS DO CNJ	REGULAMENTAÇÃO E/OU AÇÃO DO TRE-RJ REFERENTE A NORMATIVOS DO CNJ
<p>Meta Nacional CNJ nº 10/2021</p> <p>Promover a saúde de magistrados e servidores (Justiça do Trabalho, Justiça Eleitoral e Justiça Militar da União e dos Estados).</p>	<p>O TRE-RJ alcançou a meta realizando ação voltada à inclusão e acompanhamento dos servidores em reabilitação, visando promover pelo menos uma ação com vistas a reduzir a incidência de uma das cinco maiores causas de absenteísmo do ano anterior. Os EPS foram suspensos em razão da prevalência, no período, da jornada remota de trabalho.</p> <p>Em setembro de 2021, mês de luta pelos direitos das pessoas com deficiência, foi realizada entrevista com o psicólogo e a assistente social do TRE-RJ para discutir e esclarecer acerca da inclusão social e profissional das pessoas com deficiência e reabilitados.</p>

Tabela 4.2.1: Direcionamento do CNJ

Principais Acórdãos e normativos do TCU

ACÓRDÃOS E NORMATIVOS DO TCU	REGULAMENTAÇÃO E/OU AÇÃO DO TRE-RJ REFERENTE A ACÓRDÃOS E NORMATIVOS DO TCU
<p>Acórdão TCU nº 588/2018 - Plenário</p>	<p>O levantamento do TCU - Perfil Integrado de Governança Organizacional e Gestão Públicas - iGG 2021, na área de Gestão de Pessoas, foi realizado, tendo servido, inclusive, de subsídio para elaboração de plano de gestão de pessoas do TRE-RJ.</p>
<p>Acórdão TCU nº 565/2021 - Plenário</p>	<p>Regularização do pagamento da remuneração do cargo em comissão (opção do artigo 193 da Lei nº 8.112/1990) aos aposentados e aos que venham a se aposentar.</p>

ACÓRDÃOS E NORMATIVOS DO TCU	REGULAMENTAÇÃO E/OU AÇÃO DO TRE-RJ REFERENTE A ACÓRDÃOS E NORMATIVOS DO TCU
<p>Acórdão TCU nº 1173/2021 - Plenário</p>	<p>7º Ciclo da Fiscalização Contínua de Folhas de Pagamento, iniciado pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip/TCU), ao longo de 2021 e do 1º trimestre de 2022.</p>
<p>Acórdão TCU nº 1414/2021 - Plenário</p>	<p>Recadastramento, no sistema e-Pessoal, dos atos de pessoal do sistema Sisac.</p>
<p>Acórdão TCU nº 1421/2021 - Plenário</p>	<p>Avaliação de possíveis irregularidades nas cessões e requisições de servidores públicos no âmbito do TRE-RJ.</p>
<p>Instrução Normativa TCU nº 84/2020</p>	<p>Monitoramento trimestral do Módulo Índices do sistema e-Pessoal, nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro.</p>

Tabela 4.2.2: Principais Acórdãos e normativos do TCU

Direcionamento do TSE

NORMATIVOS DO TSE	REGULAMENTAÇÃO E/OU AÇÃO DO TRE-RJ REFERENTE A NORMATIVOS DO TSE
<p>Nota Técnica TSE nº 06/2021</p>	<p>No âmbito do TRE-RJ, foi elaborado cronograma para Implementação da gestão por competências nas unidades responsáveis por contratações, conforme diretrizes estabelecidas na Resolução CNJ nº 347/2020, que dispõe sobre a Política de Governança das Contratações Públicas no Poder Judiciário.</p>

Tabela 4.2.3: Direcionamento do TSE

Principais normativos internos

Os principais normativos internos de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro encontram-se disponíveis na página “**Normativos Internos de Pessoal**” no sítio eletrônico do TRE-RJ, destacando-se:

TEMA	NORMATIVO TRE-RJ
Cessão de servidor	<p>Ato GP nº 391/2019: Dispõe sobre a cessão de servidores.</p> <p>Resolução TRE-RJ nº 1.134/2020: Dispõe sobre a cessão de servidores e empregados públicos da Administração Pública Direta e Indireta para auxiliarem nos trabalhos de preparação e realização das Eleições de 2020. (Alterada pela Resolução TRE-RJ nº 1.142/20)</p> <p>Resolução TRE-RJ nº 1.150/2020: Dispõe sobre a requisição de técnicos, servidores ou empregados públicos para realização do exame das prestações de contas de candidatos e partidos políticos nas campanhas eleitorais das Eleições de 2020, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.</p>
Comissionamentos	<p>Resolução TRE-RJ nº 985/2017: Dispõe sobre nomeação para cargo em comissão e designação para função comissionada, e dá outras providências. (Alterada pela Resolução TRE-RJ nº 1.017/18)</p>
Dimensionamento da Força de Trabalho	<p>Resolução TRE-RJ nº 1.070/2018: Dispõe sobre o dimensionamento da força de trabalho das zonas eleitorais e fixa critérios para requisição e cessão de servidores no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.</p> <p>Resolução TRE-RJ nº 1.091/2019: Aprova a metodologia de Dimensionamento da Força de Trabalho na Sede do TRE-RJ.</p>

TEMA	NORMATIVO TRE-RJ
Frequência dos servidores e jornada de trabalho	<p>Ato GP nº 157/2012: Dispõe sobre a jornada de trabalho dos servidores do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro e institui, no âmbito deste Tribunal, o sistema informatizado de ponto eletrônico. (Alterado pelos Atos GP nº 272/12, 573/13 e 292/14)</p> <p>Instrução Normativa DG nº 02/2014: Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para registro da frequência dos servidores.</p> <p>Resolução TRE-RJ nº 1.113/2019: Dispõe sobre o regime de teletrabalho no âmbito deste Tribunal.</p>
Nome Social	<p>Resolução TRE-RJ nº 1.105/2019: Dispõe sobre o uso do nome social pelas pessoas trans, travestis e transexuais, usuárias dos serviços judiciários, membros, servidores, estagiários e trabalhadores terceirizados, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.</p>
Plano anual de Capacitação	<p>Resolução TRE-RJ nº 975/2016: Dispõe sobre o planejamento das ações de capacitação e aperfeiçoamento de magistrados e servidores do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.</p> <p>Ato GP nº 09/2017: Dispõe sobre a elaboração, execução e avaliação dos Planos Anuais de Capacitação do TRE-RJ.</p> <p>Ato GP nº 317/2020: Regulamenta a atividade de instrutoria interna e a gratificação por encargo de curso, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.</p>
Política de atenção integral à saúde do servidor	<p>Resolução TRE-RJ nº 1.102/2019: Institui o Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde dos Servidores do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro e dá outras providências.</p>

TEMA	NORMATIVO TRE-RJ
Programa de Estágio para estudantes	Resolução TRE-RJ nº 505/1999: Institui, no âmbito da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro o Programa de Estágio para estudantes.
Requisição de servidor	<p>Resolução TRE-RJ nº 1.130/2020: Dispõe sobre a requisição de servidores para auxiliarem nos trabalhos de preparação e realização das Eleições de 2020. (Alterada pela Resolução TRE-RJ nº 1143/20)</p> <p>Ato GP nº 290/2019: Dispõe sobre os procedimentos de requisição, prorrogação de requisição e devolução de servidores públicos, no âmbito deste Tribunal.</p> <p>Resolução TRE-RJ nº 1.070/2018: Dispõe sobre o dimensionamento da força de trabalho das zonas eleitorais e fixa critérios para requisição e cessão de servidores no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.</p>
Serviço extraordinário	<p>Ato GP nº 288/2020: Dispõe sobre a realização do serviço extraordinário nas Eleições de 2020.</p> <p>Portaria GP nº 14/2020: Designa Grupo de Trabalho para a elaboração de regulamentação dos plantões judiciários permanentes fora do período eleitoral, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral. (O TRE-RJ concluiu pela não adoção do plantão judiciário permanente fora dos períodos eleitorais, por não terem sido identificados ganhos em economicidade e eficiência em sua adoção).</p>

Tabela 4.2.4: Principais normativos internos do TRE-RJ referentes à área de gestão de pessoas

4.2.1 MECANISMOS DE CONTROLE ADOTADOS NA GESTÃO DA FOLHA DE PAGAMENTOS E NA GESTÃO DE PESSOAS

Mecanismos de controle na gestão da Folha de Pagamentos

O Sistema de Gestão de Recursos Humanos (SGRH), desenvolvido pelo TSE, é de uso obrigatório por toda Justiça Eleitoral para a gestão e controle do cadastro de pessoal e elaboração da folha de pagamento. O SGRH é utilizado pelo TRE-RJ para gestão da folha de pagamento desde 2006, por meio do seu módulo “Folha de pagamento”, conforme **Portaria TSE nº 317/2005**.

Trata-se de sistema multiusuário, que obriga a utilização de acesso por meio de login e senha pessoal, sendo possível guardar históricos das ocorrências e modificações de registros, bem como o login do usuário responsável por promover as alterações.

Os diversos módulos do sistema SGRH, como “Cadastro dos servidores”, “Concessão de benefícios e vantagens”, “Comissionamento” e “Previdência”, são de indispensável preenchimento por distintas e diversas áreas da SGP, para que possa haver a devida repercussão em folha de pagamento, garantindo uma divisão de atribuições e controles entre os setores, por meio das competências estabelecidas no Regulamento Administrativo do Tribunal.

Para alimentar o SGRH, é necessária a observância da legislação aplicável, a saber: **Lei nº 8.112/90**; Leis nºs **11.416/06**, **12.774/12**, **13.317/16**; **Lei nº 8.350/91**, alterada pela **Lei nº 11.143/05**; Resoluções TSE nºs **22.697/08**, **23.116/09** e **22.071/05**; **Portaria TSE nº 317/05**; **Resolução TRE-RJ nº 1107/19** (Regulamento da Secretaria); **Atos GP nº 612/00** (alterado pelo **172/11**), **506/07** e **329/19**; e OS DG nº 02/15.

Assim, todas as informações, para fins de inclusão para pagamento, são obrigatoriamente registradas no módulo específico do SGRH pelos setores competentes, com a necessária observância da legislação aplicável e das decisões

judiciais e administrativas correlatas, ficando as providências sempre certificadas nos processos de trabalho correspondentes.

Monitoramento do Módulo Índícios do sistema e-Pessoal

A Secretaria de Auditoria Interna e a Secretaria de Gestão de Pessoas realizam monitoramento trimestral, nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro, das diligências do TCU inseridas no Módulo Índícios do sistema e-Pessoal, com o objetivo de subsidiar o cumprimento do disposto no art. 9º, § 4º, da **IN TCU nº 84/2020**.

Auditorias realizadas na área de Gestão de Pessoas em 2021

Auditoria nas Contas Anuais do TRE-RJ - Exercício 2020

A partir do Relatório Final de Auditoria, elaborou-se plano de ação para tratamento dos achados e cumprimento das recomendações.

Auditoria nas Contas Anuais do TRE-RJ - Exercício 2021

A auditoria está sendo realizada na forma integrada na Justiça Eleitoral. De acordo com o cronograma, tem-se a previsão de conclusão dos trabalhos e emissão de relatório final de auditoria até o primeiro quadrimestre de 2022.

Auditoria Integrada Contábil-Financeira referente ao exercício 2021 - Processo de Gestão da Folha de Pagamento

Prevista no **Plano Anual de Auditoria 2021** e ainda em andamento, a auditoria busca a análise e a identificação dos pontos a serem atualizados em relação ao Memorando Descritivo do Processo de Gestão da Folha de Pagamento, referente ao exercício anterior.

A Secretaria de Auditoria Interna expediu, ao longo de 2021, onze requisições de informações/documentos, que foram, tempestivamente, atendidas pela SGP.

Avaliação dos Controles Internos do Processo de Seleção Interna para lotação em unidades da Sede ou Zona Eleitoral

O Processo de Seleção Interna foi instituído, no âmbito do TRE-RJ, pelo **Ato GP nº 273/2019**, tendo por objetivo a recomposição da lotação das unidades, considerando o interesse e o perfil profissional do servidor.

A auditoria, iniciada em 2019, buscou avaliar os controles internos administrativos incidentes sobre o processo de seleção interna para lotação em unidades da Sede ou em Zona Eleitoral, de modo a saber como foram planejados, como funcionam na prática tais controles e identificar suas eventuais deficiências.

A partir do Relatório Final de Auditoria, elaborou-se plano de ação para tratamento dos achados, cujas recomendações foram integralmente cumpridas pela SGP, destacando-se:

- adequação de editais ao estabelecido no **Ato GP nº 273/2019**, passando a prever entrevistas nas seleções com exigência de perfil profissional; e
- estabelecimento, nos editais de processo de seleção interna, dos critérios objetivos que nortearão a inscrição e a escolha do servidor mais adequado para a vaga, informando, se for o caso, o peso de cada atributo a ser considerado para a classificação/desempate.

Ação Coordenada de Auditoria em Gestão Documental

A Auditoria de Gestão Documental teve por objetivo avaliar a criação, manutenção, utilização e conservação dos documentos que são gerados, assim como o encaminhamento final para conservação permanente ou descarte e, ainda, as rotinas para gerenciamento dos acervos de documentos administrativos e de processos ligados à atividade fim deste Tribunal, como forma de apoio à decisão, à preservação da memória institucional e à comprovação de direitos.

Na área de gestão de pessoas, resultou em recomendação para prover os servidores lotados nos prédios administrativos e Cartórios Eleitorais do Tribunal com curso de brigadista de incêndio, a fim de instruí-los a atuar na prevenção e combate a incêndios.

Essa capacitação, essencialmente presencial, a ser realizada em convênio com o TJRJ, ficou sobrestada ao longo de 2020 e 2021, em razão da pandemia causada pelo novo Coronavírus.

Auditoria em processos de vacância por exoneração e posse em cargo inacumulável

Iniciada em 2019, a auditoria teve por objetivo verificar a conformidade dos processos de vacância por exoneração e posse em outro cargo inacumulável dos servidores do quadro do TRE-RJ com o disposto na legislação e, em especial, nos Atos GP nºs **269/11** e **369/17**.

A partir do Relatório Final de Auditoria, no período 2019-2021, elaborou-se plano de ação para tratamento dos achados e cumprimento das recomendações de auditoria.

Para atendimento das recomendações, destacam-se as seguintes providências executadas e/ou em andamento pela SGP:

- estudo e revisão de normativos internos para contemplar a entrevista de desligamento com todos os servidores que solicitarem vacância;
- definição do fluxograma de entrevista de desligamento;
- definição de rotina administrativa do processo de vacância; e
- abertura de requisição de desenvolvimento de solução de tecnologia da informação para automatização dos cálculos de vacância.

Ação Coordenada de Auditoria em Acessibilidade Digital

De acordo com o Plano de Trabalho definido pela Secretaria de Auditoria do CNJ, a auditoria objetiva avaliar, no âmbito de cada tribunal ou conselho, a Acessibilidade Digital do Poder Judiciário, especialmente em relação às medidas adotadas para cumprimento das exigências da **Lei nº 10.098/2000**, do **Decreto nº 5.296/2004**, da **Resolução CNJ nº 401/2020** e das normas técnicas da ABNT aplicáveis.

Na área de gestão de pessoas, a partir de relatório preliminar, as recomendações direcionaram-se para a promoção da capacitação dos publicadores de conteúdos, com o intuito de tornar as publicações acessíveis às pessoas com deficiência, e realização de ações de sensibilização e capacitação de magistrados, gestores e servidores quanto aos direitos das pessoas com deficiência, nos termos dos arts. 17 e 18 da **Resolução CNJ nº 401/2021**, verificando a viabilidade/necessidade de adoção de ações conjuntas entre as áreas de capacitação e serviço médico.

Monitoramento das recomendações constantes no Relatório Auditoria nº 09/2017 - Fiscalização e Pagamento de Contratações de Prestação de Serviços com Mão de Obra Dedicada

A auditoria teve por finalidade avaliar se os riscos relevantes associados ao processo de fiscalização e pagamento de contratos de prestação de serviços com mão de obra dedicada, no âmbito do TRE-RJ, estão adequadamente cobertos por controles internos, e se esses controles estão sendo aplicados de maneira uniforme em todas as operações ao longo do tempo e estão surtindo os efeitos esperados, considerando, ainda, a atuação preventiva e proativa da gestão e a adoção de controles efetivos de modo a proporcionar melhoria contínua na gestão, coibindo fraudes e desvios de recursos públicos e assegurando a conformidade dos procedimentos praticados.

Ao longo de 2021, realizou-se o monitoramento das recomendações, conforme previsto no **Plano Anual de Auditoria 2021**, ficando a cargo da SGP as recomendações envolvendo, no que tange aos fiscais de contratos, especialmente, perfil profissional e capacitação.

Tabela 4.2.1.1: Auditorias realizadas na área de Gestão de Pessoas em 2021

Mecanismos de controle na Gestão de Pessoas

O TRE-RJ utiliza os indicadores abaixo como mecanismos de controle para direcionar a tomada de decisão em Gestão de Pessoas:

Índice de desenvolvimento das competências

Mede o percentual de implementação e aplicação da gestão por competências no Tribunal, o índice de aderência do PAC à estratégia e o índice de conhecimento eleitoral básico.

Este indicador estratégico compõe-se dos seguintes indicadores de apoio:

- 1) Índice de implantação da gestão por competências
- 2) Índice de aderência do PAC à estratégia
- 3) Índice de conhecimento eleitoral básico

Índice de desenvolvimento das competências

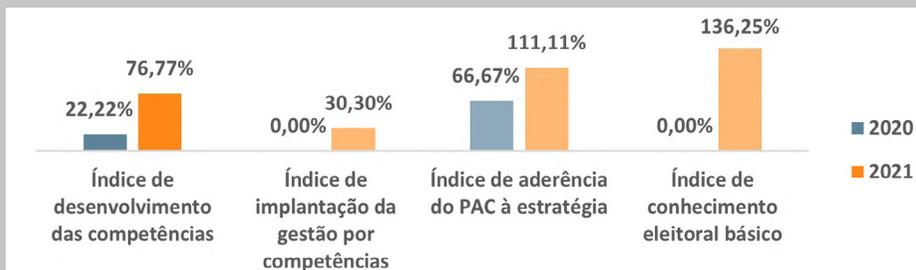


Gráfico 4.2.1.1: Índice de desenvolvimento das competências

Observações:

1) A Gestão por Competências teve sua implantação no TRE-RJ iniciada a partir de projeto-piloto na área de Tecnologia da Informação, com a realização do curso “Mapeamento das Competências Funcionais” em 2021, durante o qual foram realizadas as revisões das competências técnicas. As etapas previstas são: avaliação gerencial e autoavaliação das competências técnicas e comportamentais; realização das sessões de devolutivas (feedback) dos gestores com os servidores de sua unidade; e elaboração de PDI - Plano de Desenvolvimento Individual (identificação das necessidades de capacitação e demais relatórios).

2) O Plano Anual de Capacitação (PAC), previsto na Resolução TSE nº 22.572/2007, tem por objetivo servir de referência às ações de educação corporativa, com vistas à formação, atualização e aperfeiçoamento contínuo dos servidores e magistrados. No âmbito deste Regional, o planejamento das ações de capacitação está disciplinado na Resolução TRE-RJ nº 975/16, e a elaboração, execução e avaliação do PAC, no Ato GP nº 09/2017.

3) No intuito de aprimorar a capacitação e o desenvolvimento em matéria eleitoral para os servidores, instituiu-se, em 2021, a Matriz Básica de Conhecimento Eleitoral, para o biênio 2021/2022, composta pelos seguintes temas: Prestação de Contas, Registro de Candidaturas e Segurança da Urna Eletrônica. A capacitação foi disponibilizada, na modalidade EaD, cuja meta de 300 servidores a serem capacitados foi superada no período de 2021.

4) Os valores dos indicadores de apoio são limitados a 100%, ainda que ultrapassem esse valor, para evitar distorções no cálculo do desempenho do indicador estratégico.

Índice de desenvolvimento da liderança

Mede o percentual de realização de carga horária das capacitações definidas na Matriz de Competências Gerenciais estabelecidas para o período, e o índice de desenvolvimento da liderança e do processo sucessório.

Este indicador estratégico compõe-se dos seguintes indicadores de apoio:

- 1) Índice de capacitação na matriz gerencial
- 2) Taxa de Implementação da Gestão de Ocupações Críticas

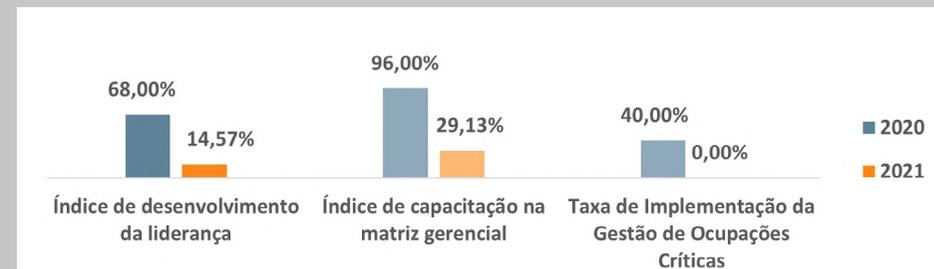


Gráfico 4.2.1.2: Índice de desenvolvimento da liderança

Índice de desenvolvimento da liderança

Observações:

1) A **Matriz de Competências Gerenciais** compreende o conjunto dos conhecimentos e habilidades que o gestor precisa ter para gerir o desenvolvimento de si mesmo, de sua carreira, da sua unidade, das entregas e de sua equipe, direcionando, assim, a unidade de capacitação do TRE-RJ na disponibilização dos cursos para desenvolvimento das competências gerenciais.

2) A gestão das ocupações críticas gerenciais teve início em 2020, com a aprovação de Metodologia para redução das ocupações críticas, segundo a qual as ocupações críticas combinam duas importantes características: 1) dificuldade de reposição (mantendo-se o mesmo nível de eficiência e eficácia) e 2) influência direta no resultado do negócio da organização. O projeto-piloto foi realizado no âmbito das unidades da Secretaria de Gestão de Pessoas. O prosseguimento da iniciativa buscará a implementação da gestão das ocupações críticas nas demais unidades do TRE-RJ.

3) O indicador de apoio "Taxa de Implementação da Gestão de Ocupações Críticas" passou a vigorar a partir do 4º trimestre de 2021, substituindo o indicador "Índice de implantação da gestão das ocupações críticas gerenciais", o qual alcançou 100% de desempenho em sua última medição, no 3º trimestre de 2021.

Índice de gestão para a favorabilidade do Clima Organizacional

Mede a percepção do corpo funcional quanto às dimensões que causem impacto na motivação e produtividade no trabalho, e o percentual de implantação do Plano de Melhoria do Clima Organizacional.

Este indicador estratégico compõe-se dos seguintes indicadores de apoio:

- 1) Índice de satisfação dos servidores com o Clima Organizacional
- 2) Índice de implantação das ações decorrentes da Pesquisa de Clima Organizacional

Índice de gestão para a favorabilidade do Clima Organizacional



Gráfico 4.2.1.3: Índice de gestão para a favorabilidade do Clima Organizacional

Observações:

1) Os dados apresentados referem-se à última verificação, realizada em 2019. A pesquisa de clima organizacional será novamente realizada no ano de 2022, haja vista que o TRE-RJ adotará nova metodologia de pesquisa, estando em processo benchmarking de melhores práticas.

2) As ações para melhoria do clima organizacional são planejadas ao final de cada pesquisa, prevendo-se o biênio subsequente. Como os anos de 2020 e 2021 foram marcados pela pandemia de Covid-19, muitas ações não puderam ser realizadas, por conta da aplicação do protocolo sanitário. Ainda assim, nota-se que o resultado de execução de ações atingiu a marca de mais da metade do planejamento proposto.

Índice de absenteísmo-doença

Mede o percentual de ausências de servidores ao trabalho por motivo de doença.

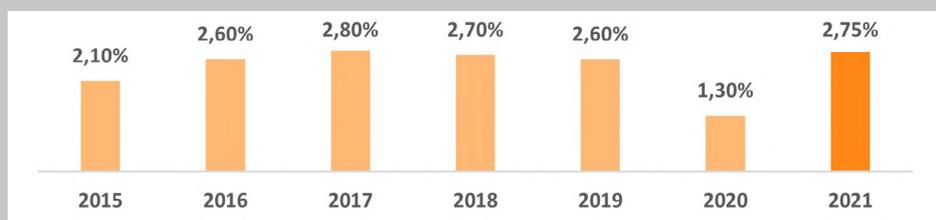


Gráfico 4.2.1.4: Índice de absenteísmo-doença

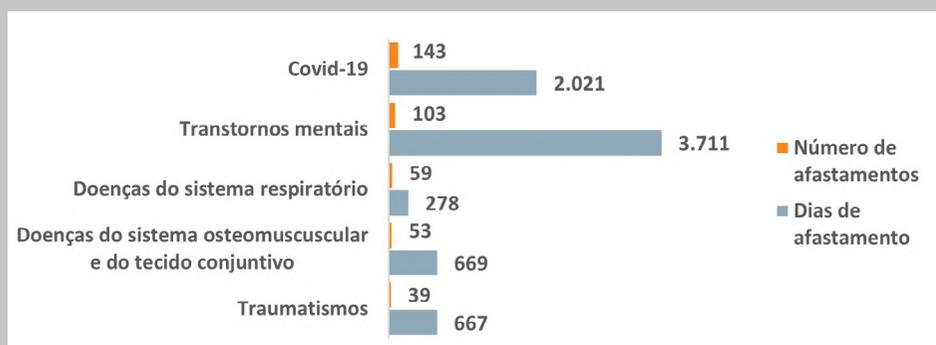


Gráfico 4.2.1.5: Principais causas de absenteísmo-doença em 2021

Índice de absenteísmo-doença

Observações:

1) Analisando-se a série histórica, desde o início da medição (2015), nota-se que houve considerável redução do índice de absenteísmo-doença em 2020, mesmo se tratando de momento marcado pela pandemia do novo coronavírus. Essa redução de percentual, em relação aos anos anteriores, pode ser atribuída à ampliação do trabalho remoto no TRE-RJ, sugerindo um impacto positivo, no percentual anual, da aplicação dos protocolos sanitários pelo Tribunal, que possibilitou a manutenção dos servidores no trabalho a distância. Comparativamente ao exercício anterior, percebe-se que, em 2021, com o início da imunização contra a Covid-19 e o retorno ao trabalho presencial, o índice de absenteísmo-doença sofreu elevação, demonstrando a tendência de retorno aos patamares pré-pandemia.

2) Em relação à quantidade de dias de afastamento, estão elencadas no segundo gráfico as principais causas de ausências ao trabalho em virtude de doenças. Pode-se observar que, apesar de os afastamentos por Covid-19 serem a maior causa em quantidade de licenças requeridas no ano de 2021 (143), o absenteísmo por transtorno mental, que foi objeto de 103 licenças, impactou de forma expressiva no número de dias de afastamento, registrando 1.690 dias a mais do que nas licenças em virtude da infecção pelo coronavírus.

Índice de realização de Exame Periódico de Saúde - EPS

Mede o percentual de servidores que, no período, realizaram exame periódico de saúde.

Observações:

1) Diante do prolongamento da pandemia de Covid-19 em 2021, a realização de EPS manteve-se suspensa na medida em que esse tipo de procedimento exige atendimento presencial. No entanto, buscou-se o cumprimento da [Meta Nacional CNJ nº 10/2021](#) - Promover a saúde de magistrados e servidores, mediante a realização de ação alternativa, com vistas a reduzir a incidência de casos de uma das cinco doenças mais frequentes constatadas nos exames periódicos de saúde ou de uma das cinco maiores causas de absenteísmo do ano anterior, desenvolvendo o acompanhamento dos servidores em reabilitação no âmbito do TRE-RJ.

Em setembro de 2021, mês de luta pelos direitos das pessoas com deficiência, foi realizada entrevista com o psicólogo e a assistente social do TRE-RJ para discutir e esclarecer acerca da inclusão social e profissional das pessoas com deficiência e reabilitados.

Índice de participação dos servidores em ações voltadas para a qualidade de vida no trabalho

Observações:

1) A Qualidade de Vida no ambiente de Trabalho compõe um dos pilares constantes do [Plano de Logística Sustentável](#) do TRE-RJ, possibilitando o monitoramento da participação dos servidores nesse tipo de ação.

Destaca-se que, em 2021, foi editada a [Resolução CNJ nº 400/2021](#), dispondo sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário e, assim, traçando diretrizes para as iniciativas do TRE-RJ na temática:

Art. 16, § 4º A qualidade de vida no ambiente de trabalho deve compreender a valorização, satisfação e inclusão do capital humano das instituições, em ações que estimulem o seu desenvolvimento pessoal e profissional, assim como a melhoria das condições das instalações físicas e o cuidado preventivo com a saúde, em consonância com o disposto na [Resolução CNJ nº 207/2015](#).

Índice de participação dos servidores em ações voltadas para a qualidade de vida no trabalho

Mede a participação relativa do corpo funcional em ações de qualidade de vida.



Gráfico 4.2.1.6: Índice de participação dos servidores em ações voltadas para a qualidade de vida no trabalho

Índice de participação do público interno em ações de capacitação em matéria ambiental

Mede a participação do público interno em ações de capacitação em matéria ambiental no período.

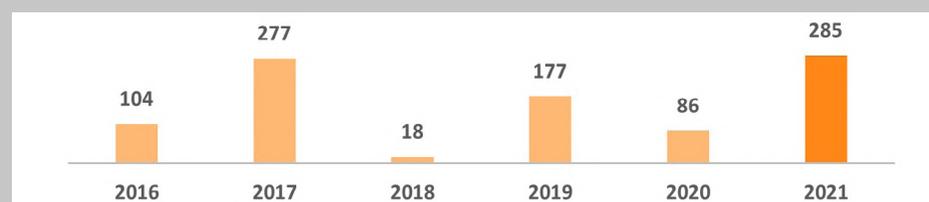


Gráfico 4.2.1.7: Índice de participação do público interno em ações de capacitação em matéria ambiental

Índice de participação do público interno em ações de capacitação em matéria ambiental

Observações:

1) No Plano de Logística Sustentável do TRE-RJ são previstas iniciativas voltadas à promoção da participação do público interno em ações de capacitação em matéria ambiental. Com a manutenção do cenário pandêmico, houve a necessidade de realização das capacitações e ações de sensibilização na modalidade de ensino a distância. Com isso, alcançou-se um quantitativo maior de participações, levando, inclusive, à superação das metas semestrais. Em 2021, foram realizados os cursos “Sustentabilidade, Ética e Cidadania” e “Guia de Inclusão de Critérios Sustentáveis para Contratações do TRE-RJ: contextualizando problemáticas e impactos ambientais”.

Índice de Governança e Gestão de pessoas - iGovPessoas - TCU

Consolida os resultados obtidos pelo órgão na área de governança e gestão de pessoas no levantamento do perfil integrado de governança organizacional e gestão públicas realizado periodicamente pelo Tribunal de Contas da União. Destaca-se, ainda, o indicador agregador iGestPessoas.



Gráfico 4.2.1.8: Índice de Governança e Gestão de pessoas - iGovPessoas - TCU

Observações:

1) O levantamento realizado pelo TCU em 2021 serviu de subsídio para elaboração de plano de gestão de pessoas do TRE-RJ.

4.2.2 AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Quadro de Pessoal

O quadro de pessoal do TRE-RJ é composto por 1.299 cargos efetivos, que decorrem de criação por lei específica, sendo providos por concurso público ou redistribuição com outros Órgãos do Poder Judiciário da União.

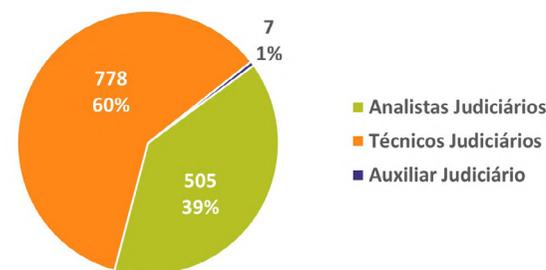


Gráfico 4.2.2.1: Cargos efetivos ocupados

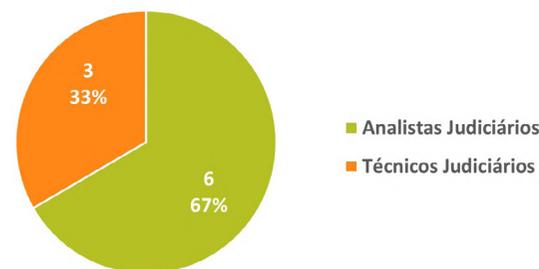


Gráfico 4.2.2.2: Cargos efetivos vagos

Cumprе esclarecer que os cargos efetivos de Auxiliar Judiciário estão sendo declarados extintos à medida que vagarem, nos termos da [Lei nº 11.202/2005](#).

O TRE-RJ possui 49 cargos comissionados (48 providos), escalonados de CJ-1 a

CJ-4, e 709 (570 providas) funções comissionadas, escalonadas de FC-1 a FC-6. Dessas últimas, existem 68 funções de nível FC-6 e 62 de nível FC-1 reservadas para posterior utilização, provenientes do rezoneamento efetuado em 2017.

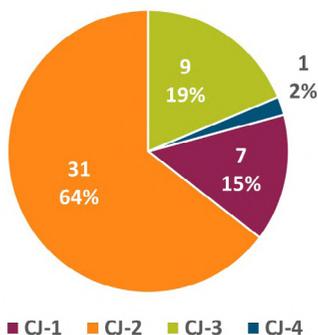


Gráfico 4.2.2.3: Cargos comissionados ocupados

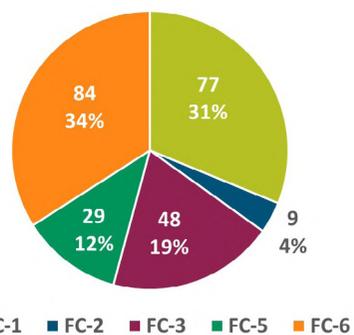


Gráfico 4.2.2.4: Funções comissionadas na Secretaria

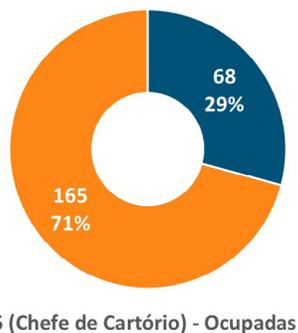


Gráfico 4.2.2.5: Funções comissionadas FC-6 em Zonas Eleitorais

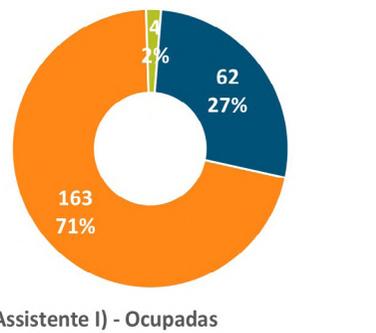


Gráfico 4.2.2.6: Funções comissionadas FC-1 em Zonas Eleitorais

No TRE-RJ, há 292 cargos e funções gerenciais, dos quais 96,2% são ocupados por servidores efetivos. São considerados de natureza gerencial os cargos em comissão e as funções comissionadas em que haja vínculo de subordinação e poder de decisão.



Gráfico 4.2.2.7: Ocupação de cargos e funções gerenciais por situação funcional

A maior concentração ocorre no comissionamento FC-6, em razão de essa ser a função comissionada ocupada pelas chefias das 165 Zonas Eleitorais e, também, pelas chefias das Seções da Sede do TRE-RJ.

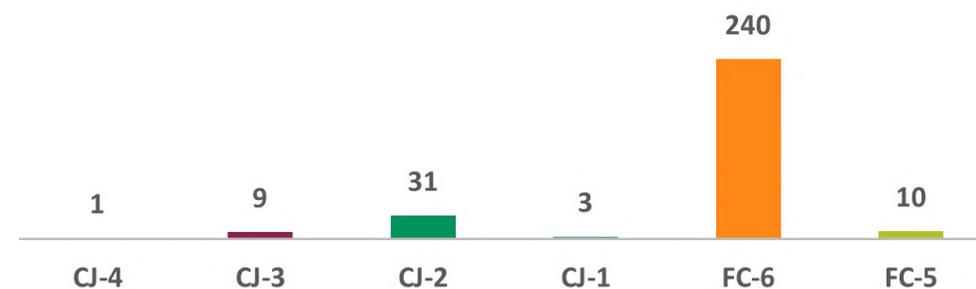


Gráfico 4.2.2.8: Distribuição de cargos e funções gerenciais por nível de comissionamento

Situação funcional

A situação funcional dos servidores efetivos do TRE-RJ foi classificada em ativos em exercício no próprio Tribunal, cedidos, licenciados (para acompanhamento de cônjuge e sem vencimentos) e removidos, além dos inativos.

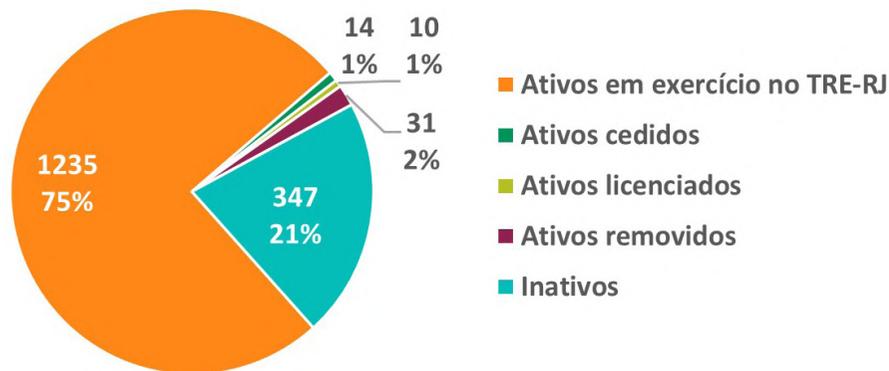


Gráfico 4.2.2.9: Servidores por situação funcional

Força efetiva de trabalho

A capacidade laboral do TRE-RJ está representada tanto por seus servidores efetivos, quanto por outros servidores em exercício no Tribunal, como os removidos para o TRE-RJ, os que estão em exercício provisório, os requisitados e os servidores sem vínculo com a Administração Pública que exercem cargos comissionados.

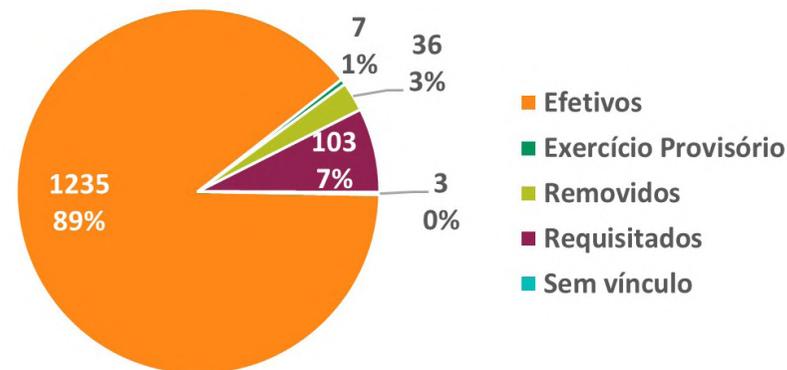


Gráfico 4.2.2.10: Distribuição da força efetiva de trabalho

Note-se que, em 31/12/2021, havia 103 servidores de outros órgãos em exercício neste Tribunal, dos quais 54 foram requisitados para as eleições (prestação de contas Eleições 2020) e dos 49 restantes, 38 foram requisitados pela [Lei nº 6.999/82](#) e 11 cedidos pela [Lei nº 8.112/90](#), para ocupar função.

Estagiários

O TRE-RJ mantém programa de estágio em conformidade com a [Lei nº 11.788/2008](#) e a [Resolução TRE-RJ nº 505/99](#).

O Instituto Brasileiro Pró-Educação Trabalho e Desenvolvimento (Isbet), vencedor do processo licitatório realizado no início de 2020, é a instituição responsável pela indicação de candidatos ao Programa de Estágio, recebendo mensalmente os recursos financeiros e repassando-os aos estagiários.

Com o término do contrato anterior, todos os estagiários foram desligados no final de janeiro de 2020. Em que pese a celebração do novo contrato com a Isbet, em virtude da pandemia de Covid-19, o programa de estágio encontra-se temporariamente suspenso, sem previsão de retorno até a presente data.

Unidade de exercício: Sede/Núcleos Administrativos x Zonas Eleitorais

A maior parte da força de trabalho do TRE-RJ concentra-se nas Zonas Eleitorais, representando 60,5% do total, uma diminuição de 5% em relação ao ano de 2020, podendo-se atribuir essa variação ao período eleitoral, que possibilita o incremento de força de trabalho decorrente das requisições.

Quanto aos servidores lotados na Sede e Núcleos Administrativos, no ano de 2021, alcançou 39,5%, caracterizando aumento de 9,5% em relação ao período anterior.

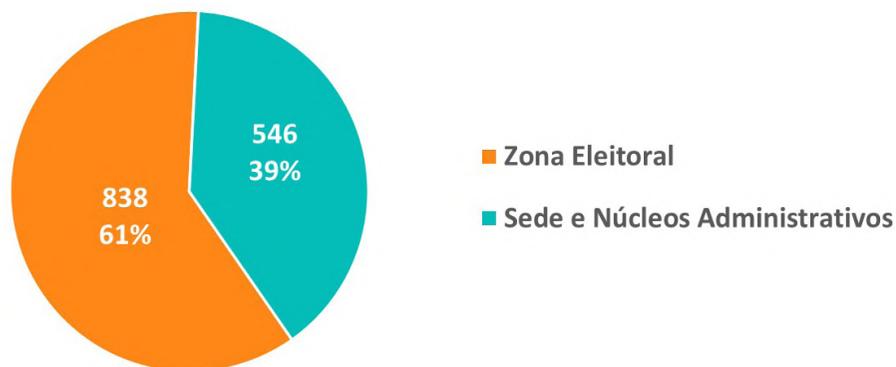


Gráfico 4.2.2.11: Unidade de exercício

Área de trabalho

A força de trabalho composta pelos 546 servidores lotados na Sede e Núcleos Administrativos predomina nas Secretarias (428), estando os demais exercendo as suas funções na Presidência (74), Diretoria-Geral (39) e EJE (5). Consta-se, ainda, uma predominância da força de trabalho na Secretaria de Gestão de

Pessoas - SGP (16,3%), Secretaria de Administração - SAD (14,7%) e Secretaria de Tecnologia da Informação - STI (14,5%), ficando as demais, assim, contempladas:

- Presidência (PR): 13,6%;
- Secretaria de Manutenção e Serviços Gerais (SSG): 10,1%;
- Secretaria Judiciária (SJD): 7,3%;
- Diretoria-Geral (DG): 7,1%;
- Secretaria da Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral (SVPCRE): 7,0%;
- Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF): 5,9%;
- Secretaria de Auditoria Interna (SAU): 2,7%; e
- Escola Judiciária Eleitoral (EJE): 0,9%.

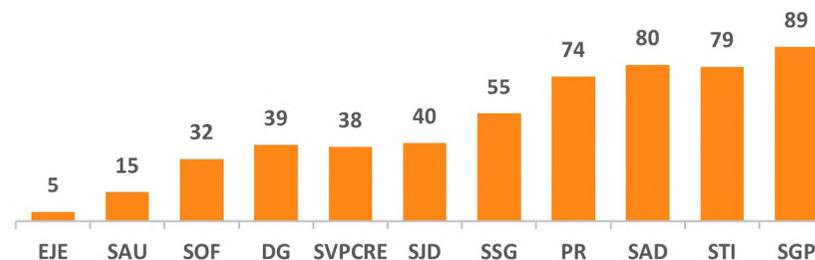


Gráfico 4.2.2.12: Quantidade de servidores nas unidades da Sede e Núcleos Administrativos

Gênero

Quanto ao gênero dos servidores efetivos do quadro ou que atuam no TRE-RJ (em exercício provisório, removidos, requisitados e sem vínculo), observa-se distribuição isonômica, havendo a prevalência de apenas 1 servidora em relação ao quantitativo de servidores do gênero masculino.

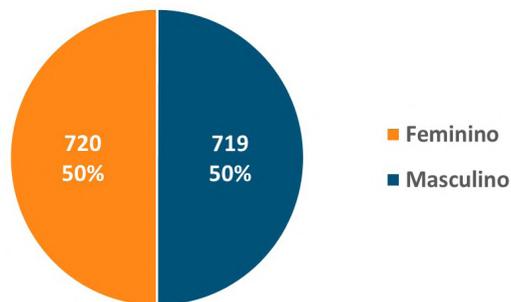


Gráfico 4.2.2.13: Gênero dos ocupantes dos cargos efetivos

Faixa etária

A maioria dos servidores efetivos do quadro ou que atuam no TRE-RJ tem até 48 anos, podendo sua permanência ser estimada em pelo menos por mais 15 anos.

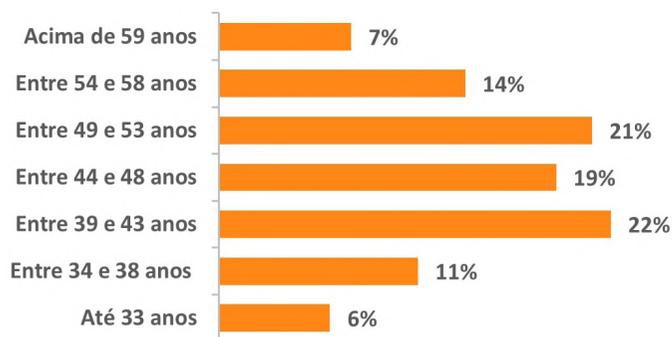


Gráfico 4.2.2.14: Faixa etária dos ocupantes de cargos efetivos

PCD E ETNIA

Novos servidores cotistas empossados em 2021

Nos últimos anos, a política de inclusão por cotas, amparada pela [Lei nº 8.112/90](#), ao dispor que até 20% das vagas serão reservadas a PcDs, e pela [Lei](#)

[nº 12.990/14](#), que reserva aos negros 20% das vagas, representou um avanço para a garantia dos direitos dessas minorias.

Nessa linha, o atual concurso público para provimento de vagas para servidores do TRE-RJ, previu cotas para negros e pessoas com deficiência.

Inicialmente, destaca-se que, em 2021, foram empossados 51 servidores:

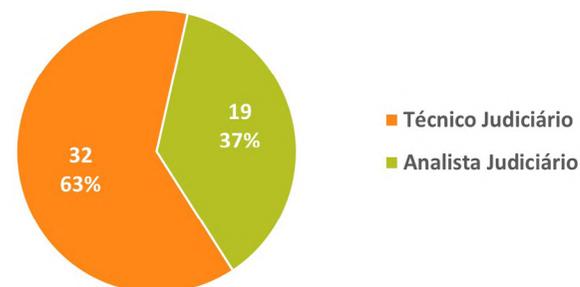


Gráfico 4.2.2.15: Provimentos de cargos em 2021

Dentre os novos servidores empossados, foram contemplados 2 negros, 11 PcDs e 38 de ampla concorrência, totalizando-se 25,5% de cotistas e observando-se os normativos para nomeação dos candidatos:

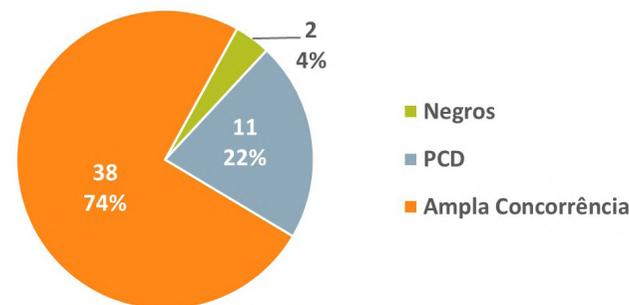


Gráfico 4.2.2.16: PCD e etnia nos provimentos de cargos em 2021

Servidores com deficiência

Com esses novos provimentos em 2021, o TRE-RJ passou a dispor, em seu quadro funcional, de 39 servidores com deficiência, estando, assim, distribuídos de acordo com o tipo de deficiência:

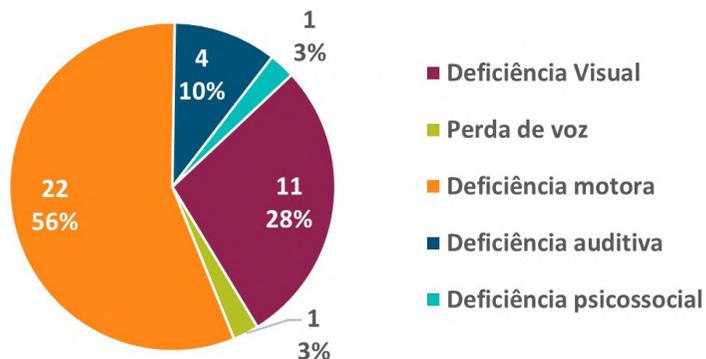


Gráfico 4.2.2.17: Servidores por tipo de deficiência

Nota-se que a deficiência motora apresenta prevalência sobre as demais, expressando o percentual de 56,4% (22 servidores), seguida da deficiência visual com 28,2% (11 servidores).

Ao analisar o número de servidores com deficiência em relação ao total de cargos efetivos ocupados (1.290), extrai-se um percentual ainda pequeno de aproximadamente 3% de PcD, mas com perspectiva de crescimento nos próximos anos.

Além disso, o Tribunal vem atuando no sentido de aprimorar as condições de trabalho, acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência, com fulcro na **Lei Brasileira de Inclusão** (Estatuto da Pessoa com Deficiência), na **Reso-**

lução TSE nº 21.381/2012 e na Resolução CNJ nº 401/2011.

No tocante ao local de trabalho, os servidores com deficiência estiveram, assim, alocados:

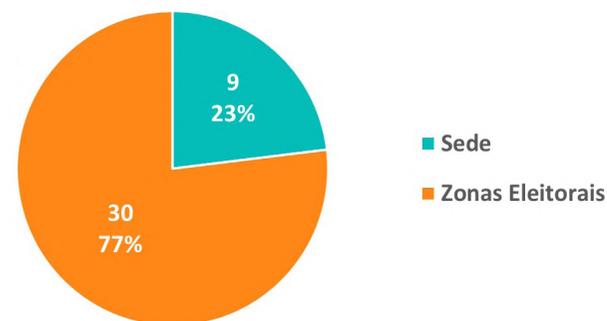


Gráfico 4.2.2.18: Servidores com deficiência por unidade de lotação

Percebe-se, assim, que a maioria dos servidores com deficiência encontra-se lotada nas Zonas Eleitorais do Estado do Rio de Janeiro.

Quanto aos comissionamentos, no período, não houve servidores com deficiência nomeados para cargo em comissão e 15 encontravam-se designados para o exercício de funções comissionadas, o que representa 38,4% dos servidores com deficiência.

Raça, cor e etnia dos servidores

Quanto à raça/cor/etnia, trata-se de dados obtidos a partir da autodeclaração dos servidores, destacando-se que 56,9% não responderam à pesquisa realizada, em 2021, pelo TRE-RJ.

Dentre os 595 respondentes, houve prevalência de brancos (468), destacando-se 122 pardos/pretos, 4 amarelos e 1 indígena:

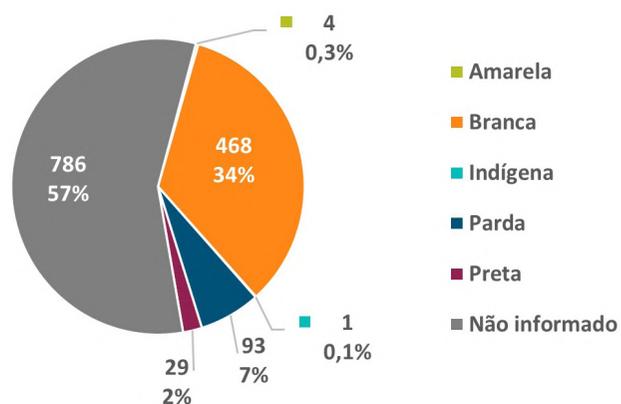


Gráfico 4.2.2.19: Servidores do quadro efetivo por raça/cor/etnia

Quanto ao total de 48 cargos comissionados existentes, apenas 26 informaram dados relativos à raça/cor/etnia, prevalecendo a cor branca:

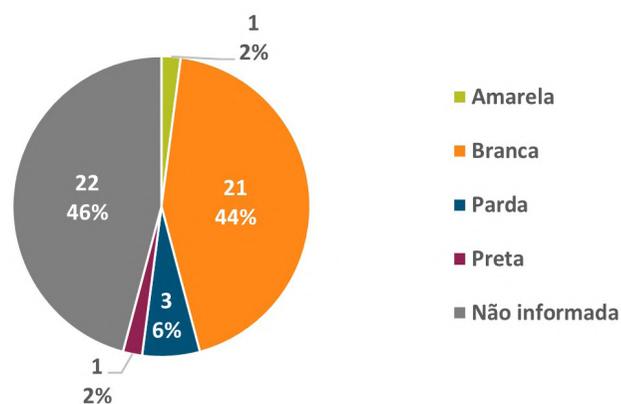


Gráfico 4.2.2.20: Servidores comissionados, com ou sem vínculo, por raça/cor/etnia

Em relação aos 563 ocupantes de funções comissionadas, houve somente 254 respondentes, prevalecendo, novamente, a cor branca:

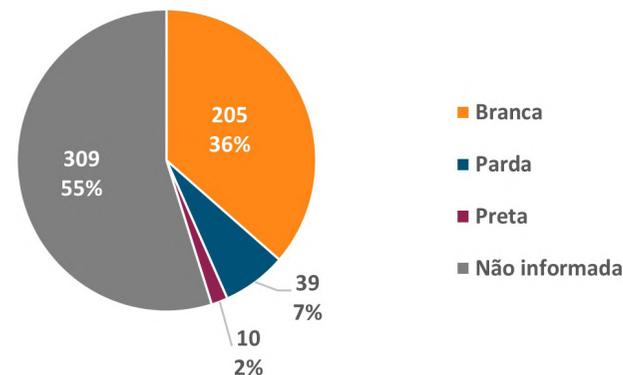


Gráfico 4.2.2.21: Servidores com função comissionada por raça/cor/etnia

Por fim, dentre os 39 servidores com deficiência, apenas 10 realizaram autodeclaração de raça/cor/etnia, sendo 6 brancos e 4 pardos:

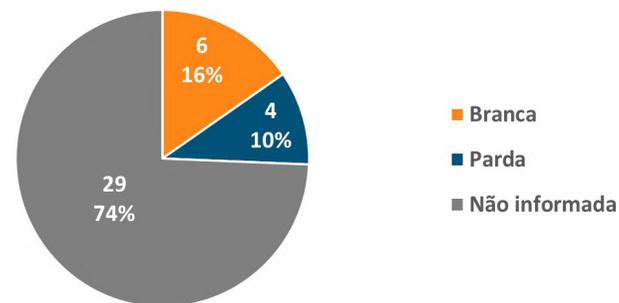


Gráfico 4.2.2.22: Servidores com deficiência por raça/cor/etnia

Faixa salarial

A faixa salarial com maior quantitativo de servidores efetivos é representada pelo quartil “R\$ 11.400,01 a R\$ 13.400,00” e a média salarial apurada é de R\$ 14.584,07, levando-se em consideração os valores brutos da remuneração dos servidores do quadro do Tribunal, excluídos os benefícios.



Gráfico 4.2.2.23: Faixa salarial dos servidores efetivos

4.2.3 ESTRATÉGIA DE RECRUTAMENTO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS

Situação de servidores com condições de aposentadoria

Dentre os 1.290 servidores ativos em exercício no TRE-RJ, 51 servidores possuem os requisitos previstos em lei para a concessão de aposentadoria, tendo optado por permanecer em atividade, com a consequente percepção de abono de permanência.

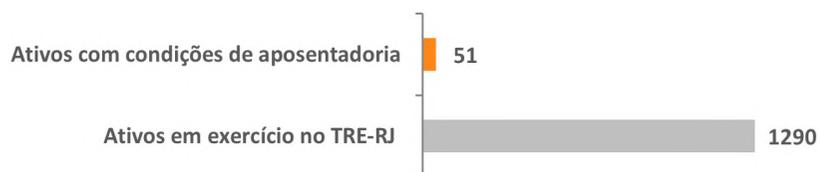


Gráfico 4.2.3.1: Servidores com condições de aposentadoria

Concurso público

O recrutamento externo ocorre por concurso público. Está vigente neste Re-

gional o concurso homologado pela **Resolução TRE-RJ nº 1.021/2018**, publicada no DOU, Seção 1, em 13/04/2018, com prazo de validade de dois anos, tendo sido prorrogado por mais dois anos pela **Resolução TRE-RJ nº 1.127/2020**.

Em razão da pandemia de Covid-19, o prazo de validade do concurso público vem sofrendo alterações. Inicialmente suspenso a contar de 28/05/2020 pela **Resolução TRE-RJ nº 1.141/2020**, com a publicação da **Resolução TRE-RJ nº 1.175/2021** em 07/06/2021, a suspensão foi prorrogada pelo período de 01/01/2021 a 31/12/2021 (365 dias). Assim, a nova data de término do prazo de validade do concurso público será 17/11/2023.

Após a nomeação e posse dos servidores, a primeira lotação decorre de escolha em audiência pública, dentre as opções previamente disponibilizadas, observando-se a ordem de classificação no certame.

Concurso de Remoção Interna

A remoção por concurso interno é disciplinada pela **Resolução TSE nº 23.563/2018**, devendo preceder à nomeação de candidatos habilitados em concurso público para provimento de cargos efetivos, nos termos do art. 21, § 1º.

Nesse sentido, em 2021, o TRE-RJ realizou 1 (um) procedimento de remoção por concurso interno, no qual foram ofertadas 27 vagas, sendo 11 cargos de analistas judiciários e 16 cargos de técnicos judiciários.

Processo de Seleção Interna

O Processo de Seleção Interna - PSI, regulamentado pelo **Ato GP nº 273/2019**, visa à movimentação de servidores entre unidades organizacionais do TRE-RJ, fundamentando-se em critérios objetivos e nos princípios da transparência e da isonomia.

No ano de 2021, foram oferecidas 45 vagas decorrentes de pedidos de

recomposição da força de trabalho, através do processo de seleção interna, sendo todas as 45 com análise de perfil profissional.

Mural de Remoção e Redistribuição

A SGP disponibiliza mural, no Portal da SGP, para os servidores que desejam mudar de lotação no âmbito do TRE-RJ por meio de remoção por permuta, bem como para os demais servidores do Poder Judiciário da União que desejam encontrar interessados para trocar de órgão, por meio de redistribuição.

A ferramenta é de natureza meramente informativa, contendo os dados cadastrados pelos interessados, que, após comum acordo, formalizam a pretensão de movimentação por meio de processo eletrônico específico, observadas as orientações constantes dos formulários e os preceitos dos arts. 36 e 37 da **Lei nº 8.112/90** e, ainda, da **Resolução TSE nº 23.563/2018**.

No ano de 2021, foram cadastrados no mural 15 servidores interessados em remoção interna por permuta e 15 interessados em redistribuição.

4.2.4 DETALHAMENTO DA DESPESA DE PESSOAL

O detalhamento da Despesa de Pessoal está distribuído nas tabelas que possuem as informações tanto da estrutura remuneratória dos servidores efetivos, comissionados, inativos e pensionistas, quanto dos membros, juízes e promotores, disponíveis no portal da transparência deste TRE-RJ:

ESTRUTURA REMUNERATÓRIA	
Cargos Efetivos	Transparência e Prestação de Contas / Acesso a Informação / Recursos Humanos, Remuneração, Fornecedores, Veículos / Anexo III - A - Estrutura Remuneratória - Cargos Efetivos

ESTRUTURA REMUNERATÓRIA	
Cargos em Comissão e Funções de Confiança	Transparência e Prestação de Contas / Acesso a Informação / Recursos Humanos, Remuneração, Fornecedores, Veículos / Anexo III - B - Estrutura Remuneratória - Cargos em Comissão e Funções de Confiança
Membros, Juízes e Promotores	Transparência e Prestação de Contas / Acesso a Informação / Recursos Humanos, Remuneração, Fornecedores, Veículos / Anexo III - C - Estrutura Remuneratória - Membros da Magistratura

Tabela 4.2.4.1: Estrutura Remuneratória

Evolução das despesas dos últimos anos e justificativa para aumento ou diminuição

Em 2021, comparativamente com o ano anterior, pôde-se constatar um acréscimo de 3,37% nas despesas de pessoal com servidores ativos e decréscimos de 6,63% com inativos e 2,45% com pensionistas.

Destacando-se que, a despeito de não ter havido aplicação de reajuste salarial nas tabelas remuneratórias, houve o ingresso de 51 novos servidores, impactando no incremento dos gastos de pessoal ativo com relação ao exercício anterior, assim como também o pagamento do auxílio-transporte, que havia sido suspenso durante o trabalho remoto, foi retomado após iniciado o retorno gradual ao trabalho presencial.

Por fim, detectou-se incremento do número de óbitos de servidores inativos e de pensionistas civis, associado ao fato de que, após a aplicação da **EC 103/2019**, as novas pensões civis estabelecidas observaram uma considerável redução nos valores implantados.



Gráfico 4.2.4.1: Despesas com ativos, inativos e pensionistas em 2021

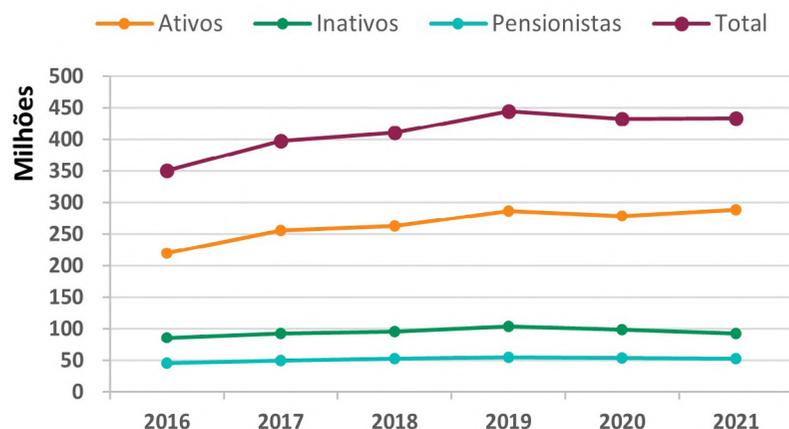


Gráfico 4.2.4.2: Evolução das despesas com pessoal de 2016 a 2021

ANO	ATIVOS	INATIVOS	PENSIONISTAS	TOTAL
2016	R\$ 219.645.563,97	R\$ 86.121.782,88	R\$ 45.296.235,02	R\$ 351.063.581,87
2017	R\$ 255.614.968,59	R\$ 92.291.940,73	R\$ 49.695.810,65	R\$ 397.602.719,97
2018	R\$ 262.698.654,44	R\$ 95.587.676,11	R\$ 52.541.667,54	R\$ 410.827.998,09
2019	R\$ 286.310.371,77	R\$ 103.583.923,98	R\$ 54.977.985,67	R\$ 444.872.281,42
2020	R\$ 279.056.615,25	R\$ 99.117.084,61	R\$ 54.105.342,69	R\$ 432.279.042,55
2021	R\$ 288.462.078,09	R\$ 92.536.761,19	R\$ 52.779.407,23	R\$ 433.778.246,51

Tabela 4.2.4.2: Evolução das despesas com pessoal de 2016 a 2021

4.2.5 CARREIRA: AMBIENTAÇÃO, MOVIMENTAÇÃO E OPORTUNIDADES

A carreira dos servidores inicia-se na Classe-Padrão A1 e termina na Classe- Padrão C13. As movimentações ocorrem a cada interstício de um ano. No TRE-RJ, 74,3% dos servidores encontravam-se no último nível da carreira em 31/12/2021. Ou seja, estão em exercício há mais de 12 anos.

Movimentação na carreira e estágio probatório

A movimentação na carreira ocorre por meio da progressão funcional e da promoção, conforme previsão da **Lei nº 11.416/2006**, que dispõe sobre as carreiras dos servidores do Poder Judiciário da União.

É regulamentada pela **Resolução TSE nº 22.582/2007**, sendo necessária a obtenção de média mínima satisfatória na Avaliação de Desempenho (progressão funcional) e também da comprovação do cumprimento de, no mínimo, 80 horas de ações de treinamento (promoção). O procedimento é composto de avaliação gerencial e autoavaliação, aplicadas aos servidores que ainda não alcançaram o último nível da carreira.

No decorrer de 2021, 311 servidores tiveram movimentação na carreira (progressão funcional ou promoção). Destaca-se, quanto à estabilidade, que existiam 110 servidores em cumprimento de estágio probatório em 31/12/2021.

Ambientação, Integração e Formação Inicial

Desde 2019, a integração de novos servidores vem passando por uma robusta revisão. Antes de assumirem suas atribuições nas lotações, os novos servidores passam por ambientação, cujo trabalho de integração começa antes mesmo da nomeação e se estende até a primeira avaliação de desempenho.

Na ambientação, são oferecidos diversos conteúdos, incluindo temas relacionados ao Tribunal, ao servidor e ao seu trabalho, compreendendo aproximadamente 50 horas de capacitação.

O atual programa de integração, ambientação e formação inicial visa ao aumento do desempenho a partir destes objetivos: a) reduzir a curva de aprendizagem e de prontidão do servidor para iniciar suas atribuições; b) promover a identificação e o engajamento com as atividades do Tribunal; c) desenvolver iniciativa, autonomia e confiança; e d) criar referenciais comportamentais, profissionais e senso de pertencimento.

Nesse modelo, foram formados 51 novos servidores em 2021:

CARGO	ESPECIALIDADE	QUANTITATIVO	TOTAL
Analista Judiciário	Área Administrativa	13	19
	Área Judiciária	6	

CARGO	ESPECIALIDADE	QUANTITATIVO	TOTAL
Técnico Judiciário	Área Administrativa	30	32
	Apoio Especializado - Enfermagem	1	
	Apoio Especializado - Programação de Sistemas	1	

Tabela 4.2.5.1: Provimentos de cargos em 2021

O próximo passo permanece envidar esforços para estender a ambientação aos demais servidores que passam a exercer suas atividades neste órgão, a exemplo dos redistribuídos e dos removidos. Futuramente, está prevista a preparação das unidades e gestores que receberão novos servidores, encontrando-se pendente de finalização a minuta de ato normativo que regulamentará este programa, implementando sua prática e melhoria contínua.

Em razão da pandemia, este programa continua ocorrendo de forma totalmente remota, sendo substituídos os deslocamentos e as atividades presenciais por atividades EaD, através da ferramenta Google Sala de Aula, e encontros interativos por videoconferências.

Detalhes sobre igualdade de oportunidades (Gênero e Faixa etária)

No TRE-RJ, verifica-se a prevalência masculina de 13% na ocupação de cargos comissionados e funções de confiança gerenciais.

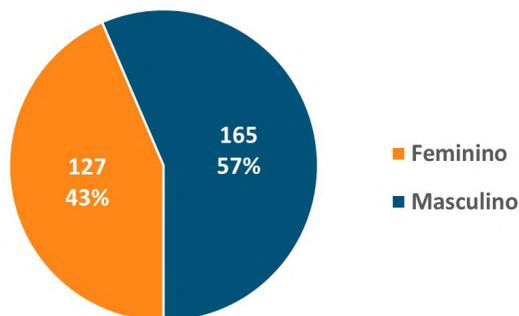


Gráfico 4.2.5.1: Gênero dos ocupantes de cargos e funções gerenciais

Em relação à faixa etária dos ocupantes de cargos em comissão e funções comissionadas, revela-se a predominância nos intervalos que compreendem as idades de 39 a 53 anos. Por outro lado, o menor número de ocupantes tem sido observado nas faixas “até 33 anos” e “acima de 59 anos”.

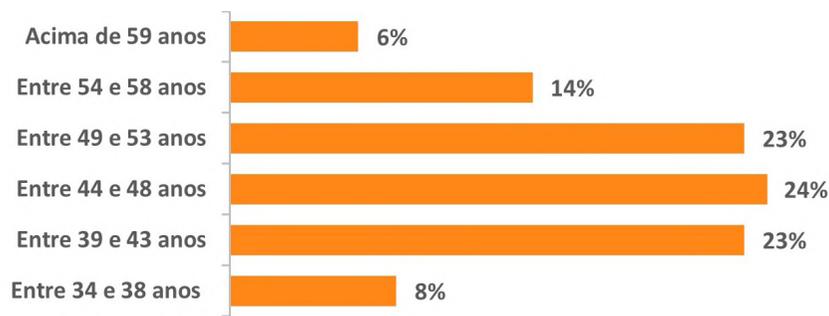


Gráfico 4.2.5.2: Faixa etária dos ocupantes de cargos gerenciais

4.2.6 CAPACITAÇÃO - ESTRATÉGIA E NÚMEROS

A capacitação dos servidores do TRE-RJ foi norteada pelo **PAC - Plano Anual de Capacitação 2021**, que, alinhado ao Plano Estratégico deste Tribunal, à **Resolução TSE nº 22.572/2007**, aos cursos considerados obrigatórios pelas normas vigentes e ao orçamento disponível, consubstanciou as necessidades apresentadas pelos gestores das unidades no início de cada exercício. Esforços

estão sendo envidados para que esse levantamento de necessidade de capacitação seja substituído, ainda que parcialmente, com a implantação da Gestão por Competência, em andamento.

Os Planos Anuais de Capacitação do TRE-RJ estão disponíveis no [sítio eletrônico do Tribunal](#).

Resultado Geral

Em 2021, este Regional viabilizou a participação de 537 servidores em 84 eventos de capacitação, incluídos com e sem custo, resultando em um total de 51.514 horas de treinamento, em diferentes temas, com predominância da modalidade a distância, gerando média de 11,79 horas de treinamento por servidor.

Foram executados 101% do orçamento destinado às capacitações, resultando na implementação de aproximadamente 57 das ações previstas no PAC 2021.

Carga horária de capacitação por modalidade

Os cursos foram quase integralmente realizados na modalidade a distância, considerando a obrigatoriedade do distanciamento social, imposto pelo quadro da pandemia de Covid-19. Houve a realização de uma ação semipresencial (Exame de condicionamento físico do curso obrigatório de Reciclagem de Agentes de Segurança) e um curso presencial, na área de segurança institucional.

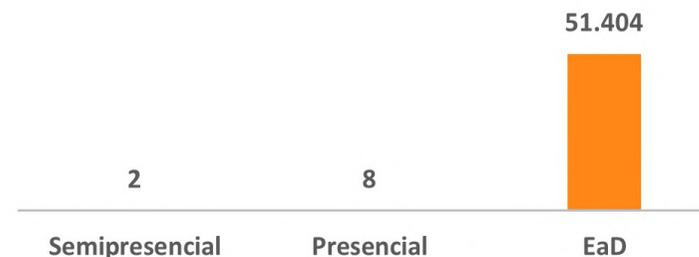


Gráfico 4.2.6.1: Carga horária de capacitação por modalidade

Estratégia

Considerando o quadro de pandemia de Covid-19, houve um aumento significativo de ações realizadas na modalidade a distância (EAD), em ambiente virtual próprio ou externo, em razão do necessário distanciamento social.

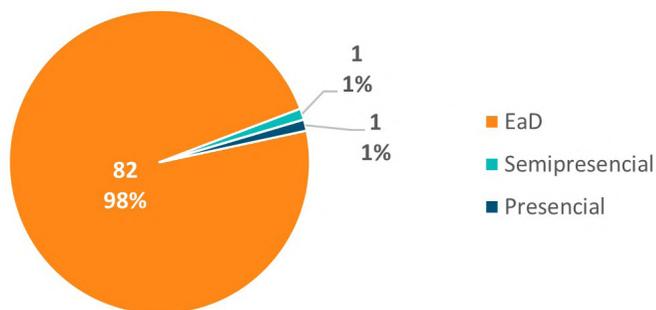


Gráfico 4.2.6.2: Número de ações de treinamento por modalidade

Adicional de Qualificação

O incentivo ao autodesenvolvimento é outra estratégia decorrente da **Lei nº 11.416/06**, que gratifica com 1% do vencimento básico do servidor a cada 120 horas de treinamento, limitado a 3%, com validade de quatro anos. Destaca-se que as ações de capacitação, para serem consideradas para fins de AQ, precisam estar alinhadas a temas de interesse da Justiça eleitoral, de acordo com a **Resolução TSE nº 23.380/12**.

Em 2021, foram recebidas 2.465 solicitações para averbação de carga horária de treinamento. Atualmente, 77,45% dos servidores do TRE-RJ percebem o Adicional de Qualificação.

4.2.7 MEDIDAS ADOTADAS EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA DE COVID-19

O prolongamento da pandemia de Covid-19, declarada pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020, trouxe ao ano de 2021 as incertezas geradas por esse cenário adverso no ano anterior.

Nesse sentido, a Secretaria de Gestão de Pessoas concentrou esforços para atualizar as informações sanitárias e promover sua difusão a todos os setores do Tribunal, além de ter especial atenção à saúde mental e ao distanciamento social, inclusive nas capacitações promovidas e no programa de ambientação de novos servidores.

Destacam-se abaixo algumas medidas adotadas com vistas à mitigação do risco de exposição e contaminação pelo coronavírus, tanto de servidores e seus familiares quanto do público em geral:

Atualização do protocolo de conduta para o trabalho presencial (protocolo sanitário), com a finalidade de mitigar o risco de contaminação pelo novo coronavírus

A atualização das recomendações não farmacológicas levou em conta as orientações das autoridades nacional e internacional em saúde. Foram mantidas as recomendações de distanciamento social, uso de máscaras e higiene das mãos com álcool 70%. Foi determinado, também, que os casos confirmados ou suspeitos de Covid-19 fossem comunicados à unidade de saúde para acompanhamento e recomendação sobre necessidade de afastamento do trabalho presencial e registro estatístico.

Acompanhamento de casos suspeitos/confirmados/contactantes (protocolo de manejo e sua atualização)

O acompanhamento dos casos suspeitos ou confirmados, incluindo-se os respectivos contactantes, e as orientações do médico do trabalho observaram o protocolo de manejo elaborado pela área de saúde do TRE-RJ, amparado em orientações emitidas pelo Ministério da Saúde e Organização Mundial de Saúde.

Divulgação de conteúdos sobre saúde e qualidade de vida

Publicação de conteúdos no Blog Comunidade TRE-RJ e na intranet, bem como divulgação, nas unidades da Sede e Zonas Eleitorais, por meio de afixação de cartazes, com vistas à prestação de informações relativas à saúde, qualidade de vida e integração entre os servidores da Justiça Eleitoral fluminense, bem como à mitigação dos danos provocados pelo isolamento social, com destaque para a importância da vacinação contra a gripe e Covid-19.

Realização de ciclos de encontros virtuais (Rodas de Conversa) com foco na saúde mental dos servidores, mediados pelo psicólogo e pela assistente social do TRE-RJ

Os encontros buscaram mitigar potenciais impactos emocionais e relacionais trazidos pelo cenário de pandemia de Covid-19 e pela necessidade de trabalho remoto nesse contexto.

Atendimento psicológico virtual individualizado aos servidores que reportaram necessidade

Os servidores que reportaram sofrimento psíquico diretamente à área de saúde ou por meio de comunicação do sindicato receberam, excepcionalmente, atendimento psicológico individualizado, visando à prevenção de afastamentos por motivo de saúde.

Realização de perícias médicas remotas, enquanto perdurar o recrudescimento de casos de Covid-19

Tendo em vista as várias ondas de casos de Covid-19, as perícias médicas foram realizadas de forma virtual, a fim de mitigar o risco de contaminação da equipe de saúde e dos servidores periciados.

Procedimento remoto de provimento de cargos

O processo de provimento das vagas foi realizado totalmente a distância, atendendo às orientações sanitárias. Dessa forma, em 2021, foram realizadas seis turmas de ingresso de 51 servidores, com as etapas de contato, recebimento de documentos e exames médicos, nomeação, posse e ambientação feitos de modo remoto, sendo substituídos os deslocamentos e as atividades presenciais por atividades EAD, através da ferramenta Google Sala de Aula, e encontros interativos por videoconferências.

Capacitação a distância

Em 2021, os eventos de capacitação foram disponibilizados em larga maioria na modalidade à distância, com vistas a evitar deslocamento, contato e aglomeração de servidores.

Tabela 4.2.7.1: Medidas adotadas pela SGP em decorrência da pandemia de Covid-19

4.2.8 RESULTADOS ALCANÇADOS

Comitê Gestor Local de Gestão Pessoas - CGLGP

- Aprovação, no âmbito do **CGLGP**, do novo plano de Gestão de Pessoas, com periodicidade bianual (2022-2023), alinhado ao plano estratégico do TRE-RJ, contribuindo para o objetivo estratégico de fortalecimento da governança institucional. O plano tem ênfase em ações de qualidade de vida no ambiente de trabalho, clima organizacional, gestão por competências, gestão das ocupações críticas, capacitação, ações de pessoal voltadas para as eleições, aprimoramento dos serviços de pessoal, dimensionamento da força de trabalho e teletrabalho;
- Acompanhamento de ações previstas no plano bianual (2020/2021), relacionadas à elaboração da Política de Gestão de Pessoas, inclusive da área de TIC; à Gestão por Competências e à Gestão de Ocupações Críticas Gerenciais (ambas ainda em fase de implementação); ao Plano de evacuação e capacitação de brigadistas; ao levantamento dos Cartórios Eleitorais localizados em áreas de risco e situação dos respectivos imóveis; à adequação do mobiliário para coleta biométrica; à Gestão do Clima Organizacional etc.

Projeto Estratégico de Melhoria e Automatização do Processo de Elaboração da Folha de Pagamento - PROJFOLHA

- Avanço na execução do projeto estratégico, que tem por objetivo melhorar e automatizar, quando necessário, o processo ponta a ponta de elaboração da folha de pagamento, com a realização das seguintes entregas em 2021: automatização do processo de Adicional de Qualificação, publicação do normativo que instituiu o Assentamento Funcional Digital e melhoria do processo de férias. Os processos de serviço extraordinário e cadastramento de servidores requisitados aguardam a implementação da solução de automatização.

Teletrabalho

- Aprovação da metodologia para mensuração de produtividade do trabalho e elaboração de metas;
- Instituição de projeto-piloto, com Comissão de Gestão do Teletrabalho, para análise dos normativos, processos, ferramentas e metodologias a serem utilizados pelos servidores no exercício de atividades fora das dependências do Tribunal, conforme **Ato GP nº 176/2021**;
- Promoção da capacitação “Teletrabalho no Setor Público com foco em resultados”, por videoconferência, aos servidores participantes do projeto-piloto e aos membros da Comissão de Teletrabalho;
- Definição dos requisitos tecnológicos que deverão ser obedecidos pelas servidoras e servidores em atuação em regime de teletrabalho, segundo os critérios de segurança e de desempenho e viabilidade tecnológica para o acesso remoto sugeridos pela Secretaria de Tecnologia da Informação;
- Publicação do manual de teletrabalho, no Portal da SGP, na intranet, contendo requisitos relativos à saúde do servidor a serem cumpridos pelos interessados em aderir ao regime de teletrabalho;
- Divulgação da relação de 11 servidoras e servidores, integrantes do projeto-piloto de teletrabalho, no Portal da Transparência do TRE-RJ.

Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde - CGLAIS

- Acompanhamento, no âmbito do **CGLAIS**, de temas relacionados à saúde dos servidores, como a possibilidade de realização de exames periódicos de saúde, realização da I Jornada de Saúde, esclarecimentos em datas comemorativas (Setembro amarelo, Outubro rosa, Novembro azul), Rodas de Conversa acerca de temas relevantes para o servidor, incentivo ao uso de aplicativo para pausa laboral e redução de afastamentos ao trabalho por motivo de saúde;
- Acompanhamento dos servidores em reabilitação, em substituição à realização de exames periódicos de saúde, que não puderam ser realizados no curso da suspensão da jornada presencial de trabalho, contribuindo para o atingimento da **Meta Nacional nº 10**, de promoção da saúde dos servidores.

Saúde e qualidade de vida

- Realização das ações descritas no tópico 4.2.7 (medidas adotadas pela SGP em decorrência da pandemia de Covid-19), com vistas à preservação da saúde do servidor face ao quadro de pandemia, sem perder de vista a missão institucional da Justiça Eleitoral, com foco na continuidade do serviço, no retorno seguro ao trabalho presencial, quando os indicadores de saúde estiverem controlados, e na saúde mental dos servidores.

Dimensionamento da Força de Trabalho

- Avanço na implementação de nova metodologia de dimensionamento da força de trabalho desenvolvida pela Universidade de Brasília em parceria com o TSE. Realizado o projeto-piloto com o dimensionamento da Secretaria de Gestão de Pessoas em 2020, ampliou-se o escopo, em 2021, a fim de contemplar todas as unidades do TRE-RJ;
- Prosseguimento das tratativas da Secretaria de Gestão de Pessoas, em parceria com a alta administração do Regional, diretamente com os professores da UnB, desenvolvedores da metodologia aplicada, objetivando possível implementação de versão mais atualizada do sistema atualmente utilizado, bem como de ampliação do escopo inicial, passando a implementar demais ferramentas e sistemas de gestão de pessoas, recentemente desenvolvidos, que complementariam o dimensionamento da força de trabalho, sob aspectos igualmente relevantes, porém não abarcados nas fases já implementadas.

Clima Organizacional

- Execução de plano para melhoria do clima organizacional com foco em ações para mitigar os prejuízos causados pelo isolamento social, em substituição às ações previamente planejadas decorrentes da 4ª Pesquisa do Clima Organizacional, que não puderam ser executadas em sua integralidade em 2020 e 2021, em razão da pandemia de Covid-19.

4.2.9 PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

- Retomada, pela unidade de saúde do TRE-RJ, em vista do retorno gradual ao trabalho presencial, das avaliações de ambiente de trabalho, atividade de vigilância em saúde do servidor, com a finalidade de identificação de fatores que possam representar risco à saúde e fundamentada nos conceitos previstos na [Resolução CNJ nº 207/15](#), as quais permaneceram suspensas em 2021;
- Conclusão, em março de 2022, da implementação da nova metodologia de dimensionamento da força de trabalho, em todas as unidades do TRE-RJ;
- Aplicação de nova Pesquisa do Clima Organizacional, com adequação dos questionários, levando-se em consideração os acontecimentos decorrentes da pandemia de Covid-19, que provocou drásticas mudanças no estilo de vida dos servidores e servidoras;
- Conclusão de implementação de melhoria decorrente da Avaliação das Eleições 2020, relacionada à criação de canal único de treinamento para as Eleições 2022, cujo plano de ação teve execução iniciada em 2021, contribuindo para o objetivo estratégico de fortalecimento da segurança e transparência do processo eleitoral;
- Conclusão da atualização e customização do ambiente virtual de aprendizagem (Moodle 3.9.1+);
- Retomada da implantação da Gestão de Pessoas por Competências (GPC) – sistema integrado de gestão de pessoas, baseado no desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes dos colaboradores, para o alcance dos objetivos organizacionais –, em projeto-piloto na Secretaria de Tecnologia da Informação, incluindo desde a revisão de sua concepção até o aproveitamento de seus outputs como estratégia de gestão de pessoas, incentivando a sua apropriação por todos os servidores, principalmente suas subunidades e gestores, e contribuindo, dessa forma, para o objetivo estratégico de aperfeiçoamento da infraestrutura e governança de TIC;
- A partir da implantação da Gestão por Competências: utilização dos resultados das avaliações dos servidores e dos planos individuais criados em conjunto com os gestores como insumos para a elaboração do Plano Anual de Capacitação - PAC; identificação e implementação de ações para redução de ocupações críticas; desenvolvimento dos Processos Seletivos Internos com base nas competências mapeadas; e elaboração de um programa de desenvolvimento gerencial;
- Implementação das ações previstas no Plano Integrado das Eleições 2022 para a área de gestão de pessoas, iniciadas em 2021, contribuindo para o objetivo estratégico de fortalecimento da segurança e transparência do processo eleitoral. Estão abarcadas as seguintes temáticas:
 - capacitação de servidores em instrutoria;
 - regulamentação e operacionalização de requisições e cessões de servidores para os cartórios eleitorais;
 - realização de forças-tarefas para: atendimento ao eleitor nos últimos dias antes do encerramento do cadastro eleitoral para as eleições, processamento dos registros de candidatos, realização das atividades no fim de semana das eleições, processamento e análise das contas de campanha; e processamento e instrução dos contratos relativos às eleições;
 - serviço extraordinário.

4.3 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Conformidade legal

Para assegurar a conformidade legal da gestão de TIC, o TRE-RJ observa e aplica um vasto conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referenciadas pelo CNJ, TSE, órgãos de controle e padrões internacionais para a manutenção dos serviços de TIC, além de obedecer às normas estabelecidas em seus normativos internos. Desse modo, evolui continuamente seus padrões referentes a dados abertos, acessibilidade, governança digital, segurança da informação, interoperabilidade de sistemas, licitação e fiscalização de contratos.

Dentre os principais normativos externos aplicáveis à gestão de TIC na Justiça Eleitoral, destacam-se:

- **Resolução CNJ nº 370/2021** - Estabelece a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) para o sexênio 2021-2026;
- **Resolução CNJ nº 396/2021** - Institui a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ);
- **Resolução CNJ nº 335/2020** - Institui política pública para a governança e a gestão de processo judicial eletrônico. Integra os tribunais do país com a criação da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br. Mantém o sistema PJe como sistema de Processo Eletrônico prioritário do Conselho Nacional de Justiça;
- **Resolução CNJ nº 182/2013** - Dispõe sobre diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação pelos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Justiça;
- **Resolução CNJ nº 91/2009** - Institui o Modelo de Requisitos para Sistemas

Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário e disciplina a obrigatoriedade da sua utilização no desenvolvimento e manutenção de sistemas informatizados para as atividades judiciais e administrativas no âmbito do Poder Judiciário.

4.3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E GESTÃO DE TIC

A estrutura de governança de TIC do TRE-RJ, alinhada à Política de Governança e Gestão institucional estabelecida pela **Resolução TRE-RJ nº 1.119/2019**, tem como principal instância o Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação - CGovTIC.

O **CGovTIC** é composto pelos titulares das principais áreas de gestão e tem como objetivo estabelecer princípios, diretrizes e prioridades que orientem a gestão e o uso de TIC no TRE-RJ. Além de avaliar e acompanhar a execução dos planos de TIC, definir as prioridades de investimentos na área, avaliar as contratações de soluções e priorizar as demandas por novas soluções de TIC, compete ainda ao CGovTIC, dentre outras atribuições, definir diretrizes, estratégias e prioridades para o planejamento da oferta de serviços e informações por meio eletrônico e definir padrões de qualidade da infraestrutura de TIC.

A gestão das atividades de TIC é compartilhada pelo Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação - CGTIC, regulamentado pelo **Ato GP nº 68/2020**. Composto pelo titular da Secretaria de Tecnologia da Informação - STI e pelos responsáveis pelas coordenadorias de Infraestrutura, Logística, Sistemas Eleitorais e Soluções Corporativas, o CGTIC reúne-se ao menos uma vez por mês para acompanhamento da execução dos planos e para um melhor alinhamento de ações entre as diversas unidades que compõem a STI.

Diagrama do Sistema de Governança e Gestão de TIC no TRE-RJ



Figura 4.3.1.1 : Sistema de Governança e Gestão de TIC do TRE-RJ

4.3.2 PLANEJAMENTO DE TIC

Considerando a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) para o período 2021-2026 ([Resolução CNJ nº 370/2021](#)), o TRE-RJ instituiu seu [Plano Diretor de TIC \(PDTIC\)](#) para o triênio 2021-2023 por meio do [Ato GP nº 219/2021](#). Os indicadores estratégicos relacionados ao PDTIC terão seus resultados medidos e acompanhados a partir do Plano Estratégico institucional (2021-2026).

O [Plano de Contratações de Soluções de TIC](#) para 2021, aprovado no exercício anterior, foi monitorado ao longo do ano de 2021 pelo CGTIC e pelo CGo-vTIC. O plano referente ao exercício de 2022 foi aprovado através do [Ato GP nº 304/2021](#) (todos os planos estão disponíveis [no sítio eletrônico do TRE-RJ](#)).

4.3.3 RECURSOS APLICADOS EM TIC

Montante de recursos aplicados em TIC - 2019

GRUPO DE DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS	VALOR PAGO DE RP EM 2019
Investimento	R\$ 2.638.253,26	R\$ 2.183.570,16	R\$ 1.437.798,22
Custeio	R\$ 7.264.579,32	R\$ 6.627.286,43	R\$ 451.503,77
TOTAL	R\$ 9.902.832,58	R\$ 8.810.856,59	R\$ 1.889.301,99

Tabela 4.3.3.1: Montante de recursos aplicados em TIC - 2019
Fonte: SOF/TRE-RJ

Montante de recursos aplicados em TIC - 2020

GRUPO DE DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS	VALOR PAGO DE RP EM 2020
Investimento	R\$ 5.630.527,24	R\$ 4.839.700,80	R\$ 418.736,11
Custeio	R\$ 3.641.362,22	R\$ 3.266.157,34	R\$ 786.986,24
TOTAL	R\$ 9.271.889,46	R\$ 8.105.858,14	R\$ 1.205.722,35

Tabela 4.3.3.2: Montante de recursos aplicados em TIC - 2020
Fonte: SOF/TRE-RJ

Montante de recursos aplicados em TIC - 2021

ORÇAMENTO ORDINÁRIO			
GRUPO DE DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS	VALOR PAGO DE RP EM 2021
Investimento	R\$ 5.565.099,29	R\$ 5.545.085,48	R\$ 397.272,94
Custeio	R\$ 3.956.500,80	R\$ 3.650.989,20	R\$ 537.814,43
TOTAL	R\$ 9.521.600,09	R\$ 9.196.074,68	R\$ 935.087,37

Tabela 4.3.3.3: Montante de recursos aplicados em TIC - 2021 - Orçamento Ordinário
Fonte: SOF/TRE-RJ

ORÇAMENTO PLEITOS		
GRUPO DE DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS
Custeio	R\$ 84.500,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 84.500,00	R\$ 0,00

Tabela 4.3.3.4: Montante de recursos aplicados em TIC - 2021 - Orçamento Pleitos
Fonte: SOF/TRE-RJ

Despesas de TIC empenhadas - Comparativo 2019 a 2021

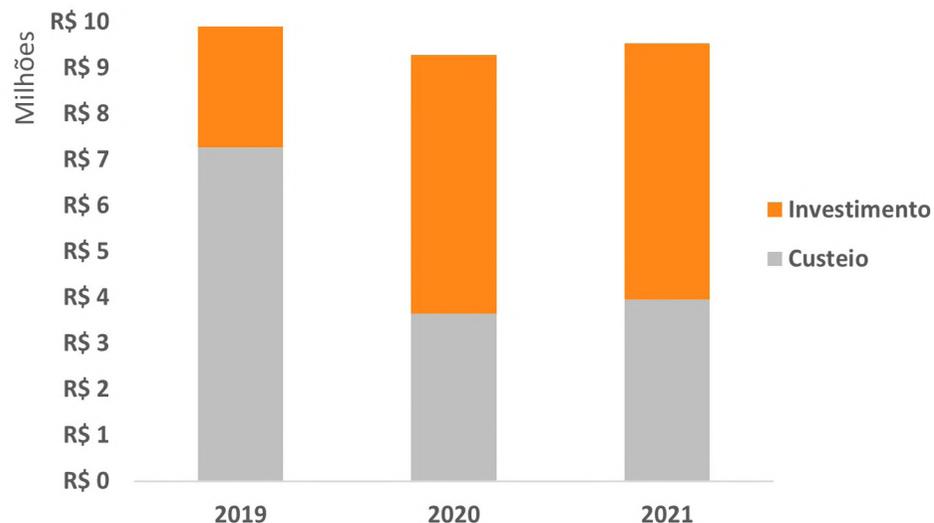


Gráfico 4.3.3.1: Despesas empenhadas - Orçamento ordinário

Gastos de TIC por natureza de despesa em 2021

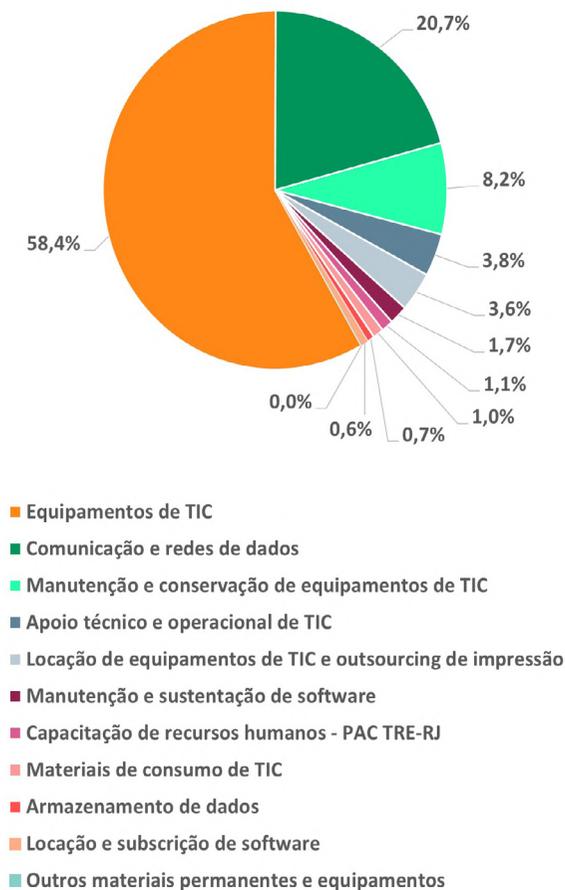


Gráfico 4.3.3.2: Gastos de TIC por natureza de despesa (empenhos em 2021 - Orçamento ordinário)

4.3.4 CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES DE RECURSOS DE TIC (VIGENTES EM 2021)

CONTRATADA	CONTRATO Nº	VALOR EMPENHADO	OBJETO
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.	52/2021	R\$ 2.704.914,00	Aquisição de notebooks - cota principal
OI MÓVEL S.A.	101/2019	R\$ 1.687.491,97	Serviços para comunicação de dados entre a Sede e as 115 unidades remotas da JE - Backbone secundário
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.	22/2021	R\$ 1.359.774,70	Aquisições de microcomputadores - cota principal e reservada para ME/EPP
CONTACTA SEGURANÇA EM CONECTIVIDADE LTDA*	141/2018	R\$ 1.190.149,06	Aquisição de equipamentos do tipo firewall para a Sede, com licença, instalação, configuração e suporte técnico por 48 meses
HORUS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA EIRELI	50/2021	R\$ 1.132.800,00	Aquisição de notebooks - cota reservada para ME/EPP
CONTACTA SEGURANÇA EM CONECTIVIDADE LTDA*	51/2108	R\$ 825.000,00	Aquisição de equipamentos do tipo firewall para os cartórios, com licenças para cada equipamento, instalação, configuração e suporte técnico por 48 meses
INTEROP INFORMÁTICA LTDA	76/2017	R\$ 433.519,61	Prestação de serviços para organização, desenvolvimento, implantação e a operação continuada de central de serviços (service desk) para atendimento e suporte técnico de 1º nível (remoto) aos usuários de soluções de TI
REDISUL INFORMÁTICA LTDA**	90/2020	R\$ 332.999,40	Aquisição de 90 equipamentos Access Points (APs) e 2 appliances controladores de WI-FI, com instalação, configuração, treinamento, e suporte técnico
QUALYTECK TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA EIRELI	26/2021	R\$ 219.456,00	Aquisição de webcam - cota principal e reservada para ME/EPP

CONTRATADA	CONTRATO Nº	VALOR EMPENHADO	OBJETO
DATA CORPORE SERVICOS DE TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA	34/2019	R\$ 208.873,92	Prestação de serviço de acesso à internet a ser utilizado nas unidades judiciárias do Tribunal, na Capital
CHADA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	69/2020	R\$ 116.067,50	Outsourcing de impressão para as Zonas Eleitorais
G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA	45/2021	R\$ 84.500,00	Prestação de serviços de conservação das urnas eletrônicas
TOCCATO TECNOLOGIA EM SISTEMAS LTDA	77/2018	R\$ 38.499,96	Manutenção e suporte técnico para garantia da segurança e da efetiva operação da ferramenta de solução de Business Intelligence (BI) QLIK SENSE

Tabela 4.3.4.1: Contratações mais relevantes de recursos de TIC (vigentes em 2021)

* Valor empenhado em 2018

** Valor empenhado em 2019

Fonte: SOF/TRE-RJ

4.3.5 CADEIA DE VALOR - PRINCIPAIS INICIATIVAS E RESULTADOS DE TIC

CADEIA DE VALOR	PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS) NA ÁREA DE TIC	PRINCIPAIS RESULTADOS (BENEFÍCIOS E IMPACTOS)
Atualizar situação eleitoral	Desenvolvimento de formulário para agendamento de eleitores, integrada ao Sistema de Agendamento	Sistema que permite aos cartórios eleitorais identificar a demanda do eleitor e tratá-la remotamente sem necessidade do eleitor comparecer presencialmente ao Cartório.

CADEIA DE VALOR	PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS) NA ÁREA DE TIC	PRINCIPAIS RESULTADOS (BENEFÍCIOS E IMPACTOS)
Realizar eleição	Geração e distribuição de Kits JE-Connect às zonas com eleições suplementares nos municípios de Carapebus, Santa Maria Madalena e Silva Jardim	Garantir contingência para a transmissão dos votos em caso de falha nas redes principais dos cartórios, além de agilizar o processo de totalização ao permitir a transmissão pelo JE-Connect diretamente de locais mais remotos nos municípios.
	Instalação do ambiente e prestação de suporte ao Teste de Integridade das Urnas Eletrônicas (auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas sob condições normais de uso) nas eleições suplementares nos municípios de Carapebus, Santa Maria Madalena e Silva Jardim	Garantir infraestrutura e disponibilidade do ambiente do Teste de Integridade (auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas sob condições normais de uso).
	Instalação e atualização do parque de microcomputadores das zonas eleitorais com equipamentos preparados para execução dos novos sistemas eleitorais	Garantir a realização das Eleições 2022, com microcomputadores novos e de melhor desempenho, tendo em vista os requisitos dos Sistemas Eleitorais.
Registrar candidatos	Painel BI Monitoramento dos Processos de Registro de Candidaturas - Eleições Suplementares	Criação de painel de Business Intelligence, que permite o monitoramento do julgamento dos processos de registro de candidatura das eleições suplementares. O painel permite analisar a execução dos processos e identificar pontos de represagem, e assim auxiliar a gestão na orientação da força de trabalho.

CADEIA DE VALOR	PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS) NA ÁREA DE TIC	PRINCIPAIS RESULTADOS (BENEFÍCIOS E IMPACTOS)
Preparar urnas	Realização de Simulado Nacional de Hardware	Treinamento dos cartórios eleitorais nos procedimentos de geração de mídias, carga de urnas e votação. Detecção e relato ao TSE das falhas encontradas nas urnas eletrônicas durante os procedimentos do simulado, em todos os modelos existentes no Tribunal
	Início da realização da conservação das urnas eletrônicas	Garantir as melhores condições possíveis das urnas eletrônicas existentes para a realização das Eleições 2022, mesmo com as limitações impostas pela pandemia de Covid-19
	Início da atualização do parque com o recebimento de novas urnas eletrônicas	Modernizar as urnas eletrônicas a serem utilizadas nas Eleições 2022
	Implementação do sistema SIGUE2 (Gerenciamento de Urnas)	Novo Sistema de Gerenciamento de Urnas Eletrônicas (SIGUE2), criado a fim de substituir a versão anterior do sistema, cuja tecnologia estava desatualizada. O novo sistema possui integração com o sistema de controle de patrimônio fornecendo consultas e verificações, além de novas funcionalidades, garantindo maior agilidade no processo de trabalho relacionado ao controle das urnas.
Captar votos	Adaptação do sistema Convoca-E (Convocação de mesários) na Internet para utilização nas eleições suplementares	Mais facilidade, agilidade e melhor controle na convocação de mesários, permitindo a convocação de forma on-line, necessária devido à pandemia, pelas Zonas Eleitorais que fizeram eleições suplementares.
Totalizar resultados e proclamar os eleitos	Processamento das Atualizações de Registro de Candidaturas (ARCs) pendentes das eleições passadas	Permitir a conclusão da centralização do banco de dados de totalização do TSE
Julgar prestação de contas	Participação em Testes em Campo dos Sistemas de Prestação de Contas	Reportar falhas encontradas e sugerir melhorias no sistema ao TSE para a realização da prestação das contas eleitorais das eleições 2022.

CADEIA DE VALOR	PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS) NA ÁREA DE TIC	PRINCIPAIS RESULTADOS (BENEFÍCIOS E IMPACTOS)
Processos de suporte da Tecnologia da Informação	Automação do processo de instalação dos novos computadores com Windows 10	Maior produtividade e menor interferência humana no processo de instalação, minimizando o risco de erros.
	Aquisição de notebooks para os usuários da Sede e Cartórios Eleitorais	Melhorar a infraestrutura atendendo à demanda por mobilidade computacional e ao trabalho remoto.
	Expansão do uso de impressoras no regime de prestação de serviços de "outsourcing", mediante aluguel com fornecimento de insumos, para as Zonas Eleitorais	Reduzir o custo de propriedade das impressoras, reduzir custos com manutenção dos equipamentos, garantir parque atualizado e melhorar controle das impressões realizadas pelos usuários.
Realizar prestação jurisdicional em matéria eleitoral	Distribuição de webcam com microfone para todas as unidades da Sede e Cartórios Eleitorais	Permitir a realização de reuniões virtuais no contexto da pandemia de Covid-19, trabalho remoto e atender ao projeto Balcão Virtual.
	Solução do Balcão Virtual	Desenvolvimento de solução do Balcão Virtual, para que as áreas atendentes possam gerenciar as solicitações recebidas e realizar os atendimentos virtuais.
	Sessões Plenárias Híbridas	O ambiente tecnológico do plenário do Tribunal foi ajustado para permitir que as Sessões Plenárias sejam realizadas com participantes de forma presencial e também remota, com transmissão ao vivo para a plataforma Youtube.
Informar e orientar sobre os serviços prestados pelo TRE-RJ	Disponibilização do resultado de votação por seção em formato aberto no site internet do TRE-RJ	Contribuição para garantia do livre acesso às informações e aprimoramento da transparência.

Tabela 4.3.5.1: Cadeia de Valor - Principais iniciativas e resultados

4.3.6 RESULTADOS ALCANÇADOS

No levantamento de Governança e Gestão Públicas realizado pelo TCU em 2021, o TRE-RJ obteve o resultado de 46% no iGovTI (Índice de Governança e Gestão de TI), o que representa uma sensível melhora de maturidade em comparação ao resultado de 2018, último ano de medição, quando o TRE-RJ alcançou 31% no índice.

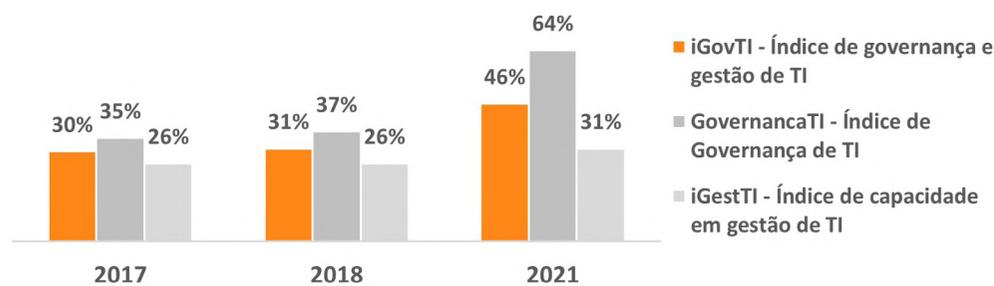


Gráfico 4.3.6.1: Evolução iGovTI - TCU

Com relação ao iGovTIC-JUD (Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário), aferido pelo CNJ em 2021 com base na nova Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) para o período de 2021 a 2026, o TRE-RJ obteve resultado de 50,59, tendo seu nível classificado como Satisfatório.

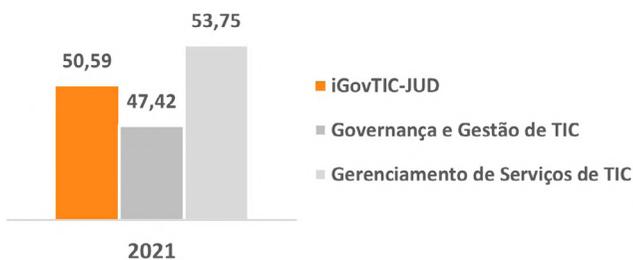


Gráfico 4.3.6.2: Evolução iGovTIC-JUD - CNJ

4.3.7 PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

O ano de 2022 traz grandes desafios para a área de tecnologia da informação. A pandemia acelerou o processo de transformação digital nos órgãos públicos, que procuram prover cada vez mais serviços de forma digital, para atender às demandas da sociedade por um atendimento rápido e de qualidade. Diante deste cenário, a Secretaria de Tecnologia da Informação é cada vez mais demandada para dar suporte à automação de processos de trabalho, que permita a execução das atividades do Tribunal de uma forma mais eficiente e econômica, ao mesmo tempo em que necessita manter todos os serviços existentes funcionando de forma adequada.

A Estratégia Nacional de TIC aprovada pelo Conselho Nacional de Justiça em 2021, apresenta uma série de desafios e objetivos estratégicos de Tecnologia da Informação, para todos os órgãos de justiça, para o sexênio 2021-2026. O TRE-RJ está alinhado com os objetivos de TIC definidos pelo CNJ em seus próprios objetivos estratégicos, definidos em novo plano para o mesmo ciclo de 2021 a 2026.

Dentre os desafios e ações previstas para 2022, destacam-se:

- **Programa Justiça 4.0** - O programa coordenado pelo CNJ traz importantes ações, como a implementação do Juízo 100% Digital, que exigirá um grande esforço do Tribunal na área de Tecnologia da Informação;
- **Melhoria dos processos de governança e gestão de TIC** - Previsão de regulamentação através de diversas novas normas internas, que darão suporte para a geração de valor ao negócio a partir dos investimentos em TI, ou seja, atingir os objetivos estratégicos e conseguir benefícios para a organização através da utilização eficiente e inovadora de TI. Para o exercício de 2022 estão previstas em planos internos diversas ações neste sentido;
- **Melhoria da infraestrutura tecnológica** - Para prover melhores recursos tecnológicos aos servidores do TRE-RJ em suas atividades e a infraestrutura tecnológi-

ca necessária para o início da implantação do Juízo 100% digital, será realizada a mudança do serviço de e-mail para uma plataforma em nuvem, com mais espaço de armazenamento e melhor performance. Prevê-se, ainda, a ampliação da capacidade de armazenamento para arquivos e a disponibilização de solução de videoconferência para todos os servidores do Tribunal. Ainda, será realizada a migração para um novo Data Center, com maior capacidade e melhores recursos de estrutura e segurança, que darão uma maior garantia de disponibilidade dos serviços essenciais de tecnologia da informação;

- **Logística de urnas eletrônicas para as eleições gerais de 2022** - No próximo pleito serão utilizados novos modelos de urnas eletrônicas (modelo UE2020), que são mais modernas e seguras e possuem novos recursos de acessibilidade, além de outras funcionalidades que trarão mais agilidade ao processo de votação. Porém, prevê-se um grande desafio de logística no recebimento e distribuição de um grande volume deste novo modelo de urna eletrônica para a realização das eleições.

4.4 GESTÃO DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Conformidade legal

A gestão da segurança da informação no âmbito da Justiça Eleitoral é regulada por normativos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Tribunal Superior Eleitoral, dentre os quais se destacam:

- **Resolução CNJ nº 396/2021** - Institui a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ);
- **Portaria CNJ nº 162/2021** - Aprova Protocolos e Manuais criados pela Resolução CNJ nº 396/2021, que instituiu a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ);
- **Resolução CNJ nº 370/2021** - Estabelece a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD);
- **Resolução CNJ nº 363/2021** - Estabelece medidas para o processo de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais a serem adotadas pelos tribunais;
- **Resolução TSE nº 23.644/2021** - Dispõe sobre a Política de Segurança da Informação (PSI) no âmbito da Justiça Eleitoral;
- **Resolução TSE nº 23.650/2021** - Institui a Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais no âmbito da Justiça Eleitoral.

4.4.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E GESTÃO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

A governança, gestão e operacionalização da segurança da informação no TRE-RJ é realizada por meio de estruturas internas permanentes, com papéis e responsabilidades definidos, além das atividades desenvolvidas pela Secretaria de Tecnologia da Informação, no que tange à garantia da segurança cibernética, e da constituição de grupos de trabalho para o estudo e desenvolvimento de propostas quanto a assuntos específicos relacionados à segurança da informação e proteção de dados pessoais.

Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação - CGovTIC

Instituído em 2012, teve sua regulamentação atualizada pelo **Ato GP nº 68/2020**. Principal instância de apoio à governança de TIC no Tribunal, é composta pelos titulares das principais áreas de gestão e delibera sobre princípios, diretrizes, estratégias e prioridades de TIC.

Comissão de Segurança da Informação - COMSI

Instituída pela **Resolução TRE-RJ nº 1.001/2017**, é formada por servidores de diversas áreas, competindo-lhe a proposição de estratégias, normas, procedimentos, planos, processos, recursos e ações de divulgação necessários à operacionalização da Política de Segurança da Informação do Tribunal.

Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais - CGPD

Instituído pelo **Ato GP nº 80/2021**, possui composição multidisciplinar e atua na proposição de diretrizes para o aprimoramento contínuo de mecanismos de proteção a dados pessoais, cabendo-lhe oferecer propostas de regulamentação e sugestões de providências para a implementação da LGPD no âmbito do Tribunal.

Assessoria de Segurança da Informação - ASINFO

Com vinculação direta à Presidência, o titular da unidade exerce os papéis de Gestor de Segurança da Informação e de Encarregado de Proteção de Dados (**Resolução TRE-RJ nº 1.001/2017** e **Ato GP nº 202/2020**).

Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais - ETIR

Instituída pela **Resolução TRE-RJ nº 1.066/2018**, é composta por servidores de diversas unidades técnicas da Secretaria de Tecnologia da Informação e tem como missão a facilitação e a coordenação das atividades de tratamento e resposta a incidentes em redes computacionais.

4.4.2 RESULTADOS ALCANÇADOS

O TRE-RJ tem feito diversos esforços para elevar sua maturidade em segurança da informação. A seguir são descritas as principais ações que foram realizadas em 2021 para garantir a segurança da informação e do ambiente computacional do TRE-RJ.

Foi aprovada a formalização do processo de gerenciamento backup, que estabelece critérios e procedimentos para o processo de cópia, armazenamento e restauração dos dados em computadores servidores, visando garantir a integridade e disponibilidade dos dados em sistemas informatizados do Tribunal.

Para prosseguir na implementação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, o TRE-RJ, por meio do Ato GP nº 80/2021, instituiu Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais e criou grupos de trabalho em auxílio (Portarias DG nºs 111, 115, 117, 120 e 127/2021). Foram, ainda, elaborados planos de ação destinados à adequação, em cumprimento à Recomendação CNJ nº 73/2020, incluindo planos de comunicação, de conscientização, capacitação e treinamento, bem como de formulação de escopo e definição de metodologia e de requisitos para realização do inventário de dados pessoais. Além disso, o Tribunal designou unidade responsável pela realização e manutenção do inventário e promoveu a divulgação de eventos de conscientização.

No mês de dezembro foi iniciada uma nova campanha de conscientização em segurança cibernética, com o objetivo de divulgar ao público interno os cuidados necessários ao utilizar a internet, equipamentos e sistemas do Tribunal no dia a dia. Com orientações sobre como proteger senhas e evitar golpes, os vídeos da campanha foram veiculados nos recém-instalados displays do hall de entrada dos prédios da sede e na página principal da intranet. Também foram divulgados materiais complementares como cartilhas e mais orientações na página da Secretaria de Tecnologia da Informação, na intranet.

Foram feitas análises e correções de vulnerabilidades, de forma periódica, e com auxílio de ferramentas automatizadas, em equipamentos servidores de rede e sistemas internos, auxiliando na prevenção a ataques cibernéticos.

Para mitigar o risco de ataque cibernético durante as eleições suplementares ocorridas no Estado do Rio de Janeiro em 2021, foram aplicadas as recomendações do “Grupo de Trabalho de Segurança da Informação da Justiça

Eleitoral” coordenado pelo TSE, que estabelece diversas diretivas mais rígidas de configuração, para proteção do ambiente computacional da Justiça Eleitoral durante as Eleições.

A ETIR (Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais), se reuniu em diversas ocasiões para fazer o tratamento de falhas de segurança do tipo “zero-day”, que exigem uma resposta rápida na aplicação de correções ou soluções técnicas de contorno.

4.4.3 PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Estão em andamento planos de ação para atendimento das determinações do Conselho Nacional de Justiça voltadas à salvaguarda do ambiente digital do Poder Judiciário, abrangendo a adoção de Protocolos de Prevenção a Incidentes, de Investigação de Ilícitos e de Gerenciamento de Crises Cibernéticas.

4.5 GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Conformidade legal

Como principal ponto de controle, as contratações do TRE-RJ são submetidas à análise da Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral, visando à conformidade com as normas vigentes.

Com a instituição da Política de Governança das Contratações Públicas no Poder Judiciário por meio da **Resolução CNJ nº 347/2020** e, posteriormente, com a publicação da nova Lei de Licitações e Contratos (**Lei nº 14.133/2021**) – normativos que ensejam significativas transformações nas contratações dos órgãos de justiça –, o TRE-RJ vem aplicando esforços na revisão de seus processos e regulamentações internas para adaptação às novas diretrizes superiores.

Desta forma, além dos normativos citados, são observadas, principalmente, as Leis nº **8.666/1993** e **10.520/2002**, os **Decretos nº 7.892/2013** e **10.024/2019**, as **Resoluções CNJ nº 182/2013** e **TSE nº 23.234/2010**, as recomendações do TCU e da unidade de auditoria interna, e ainda os normativos internos, dentre os quais se destacam:

- **Ato GP nº 500/2019** - Regulamenta a elaboração do Plano Anual de Contratações no âmbito do TRE-RJ;
- **Ato GP nº 171/2020** - Estabelece a obrigatoriedade de inclusão de critérios sustentáveis para contratações, através da adoção de um guia próprio;
- **IN GP nº 06/2019** - Institui o Manual de Planejamento das Contratações de Serviços;
- **IN GP nº 08/2019** - Disciplina os procedimentos relativos à pesquisa de mercado para contratação de serviços em geral, serviços de engenharia e aquisições de materiais e equipamentos;
- **IN GP nº 03/2021** - Aprova o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos.

4.5.1 CONTRATAÇÕES FORMALIZADAS EM 2021

Contratações realizadas por modalidade

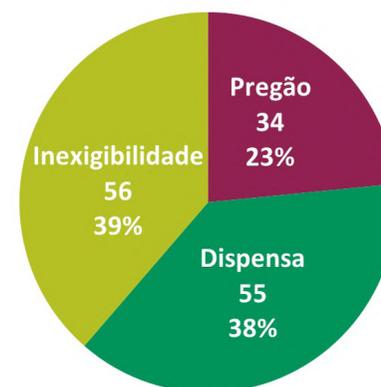


Gráfico 4.5.1.1: Contratações formalizadas em 2021, por modalidade

Contratações diretas

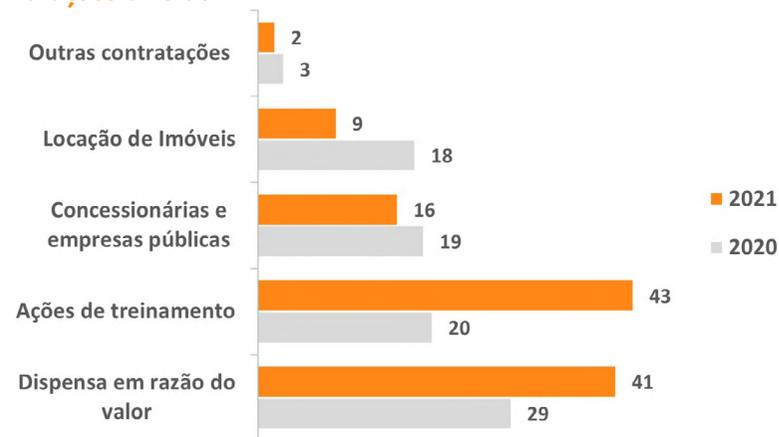


Gráfico 4.5.1.2: Contratações diretas

Justificativas para as contratações diretas

As contratações diretas por dispensa de licitação justificam-se, em sua maioria, pelo baixo valor das contratações, o que atrai a incidência do art. 24, II, da Lei nº 8.666/93. Aquelas relacionadas à locação de imóveis encontram justificativa na previsão contida no inciso X do mesmo artigo.

No caso das contratações diretas por inexigibilidade de licitação, a justificativa resulta da própria natureza da contratação, uma vez que é aplicada quando há inviabilidade de competição entre as empresas fornecedoras dos serviços ou produtos, como é o caso das contratações de ações de treinamento e concessionárias de serviços públicos (fornecimento de energia elétrica, gás, serviços de água e esgoto e serviços postais).

Todas as contratações e justificativas específicas podem ser consultadas na página “[Dispensas e Inexigibilidades de Licitação](#)”, no sítio eletrônico do TRE-RJ.

4.5.2 GASTOS COM CONTRATAÇÕES EM 2021

Distribuição dos gastos com contratações por tipo de despesa e plano orçamentário

TIPO DE DESPESA	ORÇAMENTO ORDINÁRIO	ORÇAMENTO IMPLANTAÇÃO DE BIOMETRIA	ORÇAMENTO ELEIÇÃO	TOTAL
Custeio	R\$ 36.515.163,23	R\$ 31.268,59	R\$ 77.812,50	R\$ 36.624.244,32
Investimento	R\$ 12.544.126,55	-	-	R\$ 12.544.126,55
TOTAL	R\$ 49.059.289,78	R\$ 31.268,59	R\$ 77.812,50	R\$ 49.168.370,87

Tabela 4.5.2.1: Distribuição dos gastos com contratações por tipo de despesa e plano orçamentário

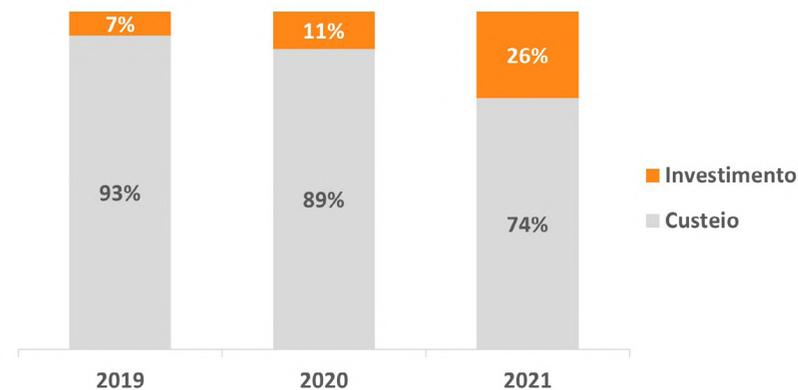


Gráfico 4.5.2.1: Percentual de gastos com contratações por tipo de despesa

Distribuição dos gastos com contratações por finalidade

FINALIDADE	VALOR
Funcionamento administrativo	R\$ 31.549.027,49
Funcionamento de TI	R\$ 3.850.100,83
Investimento (inclusive de TI)	R\$ 7.124.657,58
Investimento para Iniciativas estratégicas	R\$ 5.419.468,97
Capacitação de servidores	R\$ 1.062.804,50
Manutenção de Urnas Eletrônicas	R\$ 84.499,00
Despesas com eleição (eleições suplementares e gastos remanescentes da eleição 2020)	R\$ 77.812,50
TOTAL	R\$ 49.168.370,87

Tabela 4.5.2.2: Distribuição dos gastos com contratações por finalidade

Detalhamento dos principais gastos com a finalidade “Funcionamento administrativo”

DESPESA	VALOR
Limpeza e conservação	R\$ 7.281.240,45
Apoio Adm. Téc. Operacional (com dedicação exclusiva de mão de obra)	R\$ 6.404.370,65
Manutenção predial	R\$ 5.869.971,82
Locação de imóveis/condomínios	R\$ 4.096.723,96
Energia elétrica	R\$ 2.892.786,31
Vigilância	R\$ 1.462.904,35
Serviços de telecomunicações	R\$ 746.610,15
Serviços de copa e cozinha	R\$ 428.061,20
Serviços de água e esgoto	R\$ 423.060,00
Materiais de consumo para manutenção predial e material elétrico	R\$ 420.715,11
Combustível	R\$ 391.909,38
Manutenção de veículos (serviços e peças automotivas)	R\$ 389.689,95
Outros materiais de consumo	R\$ 217.011,64
Serviços postais	R\$ 171.898,57
Outras despesas	R\$ 352.073,95
TOTAL	R\$ 31.549.027,49

Tabela 4.5.2.3: Principais gastos com o funcionamento administrativo

4.5.3 CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES, JUSTIFICATIVAS E ASSOCIAÇÃO AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

CONTRATAÇÃO	OBJETIVO ESTRATÉGICO ASSOCIADO	JUSTIFICATIVA
Contratação de empresa especializada para execução dos serviços, fornecimento de materiais e instalação de equipamentos necessários para execução das instalações da nova Sala Modular Certificada/Sala Cofre (Data Center), sala NOC e áreas afins. Valor: R\$ 5.887.623,96	Aperfeiçoar a infraestrutura e governança de TIC	Implantação de ambiente seguro para a proteção de informações, sistemas e equipamentos, incorporando infraestrutura de alta disponibilidade, ambientes físicos protegidos e sistemas de controle e monitoração do ambiente.
Aquisição de bens permanentes de TI (microcomputador portátil - notebook). Valor: R\$ 1.132.800,00	Aperfeiçoar a infraestrutura e governança de TIC	Atender as zonas eleitorais e as unidades da Sede com equipamento portátil e robusto, que apresente capacidade de processamento adequada às exigências do trabalho remoto
Aquisição de mobiliário (guichês para atendimento biométrico) Contratos: 23/21, 21/21 e 44/21. Valor: R\$ 294.808,00	Aprimorar a infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades do TRE-RJ	Garantir a adequação das condições de trabalho aos servidores e de atendimento ao público, com a utilização de mobiliário ergonomicamente adequado.

Tabela 4.5.3.1: Contratações com maior relevância

4.5.4 RESULTADOS ALCANÇADOS

- Criação do Comitê de Governança de Contratações - **CGovCON**, por meio do **Ato GP nº 150/2021**, instância interna de apoio à governança neste Regional, ao qual compete promover o direcionamento, a avaliação e o monitoramento da gestão de contratações;
- Aprovação do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, por meio da **Instrução Normativa GP nº 03/2021**, visando padronizar procedimentos e documentos utilizados no processo de gestão dos contratos;
- Levantamento e avaliação dos riscos associados ao macroprocesso de contratações, estando em fase final de aprovação o plano para gerenciamento dos riscos prioritizados.

4.5.5 PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

- Elaboração de normativo e manual visando ao aprimoramento do processo de aquisições de bens;
- Implementação de sistema informatizado de gestão de contratos;
- Implementação do gerenciamento de riscos no macroprocesso de contratações;
- Adoção do regime da Lei nº 14.133/2021 para as contratações por dispensa de licitação.

4.6 GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

4.6.1 GESTÃO DA INFRAESTRUTURA IMOBILIÁRIA

Atualmente o TRE-RJ encontra-se instalado em 115 imóveis, que abrigam 165 Zonas Eleitorais, a Sede do Tribunal, o Núcleo Administrativo e os Depósitos de Urnas.



Gráfico 4.6.1.1: Infraestrutura imobiliária - Classificação dos imóveis

Conformidade legal

A gestão de infraestrutura imobiliária do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro considera precipuamente as Leis nºs **8.666/93**, **8.245/91** e **14.133/2021**, as Resoluções CNJ nºs **114/2010** e **401/2021** e a **Resolução TSE nº 23.544/2017**, bem como as Resoluções TRE-RJ nºs **1.114/2019** e **1.198/2021**.

Gastos em infraestrutura imobiliária

Em 2021 foram gastos R\$ 17,6 milhões em manutenção predial, energia e água, telefonia e limpeza/conservação, despesas essas relacionadas ao objetivo estratégico "Aprimorar a infraestrutura necessária ao desempenho das atividades do TRE-RJ", previsto no Mapa Estratégico do TRE-RJ.

NATUREZA DA DESPESA	2020	2021
Manutenção Predial	R\$ 6.098.530,72	R\$ 5.869.971,82
Limpeza e conservação	R\$ 5.754.432,46	R\$ 7.281.240,45
Energia elétrica	R\$ 2.813.375,06	R\$ 2.892.786,31
Água e esgoto	R\$ 394.038,26	R\$ 423.060,00
Telecomunicações	R\$ 704.440,36	R\$ 746.610,15
Materiais para manutenção de bens imóveis/instalações	R\$ 178.797,75	R\$ 420.715,11
Total	R\$ 15.943.614,61	R\$ 17.634.383,84

Tabela 4.6.1.1: Principais gastos com manutenção da infraestrutura imobiliária

Fonte: SIAFI

Locação de imóveis

A locação de imóveis representou um custo total de R\$ 3.742.903,00 ao orçamento do TRE-RJ em 2021.

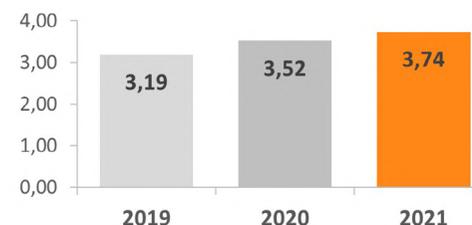


Gráfico 4.6.1.2: Locação de imóveis - Comparativo de gastos (em milhões)

Mudanças e realocações/ampliações

Em 2021 foi realizada a transferência de quatro Zonas Eleitorais para um mesmo imóvel localizado no município de São João de Meriti, com vistas a alcançar melhores condições de instalação e acessibilidade.

4.6.2 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS

A frota do Tribunal é composta por 80 veículos próprios e 8 cedidos, tendo sido despendidos R\$ 2.566.737,62 com a sua utilização e conservação em 2021:



Gráfico 4.6.2.1: Principais despesas com a frota de veículos

Fonte: SIAFI

4.6.3 INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS

NATUREZA DA DESPESA	2020	2021
Equipamentos e materiais permanentes	R\$ 994.465,54	R\$ 1.159.241,37
Total	R\$ 994.465,54	R\$ 1.159.241,37

Tabela 4.6.3.1: Investimentos em infraestrutura e equipamentos

Fonte: SIAFI

4.6.4 DESFAZIMENTO DE ATIVOS

Em 2021, foram executados quatro processos de desfazimento de bens

móveis permanentes, todos por doação, totalizando o valor líquido de R\$ 371.147,44. Durante o exercício, foram realizados, ainda, dois processos de desfazimento por doação de materiais de consumo não utilizados nas Eleições de 2020 (álcool em gel e EPIs), no valor total de R\$ 648.966,65.

4.6.5 RESULTADOS ALCANÇADOS

- Implantação de nova estratégia imobiliária, visando a melhoria da logística de distribuição das urnas eletrônicas, ao abrigar em um mesmo imóvel, adequado e acessível, Zonas Eleitorais de uma mesma região, depósito permanente de urnas eletrônicas e Central de Atendimento ao Eleitor;
- Avanço dos procedimentos para contratação do serviço de telefonia móvel permanente;
- Desenvolvimento do projeto-piloto visando à terceirização parcial do serviço de transporte de passageiros, por meio de aplicativo, e transporte de carga para o interior do Estado;
- Finalização das tratativas para contratação das locações de imóveis nos municípios de São Gonçalo, Bangu e Cabo Frio.

4.6.6 PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

- Continuidade dos estudos acerca de novos modelos para a contratação dos serviços de manutenção predial;
- Continuidade do projeto para implantação do Plano de Resíduos Sólidos do Tribunal;
- Continuidade do aprimoramento da logística de distribuição de urnas eletrônicas frente aos desafios a serem enfrentados nas Eleições 2022;
- Aumento da padronização da infraestrutura diante da diversidade imobiliária utilizadas pelo Tribunal;
- Realização da transferência de 14 Zonas Eleitorais localizadas nos municípios de Bangu, São Gonçalo e Cabo Frio;
- Desenvolvimento da nova estratégia imobiliária de modo a aumentar o número de Pólos Permanentes onde serão abrigadas Zonas Eleitorais de uma região, depósito permanente de urnas eletrônicas e Central de Atendimento ao Eleitor.

4.7 LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL



Plano de
Logística
Sustentável
2016/2021

RESULTADOS DE 2021

O resultado de 2021 deve ser avaliado com cautela, não devendo ser visto como um referencial, considerando a manutenção do contexto da pandemia de Covid-19, da qual decorreu a suspensão do expediente presencial desde março de 2020. O impacto do referido contexto pode ser observado em várias despesas e/ou consumos de materiais que, com a retomada gradual das atividades presenciais a partir de agosto de 2021, ainda que parcial, passaram a apresentar um ligeiro aumento.

Há perspectiva de que um novo patamar de despesas/consumo de materiais venha a ser conhecido conforme seja estabelecido o modelo definitivo de trabalho a ser adotado pelo órgão: híbrido ou presencial.

Cabe ressaltar que as metas anuais foram pactuadas em 2019, portanto fora do contexto pandêmico.

Destaca-se que em agosto de 2021, quando do retorno às atividades presenciais, foi iniciada campanha de

conscientização “Retomada Segura e Sustentável”, visando à adoção dos protocolos sanitários necessários e, ainda, à manutenção de boas práticas sustentáveis já adotadas em anos anteriores.

As ações de capacitação e sensibilização voltadas à temática de sustentabilidade, assim como também as ações de Qualidade de Vida, precisaram ser adaptadas ao modelo virtual/EaD, mas atingiram os objetivos e metas propostas.

INDICADOR	DESTAQUES/AÇÕES	DESAFIOS/PERSPECTIVAS
Papel	<ul style="list-style-type: none"> Finalização do projeto de melhoria do SEI! Publicação de critérios para a racionalização de papéis para impressão Criação de painel de BI para monitoramento do consumo 	<ul style="list-style-type: none"> Otimização do uso do SEI na produção de novos processos administrativos e documentos/formulários Criação de limites de aquisição e distribuição Divulgação de informações extraídas do painel de BI
Suprimentos de informática	<ul style="list-style-type: none"> Atendimento à demanda reprimida de 2020 	<ul style="list-style-type: none"> Aumento do consumo de materiais e impressões com o retorno ao expediente presencial tende a ser compensado pela virtualização dos processos
Copos descartáveis para água e café	<ul style="list-style-type: none"> Devolução ao almoxarifado de material estocado localmente em demasia Aquisição de copo de tamanho único e biodegradável 	<ul style="list-style-type: none"> Manutenção de redução contínua no consumo de copos descartáveis e utilização apenas dos biodegradáveis

INDICADOR	DESTAQUES/AÇÕES	DESAFIOS/PERSPECTIVAS
Energia elétrica	<ul style="list-style-type: none"> Instalação de lâmpadas de LED, sistema fotovoltaico e condicionadores de ar de janela eficientes em alguns imóveis Campanha em função do Decreto nº 10.779/21 	<ul style="list-style-type: none"> Construção de painel de BI para aprimorar o monitoramento e gestão do consumo Finalização da instalação de painéis fotovoltaicos Contratação e execução de retrofit do edifício Sede
Água	<ul style="list-style-type: none"> Tratativas com empresa júnior de Universidade em busca de soluções para uso racional e economia de recursos Substituição de válvulas de descarga e torneiras por sistemas eficientes (em curso) Diagnóstico imobiliário 	<ul style="list-style-type: none"> Construção de painel de BI para melhorar o monitoramento e gestão do consumo Conclusão da substituição das válvulas e torneiras Reforma da unidade do Caju para também possibilitar a água de reuso/água da chuva
Combustível	<ul style="list-style-type: none"> Transporte de equipes de trabalho para: realização de eleições suplementares; substituições de impressoras na Capital; adaptação de mesas de atendimento de todas as ZEs do Estado 	<ul style="list-style-type: none"> Implantação de dois projetos-piloto de terceirização da frota Terceirização da parte restante da frota após análise dos projetos-piloto
Telefonia	<ul style="list-style-type: none"> Desprogramação de ramais em sistema "Siga-me" Retomada do projeto de telefonia VOIP 	<ul style="list-style-type: none"> Contratação de linhas móveis permanentes, com incremento de número de aparelhos e chips em anos eleitorais Análise e revisão das formas de contratação dos serviços de telefonia fixa Contratação de telefonia VOIP
Bens Sustentáveis	<ul style="list-style-type: none"> Finalização de estudo de compras compartilhadas 	<ul style="list-style-type: none"> Realização de compras compartilhadas com a Rede ReciclaPorto Rio
Serviços sustentáveis	<ul style="list-style-type: none"> Mudança na metodologia do indicador, tornando-o mais conservador, estimulando uma busca permanente de novos critérios EaD divulgando o "Guia de inclusão de critérios sustentáveis para contratações" 	<ul style="list-style-type: none"> Resultados mais efetivos no fomento à cultura de contratações sustentáveis Mitigação gradual da morosidade na conclusão das contratações, conforme as novas regras e critérios forem sendo observados na instrução desses procedimentos

Tabela 4.7.1 - Indicadores, ações e desafios em sustentabilidade

	<p>Resultado: 36 folhas mensais por pessoa Meta: 142 folhas mensais por pessoa Percentual de alcance da meta: 174%</p>		<p>Resultado: média mensal de 0,48 m³/m² Meta: média mensal de 0,50 m³/m² Percentual de alcance da meta : 104%</p>
	<p>Resultado: 4,01 suprimentos a cada 100 pessoas Meta: 2,05 suprimentos a cada 100 pessoas Percentual de alcance da meta: 4,35%</p>		<p>Resultado: 8,28 litros de combustível por atendimento Meta: média de 7 litros por atendimento Percentual de alcance da meta: 81%</p>
	<p>Copos para água Resultado: 0,27 copos mensais por pessoa Meta: 2 copos mensais por pessoa Percentual de alcance da meta: 186%</p>		<p>Resultado: gasto mensal médio de R\$ 82,21 por linha telefônica Meta: gasto mensal médio de R\$ 53,00 por linha telefônica Percentual de alcance da meta: 44%</p>
	<p>Copos para café Resultado: 0,19 copos mensais por pessoa Meta: 0,50 copos mensais por pessoa Percentual de alcance da meta: 162%</p>		<p>Bens sustentáveis Resultado: 48% das aquisições de bens observaram critérios sustentáveis Meta: 35% das aquisições de bens com observância de critérios sustentáveis Percentual de alcance da meta: 137%</p>
	<p>Resultado: média mensal de 41 KWh/m² Meta: média mensal de 44 KWh/m² Percentual de alcance da meta: 107%</p>		<p>Serviços sustentáveis Resultado: 74% das contratações observaram critérios sustentáveis Meta: 100% das contratações com observância de critérios sustentáveis Percentual de alcance da meta: 74%</p>



INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

5.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Conformidade legal

A Proposta Orçamentária de 2021 foi elaborada com base nas orientações do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, diretrizes do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, Lei nº 4.320/64, Decreto nº 93.872/86, Emenda Constitucional nº 95/2016, Lei nº 14.116/2020 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e demais legislações pertinentes.

A fase de planejamento é pautada pela garantia do adimplemento das despesas obrigatórias, das contratuais e das ações de melhoria do órgão, a fim de cumprir a sua missão institucional.

A fidedignidade, a confiabilidade e a integridade dos dados são verificadas nos seguintes sistemas do Governo Federal:

- SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal: registro dos dados orçamentários;
- SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal: registro dos dados orçamentários, financeiros e contábeis; e
- Tesouro Gerencial.

A execução orçamentária pautou-se na **Lei nº 14.144/2021** (Lei Orçamentária Anual - LOA 2021).

5.1.1 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA AUTORIZADA - AÇÕES DA LOA 2021

A dotação orçamentária autorizada no exercício 2021 alcançou o valor de R\$ 577.121.497,00, resultante da Lei Orçamentária Anual (LOA 2021) e créditos adicionais, sobretudo para atender despesas obrigatórias. Tal montante possibilitou o alcance dos objetivos e supriu todas as necessidades do TRE-RJ no período.

As despesas de pessoal e benefícios representaram 91,16% da dotação do órgão; já as despesas de custeio discricionárias, 6,64%, e as de investimento, 2,20%.

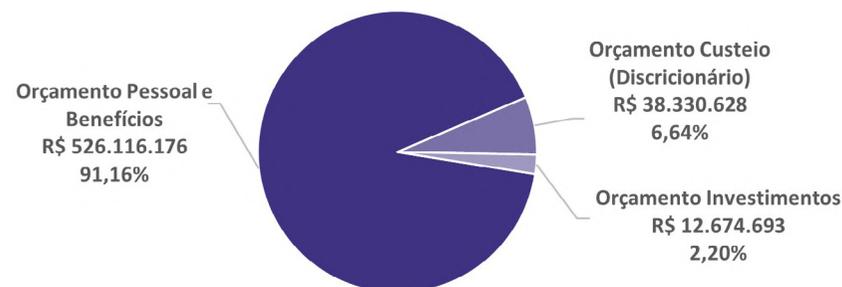


Gráfico 5.1.1.1: Orçamento 2021 - Dotação Autorizada
Unidade orçamentária: TRE-RJ
Fonte: Tesouro Gerencial

5.1.2 VARIAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - ORÇAMENTO DISCRICIONÁRIO

As alterações orçamentárias decorreram de ajustes realizados através dos créditos adicionais (remanejamentos) entre os grupos de despesa "3 - Outras despesas correntes" e "4 - Investimentos".

A manutenção da crise sanitária devido à pandemia provocou a necessidade de adequações ao orçamento original, programado para atendimento sob condições normais de funcionamento e manutenção do órgão. Houve reduções significativas nos contratos de serviços e na necessidade de aquisição de materiais de consumo. Sendo assim, após diversos ajustes nas despesas, o TRE-RJ efetuou, nas fases de créditos adicionais, a devolução de R\$ 3.321.000,00 ao Tribunal Superior Eleitoral - TSE, com o objetivo de otimizar os recursos orçamentários desta Justiça Especializada e atender ao artigo 66, § 3º, da Lei 14.116/2020 - LDO/2021, que define o dever de executar as dotações orçamentárias referentes às despesas primárias discricionárias.

Dessa forma, o planejamento/execução de “outras despesas correntes” foi satisfatório, pois atendeu às demandas do Tribunal, tendo sido possível, ainda, disponibilizar parte dos recursos para o grupo de despesa “investimentos”. O citado remanejamento destinou recursos à aquisição de computadores e à contratação da solução de Data Center do órgão – o que contribuiu para o desempenho do objetivo estratégico “Aperfeiçoar a Infraestrutura e Governança de TIC” –, bem como à contratação de equipamentos de refrigeração, com vistas à melhoria da eficiência energética do Tribunal.

GRUPO DE DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO SUPLEMENTAR	DOTAÇÃO CANCELADA E REMANEJADA	DOTAÇÃO ATUALIZADA
Outras Despesas Correntes	50.410.342,00	0,00	-12.079.714,00	38.330.628,00
Investimentos	3.915.979,00	9.008.509,00	-249.795,00	12.674.693,00
TOTAL	54.326.321,00	9.008.509,00	-12.329.509,00	51.005.321,00

Tabela 5.1.2.1: Variação Orçamentária - Orçamento Discricionário
Unidade orçamentária: TRE-RJ

5.1.3 PRINCIPAIS ELEMENTOS DO GRUPO PESSOAL E ENCARGOS + BENEFÍCIOS

G D	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR PAGO	G D	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR PAGO		
1	11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	285.287.413,00	3	46	Auxílio-Alimentação	13.899.919,72
	1	Aposent. RPPS, Reser. Remuner. e Refor. Militar	91.302.694,22		93	Indenizações e Restituições	8.934.198,70
	13	Obrigações Patronais	60.109.478,50		8	Outros Benef. Assist. do Servidor e do Militar	2.269.655,82
	3	Pensões do RPPS e do Militar	52.767.844,68		49	Auxílio-Transporte	314.606,23
		Demais Elementos	2.363.140,23			Demais Elementos	802.075,93
TOTAL		491.830.570,63	TOTAL		26.220.456,40		

Tabela 5.1.3.1: Principais elementos do Grupo Pessoal e Encargos + Benefícios
Despesas pagas

Despesas com Pessoal e Benefícios

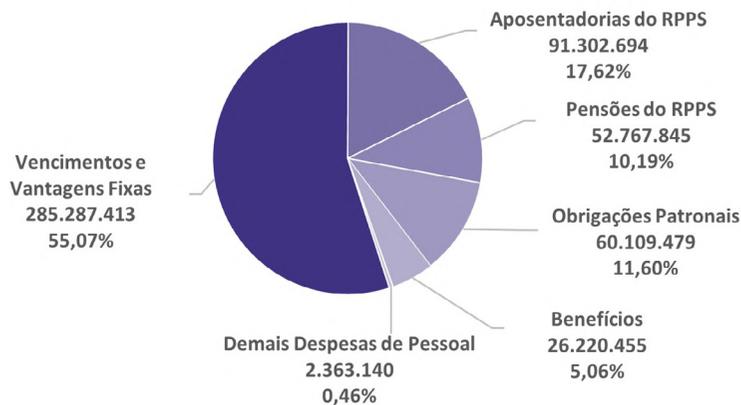


Gráfico 5.1.3.1: Despesas com Pessoal e Benefícios
Fonte: Tesouro Gerencial

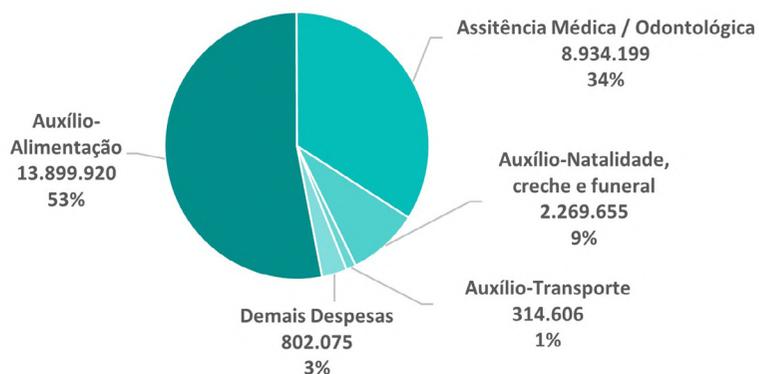


Gráfico 5.1.3.2: Despesas com Benefícios
Fonte: Tesouro Gerencial

5.1.4 PRINCIPAIS ELEMENTOS DO GRUPO CUSTEIO

Em 2021, os pagamentos das outras despesas correntes, à conta de dotações originárias da LOA e alterações orçamentárias, totalizaram R\$ 32.967.433,77, os quais incluem as despesas com atividades finalísticas, manutenção institucional e outros gastos de despesas de custeio, resultando um desempenho de 90,45% em relação ao total empenhado, de R\$ 36.448.257,01. As principais despesas referentes a esse grupo são: manutenção predial, limpeza e conservação, estoquista, vigilância ostensiva, energia elétrica, teleprocessamento e locação de imóveis.

GD	ELEMENTO DE DESPESA		VALOR PAGO
3	37	Locação de Mão-de-Obra	19.086.655
	39	Outros Serviços de Terceiros PJ	6.013.969
	40	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	3.545.458
	36	Outros Serviços de Terceiros - P. Física	2.579.998
	Demais Elementos		1.741.355
TOTAL			32.967.435

Tabela 5.1.4.1: Principais elementos do Grupo Custeio
Despesas pagas

Despesas de Custeio (Discricionário)

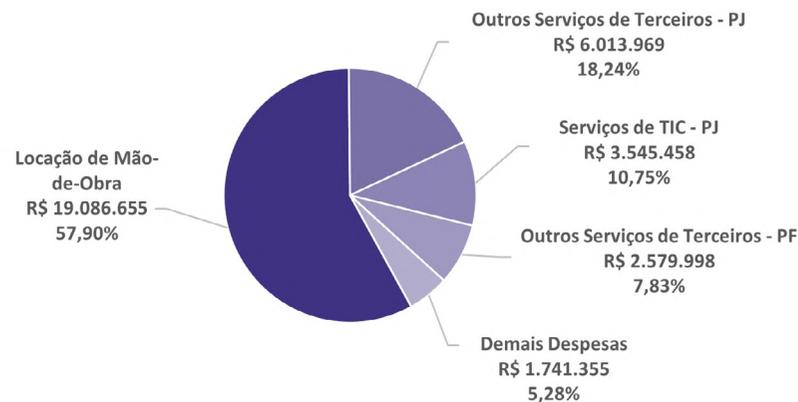


Gráfico 5.1.4.1: Despesas de Custeio (Discricionário)
Fonte: Tesouro Gerencial

Despesas com Investimentos

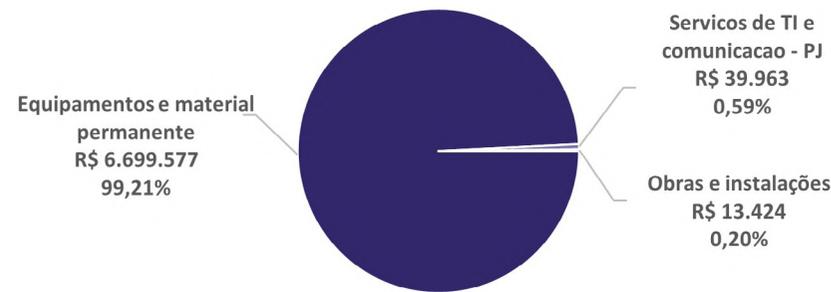


Gráfico 5.1.5.1: Despesas com Investimentos
Fonte: Tesouro Gerencial

5.1.5 PRINCIPAIS ELEMENTOS DO GRUPO INVESTIMENTOS

As principais despesas pagas deste grupo foram com aquisição de microcomputador (86,36%) para atender ao parque tecnológico do tribunal e aquisição de aparelhos de refrigeração para melhoria da eficiência energética. Em relação à aquisição da solução Data Center, o valor empenhado foi inscrito em restos a pagar, não ocorrendo registro de pagamento no exercício. Demais despesas atenderam demandas com purificadores de água e mobiliário, entre outros.

GD	ELEMENTO DE DESPESA		VALOR
4	52	Equipamentos e material permanente	6.699.577
	92	Despesas de Exercícios Anteriores (Serviços de tecnologia da informação e comunicação - PJ)	39.963
	51	Obras e instalações	13.424
TOTAL			6.752.965

Tabela 5.1.5.1: Principais elementos do Grupo Investimentos
Despesas pagas

5.1.6 DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DAS DESPESAS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL EM 2021 E 2020

DESPESA	2021					2020					Em R\$ milhares	
	DOTAÇÃO ATUAL (a)	EMPE- NHADO (b)	LIQUIDA- DO (c)	PAGO (d)	RP PAGO (e)	DOTAÇÃO ATUAL (f)	EMPE- NHADO (g)	LIQUIDA- DO (h)	PAGO (i)	RP PAGO (j)	VARIAÇÃO R\$ (k=d-i)	VARIAÇÃO % (l=d/i)
Pessoal e Encargos + Benefícios	526.116,18	525.934,69	518.051,03	518.051,03	271,02	523.234,09	515.367,59	513.877,39	513.797,60	210,54	4.253,43	0,83%
Custeio (dis- cionário)	38.330,63	36.448,26	33.612,26	32.967,43	2.485,98	34.235,71	33.028,01	29.754,65	29.684,18	2.191,39	3.283,26	11,06%
Investimentos	12.674,69	12.544,13	6.772,98	6.752,96	750,86	6.683,35	5.918,12	5.077,45	5.033,22	747,24	1.719,75	34,17%
TOTAL	577.121,50	574.927,08	558.436,27	557.771,42	3.507,86	564.153,15	554.313,72	548.709,49	548.515,00	3.149,17	9.256,44	1,69%

Tabela 5.1.6.1: Dotação e execução das despesas do Tribunal Regional Eleitoral em 2021 e 2020

Fonte: Tesouro Gerencial

5.1.7 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - ANÁLISE HISTÓRICA 2018-2021

Pessoal e Encargos Sociais + Benefícios

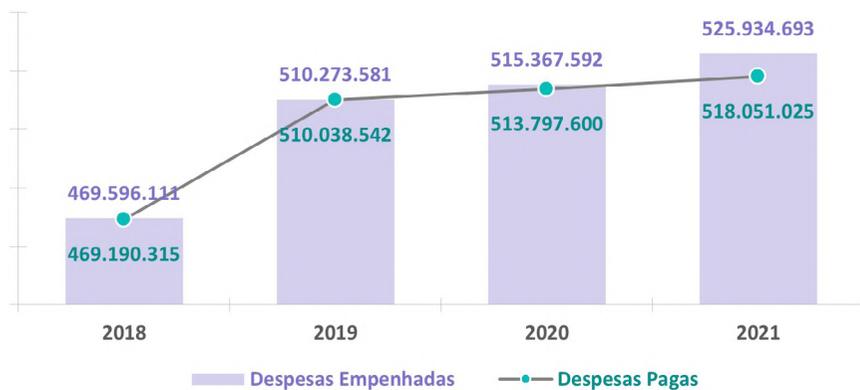


Gráfico 5.1.7.1: Pessoal e Encargos Sociais + Benefícios
Fonte: Tesouro Gerencial

Não houve variação significativa nas despesas obrigatórias do órgão com pessoal em comparação ao ano anterior. O pequeno incremento decorreu da nomeação de novos servidores e da retomada do pagamento de auxílio-transporte, após iniciado o retorno gradual ao trabalho presencial.

Julgamento de Causas e Gestão Administrativa (Custeio)

A Administração do TRE-RJ tem concentrado esforços no sentido de aprimorar a gestão orçamentária e financeira. No Plano Orçamentário Julgamento de Causas e Gestão Administrativa, a execução do exercício 2021 das despesas correntes alcançou 95,16%, mantendo o desempenho em comparação aos exercícios anteriores, sendo satisfatório frente à aplicação dos recursos orçamentários, porém, ainda a ser aperfeiçoado para o alcance do índice ideal imposto pela obrigação da execução total das dotações orçamentárias referentes às despesas discricionárias (despesas correntes e investimentos).

A execução financeira, igualmente, também apresentou bom desempenho, alcançando 85,91%, ligeiramente inferior ao exercício anterior, de 86,88%, mas bastante positivo considerando-se as dificuldades apresentadas pelos fornecedores na entrega de bens.

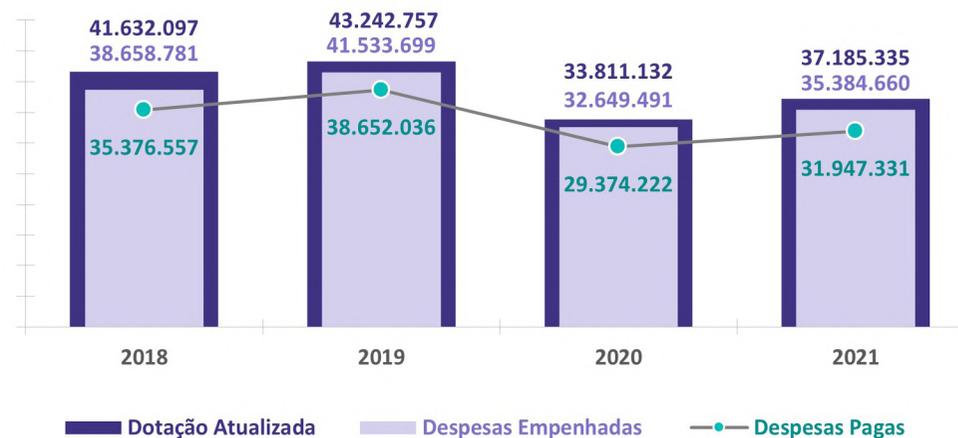


Gráfico 5.1.7.2: Julgamento de Causas e Gestão Administrativa
Fonte: Tesouro Gerencial
Custeio (Discricionário)

Capacitação de Recursos Humanos

No Plano Orçamentário de Capacitação de Recursos Humanos, há uma diferença entre os anos eleitorais e não eleitorais, em virtude de que, no período eleitoral, a força de trabalho do Tribunal está mais dedicada à realização do Pleito. No exercício de 2021, a execução orçamentária alcançou 94,60% da dotação.

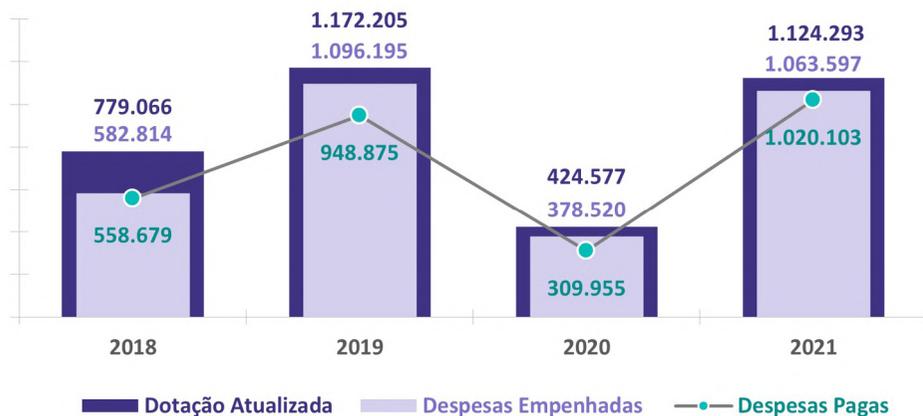


Gráfico 5.1.7.3: Capacitação de Recursos Humanos
Fonte: Tesouro Gerencial

Investimentos

Houve um aumento substancial na alocação de recursos em investimentos resultante do aproveitamento de dotação não utilizada em virtude dos efeitos da pandemia sobre os contratos e aquisição de materiais de consumo, no montante de R\$ 8.758.714,00, investidos na aquisição de equipamentos de informática (computadores), de refrigeração (ares-condicionados) e, em especial, na contratação do Data Center.



Gráfico 5.1.7.4: Investimento
Fonte: Tesouro Gerencial

5.1.8 RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS, INSCRITOS E REINSCRITOS - DESPESAS DISCRICIONÁRIAS

O TRE-RJ acompanha, periodicamente, a execução orçamentária e financeira das despesas com o objetivo de reduzir gradativamente o estoque da inscrição de restos a pagar.

No último exercício, porém, registrou-se um aumento pontual no estoque provocado, sobretudo, pela contratação do Data Center, despesa de grande vulto da ordem de R\$ 5.368.623,96, não liquidado até o final do exercício, representando 57,43% de todo o estoque de restos a pagar inscrito no final do exercício.

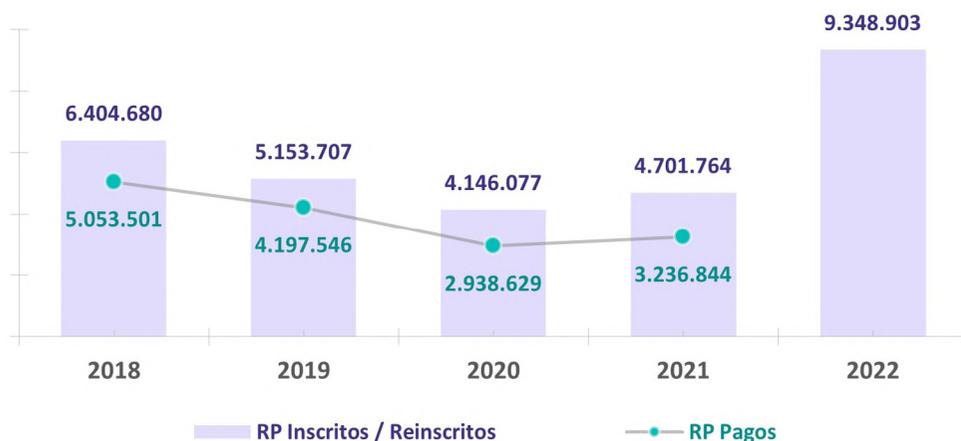


Gráfico 5.1.8.1: Restos a Pagar Processados e Não Processados, Inscritos e Reinscritos - Despesas Discricionárias
Unidade Orçamentária: TRE-RJ
Fonte: Tesouro Gerencial

5.1.9 PROVISÕES RECEBIDAS - DESCENTRALIZAÇÕES 2021

O Tribunal Superior Eleitoral descentralizou ao TRE-RJ, ao longo do exercício 2021, o valor total de R\$ 684.461,00.

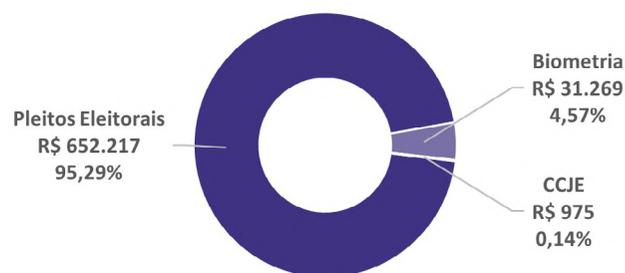


Gráfico 5.1.9.1: Provisões Recebidas - Descentralizações 2021
Unidade Orçamentária: TSE
Fonte: Tesouro Gerencial

Descentralização - Pleitos Eleitorais

O valor descentralizado ao Tribunal na ação de Pleitos Eleitorais totalizou R\$ 652.216,95, sendo R\$ 67.353,00 destinados ao pagamento de despesas relacionadas às eleições municipais de 2020, de R\$ 194.884,65 para manutenção preventiva das urnas eletrônicas e de R\$ 389.979,30, para a atender às despesas referentes às eleições suplementares dos municípios de Itaitiaia, Santa Maria Madalena, Silva Jardim e Carapebus.

Do montante descentralizado na citada ação, foram pagos R\$ 63.621,80 para despesas com as eleições municipais e R\$ 79.532,63, para a realização das eleições suplementares, correspondendo a 21,95% de valores pagos.

Descentralização - Pleitos Eleitorais

O valor descentralizado ao Tribunal na ação de Pleitos Eleitorais totalizou R\$ 652.216,95, sendo R\$ 67.353,00 destinados ao pagamento de despesas relacionadas às eleições municipais de 2020, de R\$ 194.884,65 para manutenção preventiva das urnas eletrônicas e de R\$ 389.979,30, para a atender às despesas referentes às eleições suplementares dos municípios de Itaitiaia, Santa Maria Madalena, Silva Jardim e Carapebus.

Do montante descentralizado na citada ação, foram pagos R\$ 63.621,80 para despesas com as eleições municipais e R\$ 79.532,63, para a realização das eleições suplementares, correspondendo a 21,95% de valores pagos.

Pleitos Eleitorais - Valores pagos

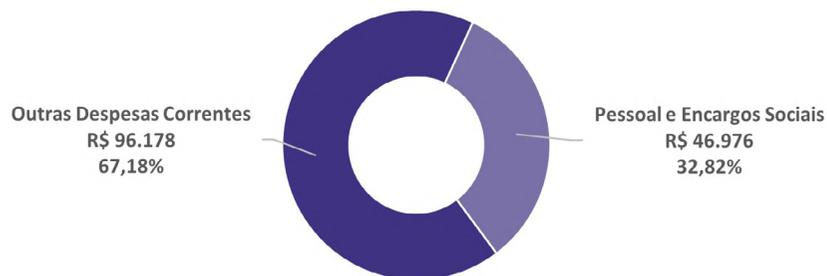


Gráfico 5.1.9.2: Pleitos Eleitorais - Valores Pagos
Fonte: Tesouro Gerencial

Biometria - Evolução - Valores pagos

Com relação à Biometria, o cadastramento biométrico no exercício manteve-se suspenso devido às restrições sanitárias. O valor descentralizado ao TRE-RJ, de R\$ 31.268,59, foi destinado ao pagamento de despesas de exercícios anteriores.

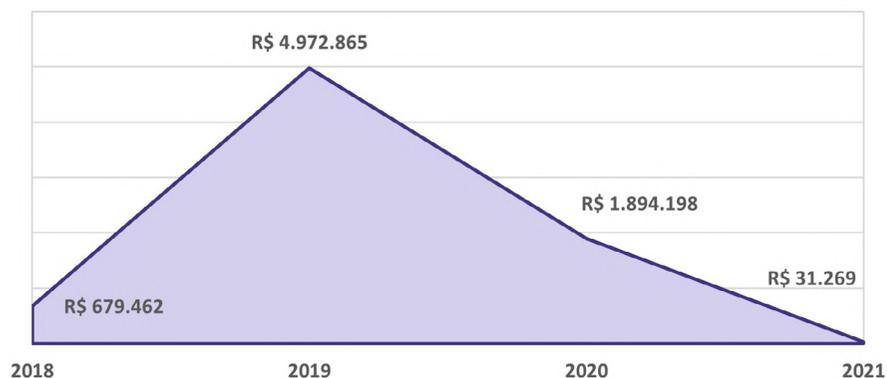


Gráfico 5.1.9.3: Biometria - Evolução - Valores pagos
Fonte: Tesouro Gerencial

5.1.10 PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

- Aprimorar a gestão orçamentária/financeira do Tribunal, de forma a manter um funcionamento satisfatório de toda a estrutura do órgão, conquanto as restrições impostas pela EC nº 95/2016 com especial atenção à aderência;
- Somar esforços para o alcance da totalidade da execução orçamentária a fim de atender ao ordenamento atinente ao orçamento impositivo das despesas discricionárias, sem prejuízos ao índice de aderência ao planejamento realizado para o exercício.
- Aperfeiçoar os processos de controle da execução orçamentária e financeira, bem como da inscrição de restos a pagar, a fim de melhorarmos o desempenho da execução das despesas ao longo dos exercícios financeiros.

5.2 GESTÃO DE CUSTOS

5.2.1 METODOLOGIA DE APURAÇÃO DE CUSTOS

A sistemática de apuração de custos na Justiça Eleitoral, em desenvolvimento desde o ano de 2015 e regulamentada por meio da Resolução nº 23.504/2016 do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, foi elaborada de modo a atender aos dispositivos legais que determinam à Administração Pública a manutenção de sistemática de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Órgão.

Previsto no § 3º do art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, Lei Complementar nº 101/2000, o tema também é abordado na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, que determina a cada ano que se propicie o controle de custos dos programas de governo. Na LDO para 2021, Lei nº 14.116/2020, o dispositivo é apresentado no inciso II do art. 17, e parágrafo único do mesmo art. 17.

A inclusão das informações de custos no Relatório Integrado de Gestão ocorre desde a publicação da Portaria nº 90/2014 do Tribunal de Contas da União - TCU. A partir de então e até a elaboração do relatório com os dados do exercício financeiro de 2017, foram prestadas informações sobre o estágio de desenvolvimento da sistemática de custos, com destaque para os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, entre eles a Justiça Eleitoral, além do Ministério Público da União e de órgãos integrantes do Poder Executivo que não utilizam a ferramenta de apuração de custos implementada pela Portaria nº 157/2011 da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, denominada “Sistema de Informações de Custos do Governo Federal - SIC”. A partir do relatório relativo ao exercício financeiro de 2018, o TCU passou a solicitar não mais o estágio de desenvolvimento, mas os dados apurados dos custos.

Nesse contexto, a Justiça Eleitoral desenvolveu uma sistemática de custos

própria, que tem como base o imóvel como centro de custos. A adoção da metodologia objetiva adequar-se às características peculiares desta Justiça Especializada de estar presente em mais de 2.300 municípios e de possuir quase 3.000 imóveis em utilização. Optou-se por uma sistemática de custos que permitisse a comparação dos custos entre as diversas regiões do país, de forma a proporcionar maior representatividade, divisibilidade e comparabilidade, no intuito de se alcançar a manutenção de uma base de dados sólida, que evidencie os resultados da gestão e que sirva de apoio à tomada de decisões, na busca pela eficiência e melhoria da qualidade dos gastos.

Dessa forma, além de atender à previsão legal, a sistemática de custos da Justiça Eleitoral busca contribuir para uma melhor alocação dos recursos públicos, dotando os Tribunais Eleitorais de mais uma ferramenta na busca por uma melhoria contínua da qualidade do gasto público. Dado que a falta de informações de qualidade é um dos maiores desafios para os gestores públicos, a sistemática de custos pretende auxiliar na supressão dessa necessidade, usando as informações do passado para permitir planejar um futuro mais próspero e alinhado com os objetivos estratégicos da instituição.

Para viabilizar a apuração de custos da Justiça Eleitoral, foi desenvolvido sistema informatizado próprio, denominado “Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos – SIGEC”, no qual são fornecidas as informações de custos, obtidas diretamente de sistemas estruturantes da Justiça Eleitoral e, complementarmente, de captação de dados realizada junto aos Tribunais Eleitorais.

A apuração é iniciada com uma coleta dos dados dos imóveis em utilização pela Justiça Eleitoral. A partir dos dados desses imóveis, são gerados os centros de custos, que têm os valores de seus itens de custos preenchidos (manualmente ou por integração de sistemas) pelos Tribunais Eleitorais.

Após esse preenchimento, as informações são consolidadas pelo TSE, por meio da Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SOF/TSE, Unidade Setorial da Justiça Eleitoral, e são calculados os valores das atividades desenvolvidas no Órgão.

Na metodologia construída pela Justiça Eleitoral para apuração dos custos, existem dois eixos de informações. São eles: "Itens de Custos" e "Atividades/Serviços".

No eixo dos "Itens de Custos", procura-se responder à questão "Com o quê?", e apresenta-se a destinação dos recursos utilizados na Justiça Eleitoral.



Infográfico 5.2.1.1: Itens de custos
* Atualmente são 45 itens de custos

No eixo das "Atividades/Serviços", procura-se responder à questão "Para quê?", e apresenta-se o que a Justiça Eleitoral devolve à sociedade mediante os recursos utilizados:



Infográfico 5.2.1.2: Atividades e Serviços

* Pode-se ter até 10 Atividades/Serviços, pois algumas como os Plebiscitos, por exemplo, ocorrem apenas esporadicamente.

Em relação à apuração de custos referente ao exercício financeiro de 2021, foi aplicada a metodologia de custos da Justiça Eleitoral em todas as suas unidades, obtendo os dados relacionados aos 45 itens de custos atualmente passíveis de apuração. Feita a apuração dos custos, pode-se apresentar as informações dos centros de custos de diversas formas, para melhor retratar a atuação dessa Justiça Especializada. Entre elas, destaca-se o recorte dos 10 maiores itens de custo, o agrupamento dos itens de custo em grandes temas, os custos por atividades/serviços e a classificação dos custos por atendimento ao público e funcionamento da secretaria.

5.2.2 APURAÇÃO DE CUSTOS

Relativamente aos custos apurados do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro no exercício de 2021, os 10 maiores itens de custo são os demonstrados no gráfico a seguir:

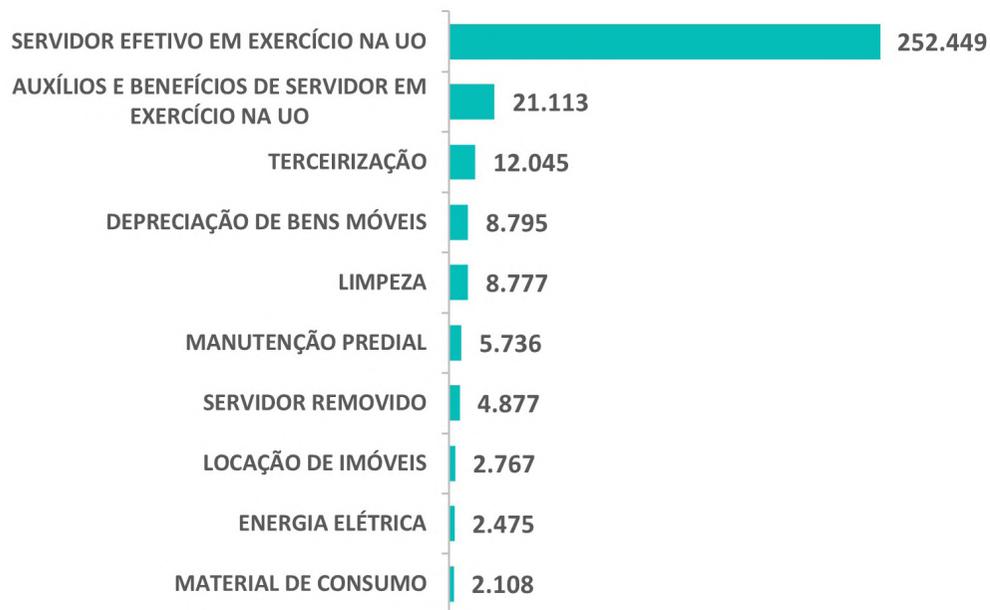


Gráfico 5.2.2.1: 10 maiores itens de custos em 2021 (em R\$ mil)

Agrupando-se os itens de custos em grandes temas, internamente chamados de subgrupos, temos a seguinte distribuição, em comparação aos custos dos dois exercícios anteriores:

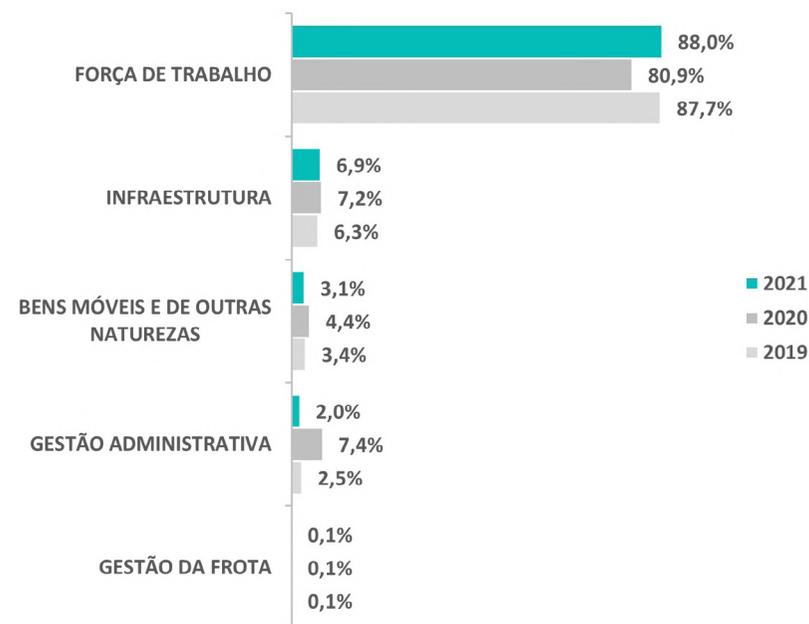


Gráfico 5.2.2.2: Custos por Subgrupos - 2019 a 2021 (em %)

Os dados das Atividades/Serviços estão representados abaixo:



Gráfico 5.2.2.3: Custos por Atividades/Serviços - 2019 a 2021 (em %)

Quanto à distribuição dos custos entre o Atendimento ao Público e o Funcionamento da Secretaria, tem-se o gráfico seguinte:

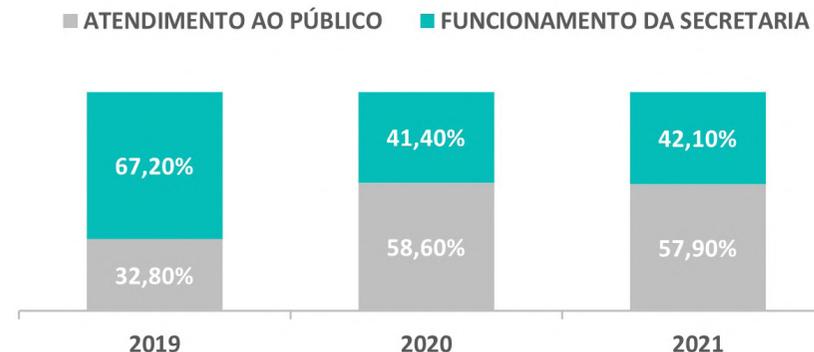


Gráfico 5.2.2.4: Funcionamento da Secretaria x Atendimento ao Público - 2019 a 2021 (em %)

5.2.3 PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS PARA ALOCAÇÃO MAIS EFICIENTE DE RECURSOS E MELHORIA DA QUALIDADE DOS GASTOS

Por fim, cumpre ressaltar que as informações de custos estão passando por um período de aprimoramento e amadurecimento, em que a incorporação de novas técnicas e ferramentas busca contribuir efetivamente para tornar os processos decisórios mais objetivos, coesos e transparentes não apenas aos órgãos de controle, mas também aos gestores e ao público em geral.

5.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

5.3.1 INFORMAÇÕES GERAIS

Essas informações foram organizadas e elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320, de 1964, do Decreto-Lei nº 200, de 1967, do Decreto nº 93.872, de 1986, da Lei nº 10.180, de 2001, e da Lei Complementar nº 101, de 2000. Atendem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual Siafi, elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

As Demonstrações Contábeis do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro referentes ao exercício de 2021 estão publicadas no sítio eletrônico do TRE-RJ (www.tre-rj.jus.br), menu **Transparência e Prestação de Contas / Gestão / Demonstrações Contábeis**, estando todas, em seus aspectos relevantes, em conformidade com as citadas normas.

Responsáveis ou área de execução contábil

A Coordenadoria Contábil e Financeira (COFIN) compõe a Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) e atua como Setorial Contábil do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ), no acompanhamento da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Órgão, certificando, por meio da conformidade contábil, os registros dos atos e fatos da gestão e seus reflexos nas demonstrações contábeis. Integram a estrutura da COFIN, as Seções de Contabilidade (SECONT), de Execução Financeira (SECFIN) e de Programação Financeira e Apuração de Custos (SEPROG), onde trabalham 16 servidores no total. O contador responsável é o servidor Luciano Gonçalves de Carvalho, Analista Judiciário - Área Administrativa, atuando como substituto, o servidor Luiz Carlos Fernandes Freire, Analista Judiciário - Área Administrativa.

5.3.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis são instrumentos de análise e controle em nível gerencial, demonstrando as situações econômico-financeira e patrimonial dos Órgãos e Entidades, sendo compostas por:

BALANÇO PATRIMONIAL - BP

Retrata, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

BALANÇO FINANCEIRO - BF

Evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - BO

Demonstra as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação, bem como as despesas previstas em confronto com as realizadas.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - DVP

Evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício, apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC

Apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos: operacional, de investimento e de financiamento. Esta demonstração permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

Tabela 5.3.2.1: Composição das Demonstrações Contábeis

Resumo dos principais critérios e políticas contábeis

DISPONIBILIDADES, DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As disponibilidades são mensuradas pelo valor original, em moeda nacional, evidenciadas no Balanço Patrimonial. Os direitos, títulos de créditos e as obrigações são mensuradas pelo valor original, em moeda nacional.

ESTOQUES

Os estoques são destinados à utilização própria do órgão no curso normal de suas atividades, e o método utilizado para mensuração e avaliação das saídas de materiais do estoque é o do custo médio ponderado, conforme preceituam a Lei 4.320/64 (art. 106, III) e NBC T 16.10 (item 16).

DESPESAS ANTECIPADAS

Em observância ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, são registradas no ativo patrimonial as despesas antecipadas decorrentes de contratação de assinaturas de jornais, revistas, periódicos e de contratação de seguros de bens móveis e imóveis. As despesas antecipadas são amortizadas à medida que incorridas ou realizadas.

BENS IMÓVEIS

Em relação aos bens imóveis, o cadastro, a reavaliação e atualização dos valores são realizados a partir do sistema SpiuNET, criado pela Secretaria de Patrimônio da União, mediante o preenchimento de informações pela Seção de Gestão de Imóveis do TRE-RJ, com base nos parâmetros de mercado e do sistema. A depreciação é efetuada pela STN nos termos da Portaria Conjunta STN/SPU nº 703, de 10 de dezembro de 2014, que no art. 7º menciona ser apurada mensal e automaticamente pelo Método da Parábola de Kuentzle.

DEPRECIÇÃO DOS BENS MÓVEIS

Os bens móveis são depreciados, em observância ao estabelecido nas normas de contabilidade e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP da Secretaria do Tesouro Nacional, e seus respectivos valores são contabilizados mensalmente durante o exercício, adotando-se as taxas da Macrofunção 020343 – Bens Móveis. A metodologia de cálculo para o registro da depreciação no patrimônio é a das quotas constantes, calculadas sobre valores compatíveis com a vida útil do ativo, em percentuais aplicados uniformemente, reconhecida no resultado como variação patrimonial diminutiva, e, no balanço patrimonial, representada em conta redutora do ativo não-circulante.

INTANGÍVEL

O ativo intangível é composto pelas contas Software com Vida útil Indefinida e Software com Vida útil Definida., O método de amortização utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional é das quotas constantes, disposto no item 13.1 da MACROFUNÇÃO 020330 Depreciação, amortização e exaustão. O sistema de patrimônio utilizado pela Justiça Eleitoral foi alterado em novembro de 2019 para inclusão do módulo de controle dos bens intangíveis e com a amortização correspondente.

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

Conforme aduzido no item da Nota 10, esta UPC não possui receitas orçamentárias, pois apenas executa despesas orçamentárias para a prestação dos serviços públicos e realização de investimento, não sendo, portanto, um agente arrecadador.

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS

As transferências financeiras são realizadas mensalmente pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE por meio de sub-repasses.

Tabela 5.3.2.2: Principais critérios e políticas contábeis

5.3.3 NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Composição dos principais itens das Demonstrações Contábeis

Nota 1: Caixa e Equivalente de Caixa

Representam valores recebidos do Tribunal Superior Eleitoral, enquanto Órgão Setorial de Programação Financeira - OSPF, para pagamento de despesas ou aquisição de bens autorizados na Lei Orçamentária Anual durante o exercício de 2021 e de recursos referentes ao pagamento de Restos a Pagar. Não há saldo em moeda estrangeira. Não obstante o incremento de 0,98% no recebimento de recursos financeiros, o saldo final apresenta uma redução de 1,12% em relação ao ano anterior, corroborando a tendência da busca pela maximização da execução financeira de modo a não permitir a perda de orçamento em razão da regra do teto de gastos públicos.

Nota 2: Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados com adiantamentos a servidores de auxílio-alimentação e auxílio-transporte, bem como créditos constituídos em favor do Tribunal, oriundos da apuração consolidada de todos os débitos e créditos em nome do servidor, por ocasião de sua desvinculação, aposentadoria ou falecimento. O item apresentou um aumento de 0,63% em 2020 e de 1,58% em 2021, haja vista a tendência do aumento de casos de falecimento de servidores ativos e inativos durante o período da pandemia do Covid-19.

Nota 3: Estoques

Os bens em almoxarifado estão avaliados na entrada pelo valor das aquisições. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, considerando o custo histórico dos materiais. O item sofreu um aumento significativo de cerca de 38%, tendo como principal causa

a devolução ao estoque de materiais de consumo duráveis, classificados no subitem 17 – Material de Processamento de Dados, utilizados pelos Polos e Zonas Eleitorais no pleito de 2020.

Nota 4: Imobilizado

Segue composição do imobilizado para os anos de 2020 e 2021:

IMOBILIZADO	31/12/2020	31/12/2021
Bens Móveis	44.711.582,68	62.244.046,03
(+) Valor Bruto Contábil	80.862.143,44	100.204.459,71
(-) Depreciação e Amortização Acumulada	-36.150.560,76	-37.960.413,68
Bens Imóveis	23.166.292,41	114.665.578,18
(+) Valor Bruto Contábil	27.844.567,87	120.683.782,36
(-) Depreciação e Amortização Acumulada	-4.678.275,46	-6.018.204,18
Total do Imobilizado	67.877.875,09	176.909.624,21

Tabela 5.3.3.1: Composição do imobilizado

Os bens móveis em 31/12/2021 totalizam R\$ 62.244.046,03 e estão distribuídos na forma abaixo:

CONTA	31/12/2020	31/12/2021
Equipamentos de TIC	62.593.321,79	81.054.707,12
Mobiliário em Geral	7.190.840,47	7.378.638,20

CONTA	31/12/2020	31/12/2021
Veículos	3.731.732,41	3.730.314,24
Aparelhos e Utensílios Domésticos	3.234.083,42	3.826.377,77
Máquinas e Equipamentos Energético	1.591.799,67	1.705.553,20
Demais bens móveis	2.520.365,68	2.508.869,18
(-) Depreciação e Amortização Acumulada	-36.150.560,76	-37.960.413,68
Total dos Bens Móveis	44.711.582,68	62.244.046,03

Tabela 5.3.3.2: Distribuição dos bens móveis

Dos Bens Móveis do TRE-RJ, cerca de 81% referem-se a equipamentos de TI, 7% a mobiliário geral, 4% a aparelhos e utensílios domésticos e outros 4% a veículos.

O aumento do item equipamentos se deveu, em grande parte, à reavaliação das urnas eletrônicas determinadas pelo TSE, em contrapartida à conta **Ajuste de Exercícios Anteriores**, por orientação da Setorial Contábil da Corte Superior.

Os Bens Imóveis da União registrados no TRE-RJ totalizam R\$ 114.665.578,18 em 31/12/2021, distribuídos na seguinte forma:

CONTA	31/12/2020	31/12/2021
Bens de uso especial	26.586.392,36	119.412.182,48
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	842.788,76	842.788,76

CONTA	31/12/2020	31/12/2021
Instalações	285.278,41	285.278,41
Estudos e Projetos	130.108,34	143.532,71
(-) Depreciação e Amortização Acumulada	-4.678.275,46	-6.018.204,18
Total dos Bens Imóveis	23.166.292,41	114.665.578,18

Tabela 5.3.3.3: Distribuição dos bens imóveis da União

Os Bens de Uso Especial, destinados à atividade administrativa e à prestação de serviço ao cidadão, representam aproximadamente 99% dos bens imóveis registrados na contabilidade.

A composição dos bens imóveis permanece qualitativamente inalterada, todavia, apresenta em 2021 um saldo cinco vezes maior em relação 2020, em decorrência da reavaliação dos imóveis registrados no SPIUNET, propiciada pela unidade responsável pela gestão de imóveis do TRE-RJ, com base em serviço técnico especializado prestado por empresa contratada pelo Tribunal. O registro contábil da reavaliação é feito diretamente pela STN, com base nas informações constantes do sistema SPIUNET, cuja inserção está a cargo da referida unidade responsável pela gestão de imóveis. Dúvida existe sobre a evidenciação do imóvel da Sede no Ativo do TRE-RJ. Existe divergência entre o MCASP e o SPIUNET na conceituação de ativo. A SPU foi oficiada para dirimir a questão, ainda não respondida. A consolidação das movimentações nesse item do ativo podem ser melhor visualizadas no quadro abaixo:

CONTA CONTÁBIL	SALDO INICIAL	MOVIM. DEVEDOR ACUMULADO	MOVIM. CREDOR ACUMULADO	SALDO ATUAL
123210101 - IMOVEIS RESIDENCIAIS / COMERCIAIS	5.215.002,26	27.095.231,85	176.234,11	32.134.000,00
123210102 - EDIFICIOS	12.166.876,06	50.444.457,31	0	62.611.333,37
123210104 - ARMAZENS/ GALPOES	9.204.514,04	15.462.335,07	0	24.666.849,11
123210198 - OUTROS BENS IMOVEIS REGISTRADOS NO SPIUNET	0	610.000,00	610.000,00	0
123210605 - ESTUDOS E PROJETOS	130.108,34	13.424,37	0	143.532,71
123210700 - INSTALACOES	285.278,41	0	0	285.278,41
123210800 - BENFEITORIAS EM PROPRIEDADE DE TERCEIROS	842.788,76	0	0	842.788,76
Totais	27.844.567,87	93.625.448,60	786.234,11	120.683.782,36

Tabela 5.3.3.4: Movimentações - Ativo Imobilizado

Nota 5: Intangível

Do total do Ativo Não Circulante, o grupo Intangível representa menos de 2% e é composto pelas contas Software com Vida útil Indefinida e Software com Vida útil Definida, que apresentam em 2021 os respectivos saldos brutos de R\$ 3.103.260,26 e de R\$ 2.291.101,03. O sistema de patrimônio utilizado

pela Justiça Eleitoral foi alterado em novembro de 2019 para inclusão do módulo de controle dos bens intangíveis com a correspondente amortização. Estão em andamento dois processos que visam fazer um levantamento dos softwares que estejam efetivamente em uso e a sua adequada classificação contábil. Posteriormente, será providenciada a transposição dos registros contábeis para o referido módulo de controle de bens intangíveis.

CONTA	31/12/2020	31/12/2021
Softwares Com Vida Útil Definida	2.214.901,03	2.291.101,03
Softwares Com Vida Útil Indefinida	3.207.686,59	3.103.260,26
Amortização Acumulada	-1.706.364,75	-2.229.901,06
Total do Intangível	3.716.222,87	3.164.460,23

Tabela 5.3.3.5: Distribuição do Intangível

Nota 6: Valores a Pagar

Em 31/12/21, cerca de 59% do passivo do TRE-RJ está relacionado a débitos de pessoal, sendo, em sua maioria, valores de férias a pagar, as quais são reconhecidas pelo regime de competência. A redução significativa das férias a pagar, em relação ao exercício 2020, foi devido ao ajuste no sistema de folha de pagamento que elabora os cálculos do duodécimo de férias.

CONTA	31/12/2020	31/12/2021
Férias a pagar	21.842.348,85	3.031.320,82
Atrasados Devidos aos Servidores	1.277.258,99	1.106.087,09
Fornecedores	1.279.214,08	1.610.760,03

CONTA	31/12/2020	31/12/2021
Valores Retidos de Fornecedores	327.256,54	693.475,28
Outros	616.045,48	540.020,96
Valor do Passivo	25.342.123,94	6.981.664,18

Tabela 5.3.3.6: Valores a pagar

Nota 7: Obrigações Contratuais

Em 31/12/2021 o TRE-RJ possuía o saldo de R\$ 50.574.753,29, referente a obrigações contratuais de parcelas de contratos que serão executados nos exercícios posteriores.

A seguir apresenta-se a tabela com as obrigações de acordo com a natureza dos respectivos contratos:

NATUREZA DOS CONTRATOS	31/12/2020	31/12/2021
Seguros	1.867,42	0,00
Serviços	34.742.709,35	39.996.771,40
Aluguéis	3.486.743,46	10.259.076,51
Fornecimento de Bens	705.907,85	318.905,38
Total	38.937.228,08	50.574.753,29

Tabela 5.3.3.7: Obrigações contratuais

Destacam-se dois contratos vigentes ao término do ano de 2021, que possuem

valores expressivos: 1) Contrato nº 29/2021, no montante de R\$ 5,88 milhões, referente à instalação do DATA CENTER; 2) Contrato nº 59/2021, no valor total aproximado de R\$ 12 milhões, relativo à manutenção predial.

Ao término do exercício, as obrigações contratuais relacionadas aos serviços correspondiam a 79% do total dos compromissos assumidos pelo Tribunal.

Na tabela abaixo estão relacionados os dez maiores contratados, com os respectivos saldos a executar em 31/12/2021:

EMPRESA	SALDO A EXECUTAR
RENOVAR CONDICIONADO LTDA	12.497.744,09
GREEN4T SOLUÇÕES TI LTDA	5.887.623,96
IBS ADM DE SERVE LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	1.956.003,51
G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS - CONTRATO Nº 45/2021	1.799.577,94
SEGIL VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	1.780.922,44
CASA LIMPA DEDETIZADORA LTDA	1.546.373,19
OI S/A - EM RECUP. JUDICIAL	1.295.055,50
DATA CORPORA TELECOM	1.178.982,60
G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS - CONTRATO Nº 14/2020	1.174.849,50
FOCO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	1.101.621,17
Total	30.218.753,90

Tabela 5.3.3.8: Dez maiores contratados, com os respectivos saldos a executar

Em relação aos valores do quadro acima, eles representam cerca de 60% do total do valor contratado. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

- RENOVAR CONDICIONADO LTDA: Prestação de serviços de manutenção predial e de equipamentos.
- GREEN4T SOLUÇÕES TI LTDA: Execução dos serviços para a instalação da nova Sala Modular Segura Certificada (DATA CENTER).
- IBS ADM DE SERVE LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA: Limpeza e conservação das Zonas Eleitorais da Capital e Região Praiana.
- G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS - Contrato nº 45/2021: manutenção e conservação das urnas eletrônicas de votação.
- SEGIL - VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA: Contrato de prestação de serviços de vigilância patrimonial e auxílio a segurança eletrônica.
- CASA LIMPA DEDETIZADORA LTDA: Serviços de limpeza e conservação dos Cartórios Eleitorais, Polos de Urna fixos e Centrais de Atendimento ao Eleitor das Regiões Metropolitana, Costa Verde e Médio Paraíba, Norte e Noroeste Fluminense, Centro Sul Fluminense e Serrana do Estado do Rio de Janeiro.
- OI S/A - EM RECUP JUDICIAL: Serviço telefônico fixo comutado - STFC, modalidade local.
- DATA CORPOTE TELECOM: Prestação de serviços de acesso dedicado à internet.
- G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS - Contrato nº 14/2020: operação de postos de trabalho de estoquistas.
- FOCO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS: Operação de postos de trabalho de carregadores e supervisor de carregadores para o Núcleo Administrativo do Caju e o imóvel da Av. Rodrigues Alves.

Nota 8: Demonstração das Variações Patrimoniais

As principais Variações Patrimoniais Aumentativas estão resumidas na tabela a seguir:

CONTA	31/12/2020	31/12/2021
Transferências financeiras recebidas em virtude da execução orçamentária (sub-repasse)	567.360.672,11	557.152.814,29
Transferências financeiras recebidas para pagamento de restos a pagar (independentes da execução orçamentária)	2.993.869,13	18.779.973,53
Multas administrativas	4.224.261,86	4.534.926,71
Reavaliação de Ativos	819.336,56	92.392.024,23
Outras VPAs	16.451.425,83	4.989.556,13
Total	591.849.565,49	677.849.294,89

Tabela 5.3.3.9: Variações Patrimoniais Aumentativas

As Transferências financeiras recebidas em virtude da execução orçamentária (sub-repasse) e as Transferências financeiras recebidas para pagamento de restos a pagar (independentes da execução orçamentária) integram o item da VPA denominado Transferências Intragovernamentais e representam a maior parte dos ingressos.

Os valores a título de Multas Administrativas são, em grande maioria, relacionados ao descumprimento de normas eleitorais tais como: eleitor que não foi votar; mesário convocado que não trabalhou nas eleições e candidato multado por propaganda eleitoral irregular. Este valor é automaticamente repassado ao Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (Fundo Partidário), previsto pela Lei nº 9.096/1995 e gerenciado pelo TSE.

A Reavaliação de Ativos se deveu a atualização dos bens imóveis efetuada no cadastro do SPIUNET, com registro automático na contabilidade do TRE-RJ.

As principais Variações Patrimoniais Diminutivas estão resumidas na tabela a seguir:

CONTA	31/12/2020	31/12/2021
Pessoal e Encargos	354.066.616,31	360.433.625,15
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	160.701.771,11	153.278.233,24
Uso de Material de Consumo	8.984.723,10	1.474.398,15
Serviços	46.954.059,90	33.335.853,73
Depreciação, Amortização e Exaustão	12.014.720,87	10.532.278,89
Outras despesas	8.932.730,44	7.947.107,76
Total	591.654.621,73	567.001.496,92

Tabela 5.3.3.10: Variações Patrimoniais Diminutivas

As despesas de pessoal estão dentro do limite fixado pela Lei de Responsabilidade Fiscal. A diminuição da despesa total se deve ao fato de 2021 não ser ano eleitoral, o que acarreta na diminuição das despesas com materiais e serviços.

Nota 9: Restos a pagar (inclui a movimentação em 2021 de empenhos inscritos e reinscritos em restos a pagar dos últimos 5 anos)

a) Restos a Pagar não Processados

Verifica-se que foram liquidados R\$ 17.992.910,03 de RPNP inscritos, correspondendo a 53,67% de um montante inscrito de R\$ 33.525.060,03, sendo pagos R\$ 17.570.325,87 e cancelados R\$ 5.460.345,19. Com isso, permanece um saldo de R\$ 10.494.388,973.48 de RPNP inscritos em exercícios anteriores ao exercício de 2021. Destaca-se que tal inscrição é oriunda principalmente dos preparativos para as Eleições de 2020.

b) Restos a Pagar Processados

Observa-se que foram pagos R\$ 622.274,47 de RPP inscritos, correspondendo a 64,15% de um montante inscrito de R\$ 970.012,00, sendo cancelados R\$ 164.787,90. Esses cancelamentos foram ocasionados principalmente por prescrição das citadas inscrições. Sendo assim, permaneceu um saldo de R\$ 182.949,63 de RPP inscritos em exercícios anteriores a 2021.

Com a edição da Emenda Constitucional nº 95/2016, o TRE-RJ implementou diversos ajustes no acompanhamento da execução financeira do órgão com o objetivo de reduzir gradativamente o estoque da inscrição de restos a pagar.

Nota 10: Balanço Orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

O déficit orçamentário, no montante de R\$ 575.492.008,39, ocorreu em função desta UPC não possuir receitas orçamentárias, pois apenas executa despesas or-

çamentárias para a prestação dos serviços públicos e realização de investimento, não sendo, portanto, um agente arrecadador. Observe-se que o valor do déficit orçamentário corresponde ao valor total das despesas empenhadas.

No quadro atinente à Despesa percebe-se que há um aumento da “Dotação Inicial” para a “Dotação Atualizada” de R\$ 695.161,00, oriundo da abertura de créditos adicionais referentes a “Créditos Cancelados”, conforme quadro da Receita “Previsão Atualizada”. É importante notar que o órgão não arrecada receita e recebe recursos diretamente do Tesouro Nacional.

A coluna “Saldo da Dotação” referente à Despesas Correntes - Pessoal e Encargos Sociais apresenta saldo negativo de R\$ 164.168,33, em decorrência das descentralizações de crédito concedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE para as realizações de Eleições Suplementares nos municípios fluminenses de Carapebus, Santa Maria Madalena e Silva Jardim. Salienta-se que a aludida descentralização não sensibiliza a coluna da “Dotação Atualizada” da referida rubrica. Informa-se, por fim, que o valor total da coluna “Saldo de Dotação” apresenta saldo positivo no valor total de R\$ 1.626.488,61.

As diferenças aduzidas nas colunas “Dotação Inicial” e “Dotação Atualizada” das Despesas Correntes - Outras Despesas Correntes e Despesas de Capital - Investimentos, ocorreu em virtude das sobras orçamentárias contratuais decorrentes da pandemia da Covid-19 na rubrica de Outras Despesas Correntes, que possibilitaram a disponibilização de dotação orçamentária ao Tribunal Superior Eleitoral - TSE, e a realocação de recursos para as despesas de capital, viabilizando principalmente a implementação do projeto DataCenter e aquisição de computadores para o TRE-RJ.

Nota 11: Passivo de Pessoal

Em abril de 2021, houve correção de mensuração na conciliação do passivo de pessoal do TRE-RJ, cuja incongruência foi detectada após o encerramento do exercício de 2020, no valor de R\$ 9.217.903,19. O ajuste afetou o Balan-

ço Patrimonial (aumento nos grupos Obrigações Trab, Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo e Passivo Permanente, seguido de redução na conta Ajuste de Exercícios Anteriores). A conta de Passivo de Pessoal era conciliada com o Relatório SIGEPRO-PESSOAL, gerenciado pelo TSE e alimentado pelo setor que elabora a folha de pagamento do TRE-RJ. No entanto, desde julho de 2021, o TSE não disponibiliza o sistema para atualização de informações. Dessa forma, os valores em 31/12/2021 foram conciliados com as informações obtidas diretamente ao responsável do setor de pagamento de pessoal do TRE-RJ.

Nota 12: Ajuste de Exercícios Anteriores

No ano de 2021, a conta teve variação significativa de R\$ 19.304.973,42, iniciando o exercício em -R\$ 44.900,33 e terminando em R\$ 19.260.073,09, demonstrada abaixo:

AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES 2021	
SALDO EM 31/12/2020	-44.900,33
AUMENTOS	
Baixa de passivo de pessoal pela conciliação	9.454.591,19
Baixa de férias a pagar	18.748.881,50
Devolução de material ao almoxarifado das Eleições 2020	3.157.937,59
Ganho na reavaliação das urnas eletrônicas	18.002.000,26
REDUÇÕES	
Correção do registro de passivo de pessoal com base no SIGEPRO-Pessoal	-9.217.903,19
Duodécimo de férias de dezembro/2021	-2.159.585,38

AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES 2021

VPD de exercícios anteriores contabilizadas no presente exercício	-17.436.740,10
Outras reduções	-1.244.208,45
SALDO EM 31/12/2021	19.260.073,09

Tabela 5.3.3.11: Ajuste de Exercícios Anteriores 2021

A “Baixa de passivo de pessoal pela conciliação” e a “Correção do registro de passivo de pessoal com base no SIGEPRO-Pessoal” são explicados na Nota 11 – Passivo de Pessoal. A “Baixa de férias a pagar” foi devido à correção no sistema de folha de pagamento para cálculo do duodécimo de férias.

O ajuste relacionado ao item “VPD de exercícios anteriores contabilizadas no presente exercício” se deve ao registro da despesa posteriormente à ocorrência do fato gerador (liquidação de Restos a Pagar). Tais despesas ocorreram em anos anteriores, mas não puderam ser mensuradas no exercício em que foram geradas. A Macrofunção 020317 do Manual SIAFI, item 4.2.2.21, determina que não deverão ser lançadas obrigações com valores estimados no Sistema de Contas a Pagar - CPR. Dessa forma, ao obter o valor da obrigação de anos anteriores no presente exercício e contabilizá-las com Restos a pagar, tem a geração de Variação Patrimonial Diminutiva que não pertencente ao exercício. Dessa forma, procedeu-se à transferência da VPD para a Ajuste de Exercícios Anteriores.

5.4 CONCLUSÕES DE AUDITORIAS

5.4.1 AUDITORIA DE CONTAS - EXERCÍCIO 2020

Em junho de 2021 foi finalizada a Auditoria de Contas do TRE-RJ relativa ao exercício de 2020, com a emissão do Relatório de Auditoria nº 03/2021, bem como do Certificado de Auditoria em que se concluiu, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção intitulada “Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis”, que as demonstrações contábeis do Tribunal apresentaram adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial da entidade em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas ao setor público.

O referido relatório foi encaminhado ao Plenário do Tribunal, tendo sido declarada ciência de suas conclusões pelo Presidente e pelos demais membros da Corte. Encontram-se publicados no [sítio eletrônico do TRE-RJ](#), em área destinada à Transparência e Prestação de Contas, o Certificado de Auditoria, o Relatório Longo de Auditoria, o Parecer do Controle Interno, bem como o pronunciamento do Presidente do Tribunal.

Foram emitidas 25 recomendações ao Tribunal, as quais estão sendo monito-

radas por ocasião da realização da Auditoria de Contas Anuais relativa ao exercício de 2021, iniciada em julho de 2021.

5.4.2 MONITORAMENTOS

No exercício de 2021, nas ações de monitoramento realizadas pela Secretaria de Auditoria Interna (SAU) com pertinência ao tema Orçamento, Finanças e Contabilidade, verificou-se a implementação das recomendações expedidas nos Relatórios de Auditoria nº 01/2019 - Restos a Pagar (Contratações) e 05/2019 - Ação Coordenada de Auditoria - Governança Orçamentária e Financeira, Planejamento, Gerenciamento, Execução e Gestão Contábil.

Os resultados foram encaminhados às unidades auditadas, bem como à Presidência do Tribunal, por meio dos Relatórios de Monitoramento nº 07/2021 e 04/2021, respectivamente.

Das oito recomendações monitoradas nos referidos trabalhos, duas não foram implementadas plenamente, conforme tabela a seguir.

RECOMENDAÇÃO	ANÁLISE DA SAU	CONCLUSÃO DA SAU
<p>Estabelecer modelo de processo de pagamento uniforme para todas as contratações com vistas à promoção da transparência e eficiência na análise do fluxo de pagamento pela Administração, sugerindo-se ainda a criação de formulário ou relatório padronizado no qual o fiscal/unidade gestora do contrato faça constar os dados referentes ao saldo de empenho a ser inscrito em restos a pagar, com discriminação pormenorizada de justificativas, causas, pendências existentes e providências tomadas, informações estas que poderão, uma vez encerrado o contrato, subsidiar eventual tomada de decisão quanto à manutenção ou cancelamento de saldos.</p>	<p>Em relação à orientação de padronização do fluxo do processo de pagamento das contratações, proposta na primeira parte da recomendação, a verificação de sua efetiva implementação será realizada anualmente no âmbito das análises dos atos de gestão subjacentes do Ciclo Contratações, da Auditoria Anual de Contas instituída pelo TCU.</p> <p>Em relação à segunda parte da recomendação, verificou-se que foi desenvolvido formulário para os fiscais de contrato informarem os dados referentes ao saldo de empenho a ser inscrito em Restos a Pagar, com discriminação pormenorizada de justificativas, dessa maneira, a mesma foi considerada implementada.</p>	<p>Recomendação parcialmente implementada, a ser monitorada no âmbito da Auditoria de Contas Anuais</p>
<p>Elaborar o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) e seus desdobramentos, conforme impõe o artigo 6º da Resolução CNJ nº 211/2015, dando cumprimento a recomendação já determinada no Relatório de Auditoria nº 02/2018, decorrente da Ação Coordenada de Auditoria – CNJ – Sistema de Governança e Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação, considerando-se, ainda, a reiterada cobrança do CNJ neste sentido.</p>	<p>Verificou-se que a Secretaria de Tecnologia da Informação elaborou o PDTIC, porém o documento ainda carece de análise e aprovação por outras unidades, o que impede que gere efeitos concretos para a Administração.</p> <p>Dessa forma, tendo em vista que o PDTIC, ainda não foi aprovado pela Alta Administração e que o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) ainda não foi elaborado, considera-se a recomendação não implementada e encerrado esse monitoramento, uma vez que, como essa questão foi tratada no âmbito da Auditoria Coordenada no Sistema de Governança e Gestão de TIC ela será objeto de monitoramento oportunamente.</p>	<p>Não implementada, a ser monitorada no âmbito da Auditoria Coordenada no Sistema de Governança e Gestão de TIC</p>

Tabela 5.4.2.1: Recomendações monitoradas em 2021 e não implementadas



ANEXOS, APÊNDICES E LINKS

6.1. DADOS DE PARTIDOS POLÍTICOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

6.1.1 CONTAS ANUAIS - EXERCÍCIO DE 2020

Em 2021, 33 diretórios estaduais vigentes no estado do Rio de Janeiro em 2020 tiveram obrigação de prestar contas à Justiça Eleitoral relativas ao exercício financeiro daquele ano. De acordo com as informações prestadas pelos referidos Diretórios no Sistema de Prestação de Contas Anuais (SPCA), divulgadas no Repositório de Dados Eleitorais do TSE, verifica-se a seguinte aplicação de recursos públicos:

PARTIDO		EXERCÍCIO 2020	
Nº	SIGLA	FUNDO PARTIDÁRIO – FP (R\$)	FUNDO ELEITORAL – FEFC
10	REPUBLICANOS	R\$ 680.566,59	R\$ 4.429.382,90
11	PP	R\$ 1.194.500,00	
12	PDT	R\$ 1.568.569,54	
13	PT	R\$ 1.837.030,68	R\$ 6.928.244,81
14	PTB	R\$ 252.000,00	R\$ 2.777.902,67
15	MDB	R\$ 1.777.178,93	R\$ 5.675.798,65
16	PSTU		
17	PSL		R\$ 3.850.000,00
18	REDE		
19	PODE		R\$ 1.000.000,00

Nº	SIGLA	FUNDO PARTIDÁRIO – FP (R\$)	FUNDO ELEITORAL – FEFC
20	PSC	R\$ 720.304,94	
21	PCB		
22	PL	R\$ 1.055.000,00	
23	CIDADANIA	R\$ 219.000,00	R\$ 1.404.329,20
25	DEM	R\$ 1.442.981,55	
27	DC		
28	PRTB		
29	PCO		
30	NOVO		
33	PMN		
35	PMB		
36	PTC		
40	PSB	R\$ 787.962,13	R\$ 4.589.467,12
43	PV	R\$ 160.142,40	R\$ 901.997,60
45	PSDB	R\$ 710.971,93	
50	PSOL	R\$ 1.216.446,25	R\$ 1.421.015,50

Nº	SIGLA	FUNDO PARTIDÁRIO – FP (R\$)	FUNDO ELEITORAL – FEFC
51	PATRI		
55	PSD	R\$ 1.235.130,40	R\$ 6.900.000,00
65	PC do B		
70	AVANTE		
77	SDD	R\$ 1.335.500,00	R\$ 3.000.000,00
80	UP		R\$ 76.310,00
90	PROS		
TOTAL		R\$ 16.193.285,34	R\$ 42.954.448,45

Tabela 6.1.1.1: Aplicação de recursos públicos

6.1.2 CONTAS ELEITORAIS - ELEIÇÕES DE 2020

No pleito de 2020, Diretórios Regionais do Estado do Rio de Janeiro tiveram a obrigação de prestar contas à Justiça Eleitoral, na forma do previsto no art. 46, § 2º da Resolução TSE nº 23.607/2019.

De acordo com as contas prestadas, com base nas informações registradas pelos Diretórios Regionais no Sistema de Prestação de Contas Eleitoral (SPCE), divulgadas no Repositório de Dados Eleitorais do TSE, foi aplicado nas campanhas de 2020, aproximadamente, o montante de R\$ 50 milhões de recursos públicos, sendo R\$ 48,6 milhões do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e R\$ 1,4 milhões do Fundo Partidário.

Recursos aplicados por Diretórios Regionais nas Eleições de 2020 – Processos analisados em 2021

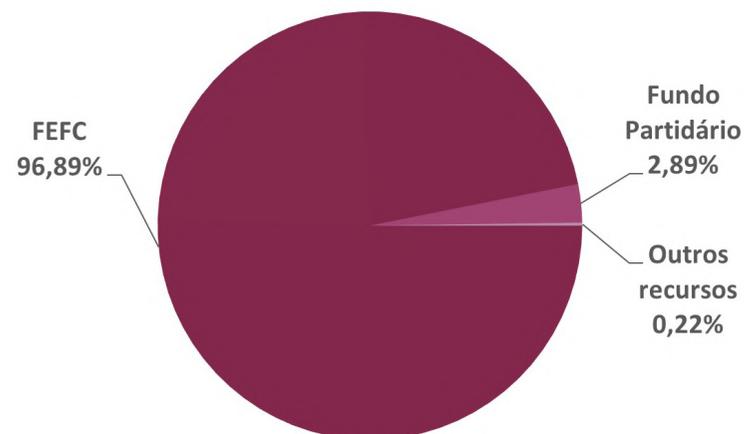


Gráfico 6.1.2.1: Origem dos recursos aplicados - Eleições 2020

6.2 LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas	CGE - Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral
AQ - Adicional de Qualificação	CGLAIS - Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde dos Servidores
ASCEPA - Assessoria de Contas Eleitorais e Partidárias	CGLGP - Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas
ASES - Avaliador e Simulador de Acessibilidade em Sítios	CGovCON - Comitê de Governança de Contratações
ASGERI - Assessoria de Gerenciamento de Riscos e Controle Interno	CGovTIC - Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação
ASINFO - Assessoria de Segurança da Informação	CGPD - Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais
BF - Balanço Financeiro	CGTIC - Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação
BI - Business Intelligence	CJ - Cargo em comissão
BO - Balanço Orçamentário	CNJ - Conselho Nacional de Justiça
BP - Balanço Patrimonial	COENG - Coordenadoria de Engenharia
BSC - Balanced Scorecard	COFIN - Coordenadoria Contábil e Financeira
CAE - Central de Atendimento ao Eleitor	COINF - Coordenadoria de Infraestrutura
CAT - Central de Atendimento Telefônico	COLOG - Coordenadoria de Logística
CDESC - Coordenadoria de Desenvolvimento de Competências	COMSI - Comissão de Segurança da Informação
CFC - Conselho Federal de Contabilidade	CONSEG - Sistema de Controle de Pedidos de Serviços Gerais
CFTV - Circuito Fechado de Televisão	CORÇA - Coordenadoria de Orçamento
CGE - Comitê de Gestão da Estratégia	COSOC - Coordenadoria de Comunicação Social

CPAI - Comissão Multidisciplinar de Acessibilidade e Inclusão	eMAG - Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico
CPDIS - Comissão Permanente de Processo Disciplinar	ENSEC-PJ - Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário
CPEFJU - Comissão Permanente de Eficiência da Prestação Jurisdicional	ENTIC-JUD - Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário
CPETI - Conselho Permanente de Ética	EPI - Equipamento de Proteção Individual
CPLAN - Coordenadoria de Planejamento Estratégico	EPS - Exame periódico de saúde
CRE - Corregedoria Regional Eleitoral	ETIR - Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais
CSCOR - Coordenadoria de Soluções Corporativas	FC - Função comissionada
CSINT - Coordenadoria de Saúde e Integração	FEFC - Fundo Especial de Financiamento de Campanha
DataJud - Base Nacional de Dados do Poder Judiciário	GABPRE ou GP - Gabinete da Presidência
DFC - Demonstração dos Fluxos de Caixa	GABSJD - Gabinete da Secretaria Judiciária
DFT - Dimensionamento da Força de Trabalho	GPC - Gestão de Pessoas por Competências
DG - Diretoria-Geral	IA - Indicador de Apoio
DJE - Diário da Justiça Eleitoral do RJ	IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
DOU - Diário Oficial da União	ICP-Brasil - Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira
DVP - Demonstração das Variações Patrimoniais	IDJE ou IDJERJ - Índice de Desempenho da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro
EaD - Educação a distância	IE - Indicador Estratégico
EC - Emenda Constitucional	iGG - Índice integrado de governança e gestão públicas (TCU)
EJE - Escola Judiciária Eleitoral	iGovTI - Índice de Governança e Gestão de Tecnologia da Informação (TCU)

iGovTIC-JUD - Índice de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (CNIJ)	OMS - Organização Mundial de Saúde
IGUAIS - Comissão de Promoção da Igualdade, Diversidade e Não Discriminação	OSPF - Órgão Setorial de Programação Financeira
IIA - Instituto de Auditores Internos	OUIVE - Ouvidoria Eleitoral
IN - Instrução Normativa	PAA - Plano Anual de Auditoria
LAI - Lei de Acesso à Informação	PAC - Plano Anual de Capacitação
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias	PAC-Aud - Plano Anual de Capacitação da Auditoria Interna
LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, transexuais e transgêneros, Queers, Intersexuais, Assexuais e demais manifestações de sexualidade	PCA - Plano de Contratações Anual
LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais	PcD - Pessoa com deficiência
LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais	PDE - Plano Diretor da Estratégia
LOA - Lei Orçamentária Anual	PDI - Plano de Desenvolvimento Individual
LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal	PDPJ-Br- Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro
MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	PDTIC - Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
NBCASP - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	PE - Plano Estratégico institucional
NBCT - Normas Brasileiras de Contabilidade	PF - Pessoa Física
NOC - Network Operations Center (Centro de Operação de Rede)	PGM - Programa de Gestão da Memória
NUAD - Núcleo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	PIE - Plano Integrado das Eleições
ODS - Objetivo de Desenvolvimento Sustentável	PJ - Pessoa Jurídica
OE - Objetivo Estratégico	PJe - Processo Judicial Eletrônico
	PLS - Plano de Logística Sustentável

PR - Presidência do TRE-RJ	SEDINE - Seção de Desenvolvimento de Iniciativas Estratégicas
PSI - Política de Segurança da Informação	SEFIP - Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais do Tribunal de Contas da União
PSI - Processo de Seleção Interna	SEI - Sistema Eletrônico de Informações
RAC - Reunião de Análise Crítica	SEINCO - Seção de Inspeções e Correções
RAE - Reunião de Análise da Estratégia	SEPATR - Seção de Material Permanente e Patrimônio
REDESTI - Requisição de Desenvolvimento de Solução de TI	SEPROG - Seção de Programação Financeira e Apuração de Custos
RGF - Relatório de Gestão Fiscal	SGP - Secretaria de Gestão de Pessoas
RH - Recursos Humanos	SGRH - Sistema de Gestão de Recursos Humanos
RJ - Estado do Rio de Janeiro	SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira
RP - Restos a Pagar	SIC - Serviço de Informação ao Cidadão
RPNP - Restos a Pagar não Processados	SIC - Sistema de Informações de Custos do Governo Federal
RPP - Restos a Pagar Processados	SIESPJ - Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário
SaaS - Software como Serviço	SIGEC - Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos
SAD - Secretaria de Administração	SIGEPRO - Sistema de Acompanhamento e Gerenciamento da Proposta Orçamentária
SAU - Secretaria de Auditoria Interna	SIGUE2 - Sistema de Gerenciamento de Urnas Eletrônicas
SECCON - Seção de Gestão de Contratos	SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo
SECFIN - Seção de Execução Financeira	SJD - Secretaria Judiciária
SECOMP - Seção de Instrução de Compras	SOF - Secretaria de Orçamento e Finanças
SECONT - Seção de Contabilidade	

SOF/TSE - Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do Tribunal Superior Eleitoral

SPCA - Sistema de Prestação de Contas Anuais

SPCE - Sistema de Prestação de Contas Eleitorais

SPIUnet - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

SPU - Secretaria do Patrimônio da União

SSG - Secretaria de Manutenção e Serviços Gerais

SST - Saúde e Segurança no Trabalho

STF - Supremo Tribunal Federal

STI - Secretaria de Tecnologia da Informação

STN - Secretaria do Tesouro Nacional

SVPCRE - Secretaria da Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral

TCA - Termo Circunstanciado Administrativo

TCU - Tribunal de Contas da União

TI ou TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação

TJRJ - Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

TRE-RJ - Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

UG - Unidade Gestora

UGR - Unidade Gestora Responsável

UnB - Universidade de Brasília

UO - Unidade Orçamentária

UPC - Unidade Prestadora de Contas

VoIP - Voice over Internet Protocol (Voz sobre IP)

VPA - Variação Patrimonial Aumentativa

VPCRE - Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral

VPD - Variação Patrimonial Diminutiva

VPN - Virtual Private Network (Rede privada virtual)

VPNI - Vantagem Pessoal Nominalmente Identificável

W3C - World Wide Web Consortium (Consórcio World Wide Web)

WCAG - Web Content Accessibility Guidelines (Diretrizes de Acessibilidade para o Conteúdo da Web)

ZE - Zona Eleitoral

6.3 LISTA DE FIGURAS E INFOGRÁFICOS

1.1 JUSTIÇA ELEITORAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E SEU AMBIENTE DE ATUAÇÃO

Figura 1.1.1.1: Mapa do Estado do Rio de Janeiro com localização dos Cartórios Eleitorais 10

1.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Figura 1.3.1: Organograma do TRE-RJ (níveis estratégico e tático)..... 14

1.4 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

Figura 1.4.1: Sistema de Governança e Gestão do TRE-RJ - Resolução TRE-RJ nº 1.119/2019..... 15

1.5 CADEIA DE VALOR

Figura 1.5.1: Cadeia de Valor do TRE-RJ..... 16

1.6 TRE-RJ EM NÚMEROS

Infográfico 1.6.1: TRE-RJ em Números..... 17

1.7 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE E DEMAIS PARTES INTERESSADAS

Figura 1.7.6.1: Foto do Espaço de Memória Eleitoral José Joaquim da Fonseca Passos..... 25

1.8 MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

Infográfico 1.8.1: Materialidade das informações do Relatório de Gestão..... 30

2.1 GESTÃO DE RISCOS

Infográfico 2.1.2.1: Linha do tempo da implementação da gestão de riscos no TRE-RJ..... 32

3.3 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NO TRE-RJ

Infográfico 3.3.2.1: Ciclo da Gestão da Estratégia do TRE-RJ..... 43

Figura 3.3.3.1: Mapa Estratégico TRE-RJ 2016-2021..... 44

3.4 GESTÃO DE PROCESSOS

Infográfico 3.4.1: Etapas da gestão de processos..... 51

4.1 DESTAQUES DA GESTÃO DO TRE-RJ EM 2021

Figura 4.1.1.1: Auditoria de Verificação do Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob Condições Normais de Uso..... 88

4.3 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Figura 4.3.1.1 : Sistema de Governança e Gestão de TIC do TRE-RJ..... 119

5.2 GESTÃO DE CUSTOS

Infográfico 5.2.1.1: Itens de custos..... 151

Infográfico 5.2.1.2: Atividades e Serviços..... 151

RELATÓRIO DE GESTÃO 2021
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO